

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS E PLANEJAMENTO
UNIVERSITÁRIO**

DISSERTAÇÃO

**FATORES RESTRITIVOS E FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO
UNIVERSITÁRIA NO MERCOSUL: NA PERCEPÇÃO DOS
REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS E
ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS**

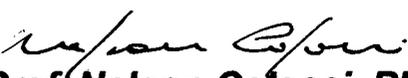
Guaraci José de Almeida

Florianópolis, fevereiro de 1997

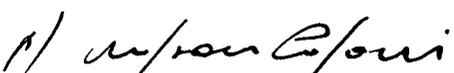
**FATORES RESTRITIVOS E FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO
UNIVERSITÁRIA NO MERCOSUL: NA PERCEPÇÃO DOS
REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS E
ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS**

Guaraci José de Almeida

Esta dissertação foi julgada adequada para
obtenção do Título de Mestre em
Administração (Área de Concentração:
Políticas e Planejamento Universitário) e
aprovada em sua forma final pelo Curso de
Pós-Graduação em Administração.


Prof. Nelson Colossi, PhD
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos professores:


Prof. Edson Pacheco de Almeida, PhD
Orientador


Profª. Marília Costa Morosini, Doutora
Co-orientadora

Prof. Jair dos Santos Lapa, PhD
Membro

“A idéia de globalização está em muitos lugares, nos quatro cantos do mundo. Aparece nos acontecimentos e interpretações relativos a tudo que é internacional, mundial e planetário. Está sempre presente na vida social assim como nas produções intelectuais ... Sob vários aspectos, a globalização confere novos significados a indivíduo e sociedade, modos de vida e forma de cultura, etnia e minoria, reforma e revolução, tirania e democracia. Permite pensar o presente, rebuscar o passado e imaginar o futuro. Tudo pode ganhar outra luz, quando visto sob a perspectiva aberta pela globalização.” (IANNI, 1992:9)

Aos meus filhos, Carla, Guilherme e Luiza pelo amor que nos une apesar da distância.

Aos meus irmãos Lia, Carlos e Everaldo e a meu pai Sebastião, pelo constante incentivo.

À Lú, Delma e Fátima pelo carinho e cuidado que tiveram com nossos filhos.

Ao companheirismo de Salete no final desta jornada o meu muito obrigado.

*Rendo uma homenagem especial a
minha mãe, pelo apoio nas horas difíceis,
muito obrigado Dona Chica.*

AGRADECIMENTOS

Registro o meu reconhecimento a todos aqueles que contribuíram para que fosse possível concluir esta jornada. Antecipadamente, ao nominar algumas pessoas, prevejo que, com certeza, estarei sendo injusto com outras que participaram conosco deste trabalho, com seu incentivo, com sua opinião, com sua dedicação e, a estes, mais uma vez, peço sua compreensão e deixo o meu muito obrigado.

Eis aqui alguns dos que nos acompanharam, aos quais dedico este trabalho e meus agradecimentos:

- aos professores orientadores Edson Pacheco de Almeida e Marília Costa Morosini, pela compreensão e o contínuo acompanhamento deste trabalho;
- ao professor Jair dos Santos Lapa, por sua contribuição e participação na Comissão Examinadora;
- aos colegas de curso, Benilson, Garcia, Sampaio, Gilnei, Adriane, Sirley, Hans, Zé Renato, Renato, Sebastião, Ieda, Ivanir, Beth, Luiz, Marta, Maurício, Marcelo, João Leopoldo, Rogério, Alessandra, pelas discussões agradáveis que tivemos;
- aos companheiros de trabalho, Abrão, Paulino, Marta, Maciel, Bolanger, Rubens, Elizeu e tantos outros que nos apoiaram e incentivaram;

- aos companheiros de partido, Alfredo, Aylon, Paulo Ronan, Dr. Edgar, Roberto França, Prof. Eduardo, Canhoto e outros pela compreensão e incentivo;
- aos particulares amigos Antonio Cezar, Luiz Soares, Carolina, João e Marilene, Ilva, Gerson, Margari, Ivo, Tia Lavínia e Eleusa uma homenagem especial pelo apoio nesta jornada;
- a todos os professores do curso de Mestrado o nosso reconhecimento pelos seus ensinamentos;
- aos servidores do Curso de Mestrado, Sílvia, Marilda, Carmona, Graziela, Maristela, Otto, Marcio e Graça a certeza de que contribuíram com o presente trabalho;
- ao Grupo de Estudos Universitários da UFRGS e Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da USP pelo apoio e material bibliográfico concedido;
- ao CNPq e à CAPES pela concessão da bolsa, à Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação em Administração da UFSC pelo apoio, à Universidade Federal de Mato Grosso, especialmente ao Núcleo de Pesquisas Econômicas, pelo apoio e a minha liberação para realização do Mestrado.
- À Comissão do Mercosul Educativo, representada na pessoa da Professora Claudia Baena Soares, pela atenção dispensada às nossas solicitações.

*Aos entrevistados dedico todo o meu
trabalho e reconhecimento.*

SUMÁRIO

| | |
|--|-------|
| AGRADECIMENTOS | vi |
| LISTA DE QUADROS | xi |
| LISTA DE FIGURAS | xi |
| LISTA DE TABELAS | xii |
| LISTA DE GRÁFICOS | xiv |
| RESUMO | xvi |
| ABSTRACTS | xviii |
| APRESENTAÇÃO | xx |
| | |
| CAPÍTULO I | |
| 1 INTRODUÇÃO | 01 |
| 1.1 Tema e Problema | 01 |
| 1.2 Objetivos da Pesquisa | 08 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 08 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 08 |
| 1.3 Justificativa | 09 |
| | |
| CAPÍTULO II | |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA | 10 |
| 2.1 Universidade | 10 |
| 2.1.1 A Idéia | 10 |
| 2.1.2 A Universidade Latino-Americana | 23 |
| 2.1.3 Os Desafios da Universidade diante do Processo de Integração | 30 |
| 2.2 Teorias da Globalização e Modelos de Integração | 33 |
| 2.2.1 Teorias da Globalização | 34 |
| 2.2.2 Modelos de Integração Regional | 46 |
| 2.3 O Processo de Integração do MERCOSUL | 50 |
| 2.3.1 Antecedentes | 50 |
| 2.3.2 O Contexto | 52 |

| | |
|---|------------|
| 2.3.3 Ensino Superior no MERCOSUL | 55 |
| 2.3.4 Fatores Restritivos e Facilitadores da Integração Universitária | 57 |
| 2.3.5 Estrutura do Plano Trienal de Educação | 60 |
| CAPÍTULO III | |
| 3 METODOLOGIA | 63 |
| 3.1 Questão da Pesquisa | 63 |
| 3.2 Perguntas da Pesquisa | 63 |
| 3.3 Característica da Pesquisa | 64 |
| 3.4 Delimitação da Pesquisa | 64 |
| 3.5 Tratamento e Coleta dos Dados | 66 |
| 3.6 Etapas da Pesquisa | 66 |
| 3.7 Limitações da Pesquisa | 67 |
| 3.8 Descrição de Termos e Variáveis | 71 |
| 3.8.1 Grupos de Interesse | 71 |
| 3.8.2 Percepção | 76 |
| 3.8.3 Categorias Empíricas | 81 |
| CAPÍTULO IV | |
| 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS | 85 |
| 4.1 Caracterização Dos Grupos Pesquisados | 85 |
| 4.1.1 Representantes de Governo | 85 |
| 4.1.2 Administradores Universitários | 86 |
| 4.1.3 Especialistas Universitários | 86 |
| 4.2 Descrição e Análise dos Dados | 87 |
| CAPÍTULO V | |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 145 |
| 5.1 Recomendações e Sugestões | 145 |
| 5.2 Conclusão | 147 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 153 |
| ANEXOS | 164 |
| Anexo 01 SÍNTESE ESTATÍSTICA DO MERCOSUL | |
| Anexo 02 ROTEIRO DE ENTREVISTAS | |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----------|
| QUADRO 01 – VIAGENS REALIZADAS PARA COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS | 70 |
| QUADRO 02 – NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR UNIDADE DE ANÁLISE | 87 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----------|
| FIGURA 01 – CULTURA INSTITUCIONAL, IDENTIDADE HISTÓRICA DA UNIVERSIDADE E POLÍTICAS BRASILEIRAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 22 |
|--|-----------|

TABELAS

| | |
|---|-----|
| TABELA 01 – FATORES RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃOUNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOSREPRESENTANTES DE GOVERNO | 89 |
| TABELA 02 – FATORES FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO | 92 |
| TABELA 03 – FATORES RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS | 96 |
| TABELA 04 – FATORES FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS | 101 |
| TABELA 05 – FATORES RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS | 105 |
| TABELA 06 – FATORES FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS | 110 |
| TABELA 07 – OPINIÕES DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO SOBRE O PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO | 117 |
| TABELA 08 – OPINIÕES DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS SOBRE O PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO | 118 |
| TABELA 09 – OPINIÕES DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE O PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO PARAO MERCOSUL | 118 |
| TABELA 10 – CONCEPÇÕES DE INTEGRAÇÃO DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO | 119 |

| | |
|--|------------|
| TABELA 11 – CONCEPÇÕES DE INTEGRAÇÃO DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS | 122 |
| TABELA 12 – CONCEPÇÕES DE INTEGRAÇÃO DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS | 124 |
| TABELA 13 – GRAU DE CONGRUÊNCIA ENTRE AS PERCEPÇÕES DE REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS E ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE OS FATORES RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO MERCOSUL | 127 |
| TABELA 14 - GRAU DE CONGRUÊNCIA ENTRE AS PERCEPÇÕES DE REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS E ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE OS FATORES FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO MERCOSUL | 130 |
| TABELA 15 - GRAU DE CONGRUÊNCIA ENTRE AS PERCEPÇÕES DE REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS E ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE A CONCEPÇÃO DE INTEGRAÇÃO | 133 |
| TABELA 16 – SUGESTÕES DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA | 136 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|------------|
| GRÁFICO 01 – ASPECTOS RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO | 91 |
| GRÁFICO 02 – ASPECTOS FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO | 94 |
| GRÁFICO 03 – ASPECTOS RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS | 100 |
| GRÁFICO 04 – ASPECTOS FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS | 103 |
| GRÁFICO 05 – ASPECTOS RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS | 109 |
| GRÁFICO 06 – ASPECTOS FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS | 112 |
| GRÁFICO 07 – PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO PARAO MERCOSUL | 116 |
| GRÁFICO 08 - CONCEPÇÕES DE INTEGRAÇÃO DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO | 121 |
| GRÁFICO 09 – CONCEPÇÕES DE INTEGRAÇÃO DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS | 123 |
| GRÁFICO 10 – CONCEPÇÕES DE INTEGRAÇÃO DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS | 126 |

| | |
|--|------------|
| GRÁFICO 11 – GRAU DE CONGRUÊNCIA ENTRE AS PERCEPÇÕES DOS REPRESENTANTESDE GOVERNO, ESPECIALISTAS EADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE OS ASPECTOS RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃOUNIVERSITÁRIA NO MERCOSUL | 129 |
| GRÁFICO 12 - GRAU DE CONGRUÊNCIA ENTRE AS PERCEPÇÕES DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS EADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBREOS ASPECTOS FACILITADORES DAINTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO MERCOSUL | 132 |
| GRÁFICO 13 - GRAU DE CONGRUÊNCIA ENTRE AS PERCEPÇÕES DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS EADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE ACONCEPÇÃO DE INTEGRAÇÃO | 134 |
| GRÁFICO 14 – DIMENSÃO PRIORIZADA PELOS GOVERNOS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES DEGOVERNO, ESPECIALISTAS E ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS | 144 |

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é caracterizar os fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, na percepção de representantes de governo, especialistas e administradores universitários. O tema está inserido na discussão da atual fase do capitalismo global, mais especificamente, do processo de integração regional, considerando que a educação tem um importante papel a desempenhar neste momento histórico.

Na fundamentação teórica aborda-se a questão da universidade, seus modelos, sua organização e os desafios da instituição diante da irreversibilidade da transnacionalização das economias mundiais. Discutem-se, os modelos de integração e as teorias de globalização mais difundidas, procurando estabelecer uma correlação com o processo de integração regional do MERCOSUL. Apresenta-se uma descrição do processo de integração do MERCOSUL contendo: seu histórico, a situação atual dos sistemas de ensino superior dos países membros, um resumo da literatura pertinente sobre os fatores restritivos e facilitadores da integração universitária e a apresentação do Plano Trienal de Educação, um documento que marca a discussão do tema, a nível governamental, no processo de integração regional.

A metodologia é predominantemente qualitativa, utilizando-se de recursos estatísticos simples (tabelas de frequência), sendo um trabalho descritivo/exploratório que privilegia o estudo de multicaso com corte transversal. A coleta de dados tem como instrumento básico a entrevista e a consulta em fontes secundárias tais como: artigos especializados, periódicos, ... Finalmente, procura-se caracterizar as duas principais categorias de análise: Grupos de Interesse e Percepção.

Na apresentação e análise dos dados utilizam-se a técnica de análise de conteúdos para a estruturação dos relatos verbais, a consolidação destes relatos em categorias e a apresentação destas categorias em quadros e/ou tabelas de frequência simples com a análise descritiva e analítica de cada aspecto agrupado.

As considerações finais levam ao entendimento de que os fatores restritivos mais significativos estão relacionados com os aspectos econômicos, administrativos e da diferenciação dos sistemas de ensino. Quanto aos fatores facilitadores são destacados os aspectos relacionados ao idioma, a conscientização e a comunicação/informação. São apresentadas ainda, diversas sugestões a níveis de linhas de pesquisa e de políticas públicas para a integração universitária, além de outras considerações que, embora não tenham um caráter conclusivo, apresentam tendências da percepção dos entrevistados sobre o tema.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to characterize the restrictive and facilitative factors of academic integration in MERCOSUL, specifically in the perception of government representatives, academic experts and executives. This theme is part of the discussion on the current phase of global capitalism, dealing primarily, with the process of regional integration, taking into consideration the important role played by education in this historical moment.

The theoretical framework raises the question of university educations, its models, its organization, the challenges of the institution in the face of the irreversible transnationalization of the world economy. Models of integration and familiar theories of globalism will be discussed in relation to the process of integration of MERCOSUL. A description of the process of integration of MERCOSUL is presented: its background, the current situation of the college formation teaching system of MERCOSUL member countries, a compendium of the appropriate literature on the restrictive and facilitative factors of academic integration and the presentation of "Plano Trienal de Educação", a document which marks the discussion of the theme, in governmental level, in the process of regional integration.

The methodology is mainly qualitative, making use of simple statistic resources (frequency tables), being a descriptive/exploratory paper that favors the study of multicases with transverse cut.

The body of work is build using as a basic instrument the interview and the reference in secondary sources such as: specialized articles, periodicals, ... Finally, it attempts to characterize the two main categories of analysis: Groups of Interest and Perception.

On the presentation and analysis of the body of work is used the technique of content analysis for the building of verbal reports, the consolidation of these reports in categories and the presentation of these categories in frames and/or simple frequency tables with the descriptive and analytic analysis of each aspect gathered.

The final considerations lead to the understanding that the most significant restrictive factors are related to the language, to awareness and to communication/information. There are yet presented several suggestions on research and public politics basis for the academic integration, no to mention other consideration that, although they do not have a conclusive character, they present tendencies of the interviewee perception about the theme.

APRESENTAÇÃO

O tema, Fatores Restritivos e Facilitadores da Integração Universitária no MERCOSUL, está inserido no contexto da Globalização das economias mundiais ¹ na atual fase do capitalismo global. A necessidade de inserção do CONESUL no mercado internacional com maior competitividade, explica a formação do Mercado Comum do Sul. Esta investigação tem no contexto da Integração Regional com sua dinâmica, suas implicações: econômicas, sociais, educacionais, políticas, ..., o "locus" privilegiado de sua análise.

¹ "Por economia mundial entende-se a economia do mundo globalmente considerado, <o mercado de todo universo>, como já dizia Sismondi. Por *economia-mundo*, termo que forjei a partir do alemão *Weltwirtschaft*, entendo a economia de uma porção do nosso planeta somente, desde que forme um todo econômico. Escrevi, já há muito tempo, que o Mediterrâneo no século XVI era, por si só, uma ... economia-mundo, ou, como também se poderia dizer, em alemão ... <um mundo em si e para si>. Uma economia mundo pode-se definir como tripla realidade: - Ocupa um determinado espaço geográfico. Tem portanto limites que a explicam, e que variam, embora bastante devagar ...; Uma economia-mundo submete-se a um *pólo*, a um *centro* representado por uma cidade dominante ...; Todas as economias-mundo se dividem em zonas sucessivas. Há o coração, isto é, a zona que se estende em torno do centro ... Depois vêm as zonas intermédias à volta do eixo central e, finalmente, surgem-nas as margens vastíssimas que, na divisão do trabalho que caracteriza uma economia-mundo, mais do que participante são subordinadas e dependentes ... (BRAUDEL apud IANNI, 1995, p.27-8)

Sobre o tema, ver ainda:

BRAUDEL, Fernando. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Carlos da Veiga Ferreira. 2.ed. Lisboa: Editorial Teorema, 1986. p.85-7. (A primeira edição do original em francês é de 1985).

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. Lisboa: Martins Fontes Editora, 1984. 2.vols.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial: (la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el Siglo XVI)**. Trad. Antonio Resines. Siglo Veintiuno. México: Editores, 1979. p.489-91.

----- **El moderno sistema mundial: (II. El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea - 1600-175)**. Trad. Pilar López Mañez. Siglo Veintiuno. México: Editores, 1984.

O presente trabalho é uma Dissertação de Mestrado com a finalidade precípua, dentre outras, de qualificar o seu autor a obter o título de Mestre em Administração, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao se estabelecer uma ordem para a apresentação do trabalho procurou-se responder à seguinte série de questionamentos: O quê? Para quê? Porquê? Como? Foi realizada a investigação que ora passamos a relatar.

O Capítulo I é composto de uma breve introdução ao tema definindo o problema de pesquisa, apresentando os objetivos gerais e específicos, assim como a justificativa teórica e prática.

No Capítulo II, apresenta-se uma base teórico-empírica do estudo. Discute-se inicialmente as idéias de universidades tradicionalmente apresentadas, os modelos de Integração Regional, as Teorias de Globalização mais defendidas. Apresenta-se uma descrição do processo de integração do MERCOSUL contendo: seu histórico, contexto atual, fatores restritivos e facilidades da Integração Universitária no MERCOSUL. e, no final deste tópico, procura-se um instrumental teórico com fragmentos de idéia de universidade pluralista, isto é, multiversidade, com base em estudos de MOROSINI E FRANCO que descrevem algumas características da universidade no contexto atual latino-americano. Neste Capítulo faz-se ainda, a apresentação do Plano Trienal de Educação, um documento que marca a discussão do tema, a nível governamental, no processo de integração regional.

O Capítulo III, refere-se à metodologia utilizada, os critérios para a escolha dos grupos, apresenta as categorias de análise e os procedimentos para a análise e descrição dos dados.

O Capítulo IV trata da análise e apresentação dos dados consolidados tecendo considerações de ordem descritiva e análise pontuais dos aspectos temáticos investigados.

Por último, aborda as considerações finais da investigação, quando se procura estabelecer uma relação entre o estudo exploratório empírico e os construtos da fundamentação teórica.

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema

A globalização foi definida por GIDDENS como sendo

a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. (1991:69)

A fluidez do espaço geográfico estabelecida pela evolução das comunicações globaliza as informações em tempo real, o que implica a circulação, com maior velocidade, de mercadorias e dos meios técnico-científicos necessários a sua reprodução, facilitando a forma de organização e de gestão, permitindo assim um movimento contínuo de descentralização e centralização.

Para WALLERSTEIN, "o capitalismo foi uma influência globalizante fundamental" (apud GIDDENS, 1991:74) ao estabelecer uma ordem econômica, e não política.

Para GIDDENS, o processo de globalização se apoia nas dimensões do capitalismo mundial, no sistema de Estados-Nação, na divisão internacional do trabalho e, por fim, na ordem militar.

A década de 90 se caracteriza pela formação de grandes blocos econômicos, pela transnacionalização político-econômica. A formação de um

bloco econômico aumenta a competitividade de seu capital, influencia a divisão internacional do trabalho e aumenta a interdependência dos Estados-Nação que o compõem. Paralelamente, movida pela necessidade de manter o regime de acumulação, desencadeia-se a formação de outros blocos econômicos, que buscam apenas não perderem a competitividade, como também resguardar o mercado consumidor (tanto o mercado interno quanto o mercado externo que já tenha acesso procurando inclusive ampliá-los). Esta tendência político-econômica da globalização, paradoxalmente, leva à fragmentação.²

A dinâmica da globalização explica a formação do MERCOSUL a partir do Tratado de Assunção, em 1991. Contudo, o processo de integração econômica da América Latina vem sendo discutido desde 1948 pela CEPAL, tendo como marco principal o notável trabalho apresentado por RAUL PRESBISH intitulado "Studio - 1949" junto à ONU. O tema "Integração Econômica da América Latina" propiciou a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), através do Tratado de Montevideu (18/02/60). Tal iniciativa não obteve o êxito pretendido, segundo alguns analistas, devido às políticas de substituição de importação implementadas por alguns países (SANTOS, 1992:10), resultando, portanto, na elaboração de acordos bilaterais, no Pacto Andino, ALADI, PICE (Brasil/Argentina) e outros.

² Isto é, a constituição de blocos econômicos regionais que procuram manter um mercado regional supranacional e ao mesmo tempo ganhar competitividade para concorrer no mercado internacional.

"As tentativas de construção de um mundo só sempre conduziram a conflitos porque se tem buscado unificar e não unir. Uma coisa é um sistema de relações, em benefício do maior número, baseado nas possibilidades reais de um momento histórico; outra coisa é um sistema de relações hierárquico, construído para perpetuar um subsistema de dominação sobre outros subsistemas, em benefício de alguns. E é esta última situação que impera em todo o mundo. Hoje, o que é federativo a nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação mas de competição, tudo isso exigindo um rígido sistema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana. Com tais designios, o que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói. A dimensão mundial é o mercado. A dimensão mundial são as organizações ditas mundiais: instituições supranacionais, organizações internacionais, universidades mundiais, igrejas dissolventes, o mundo como fábrica de engano. Quando o Mundo está assim feito em toda parte, o embate ancestral entre a necessidade e a liberdade dá-se pela luta entre uma organização coercitiva e o exercício da espontaneidade. O resultado é a fragmentação". (SANTOS, 1993. p.19)

O tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, cria o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com a participação da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Nesse contexto, o MERCOSUL inicialmente priorizou

a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; a eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias; a coordenação de políticas macroeconômicas entre os Estados partes, a harmonização das legislações dos Estados partes nas áreas pertinentes ao processo de integração econômica. (MOROSINI, 1993:5)

A Educação, historicamente considerada pela CEPAL como uma área estratégica no processo de integração inicialmente preterida, passa a ser contemplada com o Plano Trienal para o Setor Educacional, aprovado em 26/27 de junho de 1992, em Las Leñas, Argentina.

Dentre os pressupostos deste plano, a Educação Superior é instigada a desenvolver diversas atividades, desde a formulação de sugestões às políticas públicas, às estratégias de desenvolvimento, às modalidades de gestão de sistemas econômicos e educacionais, à capacitação de profissionais até a busca de uma nova forma de parceria entre o setor produtivo e as universidades, procurando ainda estabelecer uma nova concepção da Educação Superior.

A formulação de políticas abrangentes são respostas que instituições públicas formulam segundo expectativas e pressões do ambiente externo. O plano trienal proposto é resultante não somente do entendimento de que a educação é uma área estratégica no processo de integração, como também das reivindicações dos grupos de pressão representados por especialistas em educação, administradores universitários, grupos de interesses ancorados nos diversos escalões dos governos e outros agentes que intervêm direta ou indiretamente nesse processo.

O processo de Integração Latino-Americano foi sempre um ponto de pauta nas discussões dos educadores e formuladores de políticas educacionais

destes países, nos fóruns de debates que congregam as categorias profissionais.

O debate do tema Universidade e Integração no MERCOSUL, no âmbito universitário, surge como uma das estratégias utilizadas pela comunidade acadêmica, principalmente os pesquisadores, de se inserirem no processo de integração. Observando a experiência acumulada pelas universidades européias de cooperação e intercâmbio com vistas a fortalecer o processo de integração, MOROSINI (1994) acredita que estas devam ser analisadas e comparadas e, distinguindo-se as diferentes realidades, procurar aproveitar estas experiências no planejamento das ações que visem a Integração da Educação Superior no âmbito do MERCOSUL. A diversificação dos programas (Erasmus, Delta, Eurydice, Comett, Eurotecne, Línguas), que visam à integração européia, comprova a importância dedicada ao tema pela Comunidade Econômica Européia (CEE), atualmente União Européia (UE), que reconhece o papel estratégico da Educação Superior no processo de integração e o papel de relevância das Universidades como participantes das estratégias de integração.

Em face das profundas diferenças entre os sistemas educacionais dos países componentes do MERCOSUL, assim como da diversificação de seus sistemas no âmbito nacional, a integração universitária torna-se um objetivo de difícil alcance com vários aspectos restritivos. Alia-se a esta diversidade dos sistemas educacionais a situação de penúria das populações e a escassez de recursos públicos para investimentos em pesquisa e educação.

Apesar das dificuldades da integração universitária no âmbito do MERCOSUL, são auspiciosas as iniciativas de pesquisadores dos diversos países na busca de um trabalho conjunto, o que se reflete em um número cada vez maior de seminários sobre o tema, expressando, nas palavras de MOROSINI (1994) *"uma produção mais coletiva"*. Outro fator impulsionador é o reconhecimento de que a Universidade possui condições objetivas para a produção e apropriação do conhecimento técnico-científico necessário ao processo de desenvolvimento.

No âmbito interno das instituições, outros fatores que condicionam o processo de integração são: cultura institucional, tamanho das organizações, ... Contudo, no presente trabalho procurar-se-á focalizar a análise nos grupos de interesses que atuam nas instituições e na interface destes com o grupo que representa os interesses governamentais.

Os profissionais que compõem a organização universitária se classificam, segundo GOULDNER, em dois pólos dicotômicos denominados de cosmopolitas e localistas³ (apud BIRNBAUM, 1988). Para BIRNBAUM (1988), a organização é influenciada pela relação entre estes dois grupos de profissionais, em face dos valores acadêmicos distintos cultivados, ou que refletem percepções diferentes sobre a concepção de universidade e sua gestão. (LOPES, 1993:11)

Os profissionais cosmopolitas tendem a possuir uma lealdade maior a sua área de atuação, à ciência e a seus pares do que à organização. Enquanto que os profissionais localistas possuem uma tendência de lealdade a sua organização, aos grupos locais e paroquiais.

Como resultante deste embate, os profissionais destas instituições formam grupos de interesse em potencial⁴, que poderão se aglutinar em um ou vários grupos com proposições diferentes e com respostas diferentes frente à conjuntura histórica que é o caráter irreversível do processo de integração regional.⁵

³ Ver

HANNERZ, Ulf. *Cosmopolitas e locais na cultura global*. In: FEATHERSTONE, Mike. (Coord.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Trad. Attilio Brunetta. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 437p.

⁴ Grupos de interesse: "É qualquer grupo que, a base de um ou vários comportamentos de participação, leva adiante certas reivindicações em relação a outros grupos sociais, com o fim de instaurar, manter ou ampliar formas de comportamento que são inerentes às atitudes compartilhadas." (TRUMAN apud BOBBIO, 1995. p.564)

Ver ainda:

MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. Trad. Miguel Naillet. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386p.

Discorrendo sobre a integração universitária, FRANCO (1994:201) observa que a relação entre a Academia e o governo produz reflexões diferentes sobre o mesmo tema, afirmando que *"a leitura da academia não é a mesma leitura daqueles que vivem o cotidiano político-administrativo."* A partir destas reflexões se propõe como objeto de estudo e de análise a relação e a percepção entre três grupos de interesse: 1) Representantes de Governo, composto por membros do Comitê Coordenador Regional do MERCOSUL Educativo; 2) Especialistas Universitários, composto por professores que desenvolvem pesquisas sobre o tema; 3) Administradores Universitários, composto por administradores de primeiro e/ou segundo escalão de instituições universitárias.

WENDZEL (1980), ao analisar a formulação de políticas no âmbito das relações internacionais, aponta, como fatores que exercem influência na formulação dessas políticas, os sistemas de governos autoritários e democráticos, os partidos políticos e os grupos de interesse. Para o autor, tais grupos são predominantemente de natureza econômica e secundariamente de *"caráter profissional, ético, social e trabalhista."* (p.286)

DEUTSCH (1982) define grupo de interesse como sendo:

um conjunto de pessoas que esperam receber uma recompensa conjunta ou paralela como resultado de determinada seqüência de acontecimentos e que, desta forma, com grande probabilidade - não com toda a certeza - tendem a agir solidariamente no que se refere àquilo que acreditam constituir oportunidades comuns. (p.71)

DEUTSCH (1982) pondera que a atuação desses grupos de interesse é norteada por valores substantivos (poder, riqueza, respeito, honradez, bem-

WENDZEL, Robert. **Relações internacionais: o enfoque do formulador de políticas.** Brasília: UNB, 1980.

DEUTSCH, Karl W. **Análises das relações internacionais.** 2.ed. Brasília: UNB, 1982.

⁵ LAREDO, Iris Mabel. **Transfondo político de los procesos de integración.** In: Marília Costa Morosini (Org.). **Universidade no MERCOSUL: condicionantes e desafios.** São Paulo: Cortez, 1994.

estar, saber, habilidade, afeto) e instrumentais (segurança, liberdade, integridade, dignidade, legitimidade e harmonia cognitiva). (p.70)

Ao discorrer sobre os grupos de interesse, salienta que:

nos últimos anos um novo grupo de interesses relativamente gerais surgiu em vários países em desenvolvimento, assim como em alguns países mais adiantados, e é bem possível que tenha vindo para ficar. Esse grupo consiste nas universidades, com seus estudantes, faculdades, grupos de pesquisa e administrações, juntamente com o crescente número de instituições científicas e de pesquisa e as "indústrias do pensamento" de fora do âmbito universitário... Toda essa atividade em expansão torna-se necessária em razão da demanda, tanto de uma tecnologia crescente ou de uma organização social e econômica mais complexa, como de um setor governamental e público em desenvolvimento. O conseqüente crescimento das universidades e suas ramificações portanto, dificilmente, sofrerá retrocessos ou qualquer redução em seu ritmo no futuro próximo. (DEUSTCH, 1982:76)

Diante da exposição acima, entende-se que a opinião dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários sobre os fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no contexto do MERCOSUL, pode vir a sugerir uma perspectiva para compreensão da realidade, fornecendo subsídios para a formulação de estratégias que objetivem dinamizar o processo de integração, como também subsidiar a formulação de indicadores que possibilitem avaliar as políticas e programas sobre a Educação Superior no âmbito do MERCOSUL.

A relevância da Educação Superior, a opinião dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários como grupos de interesse que interferem na formulação e execução de políticas públicas comuns para o Educação Universitária nos países do MERCOSUL, é um tema que oportunizou reflexões que culminaram na formulação do seguinte problema de pesquisa:

Na percepção de representantes de governos, especialistas e administradores universitários, quais são os fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL?

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral

- Identificar, na percepção dos representantes de governos, especialistas e administradores universitários, fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar a concepção de integração no MERCOSUL na percepção dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários;
- Verificar o grau de congruência entre as percepções dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários sobre os fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL;
- Verificar o grau de congruência entre as percepções dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários sobre a concepção de integração no MERCOSUL;
- Identificar as opiniões dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários sobre o Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL;
- Verificar o grau de congruência entre as opiniões dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários sobre o Plano Trienal de Educação;

- Recomendar linhas de ações para formulação e avaliação de políticas públicas com vista a fortalecer o processo de integração universitária no MERCOSUL;
- Sugerir novas linhas de pesquisa.

1.3 Justificativa

A formação dos megablocos econômicos e a importância com que as estratégias de integração destes blocos atribuíram ao tema Universidade e Integração torna evidente a atualidade da investigação em termos gerais.

Teoricamente, a investigação de fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL poderá fornecer subsídios para a formulação de indicadores para a avaliação de políticas públicas educacionais conjuntas no âmbito do MERCOSUL. A opinião dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários poderá vir a retratar a relação destes grupos, componentes da ambiência externa, e a influência que exercem na formulação e implementação de políticas públicas sobre a integração universitária, contribuindo para o desenvolvimento teórico-empírico na área de estudos organizacionais, possibilitando o surgimento de instrumentos analíticos que permitam racionalizar o processo de planejamento e a implementação de políticas públicas que objetivem uma maior integração universitária.

Em termos práticos, justifica-se como um diagnóstico das perspectivas da ambiência externa que pode fornecer subsídios às instituições universitárias e outras na formulação de acordos, programas e projetos de intercâmbio e cooperação com vistas a fortalecer o processo de integração.

CAPÍTULO II

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

Este capítulo tem o objetivo de apresentar uma revisão da literatura especializada sobre os temas: Universidade - a idéia, a organização e os desafios diante da integração regional; os Modelos de Integração e Teorias da Globalização, visam apresentar as principais vertentes do pensamento contemporâneo que buscam apresentar um construto lógico sobre o fenômeno da intensificação crescente das relações comerciais em todo o planeta; o Processo de Integração do MERCOSUL procura fornecer subsídios sobre a atual dinâmica da integração regional, seus antecedentes, o contexto, os sistemas de ensino superior e uma síntese do Plano Trienal de Educação.

2.1 Universidade

2.1.1 A Idéia

O termo universidade tem origem no Latim "universitas", que transmite a idéia de um ambiente, "unus", voltado "versus", para uma pluralidade de objetivos.

Na antigüidade clássica, precederam a universidade, as academias e ginásios (Grécia); na Idade Média prevaleceu a idéia de uma comunidade de sábios e estudantes que buscavam conservar e transmitir o conhecimento.

Com o advento do Iluminismo, da razão do homem, da ascensão do racionalismo, a partir do século XVIII, é que se criaram as concepções de universidade que temos hoje. Essas concepções são modelos ideais e estão ligadas aos objetivos da instituição.

a) A UNIVERSIDADE COMO AMBIENTE DE EDUCAÇÃO

Este modelo, denominado também de modelo Inglês, foi proposto em 1882 por JOHN HENRY CARDEAL NEWMAN em sua obra "The idea of a University". Esta concepção tem como pressuposto a difusão do saber, sendo a universidade o lugar de ensino do saber universal.

Para NEWMAN, a universalidade do saber deve-se sobrepor a sua especialização *"a universidade é um lugar de ensino do saber universal. Isso implica que seu objetivo é ... a difusão e a extensão do saber antes que seu avanço."* (apud DREZE, 1983:34) Continuando, enfatiza a transmissão e conservação do conhecimento mais que a pesquisa e justifica esta afirmativa por considerar que *"se a universidade tivesse por objetivo a descoberta científica e filosófica, não vejo porquê ela devesse ter estudantes."* (apud DREZE, 1983:34)

Considera ainda NEWMAN que *"descobrir e ensinar são funções distintas; são também dons distintos que estão raramente reunidos em uma só pessoa."* (apud DREZE, 1983:35)

Para NEWMAN, a universidade deve propugnar por uma educação universal e liberal, entendendo por educação liberal a educação *"considerada em si mesma, é simplesmente cultura da inteligência; em si, seu objetivo é a perfeição intelectual em mais ou menos."* (apud DREZE, 1983:37)

Ao priorizar a formação intelectual sobre a profissional, NEWMAN justifica que

a inteligência, em vez de ser formada ou sacrificada a qualquer fim particular ou acidental, a qualquer estado ou profissão específica, a qualquer estudo ou ciência particular; é disciplinada por si mesma,

pela percepção de seu objeto próprio e pelo nível mais elevado de sua própria cultura. (apud DREZE: 1983:38)

b) A UNIVERSIDADE COMO COMUNIDADE DE PESQUISADORES

KARL JASPERS(1923 a 1961), adepto do pensamento humboltiano, acredita que a universidade deve dar primazia à pesquisa, e não ao ensino, e que deve haver uma unidade da pesquisa e do ensino em busca da verdade. Esta concepção, também denominada modelo alemão, caracteriza-se por acreditar que a atitude científica estimula a formação global do indivíduo. O ensino superior é um privilégio para intelectuais (elite), é o ponto de partida para uma educação permanente, deve estimular a reflexão. A autonomia e a liberdade acadêmica são essenciais para a organização da instituição.

JASPERS defende a idéia de que

a humanidade aspira à verdade: os indivíduos como as sociedades querem se fundamentar sobre ela e nela viver. ... Que a busca da verdade prossiga, em toda a parte, sem constrangimento, é um direito da humanidade como humanidade. (apud Dreze, 1983:48-9)

Ao defender a prioridade da pesquisa, ressalta que

a atitude científica repousa sobre o caráter metódico do raciocínio e da descoberta ... Esta atitude é condição necessária de toda a verdade - e a universidade não poderia prosseguir na descoberta da verdade sem reconhecer a pesquisa científica como tarefa primeira ..." (apud DREZE, 1983:49)

A atitude científica, embora seja uma condição necessária, não permite por si só a apreensão da verdade; para ser validada, *"deve ser orientada por uma reflexão filosófica fundada sobre o princípio da unidade do ser."* (Dreze, 1983:50) A unidade da pesquisa e do ensino é entendida como sendo uma "aprendizagem" contínua. *"O estudante descobre e adquire a atitude científica"* (DREZE, 1983:50) ao lado do mestre. O ensino é, portanto, o resultado de um treinamento constante para a pesquisa.

c) A UNIVERSIDADE COMO UM CENTRO DE PROGRESSO

Conhecido como modelo norte-americano, foi proposto por A. N. WHITEHEAD, sob a influência do modelo inglês, contudo mais autônomo e democrático.

A independência da universidade é apregoada em face do entendimento de que nem sempre as ações do Estado buscam o progresso e ela, como um agente progressista por excelência, tem a função de reorientar o próprio Estado. O ensino e a pesquisa devem voltar-se para o progresso; a cultura e a ciência não são fins em si mesmas. A simbiose entre aluno/professor gera a reflexão entre gerações e estimula a criatividade, o que possibilita o progresso. Caracteriza-se pela autonomia, pela interdisciplinaridade e pelo corpo docente criativo.

Para WHITEHEAD, a sociedade aspira ao progresso, pois

o que importa para uma nação é a existência de uma relação muito estreita, entre seus elementos progressivos de todos os gêneros, de tal sorte que o estudo influencie o lugar público e reciprocamente. As universidades são os principais agentes desta fusão de atividades progressivas num instrumento eficaz do progresso. Elas não são naturalmente os únicos agentes mas, hoje, é um fato que as nações progressivas são também aquelas onde as universidades são florescentes. (apud DREZE, 1983:64)

Estimular a criatividade através de uma simbiose entre a pesquisa e o ensino deve resultar na *"conservação e transmissão da ciência adquirida, de uma parte, pesquisa criadora de outra parte."* (DREZE, 1983:67) Contudo, ressalta WHITEHEAD, *"a simples realização desta dupla tarefa não constitui a razão de ser fundamental de uma universidade e não esgota o papel que lhe cabe na obra do progresso."* (apud DREZE, 1983:67)

A organização universitária deve ter a preocupação de reunir um quadro docente qualificado, recrutamento eficaz, organização administrativa, mais a adoção de métodos ativos de ensino que permitam a utilização dos conhecimentos em trabalhos práticos que visem o progresso.

d) A UNIVERSIDADE COMO MOLDE

O modelo napoleônico de universidade, em antítese ao modelo anterior, colocava a universidade a serviço do Estado, como uma reprodutora da ideologia dominante, cabendo-lhe preservar a ordem social pela defesa de uma doutrina comum, assegurando a diversidade de idéias aliada ao ensino profissional voltado às áreas de interesse do Estado.

Caracteriza-se pela hierarquia, burocratização, uniformidade de programas e estruturas que se superpõem com pouca interação.

As universidades latino-americanas, em sua maioria, derivam do modelo francês consolidado por Napoleão em 1815.

Para DREZE, "*Napoleão é, antes de tudo, um homem de Estado, um militar cioso de restaurar uma autoridade central forte, após os abalos violentos, que, durante anos agitaram a sociedade francesa.*" (1983:84) Segundo essa concepção, idealizou uma universidade que fosse um aparato político e institucional de preservação do Estado e a este subjugada, cabendo-lhe cumprir tarefas de cunho ideológico-doutrinário que se

exprime sob uma forma positiva pela preocupação de regular os princípios da moral e da política. Todas as escolas da Universidade Imperial tomarão por base de seu ensino: 1) os preceitos da religião católica; 2) a fidelidade do imperador à monarquia imperial, depositária da felicidade dos povos e à dinastia napoleônica, conservadora da unidade da França e de todas as idéias liberais proclamadas pela constituição; 3) a obediência aos estatutos do corpo docente, que têm por objeto a uniformidade da instrução, e que concorrem para formar para o Estado os cidadãos ligados a sua religião, a seus princípios, a sua pátria e a sua família." (AULARD in DREZE, 1983:86)

e) A UNIVERSIDADE COMO FATOR DE PRODUÇÃO

Concebida por um Conselho de Ministro da ex-URSS, é também chamada de universidade funcional, e visa como as demais ao ensino, à pesquisa, ao progresso, sendo também um molde, por estar subordinada ao Estado. Em última instância, está a serviço da construção do socialismo,

segundo uma visão marxista-leninista. Organiza-se sob forte hierarquia, com planificação central do ensino e da pesquisa, com ampla prestação de serviços, gratuita, com um processo seletivo baseado em "numerus clausus", segundo uma política de desenvolvimento do Estado.

f) A UNIVERSIDADE E A COMUNIDADE - MULTIVERSIDADE

Proposta por CLARK KEER (1982), com base na experiência dos "Land-Grant-universities", a idéia de universidade está ancorada no conceito de ser uma "*instituição no centro dos acontecimentos.*" (KEER apud SANTOS, 1995:206) Caracteriza-se por ser uma organização

funcionalizada, disponível para o desempenho de serviços públicos e a satisfação de necessidades sociais conforme as solicitações das agências financiadoras, estatais e não estatais. (SANTOS, 1995:206)

Várias foram as críticas ao modelo, desde a sua vulnerabilidade aos interesses de grupos dominantes em face à necessidade de captação de recursos direcionando a sua produção, até a possibilidade de se relegar a segundo plano o ensino e a pesquisa e capitulando diante as exigências do governo e de outras instituições. Este modelo traduz um forte "*apelo ideológico e ... continuasse a traduzir em programas de orientação social, sobretudo no âmbito comunitário.*" (SANTOS, 1995:207)

Baseiam-se fundamentalmente nas atividades de Ensino e Extensão e a pesquisa está voltada para a utilidade, a aplicabilidade imediata. Uma variante desta concepção de universidade pode ser atribuída a CRISTOVAM BUARQUE, que politiza o conceito e os objetivos da universidade. Notavelmente acredita que

a política da universidade deve combinar o máximo de qualidade acadêmica com o compromisso social ... o que caracterizará o produto, portanto, é a sua qualidade, sua condição de elite, mas o que caracterizará o seu uso é o seu compromisso amplo - a sua condição antielitista." (1986:22)

Da mesma forma que o pensamento de BUARQUE sobre a responsabilidade social das Universidades o leva a propor o seu engajamento em atividades de ensino, pesquisa e extensão que priorize um programa de reforma social, outros interpretam esta responsabilidade social voltando o potencial da universidade para o desenvolvimento da indústria, ao apoio às entidades governamentais na elaboração de projetos e estratégias de desenvolvimento.

g) DA IDÉIA DE UNIVERSIDADE À UNIVERSIDADE DE IDÉIAS

Proposta por BOAVENTURA SANTOS (1995), em seu livro intitulado "Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade" apresenta um conjunto de onze teses para uma universidade pautada pela ciência pós-moderna (SANTOS, 1995:223). A seguir uma síntese da proposta do autor.

O paradigma da modernidade com seus conflitos e crises condiciona uma idéia de universidade com múltiplas crises, que só serão resolvidas se e quando for resolvida a própria crise da modernidade.

As racionalidades que constróem a modernidade têm na universidade um "locus" privilegiado. "As *ciências da natureza apropriaram a racionalidade cognitivo-instrumental*⁶ e as *humanidades distribuíram-se pelas outras duas*" racionalidades, *moral-prática*⁷ do direito e da ética e a *estético-expressiva*⁸ das artes e da literatura. (SANTOS, 1995:223) A universidade pretendia constituir-se "em sede privilegiada e unificada de um saber privilegiado e unificado feito dos saberes produzidos pelas três racionalidades ..." (SANTOS, 1995:223) Esta pretensão esbarra na dicotomia das ciências sociais que oscilou entre a racionalidade cognitivo instrumental e a moral-prática. A balança pendeu em

⁶ Racionalidade cognitivo-instrumental apropriada pelas ciências da natureza representam o paradigma da ciência moderna. (SANTOS, 1995. p.223)

⁷ Racionalidade moral-prática distribui-se nas humanidades, especialmente na área do Direito e da Ética. (SANTOS, 1995. p.223)

⁸ "Racionalidade estético-expressiva distribui-se nas ciências sociais, especialmente nas área das Artes e Literatura." (SANTOS, 1995. p.223)

favor das ciências da natureza, resultando na hegemonia da racionalidade cognitivo-instrumental que representa o paradigma de ciência moderna. Um paradigma em crise, portanto, uma idéia de universidade moderna em crise.

A transição paradigmática da modernidade para a pós-modernidade (mudança do paradigma de ciência) está em curso, é uma aposta imprevisível. Para SANTOS (1995:223) a universidade deve entender que neste momento histórico “*a ciência futuramente é a ciência revolucionária*”, caso ela fique presa a “*ciência normal*” será considerada uma instituição com o olhar para o passado.

Entende o autor que “*a natureza é cada vez mais um fenômeno social e, enquanto tal, cada vez mais importante*” (1995:224), portanto a universidade não pode e não deve relegar as ciências naturais, a racionalidade cognitivo-instrumental à marginalização, mas tem o dever de se pautar pelas três racionalidades. A prioridade da racionalidade moral-prática e da estético-expressiva, se pautará na construção de um novo senso comum⁹. Permitindo, com isto, uma melhor regulação e distribuição dos benefícios incontestáveis conquistados pelo desenvolvimento científico com base na racionalidade cognitivo-instrumental. Subordinando o *know-how* técnico ao *know-how* ético levando em conta o impacto da ciência aplicada, da tecnologia. O caráter da universidade deixa de ser “*único e exclusivo do saber que produz e transmite para passar a residir no caráter único e exclusivo da configuração dos saberes que proporciona.*” (SANTOS, 1995:224)

Esta configuração se dá ao revalorizar os saberes não científicos e o próprio saber científico e buscar o aprofundamento e a interação entre os saberes que proporciona. Compete-lhe organizar a distribuição destes saberes. Isto é, “*pensar até às raízes as razões porque não pode agir em conformidade com o pensamento.*” (SANTOS, 1995:225) Esta lucidez em excesso, esta “*abertura ao outro é o sentido profundo da democratização da universidade*”

⁹ SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Afrontamento, 1989.

———. *Um discurso sobre as ciências*. 8.ed. Porto: Afrontamento, 1996. 58p.

(SANTOS, 1995:225), é a condição e “*uma posição privilegiada para criar e fazer proliferar as comunidades interpretativas.*” (SANTOS, 1995:225)

Sugere ainda SANTOS que a universidade tem que manter a sua capacidade de questionamento, pensar novos imaginários sociais diante da evolução de novas gerações de tecnologias; buscar a “*autonomia institucional é a especificidade organizacional*” propondo uma gestão com base no modelo anarquia organizada. Reconhecer os currículos múltiplos e informais que circulam em seu interior, sem necessidade de formalizá-los. Reforçar a produção de idéias diante das funções materiais. Desenvolver uma consciência ecológica em uma sociedade à beira de um desastre ambiental, promover a transgressão classista em uma sociedade de classe, ... Entender que “*O verdadeiro mercado para o saber universitário reside sempre no futuro.*” (SANTOS, 1995:226)

h) OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As concepções de Universidade apresentadas encontram-se presentes nas universidades modernas, com predominância deste ou daquele modelo em cada instituição. O agrupamento de diversas características inerentes a cada modelo resulta em uma idéia de universidade pluralista.

As concepções anteriores têm, como ponto central de análise, a função da universidade e sua missão como uma instituição que atua na concretude do projeto iluminista da modernidade¹⁰. MOROSINI (1990), ao analisar a trajetória da universidade brasileira, focaliza sua análise na identidade histórico-cultural

¹⁰ “Fala-se, porém, num <projeto da modernidade> que recobriria de modo amplo e geral os últimos três séculos da cultura ocidental de extração européia. O início desse projeto estaria na distinção clara de três domínios anteriormente imbricados num único: ciência, arte e moral, com o posterior aparecimento de outros campos autônomos, como o da lei e o da política. Na base dessa divisão está a fragmentação da religião em domínios distintos do conhecimento, que dela gradativamente se afastam. Ainda no início do século XVII, ciência e religião formavam um par cujo divórcio poderia significar a fogueira para seu proponente – não um abstrato fogo do inferno mas um bem vivo fogo terrestre armado em praça pública. Foi o destino de Giordano Bruno e, quase, o de Galileu. O projeto dos iluministas consistiu em firmar os campos distintos em que o pensamento e a ação poderiam exercitar-se: a fé de um lado, a verdade (da ciência) de outro, o comportamento em seus circuitos próprios e a arte por sua conta. É o momento em que se começa a falar na <autonomia da arte>: a arte não está mais no projeto da religião mas

predominante na comunidade acadêmica, identificando três modelos para as Universidades Brasileiras: 1) profissionalizante ou napoleônico (até os anos 40), que objetiva primordialmente a formação profissional; 2) latino-americano ou de democratização (até os anos 70), que objetiva a participação da universidade no desenvolvimento e na democratização política da sociedade brasileira; 3) Pesquisa ou modelo alemão (a partir dos anos 70) que prioriza a pesquisa e a pós-graduação.

Afirma ainda MOROSINI (1992)

Na realidade, similar aos sistemas de ensino superior da América latina, existe no ensino superior brasileiro uma identidade fragmentada e próxima a um modelo híbrido,¹¹ resultante do jogo de idéias e ideologias, frente a uma realidade variável e em permanente alteração¹².

Assim, quando pensamos sobre o que seria a idéia de universidade hoje, deparamo-nos com um modelo híbrido, portador de pelo menos três identidades distintas, com seu aporte de racionalidades diversas. De tal forma que, a exemplo do que faz HABERMAS (1987, p.4), poderíamos perguntar-nos: teria a universidade que se deixar cair, como um invólucro vazio, nessa sua caminhada para a especialização funcional dentro de um sistema científico em

em seu próprio projeto – é a arte pela arte, mas não com o sentido pejorativo que os defensores do comprometimento social da arte mais tarde iriam atribuir a essa expressão. É a arte que, simplesmente, deixa de se atrelar a decisões exteriores e, no caso, especificamente religiosas. É o momento, ainda, em que o conhecimento e a expressão se especializam. No século XVI um mesmo homem podia avançar pelos caminhos da ciência, da técnica, da estética, da arte e outros tantos ... (TEIXEIRA COELHO, 1995. p.20)

Ver ainda:

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 3.ed. Trad. Elia Ferreira Edel. Rio de Janeiro: Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Porto: Afrontamento, 1989

¹¹ SCHERZ (1986), identifica na América Latina uma série histórica de modelos que se estendem desde o profissionalizante (fase estática, crítica e dinâmica dualista), até o de modernização, com o enclive da reforma democrática e retomando a um modelo modernizador da multiversidade criolla, mais recentemente com fins empresariais. (MOROSINI, 1992: 20-1)

¹² BRUNNER (1990), "afirma que a idéia e os modelos de educação superior incluem os "diversos" modelos importados (napoleônico, alemão, norte-americano e britânico), mas não coincidem com eles. Seriam "cópias originais" recolhidos dentro de processos históricos autóctones." (MOROSINI, 1992:20-1)

diferenciação acelerada, àquilo a que em tempos chamara a sua idéia?

Ao Responder ao seu próprio questionamento, ele insiste em que a idéia de universidade não estará morta enquanto houver unidade de funções enraizadas no mundo da vida.” (p.20-1)

FRANCO (1994), em seu artigo *Universidade e Regionalização: questões candentes*, analisando a idéia de Universidade como instituição de conhecimento, entende que

... nas universidades brasileiras o que prevalece não é a unidade da pesquisa e do ensino, assim como não é a associação entre as funções. Tal articulação ocorre nos cursos de pós-graduação (mestrado e/ou doutorado). A matriz da universidade de pesquisa brasileira é dupla, justapondo a pesquisa e o ensino.” (FRANCO, 1991)

Nesta dupla matriz foi gerada a universidade da década de 80 (p.203). A autora procura ainda estabelecer a relação entre as ações governamentais, a partir da reforma de 1968, e os movimentos associativistas da comunidade acadêmica e outros grupos de interesse da sociedade civil, as tensões, os conflitos e as “*profundas mudanças*” que o confronto, o embate entre estes operam e a construção de um novo imaginário para a universidade. Para FRANCO (1994):

Tais mudanças se expressam em novos modos organizacionais, marcados pela emergência de relações institucionais com participação ampliada dos segmentos e com nítida cultura institucional¹³ antecipativa às inferências do Estado, o que se reflete na gestão e nos objetivos da universidade, trazendo, para a pauta das discussões, a universidade do ensino e da pesquisa, assumida pelo projeto alemão, como não é a simbiose entre as funções que marca a universidade norte-americana.

Parece, isto sim, que está sendo produzido um novo imaginário sobre a universidade, com fortes pinceladas de seu compromisso

¹³ Ver: FIGURA 01, p. 22.

político-social cujo discurso veicula ensino e pesquisa mas cuja realidade poucas vezes apresenta as funções interligadas. (p.204)

FIGURA 01
CULTURA INSTITUCIONAL, IDENTIDADE HISTÓRICA DA UNIVERSIDADE E POLÍTICAS BRASILEIRAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

| | UNIVERSIDADE EMERGENTE 1930 1940 | 1950 | UNIVERSIDADE QUESTIONADORA 1960 1965 | 1970 | 1975 | UNIVERSIDADE CONSOLIDADA 1980 | 1985 | 1990 |
|------------------------------|--|--------------------------|--|--|-------------------------------|---|------|--|
| UNIVERSIDADE | Submissão Realidade..... | | | | | | | |
| Cultura Institucional | Resistência Antecipativa..... | | | | | | | |
| Identidade Histórica | Francês..... Napoleônico | Latino..... Americano | Humboldtiano..... | LDBN..... | Reforma Universitária..... | LDBN (Proposta) | | |
| POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR | Estatutos das Universidades | | Elitização..... | Massificação Interior da Graduação (IES) | Expansão da Pós-Graduação | Pós-Graduação Pesquisa | | |
| | Agências Governamentais de Fomento | | Política Nacional De C & T..... | Planos Globais / Setoriais | | | | Decréscimo do Recurso Financeiro |
| POLÍTICAS DE C & T | Capitalis Agrário | | Capitalis Industrial | Modernização/ C & T | Internacionalização..... | | | Decreísmo Monopolista Associado |
| BASES ECONÔMICAS | POLÍTICAS- ECONÔMICAS | | Estado..... Autoritário | Redemocrat..... | Estado Autoritário | Redemocrat..... | | |
| | | | | | | Democratização - Eleição Presidencial / Constituição | | |

Fonte: MOROSINI, Marília C. et al. (Orgs.). Universidade e integração no Cone Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. p.59.

Legenda: C & T = Ciência e Tecnologia

LDBN = Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

IESI = Instituição de Ensino Superior Isolada

2.1.2 A Universidade Latino-Americana

Tornou-se comum dizer que as universidades latino-americanas são instituições estruturadas segundo o modelo napoleônico, isto é, que estas são controladas e estritamente supervisionadas pelo governo central obedecendo a mandatos, regulamentos válidos para toda a nação. (SCHARTZMAN: 1993:22)

Contudo, este modelo teve uma adaptação específica em cada país, embora tenha sido inspirado inicialmente no modelo francês, e resguarde algumas de suas características (forte dependência do estado, agência de desenvolvimento, uniformidade de programas, ...) até hoje em cada nação a universidade se solidificou com suas especificidades, diante da adoção de diferentes políticas públicas em diferentes períodos.

Para DURHAM (1995)

quando se examina detalhadamente a situação atual e a evolução recente dos sistemas de Educação Superior (SES) na América Latina ... a característica mais aparente é a inexistência de uniformidades visíveis e coerentes.

As políticas públicas têm variado enormemente de um país para outro, e dentro do mesmo país, em períodos diversos. Quando se detectam uniformidades, como o crescimento da matrícula, os ciclos de crescimento e a extensão do fenômeno são muito diversos nos diferentes países. Analisa ainda, que os problemas possuem uma similaridade, embora sejam equacionados e enfrentados por políticas diferentes e os governos operam com um conjunto de políticas limitadas (DURHAM, 1995) Os problemas semelhantes estão relacionados com a democratização da universidade, a avaliação, a gratuidade, o ingresso irrestrito ou seletivo, a gestão universitária, ... DURHAM afirma que a combinação diversa de políticas para equacionar tais problemas resultaram na criação de distintos Sistemas de Educação Superior. Sendo a tradição da constituição de Ensino Superior na América Latina a base para entender suas modificações posteriores.

O período colonial pela simbiose entre Estado e Igreja que criaram instituições públicas e ao mesmo tempo católicas, a confessionalidade era

admitida pelo Estado. Esta tradição só veio iniciar um processo de ruptura com a independência das colônias do jugo espanhol dando início ao crescimento da secularização¹⁴ das instituições de ensino superior. O Brasil por não possuir instituições de ensino superior antes do século XIX logrou uma tradição em que suas instituições, desde o início, se pautaram pelo princípio da laicidade¹⁵. No século XIX, em toda a América Latina, a revolução da educação superior se constitui no movimento de secularização, freqüentemente associado a oligarquia agrária ou a uma burguesia emergente (DURHAM, 1995). No Brasil, o sistema católico se consolidou, como um sistema privado competindo com o sistema estatal laico. Já na Argentina as instituições confessionais praticamente desapareceram diante do sistema estatal. No Uruguai e Paraguai é insignificante a presença das instituições confessionais.

Na América Latina as universidades sempre foram tidas como um instrumento para a modernização da sociedade, justificando o seu controle e financiamento pelo estado (modelo napoleônico). (DURHAM, 1995)

Esta concepção, que permanece até hoje, tem ministrado o quadro de referência dentro do qual se negociou os recursos, a autonomia e a organização das atividades acadêmicas, tem sido uma fonte importante de legitimação e proteção política das instituições de educação superior. Tal visão, que já estava presente desde a

¹⁴ Secularização é o processo de "desencantamento de que nos fala WEBER, que definiu a modernidade pela intelectualização, manifesta a ruptura necessária com o finalismo do espírito religioso que exige sempre um fim da história, realização completa do projeto divino ou desaparecimento da humanidade pervertida e infiel a sua missão." (TOURAINÉ, 1994. p.17)

"Secularização significa a perda progressiva de valores religiosos (cristãos) da vida humana ..." (BOBBIO, 1995. p.3)

¹⁵ O entendemos aqui "por laicização não é, portanto, nem a presença nem a ausência de nenhuma crença (ou não crença) em particular. É a separação instituída entre a Igreja (e também o Estado) e, as instituições de pesquisa e de ensino. Em nome da verdade, da qual asseguravam ser depositárias, as Igrejas cristãs e a primeira em data, a Igreja romana, pretenderam durante muito tempo ter controle sobre o poder político e, ao mesmo tempo, sobre as instituições onde se constituem e se difunde o saber sob suas diferentes formas. Aliás o problema da laicização não concerne apenas às relações entre a Igreja e o Estado, mas também às relações entre o saber positivo e a Igreja." (BOUDON & BOURRICAUD: 1993. p. 365) A produção de conhecimento <no domínio da física e da filosofia da natureza ...>, distinguia-se cada vez mais claramente tanto do conhecimento vulgar quanto dos ensinamentos da teologia. O processo de laicização terminou por colocar o saber fora da jurisdição da Igreja; esse saber não pertencia mais ao domínio eminente dos teólogos, era assunto dos próprios sábios." (BOUDON & BOURRICAUD, 1993. p.365)

criação das universidades públicas laicas no século XIX, foi a mesma que motivou as reformas ocorridas no século seguinte.”
(DURHAM, 1995)

Outras características semelhantes são:

- um sistema orientado para o ensino, dirigiu-se principalmente para a formação profissional tanto das profissões liberais quanto das engenharias, consideradas essenciais para a modernização; a orientação profissional do ensino resultou num forte credencialismo;¹⁶

- a intensa politização da vida acadêmica, o movimento estudantil se sobressaiu até recentemente como um dos atos políticos mais importantes no processo de mudança e transformação dos sistemas de educação superior como também, dos regimes políticos e de toda sociedade. (DURHAM, 1995);

- até o início do século XX as instituições de ensino superior (universidades e outras) foram ocupadas pelas elites agrárias e comerciais urbanas, segundo a estrutura social dominante na América Latina. Tal composição se modificou com as reformas iniciadas na segunda década deste século que foram intensificadas nos anos sessenta e setenta. (DURHAM, 1995).

As reformas do sistema de ensino superior na América Latina, embora tenham ocorrido em períodos distintos se caracterizam pela presença marcante das organizações estudantis (que defendia a co-gestão, a extinção da cátedra, o ingresso irrestrito, ...) e as lideranças intelectuais (que defendiam a pesquisa e mudanças na estrutura e função da universidade).

As principais reivindicações se pautavam pela autonomia, co-gestão, valorização e gratuidade da educação pública, expansão das vagas, fortalecimento das reitorias, extinção ou diminuição das cátedras, criação dos departamentos e pesquisa.

¹⁶ Credencialismo é a vinculação entre o exercício profissional e a necessidade legal de ser portador de um título de curso superior para se ter acesso àquele mercado de trabalho.

As universidades se caracterizam como um grupo de organizações atípicas em face de um conjunto de especificidades não observado em outras organizações. A ambigüidade de objetivos, a fragmentação interna devido à autonomia baseada no profissionalismo, na especialização, na tradição (são instituições seculares), dificulta a mensuração de sua produção, pela natureza política de suas atividades, pelo tipo de clientela, pela vulnerabilidade ao meio ambiente, pela tecnologia problemática. (BALDRIDGE apud FINGER, 1988)

Para MACHADO DA SILVA (1991), é difícil definir claras relações meio-fim que possibilitem a criação de mecanismos para avaliação e controle sistemáticos, onde a "*tecnologia problemática*" implica definir o "*como fazer.*"

O uso de profissionais altamente especializados, para BALDRIDGE (1971), cria a necessidade de um processo decisório participativo, em face da existência de um público reativo. BALDRIDGE (1971) salienta que as características inerentes a estes profissionais contrariam os princípios da burocracia, exigindo um "*estilo diferenciado de administração.*" (LOPES, 1993:12) Estes profissionais se caracterizam pela não aceitação de supervisão, visto que demandam autoridade em suas áreas profissionais.

A universidade possui uma estrutura formal burocrática fundamentada nas características do "tipo ideal"¹⁷ de WEBER. Caracteriza-se pela divisão

¹⁷ "II. A conceituação weberiana de Burocracia se enquadra na sua análise dos tipos de domínio (Herrschaft). Os dois elementos essenciais desta tipologia são a legitimidade e o aparelho administrativo: WEBER, de fato, julga que <todo o poder procura suscitar e cultivar a fé na própria legitimidade> e que <todo o poder se manifesta e funciona como administração> (WEBER (1922), 1961, vol. I, p.208, vol. II, p.250). Conseqüentemente ele faz uma distinção entre domínio legítimo e não legítimo e, dentro do primeiro, entre domínio carismático, tradicional e legal-burocrático. O domínio carismático é legitimado pelo reconhecimento dos poderes e das qualidades excepcionais do chefe e o seu aparelho consiste tipicamente no grupo de <discípulos>, isto é, dos indivíduos escolhidos pelo chefe entre os membros da comunidade carismática (v. Carisma). A legitimidade do domínio tradicional é constituída pela crença nas regras e nos poderes antigos, tradicionais e imutáveis, enquanto o aparelho pode assumir quer formas patrimoniais quer feudais. O domínio legal é caracterizado, do ponto de vista da legitimidade, pela existência de normas legais formais e abstratas e, do ponto de vista do aparelho, pela existência de um staff administrativo burocrático. WEBER, portanto, define a Burocracia como a estrutura administrativa, de que se serve o tipo mais puro do domínio legal. O estudo weberiano dos <tipos ideais> de domínio inclui três diversos níveis de análise (Roth, 1970): o primeiro consiste na formulação de conceitos claramente definidos; o segundo na construção de modelos deduzidos de fenômenos históricos empiricamente semelhantes; o terceiro, na específica explicação, a partir desses modelos, de casos históricos particulares. É útil seguir esta tríplice perspectiva para expor a concepção weberiana da Burocracia." (BOBBIO, 1993, p.128)

horizontal e vertical do trabalho hierárquico formal, normas escritas e exaustivas, relações formais impessoais, sistema de carreira, remuneração conforme a especialização e hierarquia e outras. O modelo burocrático serve de suporte para um processo decisório racionalizado que, segundo MACHADO DA SILVA (1991), propõe-se a garantir uma maior previsibilidade da organização na realização de suas atividades e objetivos. Contudo, este modelo, para BALDRIDGE (1971), contém algumas falhas, pois não contempla os tipos informais de autoridade, a existência de grupos quase autônomos nas universidades (comunidade de profissionais), a existência de políticas diversificadas para atender a interesses de diversos grupos. Face a esta consideração, sugerem-se outros modelos para análise do processo decisório nestas instituições. Resumidamente:

“O que WEBER pretendia obter com a construção desses conceitos era, em primeiro lugar, dotar as Ciências Sociais de univocidade conceptual. Quanto a seu conteúdo, o tipo-ideal era apresentado por WEBER como uma utopia à qual não correspondia nenhum caráter de realidade, mas, pelo contrário, era obtido a partir de um <deslizamento> da mesma. O resultado era um instrumento puramente formal para a apreensão discursiva da realidade empírica. O tipo-ideal é construído a partir de uma <intensificação unilateral> da realidade, ou seja, uma exageração de alguns de seus elementos característicos a partir de um determinado <ponto de vista>. Esse fato pode dar a impressão de que o tipo-ideal poderia ser construído de acordo com o capricho de cada um. No entanto, tal construção deve satisfazer certas exigências formais, entre as quais figuram especialmente a consistência lógica e a não-contradição interna. WEBER delimitava negativamente o <tipo-ideal> opondo-o, por um lado, aos conceitos clássicos e, por outro, aos tipos estatísticos. Conceitos como <individualismo>, <imperialismo>, <capitalismo>, <mercantilismo>, observa WEBER, não poderiam ser determinados a partir da reunião abstrata daquilo que é comum a vários fenômenos concretos. Nem portanto ser construídos com base em médias estatísticas ... O tipo-ideal é uma construção racional que, cumprindo com algumas exigências formais, deve apresentar em seu conteúdo as características de uma utopia. De fato, o tipo-ideal nunca ou dificilmente pode ser achado na realidade, já que seu conteúdo configura uma arbitrária irrealidade, uma sugerida ficção, ou melhor, *atraver-nos-íamos* a dizer, uma exageração da realidade, especialmente das tendências de alguns aspectos dela, que tornam o quadro típico-ideal desproporcional com relação à realidade.” (MAX WEBER, Parte 2, 1992)

Ver ainda:

CAMPOS, Edmundo (Org.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

MACHADO, Clóvis et al. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: **Anais da ANPAD**, vol. 6. Belo Horizonte: MGSP Editores, 1990.

MOTTA, F. C. Prestes e PEREIRA, L. C. Bresser. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOUZELIS, Nicos P. **Organizacion y burocracia**. Barcelona: Editora Peninsula, 1973.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

MODELO BUROCRÁTICO - que apresenta a universidade como unidade social burocrática, baseada no princípio da racionalidade, e organizada para maximizar a eficiência. Possui uma esfera específica de competência, com cargos hierarquizados, e se regula por normas e regras escritas. Para LEITÃO (p.185), no entanto, este modelo não é suficiente para explicar os sistemas de formulação de políticas e o tipo de poder não formal, baseado no conhecimento especializado, característico neste tipo de instituição.

MODELO COLEGIADO - apresenta a universidade como uma comunidade de estudiosos, que tendem a não se submeter ao processo hierarquizado da burocracia, reivindicando a participação da comunidade acadêmica nas decisões, que são tomadas por consenso entre os pares.

MODELO POLÍTICO - baseado no pressuposto de que o processo de tomada de decisões em universidades obedece mais a parâmetros políticos do que àqueles denominados burocráticos, objetiva incluir fatores de consenso e processos burocráticos de tomada de decisões. Neste modelo, a autoridade formal é limitada e pressionada pela influência dos diversos grupos, e as decisões, muitas vezes, resultam de compromissos negociados entre os grupos competidores (internos e/ou externos).

MODELO ANARQUIA ORGANIZADA - apresentado por COHEN e MARCH (1974), dado às suas características únicas e estruturas pouco claras, já mencionadas. Segundo esta imagem, as universidades diferem radicalmente de uma burocracia organizada e seus dirigentes institucionais servem primariamente como catalisadores; mais do que conduzir, canalizam as atividades; não mandam e nem negociam; não planificam de forma ampla mas facilitam a continuação de um processo." (VAHL, 1991:120)

2.1.3 Os Desafios da Universidade diante do Processo de Integração

As universidades passam hoje por um processo de mudança e adaptação diante do novo contexto de transnacionalização dos sistemas econômicos.

O caráter transnacional da ciência e tecnologia cria uma permanente tensão resultante das pressões de uma visão cosmopolita transnacional e as emergentes necessidades nacionais, regionais, localistas.

Esta contradição é parte integrante da própria idéia de universidade, e, respeitadas as diferenças históricas, sempre estiveram na concepção plena das organizações universitárias, desde a sua constituição (no século X ao

abrigarem estrangeiros, ao incentivarem a laicidade durante a idade média)¹⁸ até nossos dias. São duas condições em contínuo movimento conflitivo que estão em maior ou menor grau presentes nestas instituições. (KERR, 1990)

Sendo o conhecimento um dos principais fatores de produção das sociedades pós-industriais¹⁹, globalizadas, o “locus” da ciência e da tecnologia já não encontra apenas nas universidades um lugar privilegiado, vai se fundamentando no “mundo da vida” sendo, às vezes, parte integrante das funções de outras organizações. HABERMAS (1987), ao analisar a questão, afirma que prioritariamente a

atividade científica continua, até hoje, a desenvolver-se no âmbito de um sistema de instituições com funções múltiplas e convergentes em escolas superiores científicas que de modo nenhum nasceram do horizonte do “mundo da vida” como as empresas capitalistas ou os organismos internacionais. Estamos ainda para saber se os grandes projetos e a investigação fundamental, deslocados para fora da universidade, são capazes de se libertar totalmente do processo generativo da ciência organizada no âmbito dessas universidades.

O reconhecimento de que o conhecimento é o principal fator de produção das sociedades de terceira onda, pós-industriais, a apropriação e a geração deste conhecimento, como também a sua aplicação, passam a ter uma lógica onde as dimensões econômicas (lucro, competitividade, ...), e de poder (hegemonia, dominação, ...) são priorizadas e representam as principais categorias de análise. (TOFLER, 1994)

Desta aproximação com o “mundo da vida”, da busca constante do seu papel da adaptação, da proposição, da participação na mudança, da readaptação, adotando uma postura pró-ativa, é que a universidade passa a perceber a sua função e os desafios da integração.

NEVES (1994) citando FISCHER & APPELT, enumera quatro funções para as universidades modernas: “*ela é o centro de formação, educação e*

¹⁸ KEER, Clark. The internalisation of learning and the nationalisation of the purposes of higher education: two laws of motion in conflict? In: **European Journal of Education**, vol. 25, n. 1.

pesquisa; ela passou a ser órgão executor da política científica estatal; ela serve a formação profissional; ela é uma instituição social ...”

Face às novas atribuições da Universidade aliada a fatores tais como a massificação do ensino, problemas financeiros, ..., NEVES (1994) acha natural *“que tenha havido um deslocamento das tarefas de pesquisa para”* outras organizações.

Para a autora *“as Universidades e todas as demais entidades que compõem o sistema de ensino superior constituem-se em instrumentos privilegiados neste processo”* (1994) de integração regional.

Os principais desafios estariam na capacidade de se estabelecer um ambiente de cooperação entre instituições; de se poder contar com sistemas diferenciados, autônomos e qualificados de ensino superior; manutenção contínua de programas de estímulos ao intercâmbio, à cooperação, à pesquisa e à pós-graduação; à formação de recursos humanos; à implantação de redes de informação; à interação dos Sistemas de ensino/Sistema produtivo (NEVES, 1994).

MOROSINI (1995) acredita que: *“Em nível de viabilidade do processo de integração no presente estágio conjuntural, podemos afirmar que a integração universitária é possível.”* (p.33) E apresenta como desafios:

- a extrema diferenciação entre os sistemas universitários dos Estados partes e interuniversitários, como no caso do Brasil e Argentina;
- a educação superior deve concorrer com outras prioridades maiores, inclusive a de sobrevivência na busca de recursos;
- a concepção de que a integração não está restrita ao mercado econômico; ...” (p.33)

FARIAS (1995:3), ao analisar os desafios da educação diante da integração regional e partindo da premissa de que

o conhecimento é a um só tempo um modo de controle econômico e político, é um instrumento de mobilidade social, transformação

¹⁹ HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 5.ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral et al. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.

organizacional e de revolução cultural, pergunta: <Como universalizá-lo?>

Aponta como desafios conexos a questão acima:

escassez de recursos; como converter os enormes contingentes da população social e economicamente marginalizados em cidadãos <educados>, isto é, técnica e profissionalmente aptos nos termos do paradigma tecnológico que caracteriza a ordem mundial ora em configuração? Qual a formação desejável no âmbito do contexto sócio-econômico que batalha por sua integração? De que maneira adequar a transmissão e produção do conhecimento frente à experiência coletiva de sociedades estigmatizadas por distorção profundas? (FARIAS, 1995:33-4)

Sinteticamente o autor entende que a universidade deve procurar atender

a dois conjuntos de requisitos: por um lado, se levar em consideração: a) os desafios da universalização do ensino básico; b) a concomitância da díade educação/trabalho no âmbito do modelo produtivo emergente; c) o descompasso entre a duração do ciclo de formação de um determinado perfil profissional e o ciclo de consumo produtivo dele pelo mercado de trabalho; e d) a compatibilização da diferenciação progressiva das funções do ensino universitário, por causa das exigências do novo paradigma tecnológico, com a recuperação de valor da educação geral enquanto base informativa no profissional para uma atenção pluri-profissional - profissionalizada. Por outro, se for travado no contexto de um projeto político de reavaliação do papel do Brasil - e de seus aliados regionais na América Latina; tendo em vista seus interesses comuns - na nova ordem mundial. (FARIAS, 1995:36)

2.2 Teorias da Globalização e Modelos de Integração

São muitas as teorias que procuram explicar o processo de globalização²⁰. Algumas são restritas, outras audaciosamente amplas. “Mas

²⁰ Sobre o tema Globalização ver:

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

todas abrem perspectivas para o esclarecimento das configurações e movimentos da sociedade global." (IANNI, 1995:11)

Procurar-se-á traçar, em rápido perfil, as principais Teorias da Globalização que procuram explicar a formação de uma sociedade global que deixou suas primeiras pegadas a partir do final do século XV, com as grandes navegações e a descoberta do Novo Mundo, até os nossos dias.

2.2.1 Teorias da Globalização

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade mundo**. Trad. João da Cruz. Petrópolis: Vozes, 1995. 226p.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 2.ed. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991. 177p. (Biblioteca básica).

HIRANO, Sedi & CHOI, Dae Won. Globalização e regionalização: América Latina e a nova ordem mundial, p.73-82. In: Morosini, Marília Costa (Org.). **Universidade no MERCOSUL: condicionantes e desafios**. São Paulo: Cortez, 1994. 308p.

Ianni, Otávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

———. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 225p.

———. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 342p.

LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Trad. Celso Mauro Paciornik. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 136p.

MATTELART, Armand. **Comunicação mundo: história das idéias e das estratégias**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1994. (Coleção horizontes da globalização). 320p.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, s/d. 234p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Milton et al. **Globalização e espaço latino-americano**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994. 302p.

——— et al. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994. 332p.

——— et al. **Fim de século e globalização**. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1993. 342p.

SKLAIR, Leslie. **Sociologia do sistema global**. Trad. Reinaldo Eudlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 286p.

a) IMPERIALISMO (COLONIALISMO)

Procura explicar a estrutura do mundo moderno em termos de competição entre as maiores potências (SKLAIR, 1995:42) com o objetivo de expandir o capitalismo e de conseguirem preservar e abrir novos mercados, manter o domínio estratégico sobre matérias-primas, influir nas oportunidades de investimento e nas questões políticas e culturais. Tem como escopo teórico básico a teoria marxista e sua visão econômica da expansão do capital, do colonialismo ao imperialismo econômico. Como teoria, o imperialismo influenciou diversas outras teorias subsequentes. Resumidamente, procura explicar a formação de um sistema global, onde o imperialismo (a presença hegemônica de uma nação, a dominação) é uma consequência da necessidade de expansão do capitalismo.

IANNI (1995) avalia que o capitalismo

em sua marcha pela geografia e história, influenciou decisivamente os desenhos dos mapas do mundo, com os desenvolvimentos da acumulação originária, do mercantilismo, do colonialismo, do imperialismo, do multinacionalismo, do transnacionalismo e do globalismo. Ainda que tenha sido sucessiva e simultaneamente nacional, regional e internacional, juntamente com sua vocação colonialista e imperialista, o capitalismo se torna, no século XX, um modo de produção não só internacional, mas propriamente global.

A restrição à teoria imperialista é que esta faz uma análise compartilhada do processo dialético não percebendo a evolução do capitalismo e seu poder de criar e recriar as condições para sua própria sobrevivência e expansão.

A atual fase hegemônica do capitalismo global não invalida o imperialismo, contudo as suas características são subsumidas²¹ pelo

²¹ Subsunção é o processo segundo o qual a transformação da sociedade de um determinado estágio para um outro estágio, adquirindo outras formas, e nesta sua nova forma ela mantenha características típicas da forma anterior. A subsunção se dá a partir do momento histórico em que este segundo estágio passa a ser hegemônico embora ainda esteja contido em si as características do estágio anterior, agora subalternizadas. Vejamos a exemplificação utilizada por MOREIRA (1985, p.28-9). "A subsunção formal é o momento histórico da hegemonização

globalismo. A teoria imperialista clássica criou instrumentos teóricos para a análise do momento histórico do capitalismo em que a fase imperialista era hegemônica e esta era determinada pelas relações entre nações dominantes e dominadas, nações centrais e periféricas.

b) MODERNIZAÇÃO (RACIONALIZAÇÃO)

O pressuposto teórico *“é que o desenvolvimento gira em torno da questão de atitudes e valores (mais do que dos interesses materiais vinculados ao expansionismo capitalista).”* (SKLAIR, 1993:44) A discussão do sistema global se dá priorizando a relação entre o tradicional e o moderno.

O desenvolvimento do capitalismo, a passagem do mercantilismo para o capitalismo industrial inaugurou o que se denomina a transição entre o tradicional e o moderno. WEBER entende que o *“desenvolvimento do capitalismo é simultaneamente um processo de racionalização”* (apud IANNI, 1995:113) que influencia os valores e as atitudes das sociedades modernas, contrapondo-as com as sociedades tradicionais. Entende que o capitalismo possui sua força globalizante na teoria da racionalização global.

A combinação do capitalismo protestante com o racionalismo ocidental produziu uma força irresistível, que irá lenta mas seguramente convertendo o mercado em um sistema social regulado e organizado”. (TURNER apud IANNI, 1995:20)

A principal crítica está baseada no individualismo e para SKLAIR (1995)

A principal força desta teoria é que ela dirige sua atenção para as personalidades empresariais e inovadoras que parecem importantes

hegemonização indireta do capital sobre a sociedade, dado a forma principal de capital ser a do capital mercantil e este realizar suas ações através da esfera da circulação. O capital mercantil subordina (subsume) ao circuito do mercado as formas sociais pré-capitalistas existentes, sem alterá-las em sua natureza. A subsunção real é momento consecutivo, em que a hegemonização se faz pela via direta da absorção da esfera da produção pela forma principal de capital emergente, o capital industrial, por meio da qual subverte as formas sociais até então não incorporadas ao circuito mercantil capitalista, tornando-as capitalistas no ato da incorporação.”

no processo de desenvolvimento, mas mesmo aqui a teoria tende a ignorar as inconsistências e contradições que são inerentes às explicações baseadas em características individuais.” (p.44)

Tendo por base a análise das sociedades tradicionais e modernas e acrescentando as explicações estruturais, o neo-evolucionismo procura entender a diferenciação social como sendo um processo de transformação a que estão afetadas as sociedades tradicionais²² que evoluíram para sociedades modernas²³. Embora admitam que não existe apenas um caminho para a

²² WEBER ao discutir os três tipos puros de dominação legítima identifica na sociedade tradicional um tipo de dominação denominado tradicional. Afirma que esta “existe em virtude de crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito tempo existentes. O seu tipo mais puro é o da dominação patriarcal. A associação de domínio é de caráter comunitário. O tipo daquele que manda é o <senhor>, e os que obedecem são os <súditos>. Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade. O conteúdo das ordens está fixado pela tradição, cuja violação por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio domínio, que repousa exclusivamente na santidade delas. Em princípio, considera-se impossível criar novo direito diante das normas e da tradição. Conseqüentemente, isso se dá, de fato, através do <reconhecimento> de um estatuto <válido desde sempre> (por sabedoria). Por outro lado, fora das normas tradicionais, a vontade de senhor somente se acha fixada pelos limites que em cada caso lhe põe o sentimento de equidade, ou seja, de forma sumamente elástica. Daí a divisão do seu domínio em uma área estritamente firmada pela tradição e em outra, da graça e do arbítrio livres, onde age conforme seu prazer, sua simpatia ou sua antipatia, e de acordo com pontos de vista puramente pessoais, sobretudo suscetível de se deixarem influenciar por preferências também pessoais. (WEBER, 1992. p.351-2)

²³ “A idéia de modernidade substitui Deus no centro da sociedade pela ciência, deixando as crenças religiosas para a vida privada. Não basta que estejam presentes as aplicações tecnológicas da ciência para que se fale de sociedade moderna. É preciso, além disso, que a atividade intelectual esteja protegida das propagandas políticas ou das crenças religiosas, que a impersonalidade, que as administrações públicas e privadas não sejam os instrumentos de um poder pessoal, que vida pública e vida privada sejam separadas, assim como devem ser as fortunas privadas do orçamento do Estado ou das empresas. A idéia de modernidade está portanto estreitamente associada à da racionalização. Renunciar a uma é rejeitar a outra. Mas a modernidade se reduz à racionalização? É ela a história dos progressos da razão, que são também os da liberdade e da felicidade, e da destruição das crenças, dos pertences, das culturas <tradicionais>? A particularidade do pensamento ocidental, no momento da sua mais forte identificação com a modernização, é que ele quis passar do papel essencial reconhecido à racionalização para a idéia mais ampla de uma sociedade racional, na qual a razão não comanda apenas a atividade científica e técnica, mas o governo dos homens tanto quanto a administração das coisas. Tem esta concepção um valor geral ou ela nada mais é que uma experiência histórica particular, mesmo que a sua importância seja imensa? É preciso inicialmente descrever esta concepção da modernidade e da modernização como criação de uma sociedade racional. Às vezes, ela imaginou a sociedade como uma ordem, uma arquitetura baseada sobre o cálculo; às vezes ela fez da razão um instrumento ao serviço do interesse e do prazer dos indivíduos; e às vezes, finalmente, ela a utilizou como uma arma crítica contra todos os poderes, para libertar uma <natureza humana> que havia esmagado a autoridade religiosa. Em todos os casos, porém, ela fez da racionalização o único princípio de

modernização, supõem o pluralismo e a democracia como os mais prováveis. As idéias do neo-evolucionismo se baseiam no funcionalismo²⁴ sociológico de TALCOTT PARSONS e entende a pluralidade estrutural da sociedade moderna como uma organização com múltiplas funções que se concatenam racionalmente.

c) TEORIAS NEOMARXISTAS

organização da vida pessoal e coletiva, associando-a ao tema da secularização, isto é, do desvinculamento de toda a definição dos <fins últimos>". (TOURAINÉ, 1994. p.18)

²⁴ "Uma das variantes do positivismo sociológico é o <funcionalismo>, cujos representantes são, na antropologia inglesa, MALINOWSKI e RADCLIFFE-BROWN e, na sociologia americana, MERTON e PARSONS. Certamente que o positivismo não se constitui simplesmente como uma ciência normativa com um conjunto de regras uniformes. Cada autor tem peculiaridades em sua forma teórica de concepção e análise da realidade. Mas há um substrato básico, uma postura frente ao objeto de estudo que pode nos levar a colocar lado a lado MERTON, PARSONS, RADCLIFFE-BROWN e MALINOWSKI. ... Os funcionalistas se diferenciam de COMTE e DURKHEIM na medida em que negam as leis gerais que regem o funcionamento da sociedade como um todo. Também não reduzem a ciência do social à descrição de acontecimentos ou fatos observáveis. Desenvolvem um tipo de teoria especialmente aplicável à compreensão da estrutura social e da diversidade cultural que pode ser resumida nos princípios que se seguem: a) As sociedades são totalidades que se constituem como organismos vivos. São compostas por elementos que interagem, inter-relacionam-se e são interdependentes. São sistemas onde cada parte se integra no todo como subsistema, produzindo equilíbrio, estabilidade, e sendo passível de ajustes e reajustes. b) Por isso mesmo cada sociedade tem seus mecanismos de controle para regular as influências eventuais de elementos externos ou internos que ameacem seu equilíbrio. <Desvios> e <disfunções> fazem parte da concepção do sistema que através dos mecanismos próprios de controle tendem a ser absorvidos, produzindo a integração. Esta é a tendência viva do sistema. c) A integração se consegue pelo consenso através de crenças, valores e normas compartilhados socialmente pelos subsistemas que interagem constantemente e se reforçam mutuamente. d) A conceituação de progresso, de desenvolvimento e de mudanças é adaptativa. O sistema social tem em si a tendência à conservação e à reprodução, por isso as inovações, invenções e tensões se direcionam para a revitalização do sistema e são absorvidas no seu interior. Como num organismo vivo cuja estrutura permanece e se revigora no movimento funcional, as mudanças sociais não atingem as estruturas, não são revolucionárias. Passam-se ao nível da superestrutura que tem a função de adaptação e de manutenção do <status quo>. (HUGHES: 1983, 42-63; TIMASHEFF: 1965, 287-298) Os conceitos centrais do funcionalismo (sistema, subsistema, estrutura, função, adaptação, integração, desvio, consenso, ...) são coerentes com o positivismo sociológico, para quem as leis que regem os fenômenos sociais são intemporais, invariáveis e tendentes à estabilidade e à coesão. A implicação metodológica de ambos (positivismo sociológico e o funcionalismo como uma de suas variantes) é de que as totalidades funcionais, ainda que a investigação não seja de orientação empiricista, sejam repetidas dentro de condições empíricas de produção dos fenômenos. Sua empresa principal é reproduzir as condições globais da existência social de qualquer grupo, descrevendo-as em sua complexidade, diversidade e movimento integrativo, de tal forma que possam ser comparadas." (SILVA et al., 1986. p.503)

LÊNIN, ROSA LUXEMBURGO e outros marxistas ortodoxos construíram a teoria do imperialismo que se baseava no capitalismo imperialista da Primeira Guerra Mundial. As modificações ocorridas após a Primeira e especialmente a Segunda Grande Guerra, levaram ao surgimento de outras teorias neomarxistas, das quais, a mais importante para SKLAIR é a da dependência, desenvolvida inicialmente por CARDOSO & FALETTO e outros.

SKLAIR a denomina de metateoria da dependência, distinguindo que a ela estão associadas *“as teorias do subdesenvolvimento dependente, do desenvolvimento dependente e da inversão da dependência.”* (1995:46)

Os dependentistas argumentavam que o sistema capitalista global, amplia mas não exclusivamente através das corporações transnacionais (CTNS), operava ativamente para subdesenvolver o Terceiro Mundo nenhum crescimento genuíno era possível enquanto sobrevivesse este sistema. Enquanto se acumulava um substancial apoio geral à abordagem da dependência, muitos estudiosos agora reconhecem que os dependentistas nunca foram capazes de explicar satisfatoriamente o crescimento econômico e o desenvolvimento social e industrial que aconteceram claramente em alguns países do Terceiro Mundo. (p. 46)

A condição de que existe desenvolvimento industrial e social nas economias periféricas, possibilita afirmar que o desenvolvimento capitalista do terceiro mundo, embora condicionado, também é possível. A partir deste reconhecimento surge a expressão “desenvolvimento dependente”.

Tal dinâmica parece ocorrer não apenas nos países subdesenvolvidos, como também em regiões não privilegiadas dos países desenvolvidos. Para alguns teóricos esta delimitação do espaço limita o alcance da teoria. A reversão da dependência, isto é, a possibilidade de superação de países ou setores institucionalizados e setores econômicos destes países, poderem se desvencilhar da condição de dependência, parece ser a possibilidade de redenção da teoria do desenvolvimento dependente.

Ressalta-se neste contexto, dentre as teorias neomarxistas com instrumentos analíticos regionais a Teoria do Desenvolvimento Desigual.²⁵

d) TEORIA DO SISTEMA MUNDIAL

Para WALLERSTEIN, citado por IANNI (1995),

Um sistema mundial é um sistema social, um sistema que possui limites, estrutura, grupo, membros, regras de legitimação e coerência. Sua vida resulta das forças conflitantes que o mantêm unido por tensão e o desagregam, na medida em que cada um dos grupos busca sempre reorganizá-lo em seu benefício. Tem as características de um organismo, na medida em que tem um tempo de vida diante do qual suas características mudam em alguns dos seus aspectos, e permanecem estáveis em outros. Suas estruturas podem definir-se como fortes ou débeis em momentos diferentes, em termos de lógica interna de seu funcionamento. ... Até o momento só tem existido duas variedades de tais sistemas mundiais: impérios-mundo, nos quais existe um único sistema político sobre a maior parte da área, por mais atenuado que possa estar o seu controle efetivo, e aqueles sistemas nos quais tal sistema político único não existe sobre toda a sua extensão. Por conveniências e á falta de melhor termo, utilizamos o termo de "economia-mundo" para definir estes últimos. ... A peculiaridade do sistema mundial moderno é que uma economia - mundo tenha sobrevivido por quinhentos anos e que ainda não tenha chegado a transforma-se em um império - mundo, peculiaridade que é o segredo da sua fortaleza. Esta peculiaridade é o aspecto político da forma de organização econômica chamada capitalismo. O capitalismo tem sido capaz de florescer precisamente porque a economia - mundo continha dentro dos seus limites não um, mas múltiplos sistemas políticos. (p.28-9)

A força desta teoria está em focalizar que a expansão do capitalismo obedece uma lógica própria, isto é, está condicionada por uma dimensão econômica e não política, que deve ser analisada, além dos limites de um estado nação no entendimento de que

²⁵ SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil S.A., 1988. 250p.

a superestrutura da economia - mundo capitalista é um sistema de estados interdependentes, sistema esse no qual as estruturas políticas denominadas "Estados Soberanos" são legitimados e delimitados. Longe de significar total autonomia decisória, o termo "soberana" na realidade implica uma autonomia formal, combinada com limitações reais desta autonomia, o que é implementado simultaneamente pelas regras explícitas e implícitas dos sistema de Estado interdependentes e pelo poder de outros Estados do sistema. Nenhum Estado no sistema, nem mesmo o mais poderoso em dado momento, é totalmente autônomo, mas obviamente alguns disputam de mais autonomia que outros." (WALLERSTEIN apud IANNI, 1995:33-4)

WALLERSTEIN procura explicar as discrepâncias do desenvolvimento criando as categorias de centro, periferia e semiperiferia e que o movimento de expansão do capitalismo, em busca da interminável acumulação obedece uma ordem econômica, onde as corporações transnacionais dos países centrais buscam os países periféricos, não apenas como mercado para seus produtos, também como centros produtores destinados aos mercados periféricos ou centrais na busca de rendimento crescente. Este movimento fornece uma dinâmica variável à divisão internacional do trabalho.

e) TEORIA DO SISTEMA GLOBAL

A teoria do sistema global proposta por SKLAIR possui três categorias básicas que são os sustentáculos da abstração teórica. As práticas transnacionais²⁶ (econômicas, políticas e ideológico-culturais), as corporações transnacionais²⁷ (econômicas, políticas e culturais) e o conceito de classe

²⁶ As Práticas transnacionais (PTNs) "... se distinguem analiticamente em três níveis, econômico, político e ideológico-cultural, o que eu presumo constituir a totalidade sociológica. Nas condições concretas do mundo como ele é, vastamente estruturado pelo capitalismo global, cada uma destas PTNs é tipicamente, mas não exclusivamente, caracterizada por uma instituição principal". (SKLAIR, 1995:18)

²⁷ A Corporação Transnacional (CTN) "... é o lugar principal das práticas econômicas transnacionais." (SKLAIR, 1995:18) "O turista ou os que viajam a negócios ou para conferências viajarão as mais das vezes num avião feito por uma das poucas CTNs aeroespaciais que dominam a indústria civil de linhas aéreas, ocuparão um quarto de hotel subcontratado, pertencente ou gerenciado pela filial local de uma das poucas cadeias que dominam a indústria hoteleira mundial, alugarão um carro de uma agência de uma das firmas internacionais que

capitalista transnacional²⁸ (empresários, intelectuais, representantes de governos, administradores de alto nível de corporações transnacionais).

Segundo o autor, o bloco constituinte da teoria do sistema global é a dinâmica das práticas transnacionais econômicas. A organização do sistema global fica a encargo da dinâmica das práticas políticas transnacionais.

Nos interstícios do sistema, como um amálgama, cimentalizando as duas outras partes e dando-lhes consistência, estariam as práticas ideológico-culturais. *“Sem elas, partes do sistema voariam pelo espaço.”* (SKLAIR, 1995:99)

“Para funcionar bem, as forças dominantes em cada uma das três esferas devem monopolizar os recursos chaves, objetos de grande competição.” (SKLAIR, 1995:99)

- O capital global é a arena de disputa das corporações econômicas transnacionais.

- O poder é o combustível que move, que imprime a dinâmica da classe capitalista transnacional.

- As idéias são o campo de disputas dos “agentes e instituições transnacionais da ideologia cultural.” (SKLAIR, 1995:99)

Para o autor, as CTNs controlam efetivamente os recursos, os partidos políticos capitalistas transnacionais e/ou sociais democratas, legitimam a classe capitalista transnacional e as idéias, submetem-se aos interesses do consumismo dando-lhe a hegemonia total.

dominam a indústria de aluguel de carros e pagarão tudo isto com um dos cartões de crédito emitidos pelas poucas CTNs que controlam o financiamento pessoal mundial.” (SKLAIR, 1995:41)

²⁸ As Classes Capitalistas Transnacionais (CCTs) “... consiste daquelas pessoas que zelam pelos seus próprios interesses e/ou pelos interesses de sua nação, já que são melhor atendidos por uma identificação com os interesses do sistema global capitalista, em particular com os interesses dos países do núcleo capitalista e das corporações transnacionais domiciliadas neles. A CCT afirma que certas práticas transnacionais são mais valiosas que práticas domésticas. É bem possível que uma fração dela se identifique mais com as práticas econômicas transnacionais do que com as políticas ou ideológico-culturais, ou vice-versa”. (SKLAIR, 1995:20)

As idéias antagônicas ao projeto capitalista global podem ser reduzidas a uma única idéia contra-hegemônica, a rejeição da própria ideologia cultural do consumismo. Sem consumismo, a base lógica da contínua acumulação capitalista se dissolve. É da capacidade de comercialização e apresentar como úteis e atraentes todas as idéias, ..., imóveis, ..., jóias, ..., filmes, ..., e não das idéias em si, que o capitalismo global procura apropriar-se. (SKLAIR, 1995:99)

f) O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

GIDDENS procura explicar o processo de globalização como a interação de quatro dimensões: Economia Capitalista Mundial, Sistema de Estado-Nação, Divisão Internacional do Trabalho e Ordem Militar.

Tais dimensões interagem e apenas metodologicamente são explicitadas de forma isolada ou bilateralizada.

A Globalização, para GIDDENS, é definida como sendo

a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. (1991:69)

As perspectivas teóricas antecedentes baseiam-se na literatura das relações internacionais e do "sistema mundial." (WALLERSTEIN apud GIDDENS, 1991:71)

A teoria das relações internacionais, para GIDDENS (1991), concentra-se na dimensão da coordenação internacional dos estados, que sobrepõe o interesse do Estado-Nação e sua soberania de forma individualizada sobre os demais interesses.

Enquanto a teoria dos "Sistemas Mundiais" analisa "redes de conexões econômicas de um tipo extensivo geograficamente" (GIDDENS, 1991:73), WALLERSTEIN afirma que "o capitalismo foi desde o começo um assunto da economia mundial e não dos Estados-Nação... O capital nunca cedeu as suas aspirações de ser determinado por limites nacionais." (apud GIDDENS, 1991:73) O capitalismo exerce uma influência globalizante

fundamental ao estabelecer uma ordem econômica e não política, influenciando áreas além da influência política dos Estados-Nação, e sua mobilidade promove um desenvolvimento desigual entre centro, semiperiferia e periferia, como também no interior de cada uma destas escalas de análise. A dimensão de análise da teoria de Sistemas Mundiais se prende enfaticamente às influências econômicas, contrapondo-se à teoria das relações internacionais, que enfatiza a ascensão dos Estados-Nação e do sistema de Estados-Nação.

GIDDENS busca uma complementação desta análise da globalização e propõe um modelo com uma classificação quádrupla, com base no seu entendimento de modernidade. Observa que a economia mundial se encontra organizada e *"dominada pelos mecanismos econômicos capitalistas."* (GIDDENS,1991:75) As políticas econômicas entre os Estados-Nação procuram a regulamentação da atividade, contudo em sua organização procuram manter uma "insulação" do econômico ao político. A relação entre as dimensões da Economia Capitalista Mundial e do Sistema de Estado-Nação está em que esta última detém o controle do território e dos meios de coerção em seus limites, e da relação entre estes estados, cria-se o sistema de Estados-Nação, em que a "unidade" (o Estado) "perde" alguma soberania sobre os seus assuntos "internos" em troca de maior mobilidade e do fortalecimento da dimensão econômica. A soberania vincula-se ao conceito de "divisão" territorial e não mais de "fronteiras", à autonomia dentro dos territórios e ao fortalecimento das relações internacionais. A ordem militar é uma dimensão mundial, não se restringe aos Estados-Nação, mas superou esta territorialidade e fundamentou-se no sistema de Estados-Nação. Relaciona-se com a dimensão econômica na industrialização e no avanço tecnológico.

A divisão internacional do trabalho diz respeito não apenas à divisão das tarefas, mas à especialização regional. O industrialismo difunde as tecnologias de máquinas, influenciando a interação homem e meio material, criando condição para uma cultura globalizada. A especialização regional aumenta a competitividade, o que influencia a mobilidade de capitais, em face da sua taxa de retorno, o que dá o "design" de um desenvolvimento desigual.

O processo de globalização da economia teve seu início na época das grandes navegações no final do século XV e início do século XVI formando uma economia-mundo. Contudo, é a partir do final do século passado que ocorreu uma aceleração e intensificação brutal nas relações comerciais ao redor do mundo. CHOI, (1993:11) assinala que as principais mutações do capitalismo contemporâneo são: a internacionalização do capitalismo na época da Pax Britânica,²⁹ a transnacionalização desde o final dos anos 50, sob a égide da Pax Americana³⁰, os traços marcantes da situação recente, onde tudo indica que está surgindo uma nova modalidade da acumulação de capital, com rupturas marcantes das que houveram na fase de transnacionalização, que é o capitalismo global e surgimento da Pax Pacífico.

HIRANO & CHOI (1994:79) afirmam que

é entre os anos 80 e início dos anos 90 que começa a despontar o capitalismo da Pax Pacífico com o fenômeno da globalização da

²⁹ “Em comparação com o capitalismo da Pax Britânica, o da Pax Americana substitui e transfere os investimentos dos países em desenvolvimento para os países em processo de transnacionalização da economia capitalista. Na etapa do capitalismo da Pax Britânica, os países em desenvolvimento recebiam aproximadamente dois terços dos investimentos estrangeiros diretos, indo o terço restante para os países de capitalismo avançado. No capitalismo da Pax Americana, a relação dos investimentos estrangeiros diretos se inverte. Nele, o capital procura os mercados onde a probabilidade de potencializar os lucros e a produtividade do capital é lógica e matematicamente maior, calibrando a sua racionalidade formal e diminuindo os riscos que poderiam advir de mercados sujeitos às interferências políticas de países, cujos regimes políticos são extremamente instáveis e irracionais, graças à forte presença do patrimonialismo burocrático autoritário. Esta modalidade de capitalismo de fato provocou acentuada desigualdade econômica, social e política, excluindo extensas camadas populares do mercado e da cidadania política, tornando-se elas cada vez mais vulneráveis.” (HIRANO e CHOI: 1994, 74)

³⁰ “Centrando a análise no capitalismo da Pax Americana, nota-se que ele desenvolveu, entre os anos de 1950 e 1970, a horizontalização da divisão internacional do trabalho, concentrando os investimentos de capitais e a expansão da base produtiva entre os países do Norte/Norte mais do que entre os países do Norte/Sul. Esta integração <vertical> entre Norte e Sul provocou a perda do dinamismo no intercâmbio entre os países desenvolvidos e os países do Terceiro Mundo. Os indicadores econômicos demonstram que, entre os anos de 1950 e 1970, a participação do Terceiro Mundo nas exportações mundiais se reduziu drasticamente, passando de 30 para menos de 20% e a participação latino-americana sofreu uma queda abissal neste mesmo período: de 12% passou para 5%. Por outro lado, o intercâmbio entre os países desenvolvidos ascende de um terço em 1950 para mais da metade das exportações mundiais em 1970. Conseqüentemente, o capitalismo da Pax Americana, centrado na lógica da acumulação intensiva de capital e na divisão interindustrial do trabalho, provocou uma enorme concentração de investimentos estrangeiros diretos nos países mais desenvolvidos, provocando uma brutal concentração de capitais e rendas.” (HIRANO e CHOI, 1994:74)

economia mundial. A partir dos anos 90, esta globalização da economia política mundial passa a provocar profundos debates. Esta nova ordem econômica capitalista mundial é caracterizada pela dupla tração no processo de reprodução ampliada do capital: 1) a globalização e, 2) a regionalização. Este capitalismo renovado e revitalizado tanto em relação à sua amplitude quanto em relação à sua escala de atuação apresenta os seguintes elementos fundamentais: 1) a posição central do comércio exterior no mercado internacional, o mesmo ocorrendo com o investimento estrangeiro direto e a relação de simbiose entre eles; 2) a articulação entre os países visando a integração através da regionalização econômica, como movimento de defesa destes países contra a competitividade global, orientando-se eles pela formação de megablocos e microblocos econômicos: CEE, NAFTA, Iniciativa para as Américas, MERCOSUL e inúmeros acordos bilaterais; em contrapartida, inicia-se a partir da década de 90 a <Regionalização Aberta> do grupo do Asia-Pacific Economic Cooperation Council (APEC), celebrada em Seul em novembro de 1991; 3) a importância decisiva da terceira revolução industrial que tem como insumo básico o semicondutor; 4) a mudança do eixo geoeconômico do centro dinâmico do Atlântico para o Pacífico, no marco da nova divisão global do trabalho; e 5) a mudança da modalidade de acumulação ampliada de capital da transnacionalização para globalização.

Sinteticamente, SANTOS (1995:289) entende que a globalização da economia é caracterizada pela:

deslocação da produção mundial para a Ásia consolidando-se esta como uma das grandes regiões do sistema mundial; ... - a primazia total das empresas multinacionais, enquanto agentes do Mercado Global ... - a erosão da eficácia do Estado na gestão macroeconômica ... - o avanço tecnológico das últimas décadas, quer na agricultura com a biotecnologia, quer na indústria com a robótica, a automação e também a biotecnologia ...

2.2.2 Modelos de Integração Regional

São diversas as teorias de integração, as teorias da globalização são eminentemente construtos teóricos da integração, com as suas respectivas categorias analíticas.

Os atuais modelos de integração regional estão baseados na experiência europeia, e são replicados sem maiores considerações as regiões periféricas com suas nuances específicas. (LAREDO, 1994:57)

A integração econômica sob o ponto de vista liberal representa simplesmente a liberdade incondicional da livre circulação de mercadorias. Contrapondo-se a tese liberal, ANDRE PHILIP (apud LAREDO, 1994:57) apresenta o modelo de integração planejado, onde o mercado pode ser ampliado não liberalizado, e a ampliação deve obedecer uma organização planejada.

A evolução destas duas posições levaram à elaboração de concepções ligadas ao pensamento liberal, estrutural e socialista. (VACHINO apud LAREDO, 1994:58)

Com base nos postulados de RICARDO, a Teoria Clássica³¹ da integração defende o livre comércio dentro de limites geográficos

³¹ RICARDO “desenvolve a teoria do valor-trabalho, afirmando que o valor de uma mercadoria é dado pela quantidade de trabalho empregada para produzi-la. A escola clássica oferece uma visão da economia centrada na formação do valor e dos preços dos bens. Em torno do valor natural, dado pelos custos de produção, existe o valor corrente, ajustado por meio do funcionamento dos mecanismos impessoais de mercado, fundamento da livre concorrência. A teoria dos preços, por sua vez, desdobra-se numa teoria da repartição, que procura explicar a renda da terra, o salário, o juro e o lucro. E outros desenvolvimentos teóricos – os princípios do crescimento populacional, a lei dos rendimentos decrescentes e o princípio de acumulação – contribuem para uma visão de conjunto da evolução das atividades produtivas, tornando a economia política um dos marcos do pensamento europeu. Contra o pensamento da escola clássica, começou a desenvolver-se, a partir de 1820, diferentes reações doutrinárias, como a doutrina intervencionista de Sismondi, o industrialismo de Saint-Simon, o sistema nacional de economia política de Liste, o socialismo utópico de Fourier e Proudhon. Mas foi Karl Max o primeiro a contestar de modo global a análise realizada pelos clássicos ingleses, tanto em suas premissas e objetivos quanto em suas conclusões. A partir da teoria <ricardiana> do valor-trabalho, Marx desenvolveu o conceito de mais-valia, como o trabalho não pago, que seria a fonte do lucro, do juro e da renda da terra. Com a publicação de “O Capital”, em 1867, Marx apresenta seu modelo teórico do processo da produção capitalista, tão abrangente e dinâmico quanto o da escola clássica inglesa. Nos fins do século XIX, o combate à teoria do valor-trabalho (em suas versões ricardiana ou marxista) foi feito a partir do conceito subjetivo de <utilidade>, de acordo com o valor de uma mercadoria dependeria da satisfação individual por ela proporcionada. Em 1870, as análises paralelas de três economistas – Karl Menger, em Viena, Léon Walras, em Lausanne, e William Jevons, em Cambridge – fundamentaram a teoria subjetiva do valor da escola marginalista ou neoclássica, segundo a qual o valor de uma mercadoria seria decorrência de sua utilidade final. A visão globalizante cedia ao estudo de todos os atos de economia a partir de escolas individuais de preferência. Paralelamente, essa concepção mais restritiva amparava-se na análise dos aspectos quantitativos dos fatores econômicos e de suas combinações. Com os trabalhos de Wieser e de Böhm-Bawerk, da escola austríaca, a matemática tornava-se um instrumento cada vez mais essencial.” (SANDRONI, Paulo, p.257)

preestabelecidos com o objetivo de se proteger do mundo exterior. (LAREDO, 1994:58) Prevê uma união aduaneira com livre comércio na região, supondo que haverá uma diminuição de custos, um aumento de produção, um incremento no comércio com base na ampliação do mercado.

A experiência europeia começa sob a égide das teorias clássica e neoclássica na década de 50, eliminando as tarifas internas no âmbito regional e criando tarifas externas comuns. A partir de então o pensamento liberal influencia as experiências de integração, nos postulados, no arcabouço jurídico, na seleção dos instrumentos utilizados e nas políticas a serem adotadas. Ao priorizar a dimensão econômica e relegar outros aspectos, como o desenvolvimento técnico-científico, ..., esta concepção clássica tem sido alvo de muitas críticas. Esta concepção procura reordenar os recursos existentes.

O pensamento estruturalista, com base na desigualdade internacional, propõe que a integração deva considerar e enfatizar os fenômenos estruturais como um fundamento da integração. (LAREDO, 1994:59) Sustenta que para conseguir um crescimento espacial equilibrado, requer a adoção de uma estratégia espacial de crescimento através da ação direta dos estados e de políticas de desenvolvimento regional que querem transformar as estruturas pré-existentes.

Destas duas correntes de pensamento podemos resumir duas concepções básicas de integração.

A primeira concepção derivada dos postulados liberais se orienta para a manutenção das relações existentes, no estabelecimento de estratégias que visem modificar as relações de dominação preexistentes, baseada na dimensão comercial, com um mínimo de intervenção estatal, e quando intervém destina-se a regular os conflitos do livre comércio buscando a sua manutenção. A esta concepção VACHINO (1980) (apud LAREDO 1994:53) chamou-a de Hegemônica.

A segunda concepção denominada de solidária está enraizada no pensamento estruturalista e defende que a integração seja um processo de crescente interpenetração e harmonização econômica e de ações políticas

conjuntas para melhorar o "status" nacional e social e a inserção da área integrada no sistema internacional. (VACHINO apud LAREDO, 1994:53)

A integração econômica estruturalista se caracteriza: 1) quanto a sua finalidade, uma tendência progressiva em fazer a união das economias participantes e o surgimento de uma nova entidade econômica; política desenhada por laços de solidariedade; 2) quanto aos mecanismos, se prevê a adoção de políticas econômicas de harmonização e de coordenação e/ou a elaboração de políticas comuns; 3) quanto a sua natureza, se trata de um processo que transcende o campo econômico e incide no processo social e político; e 4) quanto à ideologia, é intervencionista ou dirigista (controla e corrige a ação do mercado), supõe um projeto global em benefício do conjunto.

Um processo de integração é antecedido pelas fases de intercâmbio e cooperação. O intercâmbio representa ações isoladas com objetivos operacionais específicos sem nenhuma influência direta na articulação das políticas interna e externas.

A cooperação e a integração econômica são processos de caráter permanente em que

os Estados vão renunciando a parcelas sempre maiores de suas competências soberanas, que são transferidas às instituições, ou órgãos, que trabalham para a integração, que as deterão de forma exclusiva e irreversível. (BASSO, 1995:05)

BASSO (1995:05) apresenta a seguinte classificação segundo o grau da cooperação e/ou integração.

- Etapas de Coordenação Econômica:

1ª. Zona de Livre Comércio: implica a eliminação ou redução das taxas aduaneiras e restrições ao intercâmbio.

Ex.: NAFTA - North American Free Trade Area;

2ª. Zona de União Aduaneira: implica o livre comércio e o estabelecimento de uma tarifa externa comum - TEC.

Ex.: Grupo Andino;

- Etapas de Integração Econômica:

3ª. Zona de Mercado Comum: implica o livre comércio, a união aduaneira e mais a livre circulação de pessoas, serviços, bens, mercadorias e capitais.

Ex.: CEE depois de dezembro de 1992;

4ª. Zona de União Política e Econômica: implica o mercado comum e uma política externa e de defesa comuns.

Ex.: União Européia com a ratificação do Tratado de Maastricht, ou Tratado da União;

5ª Zona Confederação: implica a união política e econômica mais a unificação dos direitos civil, comercial, administrativo, fiscal, ...”

Ex.: Estados Unido (BASSO: 1995:05).

2.3 O Processo de Integração do MERCOSUL

2.3.1 Antecedentes

A segunda guerra mundial é o marco mais importante na história da integração regional. As mazelas advindas do conflito trouxeram uma reflexão fundamental: a necessidade da cooperação internacional e integração dos povos com o objetivo de superar as dificuldades de reordenar, reestruturar os estados europeus. É neste contexto que surgem as organizações internacionais, tais como a Liga das Nações (1919-1939), a Organização dos Estados Americanos (OEA) (1948), que possuem fins gerais e atribuições políticas.

As primeiras organizações que objetivavam ordenar a cooperação e integração econômica regional surgiram na Europa:

Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), transformada hoje na Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), que possui membros não europeus.

Em 1951 foi criada a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), em 1957, a Comunidade Européia (CE) e a Comunidade Européia da Energia Atômica (CEE), hoje todas integrantes da União Européia. (BASSO, 1995:2)

Na América Latina o Processo integracionista³² data de 1948 liderado pelo economista argentino RAUL PREBISCH, quando a ONU resolve criar a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1958, criou-se o mercado Comum Centro Americano (MCCA) que é composto por Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Em 1960, através do Tratado de Montevideu (TM) criou-se a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), composta inicialmente por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai e com a adesão posterior da Colômbia e Equador (1961), Venezuela (1966) e Bolívia (1967). Em 1969, devido à imobilidade da ALALC, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru criou-se o Grupo Andino, que tem por objetivo estabelecer um Mercado comum, atualmente está implantada cooperação a nível de União aduaneira. A Venezuela aderiu (1973) e o Chile desistiu em 1976. Em 1973 foi instituído o Mercado do Caribe (Caricom) através do Tratado de Chaguaramas, que reúne Antígua, Barbados, Belize, República Dominicana, Granada, Guiana, Jamaica, Montserrat, São Cristão-Nevis-Anguila, Santa Lúcia, São Vicente, Trinidad e Tobago. Em 1975 criou-se o Sistema Econômico Latino Americano (SELA), composto por Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Em 1980 através do Tratado de Montevideu criou-se a Associação Latino Americana de Integração (ALADI), sucessora da ALALC com sede em Montevideu, composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Em 1990, criou-se o Grupo dos Três, composto por Colômbia, Venezuela e México, prevê a formação de uma Zona de Livre Comércio. Em 1990, foi assinado o Acordo entre Chile e México que prevê a criação de uma Zona de Livre Comércio, até 1996. Em 1990, foi assinado o Acordo entre Chile e Venezuela,

³² BOLIVAR, á discutia a integração no século passado; em 1900 no governo de Campos Sales e posteriormente, em 1935 Getúlio Vargas tentou criar o grupo ABC, um sistema de cooperação entre Argentina, Brasil e Chile; outras tentativas ocorreram com Juscelino Kubitschek que propôs a Operação Pan Americana e com Jânio Quadros que propôs o Tratado de Uruguiana, mantido por João Goulart. (KUNZLER & MACIEL, 1995:140)

que prevê uma redução de tarifas. Em 1990, foi assinado o Acordo entre Chile e Argentina que prevê um mercado ampliado já em vigor. Em 1990, foi assinado o Acordo entre Argentina e Venezuela, prevê a eliminação total de tarifas. Em 1994, foi assinado em Miami o acordo que cria até o ano 2005 um Mercado Comum no Continente Americano, é composto por todos os países do continente com exceção de Cuba.

A criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) teve sua primeira iniciativa esboçada através da reaproximação entre Brasil e Argentina em 1984. Em 1986, foi assinado em Buenos Aires a Ata para Integração Argentino-Brasileiro prevendo a formação de um Mercado Comum no ano 2000. Em 1988, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento prevendo redução de tarifas. Em 1990, foi assinado o Acordo de Complementação Econômica, ACE-14, prevendo a criação do Mercado Comum Argentino-Brasileiro para 1º de Janeiro de 1995. Em 26 de Março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai criando finalmente o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

2.3.2 O Contexto

Indiscutivelmente o MERCOSUL é um sistema de integração econômica, que comparativamente aos 02 (dois) principais blocos União Européia e NAFTA, é muito modesto. O PIB da UE é de US\$6.744,8 bilhões, do NAFTA US\$6.765,4 bilhões, do MERCOSUL US\$642,1 bilhões, o que significa que a economia do MERCOSUL equivale a 10% da economia de um dos principais blocos. No comércio mundial as exportações oriundas do MERCOSUL equivalem a 1% do comércio mundial, enquanto que a UE e NAFTA correspondem respectivamente a 38% e 17%. (LAREDO, 1995)

Demograficamente o MERCOSUL congrega 191 milhões de habitantes enquanto que a UE e NAFTA congregam respectivamente 346,4 e 363 milhões de pessoas. (Outros dados sócio-econômicos verificar ANEXO 01).

No contexto político, para LAREDO (1995:37), a integração regional do MERCOSUL se caracteriza segundo os paradigmas neoliberal o que explica a predominância da dimensão econômica, se fundamenta teoricamente:

- a) na abertura econômica;
- b) no papel hegemônico do mercado;
- c) no papel secundário do Estado enquanto regulador e condutor do processo de integração.

A face econômica neoliberal se junta, segundo a autora, a uma dimensão política neoconservadora que se caracteriza por não ser repressiva, e se baseia na atomização social produzida pelo mercado, procurando neutralizar as demandas sociais, desestruturação do estado de bem-estar social através da implementação de uma política de privatização. É um fenômeno político intrinsecamente ligado às políticas econômicas neoliberais que busca, dar estabilidade política ao sistema garantindo que a inversão de capitais terá um retorno e se

sustenta no reforçamento do poder econômico de uns poucos grupos oligopólicos a custa do empobrecimento dos setores médios e da crescente marginalidade de boa parte da classe operária, priorizando o plano econômico ao plano político, social e cultural.
(LAREDO, 1995:23)

O MERCOSUL, elaborado pelos governos da região, tende a favorecer grupos minoritários e, face a não participação de vários outros setores, termina por ser acatado pelas majorias. Desta perspectiva, a integração é pouco compatível com a democracia, embora seja uma opção que, na inserção mundial, favoreça o crescimento econômico, o desenvolvimento tecnológico-científico e de bem-estar social.

Para LAREDO (1995a:45-6), o MERCOSUL com base nos paradigmas neoliberal e neoconservador apresenta as seguintes limitações:

- *El modelo de integración básicamente comercialista del MERCOSUR puede producir cambios cuantitativos importantes, sobre todo en el interrelacionamiento económico y en el volúmen comercial entre las partes. Resulta sin embargo más difícil que por su intermedio puedan generarse cambios cualitativos significativos en los niveles de desarrollo económico sustentable, de optimización social y de reinserción internacional;*
- *El aumento de las relaciones comerciales entre las naciones integradas por sí mismo, sin la presencia de instituciones verdaderamente comunitarias, no conduce necesariamente a la profundización de la integración. Por el contrario, la contraposición de intereses en un sistema altamente competitivo puede actuar como fuente de confrontación entre los grupos económicos y aún entre las unidades nacionales integradas;*
- *El Tratado de Asunción, suscripto en 1991, imprimió al MERCOSUR un ritmo excesivamente acelerado, lo que no se condice con otras iniciativas integracionistas que preveen plazos tres o cuatro veces mayores para su perfeccionamiento, ni tampoco con la realidad de asimetrías y de desajustes imperante en la subregión;*
- *A nivel de los actores involucrados en el MERCOSUR, observamos la presencia dominante de los gobiernos y de los grupos empresariales hegemónicos y un muy bajo nivel de participación social (lo que es perfectamente coherente con los postulados políticos neoconservadores que informan a este modelo). Revertir esta situación contribuiría a fortalecer las bases de sustentación social del proceso así como a morigerar los posibles choques de intereses contrapuestos que pudieran generarse.*

Sugere LAREDO (1995a:46-7) que atualmente deve-se criar condições básicas indispensáveis para inserir ativamente a região no mercado mundial altamente competitivo observando:

- *La promoción del desarrollo científico-tecnológico, condición sine qua non para que el bloque pueda reinsertarse activa y eficientemente a nivel internacional;*
 - *La fijación de políticas crediticias y de desarrollo económico-social;*
 - *La búsqueda de nuevos mercados y de nuevas líneas de producción;*
- El desarrollo de políticas educativas y culturales que capaciten a nuestros pueblos para su participación activa en los procesos de integración y de internacionalización en marcha; como así también para promover el desarrollo de sentimientos colectivos de pertenencia a América Latina en general y al Cono Sur en particular.*

2.3.3 Ensino Superior no MERCOSUL

Para SOUZA (1993:28), existem no MERCOSUL aproximadamente 948 estabelecimentos de Ensino Superior com dois milhões e trezentos mil estudantes, sendo que o sistema de ensino superior brasileiro possui oitocentos e noventa e três estabelecimentos, comportando mais de um milhão e meio de estudantes.

O Paraguai conta com cerca de trinta mil e duzentos universitários que representam 1,3% da população do País (quatro milhões de habitantes). Sendo que atualmente apenas dois estabelecimentos de ensino superior universitário, congregam 95% dos estudantes, a Universidade Nacional de Assunção (UNA), com mais de 80% dos alunos e a Universidade Católica de Nuestra Señora de la Asunción com aproximadamente 15%. Pode-se inferir que o Sistema de Ensino Superior do Paraguai está representado por estas duas instituições, pois as demais atendem a apenas 5% da demanda no país. O acesso ao ensino é irrestrito, contudo, CHECO (1993:59), citado por SOUZA (1994:80), considera o ensino altamente seletivo ao não atender outras regiões no país. A taxa bruta de escolarização superior³³ é de 9%, os gastos públicos em educação representam 1,6% do PIB e 16,7% do orçamento do Estado. (MOROSINI, 1994:07)

No Uruguai, o ensino superior teve sua origem com a criação da Universidade em 1849, com base no modelo napoleônico. O sistema de ensino é composto por duas instituições universitárias, sendo uma pública (Universidad de La Republica) e outra privada (Universidad Católica Dámaso Antonio Larrañaga) e mais de vinte escolas isoladas tanto públicas (em sua maioria) quanto privadas, que visam à formação de docentes para o magistério do ensino fundamental e secundário, militares e policiais de nível terciário. Em 1990 ingressaram no ensino superior treze mil seiscentos e cinquenta e nove alunos. Foram egressos dois mil novecentos e setenta e três, o número total de

³³ Taxa bruta de escolarização superior compreende o percentual de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino superior com idade entre dezoito e vinte e três anos sob o total de jovens no país nesta faixa etária.

matrículas atingiu sessenta e três mil setecentos e setenta e um, tendo seis mil quinhentos e oitenta e dois docentes. (MOROSINI, 1994:08)

Observa-se que, em 1985, o total de matrícula era de setenta e quatro mil setecentos e sete alunos.

A taxa bruta de escolarização superior é de 47%; aplica 2,3% do PIB em educação e 9,3% do orçamento. (MOROSINI, 1994:08)

Na Argentina, a educação superior teve início em 1613 em Córdoba com a criação do Colégio Jesuíta. A expansão da educação superior foi impulsionada pelo setor público na vigência do peronismo na década de 40. As instituições privadas se formaram a partir de 1958 e, até 1991, detinham apenas 15% do total de matrículas. (SAMPAIO, 1994:04) O ingresso na Universidade é irrestrito, o que implicou o crescimento das matrículas, particularmente na Universidade de Buenos Aires (UBA), que conta hoje com aproximadamente cento e cinquenta mil alunos. O sistema de Educação Superior é bem diferenciado. A educação terciária é dividida em universitária e não universitária, sendo que esta última se dedica predominantemente à formação de professores secundários e primários. O ensino privado se expandiu no setor não universitário. O ensino universitário público criou um subsistema de ensino voltado para as engenharias a partir da Universidade Tecnológica Nacional. (SAMPAIO, 1994:16) Possui a Argentina um sistema de pós-graduação, mestrado e doutorado centralizado, com apoio individual (Bolsas) e institucional, com aproximadamente nove mil discentes. A taxa bruta de escolarização superior é de 41%; o investimento em educação é de 4,2% do PIB e 22,6% do orçamento. Em 1990, possuía seiscentos e noventa e cinco mil e novecentos e oitenta e oito alunos, cento e um mil e seiscentos e trinta e três professores, tendo ingressado no sistema cento e cinquenta e dois mil e seiscentos e doze alunos. O número de alunos egressos atingiu apenas trinta e dois mil e oitenta e oito em 1989. (MOROSINI, 1994:08) Conta com cinquenta e duas universidades públicas e privadas.

No Brasil, embora o sistema de ensino terciário tenha uma dimensão muito superior aos demais, a sua origem é mais recente. Como estabelecimento isolado de ensino foi criado em 1808, com a vinda da família

real para o Brasil. O ensino universitário foi criado em 1922 no Rio de Janeiro. Em 1991, o Brasil contava com noventa e nove universidades, sendo trinta e sete federais, dezenove estaduais, três municipais e quarenta privadas. (SOUZA, 1993:30) As instituições isoladas somavam setecentos e noventa e quatro estabelecimentos, sendo cinquenta e quatro federais, oitenta e três estaduais, cento e três municipais e seiscentos e treze privados. O número de alunos nas instituições públicas era de quinhentos e setenta e oito mil e seiscentos e vinte e cinco (37,6%) e novecentos e sessenta e um mil e quatrocentos e cinquenta e cinco (62,4%) nas instituições privadas no ano de 1990. (SOUZA, 1993:31) Totaliza um milhão quinhentos e quarenta mil e oitenta alunos, o que corresponde a aproximadamente 1% da população brasileira.

As instituições públicas, especialmente as federais e estaduais, concentram o maior número de professores qualificados com mestrado e doutorado, e são responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas que subsidiam *"os setores mais dinâmicos da economia."* (MOROSINI, 1994:08)

A taxa bruta de escolarização superior no Brasil é de 11%, o investimento em educação é de 2,9% do PIB, o que corresponde a 16,9% do orçamento. (MOROSINI, 1994:7) Possui o sistema de pós-graduação mais desenvolvido do MERCOSUL, com oitocentos e noventa e seis cursos de mestrado, quatrocentos e cinte e oito de doutorado. (MOROSINI, 1994:9) A concentração do ensino superior ocorre na Região Sudeste e Sul do País. No Brasil, o número de egressos e ingressos no ensino superior estabelece uma razão superior a 1/2 (duzentos e trinta mil e duzentos e setenta e um egressos para quatrocentos e sete mil e cento e quarenta e oito ingressos). Esta mesma relação na Argentina, Paraguai e Uruguai estabelece uma razão inferior a 1/4.

2.3.4 Fatores Restritivos e Facilitadores da Integração Universitária

MOROSINI, em seu trabalho intitulado "Universidade e Integração no MERCOSUL: condicionantes e desafios de 1994", analisa a integração

universitária na comunidade econômica européia, junto ao Nafta e o programa University Mobility in Asia and The Pacific (UMAP), que abrange dezenove países da região. Citando MARKET (1993), resume em doze itens os fatores facilitadores da integração européia, especialmente alcançados pelo Projeto Erasmus-European Action Scheme for the Mobility of University Students, criado em 1987, com o objetivo de intensificar a cooperação e o intercâmbio entre as universidades européias, com vistas a melhorar a competitividade no mercado mundial através da melhoria do sistema de ensino superior e procurar que 10% da população acadêmica discente efetuem em outro estado membro parte de seus estudos de graduação. Como fatores facilitadores da integração européia, MOROSINI (1994) enumera:

- *largo espectro, abrangência e flexibilidade do programa;*
- *cuidadoso planejamento do programa;*
- *formação de uma rede de pessoas-fontes;*
- *pré-programa de familiarização, <as instituições procuram crescer em direção a uma futura integração>;*
- *pesquisa de mercado;*
- *estrutura administrativa central (Bruxelas);*
- *Erasmus é um comitê de vários atores;*
- *benefícios mútuos e imediatos aos participantes do programa;*
- *informação sobre o programa;*
- *fundos;*
- *momento certo para o lançamento do programa;*
- *acesso direto à comunidade Européia.*

Outra experiência citada por MOROSINI pondera que a mobilidade de estudantes e professores do programa, UMAP - University Mobility in Asia and The Pacific - objetiva uma melhor compreensão do sistema cultural, econômico e social entre os países dessa região: Austrália, Camboja, Hong Kong, Japão, Coréia, Filipinas, Singapura, Taiwan, Tailândia, Nova Zelândia e outros. É um programa recente e está em fase de implementação.

Junto à North American Free Trade Agreement (NAFTA), cita a autora, o programa Institute of International Education (IIE), sediado em Nova York, agência privada de intercâmbio que integra seiscentos e setenta "Colleges" e universidades americanas, que desenvolve uma experiência piloto com alunos

de engenharia de aproximadamente trinta instituições universitárias no Canadá, México e EUA por um período de três anos.

Sintetizando, os diversos problemas indicados nas três experiências são os seguintes:

- *carência de assistência financeira;*
- *restrições de imigração;*
- *variedade de línguas;*
- *existência de uma estrutura do programa sobre a estrutura universitária;*
- *surgimento de um processo de burocratização;*
- *diferenças de períodos de ensino entre os Estados-Nação;*
- *variação da duração dos cursos;*
- *barreiras impostas pela falta de reconhecimento acadêmico (Diplomas, aproveitamento de disciplinas, ...) (MOROSINI, 1994)*

ROGER DILLEMANS, reitor da Universidade Católica de Louvain, Bélgica, no periódico "Monographs n. 01" avalia que a existência de taxas, o status de determinadas instituições de ensino (a maior mobilidade de estudantes e professores se dá entre Alemanha, Inglaterra e França no âmbito da CEE), e a diferença de critérios para a seleção são fatores que dificultam a mobilidade acadêmica e, portanto, o processo de integração na Comunidade Econômica Européia.

O Professor JAN S. WEILAND, da Universidade de Rotterdam, além dos problemas citados por DILLEMANS, enfatiza ainda a necessidade de se incrementar a mobilidade de professores e jovens pesquisadores.

A integração universitária no MERCOSUL, para MOROSINI, "*apresenta condicionantes extremamente "pesados"... de ordem estrutural" (1994:11)*, citando que os sistemas educacionais são muito diferenciados e concorrem com necessidades diversas, inclusive a de sobrevivência. Analisando os desafios, afirma que estes "*são de ordem bastante "forte", similar aos condicionantes" (1994:11)*. Estender-se-iam desde a concepção de integração até as medidas práticas a serem adotadas. Enfatiza que

os desafios de ordem prática, que podem consubstanciar o modelo cosmopolita de ensino superior subjacente ao processo de

integração econômica, deve-se considerar a construção de programa(s) a nível de governo Federal que estabeleça(m) um caminho sistemático de trocas entre os países, na maioria das vezes vizinhos, pois não é suficiente o intercâmbio tradicionalmente realizado por faculdades, departamento ou indivíduos como peças isoladas. (1994:11)

Os desafios, para a autora, consistem ainda na necessidade de conscientização da importância do processo de integração e na formulação de estudos e políticas, no afã de viabilizar e normatizar o projeto de integração.

MOROSINI entende que

para viabilizar o processo de integração, algumas ações importantes, porém de menor magnitude, se fazem necessárias: a) similar à experiência européia, a integração universitária dos países do MERCOSUL necessita de um planejamento cuidadoso; b) conhecimento dos sistemas universitários dos países partes, suas características e diferenciações frente ao processo de integração; c) conhecimento dos programas e atividades isoladas de integração universitárias já existentes; d) divulgação do programa; e) discussão de conceito de qualidade universitária como fator determinante da seleção de instituições partes do programa; f) especificação do progresso de transferência de créditos e de reconhecimentos de diplomas numa perspectiva de equivalência, reconhecimento e/ou aceitação; g) construção de programas facilitadores ao desenvolvimento da integração tais como o estudo da línguas (no Brasil, a partir de 94, o espanhol será obrigatório em todas as escolas) e de transferência de créditos; h) obtenção de recursos financeiros para sustentar a mobilidade de estudantes e de professores; i) elaboração de um pré-programa onde poder-se-á antecipar os principais entraves à integração, entre outras medidas. (1994:11-2)

2.3.5 Estrutura do Plano Trienal de Educação

Programa I: Formulação da Consciência Social Favorável ao Processo de Integração

Sub-programa 1.1: Informação e reflexão sobre o impacto do Processo de Integração no MERCOSUL

- Objetivos:

Promover o conhecimento do impacto da integração e difundir esta informação nos diferentes níveis do sistema educacional.

Programa II: Capacitação de Recursos Humanos para Contribuir para o Desenvolvimento

Sub-programa 2.1: A Educação Básica e Média

- Objetivos:

Promover estratégias de desenvolvimento do ensino fundamental e médio, destinadas a favorecer a preparação da população para o exercício e desempenho produtivo no contexto do MERCOSUL.

Sub-Programa 2.2: Formação Técnico-Profissional

- Objetivo:

Estabelecer políticas e estratégias para a formação técnico-profissional a partir da determinação das áreas mais dinâmicas da economia em um mercado ampliado.

Sub-Programa 2.3: Formação e Capacitação de Recursos Humanos de Alto Nível

- Objetivo:

Promover políticas e estratégias para a formação e capacitação de recursos humanos de alto nível para as áreas de maior impacto no MERCOSUL.

Sub-Programa 2.4: Pesquisa e Pós-Graduação

- Objetivo:

Promover a formação de base de conhecimentos científicos, recursos humanos e infra-estrutura institucional de apoio ao processo de tomada de decisões estratégicas do MERCOSUL.

Programa III: Compatibilização e Harmonização dos Sistemas Educativos

Sub-Programa 3.1: Harmonização Acadêmica, Jurídica e Administrativa

- Objetivo:

Promover mecanismos jurídicos, administrativos e acadêmicos que possibilitem a compatibilização dos sistemas educativos

Sub-Programa 3.2: Sistema de Informação

- Objetivo:

Estabelecer um sistema de informação em rede, que possibilite conhecer os dados educativos relevantes dos países signatários do Tratado de Assunção, assim como facilitar o acesso ao conhecimento disponível sobre o mercado de trabalho e setores de atividade.

CAPÍTULO III

3 METODOLOGIA

3.1 Questão de Pesquisa

Na percepção dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários, quais são os fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL?

3.2 Perguntas de Pesquisa

- a) Na percepção dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários, quais são os fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL?
- b) Qual a concepção de integração no MERCOSUL dos representantes de governo, dos especialistas e administradores universitários?
- c) Qual a opinião dos representantes de governo, dos especialistas e administradores universitários sobre o Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL?
- d) Qual o grau de congruência entre as percepções dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários sobre os fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL?

- e) Qual o grau de congruência entre as percepções dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários sobre a concepção de integração no MERCOSUL?
- f) Qual o grau de congruência entre as opiniões dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários sobre o Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL?

3.3 Característica da Pesquisa

A pesquisa possui um "design" de levantamento, com corte transversal, sendo um estudo de multicaso exploratório e descritivo com uma abordagem predominantemente qualitativa.

O caráter exploratório da pesquisa oferece uma visão mais aproximada do tema, cujo conhecimento ainda não permite hipóteses mais precisas, o que vem justificar a elaboração de perguntas de pesquisa e não de hipóteses de pesquisa.

O nível de análise da presente pesquisa é sócio-organizacional e foi conduzida como em estudo de multicaso, isto é, o estudo de três grupos de interesse, sendo as unidades de análise: os grupos de representantes do governo, os administradores universitários e os especialistas universitários.

3.4 Delimitação da Pesquisa

A população-alvo é composta por Representantes do Governo, Especialistas e Administradores Universitários do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

l) A seleção da amostra de Administradores e Especialistas Universitários foi de caráter intencional, procurando atender os seguintes critérios:

a) Pertencer aos quadros das seguintes instituições:

- Universidade de São Paulo (Brasil)
- Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
- Universidad de Buenos Aires (Argentina)
- Universidad Mayor de La República (Uruguai)
- Universidad Nacional de Asunción (Paraguai)

A escolha destas instituições deve-se ao fato de que nelas se concentra o maior número de Especialistas que trabalham com o tema em questão, identificados através de informações orais e publicações em periódicos especializados.

b) A amostra de Especialistas é constituída de professores doutores que participem de pesquisas e que tenham artigos publicados sobre o tema Integração Latino-Americana e/ou Educação Superior.

c) A amostra de Administradores é constituída de representantes da administração superior das instituições acima citadas, através de uma amostragem aleatória entre os seus integrantes.

d) Constituíram ainda, parte desta amostra intencional, outros Especialistas e Administradores Universitários, indicados pelos participantes da amostra inicial, que foram considerados essenciais para a complementaridade dos dados a serem analisados.

II) Para compor o grupo de Representantes de Governo, foram entrevistados seis membros representantes dos Ministérios de Educação dos quatros países signatários do MERCOSUL junto ao Comitê Coordenador Regional que assessora a Reunião de Ministros da Educação do MERCOSUL - MERCOSUL Educativo.

Dentre as atribuições dos entrevistados constam a elaboração e implementação de políticas públicas para o Ensino Superior no processo de integração.

O Comitê Coordenador Regional é composto por doze membros, sendo indicados três membros por país signatário do Acordo.

3.5 Tratamento e Coleta dos Dados

Os dados primários foram coletados através de entrevistas guiadas. (RICHARDSON, 1989:163)

Os dados secundários foram obtidos através da análise documental de órgãos normativos e/ou deliberativos no âmbito do MERCOSUL e da análise de artigos em periódicos especializados e jornais. A triangulação para TRIVINOS (1987:139) é uma técnica de análise que complementa e realimenta a análise documental e de conteúdo, abrangendo "*a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo*". Foram utilizados dados estatísticos disponíveis na bibliografia e documentos, como também foram elaborados quadros comparativos que indicam a tendência dos RESPONDENTES, através de técnicas estatísticas simples.

3.6 Etapas da Pesquisa

A pesquisa constou de três etapas básicas:

a) PERÍODO EXPLORATÓRIO

Consistiu na elaboração da Fundamentação Teórico-empírica, definição da amostra e instrumentos de pesquisa e da realização de um pré-teste dos instrumentos de pesquisa que foram utilizados na coleta dos dados primários,

ocorrido em novembro de 1994, em encontro sobre o tema³⁴ realizado em Montevideu.

b) INVESTIGAÇÃO FOCALIZADA

Consistiu primeiramente na coleta dos dados primários da amostra inicial e da avaliação sobre os resultados possíveis de serem alcançados e, em segundo lugar, na inclusão e coleta de dados de novos participantes no grupo de RESPONDENTES.

c) ANÁLISE DOS DADOS E ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

Os dados foram analisados com base no método de análise de conteúdo, descrevendo o conteúdo das mensagens por grupo de RESPONDENTES, categorizando-as e comparando-as segundo as questões de pesquisas.

Os dados secundários foram obtidos através de bibliografia especializada sobre o tema, apresentados em seminários e livros publicados a nível nacional.

3.7 Limitações da Pesquisa

A pesquisa apresenta alguns fatores limitantes que influenciam na qualidade e interpretação dos dados. Tais fatores vão desde os aspectos financeiros, temporais e metodológicos até os aspectos de ordem pessoal do pesquisador.

³⁴ Transformações universitárias: perspectivas das universidades no processo de integração do MERCOSUL. In: **Seminário internacional: Transformações Universitárias: perspectivas das universidades no processo de integração do MERCOSUL**, realizado em Montevideu, de 7 a 9 de novembro de 1994.

Não obstante ter transcorrido um período considerável entre a proposição do projeto (agosto de 1994) e a coleta e análise dos dados, considera-se terem sido o tempo e os recursos financeiros exíguos, impossibilitando um retorno do pesquisador aos RESPONDENTES que permitisse clarificar determinados aspectos das entrevistas. Aliaram-se a estes fatores a distância e a mobilidade dos entrevistados, o que dificultou e requereu recursos e tempo maiores para que se pudesse fazer uma checagem dos dados. De ordem pessoal, a falta de experiência do pesquisador em pesquisas qualitativas, cujo instrumental básico são os entrevistados, o que dificultou a categorização dos dados. Salienta-se contudo, a “experiência” dos RESPONDENTES como pesquisadores do tema (mais de 80%), o que, de certa forma, facilitou a coleta dos dados e a própria organização estrutural das entrevistas.

Metodologicamente, ao basear a análise dos dados na percepção dos entrevistados admite-se a possibilidade de que o RESPONDENTES possa ter uma percepção diferente do mesmo episódio em outro momento histórico. Deve-se ainda levar em conta a disparidade de concepções sobre o termo “percepção” desde o seu entendimento filosófico, aliado à teoria do conhecimento, até as pesquisas empíricas aplicadas à Psicologia e à Psicanálise.

No contexto deste trabalho, entendemos a percepção como sendo uma categoria analítica da Teoria do Conhecimento onde o “conhecimento vai sendo formado e enriquecido por acumulação das informações trazidas por todos os graus (sensação, percepção, memória, raciocínio e intuição), de modo que, *“em lugar de uma ruptura entre o conhecimento sensível e intelectual, Aristóteles estabelece uma continuidade entre eles”*. (CHAUÍ, 1994:102)

Face à qualificação profissional dos entrevistados e a vivência destes com o tema em questão, pode-se, em determinados momentos, inferir que as respostas dos mesmos transcendam os limites da percepção e constituem-se em construtos lógicos inerentes ao raciocínio e ao pensamento abstrato. Isto é, constituem-se de uma argumentação teórico-empírica com uma sólida base científica. Contudo, o reducionismo apresentado nesta pesquisa tem um

caráter lógico: tem-se, como premissa básica para análise, a percepção dos RESPONDENTES sobre o tema em um determinado momento histórico. Fica quase que impossível (pelo menos para nós) delimitar um ponto de inflexão neste “continuun” entre a percepção e o raciocínio lógico que traduza uma argumentação científica. É inegável, também, que os RESPONDENTES transcendem a simples opinião; um juízo de valor (exceção dos questionamentos sobre o Plano Trienal) quando discorrem sobre o tema, apontando fatores restritivos ou facilitadores, sugerindo ações, ... Face ao exposto e ciente da ambigüidade do termo percepção (para alguns teóricos é um conceito restrito aos sentidos) e a dualidade metodológica, optamos pelo termo “percepção” por traduzir uma intencionalidade do RESPONDENTES e consideramos que o termo “opinião” está aquém do nível de respostas dos entrevistados, e o entendimento de que tais respostas não representa necessariamente uma argumentação teórico-empírica que traduza um construto do pensamento científico.

As limitações de ordem financeira, temporais caracterizam-se por fatores tais como: área de abrangência da pesquisa, distância para deslocamentos, custos financeiros, ...

Para se ter uma idéia aproximada do percurso feito pelo investigador durante o período que durou a pesquisa este será apresentado em três fases:

- 1ª FASE (MAIO A AGOSTO DE 1994):

Constitui-se da elaboração do projeto, o que demandou um período de aproximadamente quatro meses. Foram realizadas duas viagens a São Paulo (USP/NUPES), uma viagem a Campinas (Faculdade de Educação) e duas viagens a Porto Alegre (UFRGS/GEU) no intuito de se obter material bibliográfico que permitisse a elaboração do projeto, visto que, por ser um tema pouco explorado, as publicações sobre o mesmo se restringia a três seminários promovidos pela UFRGS.

- 2ª FASE. (SETEMBRO DE 1994 A AGOSTO DE 1995):

Constitui-se da construção parcial da fundamentação teórica, da estruturação das entrevistas e coleta de dados. Teve um período de duração de onze meses, dos quais três meses o investigador ficou inativo por ter sido acometido por uma hepatite viral. Foram realizadas neste período as seguintes viagens:

QUADRO 01
VIAGENS REALIZADAS PARA COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS

| PERCURSO | QUANTIDADE |
|--|------------|
| Florianópolis – São Paulo – Florianópolis | 6 |
| Florianópolis – Rio de Janeiro – Florianópolis | 1 |
| Florianópolis – Brasília – Florianópolis | 2 |
| Florianópolis – Montevideu – Florianópolis | 1 |
| Florianópolis – Buenos Aires | 1 |
| Buenos Aires – Montevideu – Buenos Aires | 1 |
| Buenos Aires – Assunção | 1 |
| Assunção – São Paulo | 1 |
| São Paulo – Assunção | 1 |
| Assunção – Florianópolis | 1 |
| Florianópolis – Porto Alegre – Florianópolis | 6 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

O objetivo destas viagens foi a coleta de dados e busca de orientação acadêmica. (Porto Alegre).

Nesta fase foram realizadas trinta e nove entrevistas das quais foram utilizadas trinta e sete. A duração média de cada entrevista foi de trinta minutos, sendo que nenhuma entrevista teve duração inferior a vinte minutos e algumas delas chegaram a uma hora de duração. A transcrição das fitas, só foi possível, com o auxílio de especialistas com domínio da língua espanhola. Tendo sido gastos aproximadamente noventa horas de trabalho para transcrição de todas as fitas. O material digitado integra um volume de quase novecentas páginas em espaço dois, letra com corpo doze.

- 3ª FASE (SETEMBRO DE 1995 A AGOSTO DE 1996):

A análise dos dados e elaboração da dissertação. O prazo transcorrido foi de doze meses dos quais, sete meses de inatividade em face de ter sido acometido por outro surto de hepatite com as agravações específicas do caso, além de problemas de ordem pessoal.

Os custos financeiros chegam a ordem de nove mil reais, dos quais aproximadamente novecentos reais foram custeados pelo Curso de Pós-Graduação em Administração, na forma de suprimento de fundos. Além da colaboração de terem sido enviados aproximadamente quinze fax e terem sido realizados alguns interurbanos às expensas do curso.

3.8 Descrição de Termos e Variáveis

Procurar-se-á descrever os termos e as variáveis utilizadas como categorias de análise no presente trabalho em dois grupos.

Primeiramente serão apresentadas as categorias teóricas principais da investigação que são grupos de interesse, percepção e fatores restritivos e facilitadores.

Visto que o último está articulado com fundamentação teórica apresentada no capítulo anterior passa-se a descrever as outras duas categorias.

3.8.1 Grupos de interesse

A análise sobre os grupos de interesse pode ser feita através de três perspectivas. Na primeira analisa-se o agente individual componente de um grupo e o papel que este representa em seu interior, suas intenções, valores e sua influência na organização. Outra perspectiva seria a de analisar a organização que representa um grupo de interesse formal ou informalmente constituída. Finalmente, analisam-se os sistemas sociais e o papel que as

organizações exercem sobre o próprio sistema. OFFE utiliza as metáforas para cada perspectiva como sendo uma análise a partir “de baixo”, “de dentro” e “de cima.” (1989:224)

Para MERTON (1970:51-6)

a teoria de médio alcance é usada principalmente em sociologia para servir de guia às pesquisas empíricas. Ocupa uma situação intermediária entre as teorias gerais de sistemas sociais, as quais está muito afastada das espécies particulares de comportamento, organização e mudanças sociais para explicar o que é observado, e as minuciosas ordenadas descrições de pormenores que não estão de modo algum generalizadas.

No conjunto das teorias de médio alcance, “que tratam de aspectos limitados dos fenômenos sociais”, MERTON dá particular ênfase à teoria de grupos de referência e o papel que estes desempenham na sociedade e, ao analisar a observabilidade³⁵ destes grupos, afirma que

os grupos de pressão organizados proporcionam a base mais conspícua para a observabilidade do estado ostensivo da opinião. Na verdade, o grupo de pressão pode ser concebido como num

³⁵ “A própria vida social organizada gera motivações para criar dispositivos sociais que possam fornecer um grau funcionalmente adequado de observabilidade. Numa extensão apreciável, os detentores da autoridade são motivados à descoberta dos valores, normas, interesses e comportamentos dos outros grupos, a fim de que suas decisões possam levar em conta tais circunstâncias, da mesma forma que, em certa medida, os que pertencem às fileiras do grupo são motivados em tornar seus valores, normas, interesses e comportamento, conhecidos dos orientadores, autorizados das diretrizes sociais, a fim de que sejam levados em conta. (É apenas sob condições especiais que as camadas sociais são motivadas a bloquear tal observabilidade). Porém, as motivações não são suficientes para produzir o evento. A organização social deve proporcionar a maquinaria que fará com que essa informação chegue à atenção dos estratos autoritativos apropriados. Os procedimentos sociais e os dispositivos que servem a essa função têm sido os mais variados, do ponto de vista histórico. Eles têm variado desde o uso do espião e <perito em opinião pública> tal como Barère, pela polícia napoleônica, até à pesquisa de opinião pública dos tempos modernos. Porém, embora tais meios hajam variado em caráter organizacional e em propósitos específicos, têm sido constante a função de fornecer às autoridades com alguma imagem do predominante <estado de opinião>, pois mesmo quando as autoridades procuram embair ou reformular os interesses e valores de seus eleitores, sem falar nos casos em que as autoridades desejam agir de acordo com as expectativas do povo, é interessante, senão imperativo, conhecer quais são essas expectativas. Qualquer que seja a forma da organização – ditatorial ou democrática – um grau substancial de observabilidade das massas é um requisito funcional. A maquinaria da observabilidade difere nas diferentes estruturas sociais, mas, de alguma forma, suas funções parecem ser universais na vida dos grupos.” (MERTON, 1970. p.444-5)

dispositivo organizacional destinado a trazer certos interesses, sentimentos e pontos de vistas, à atenção dos influentes, dos detentores do poder, e das autoridades, e para tornar claras as conseqüências da não conformidade com eles. (1970:443)

BENTLEY, um dos primeiros estudiosos da teoria de grupos “*entendia seu estudo, não como a elaboração de uma teoria verdadeira, mas como uma tentativa de construir um instrumento analítico.*” (BOBBIO et al., 1995:563)

Ao analisar os estudos de EKSTEIM e APTER, além de BENTLEY e outros, BOBBIO (1995) afirma que essencialmente a teoria de grupos não pode pleitear um status de teoria geral da política, entendendo que os grupos influenciam os governos e por estes são influenciados, contudo tanto os grupos de interesse não se dedicam, se organizam exclusivamente para agir junto do governo, como também o governo não é um simples árbitro do interesse de diversos grupos e nem os indivíduos reduzem a sua participação política a nível deste ou daquele grupo de interesse.

Alguns autores diferenciam grupos de interesse de grupos de pressão e lobby. Por lobby entende-se que seja

o processo por meio do qual os representantes de grupos de interesse, agindo como intermediários, levam ao conhecimento dos legisladores ou dos decision-makers os desejos de seus grupos. (BOBBIO et al., 1995:564)

Entende o autor por grupo de pressão

a atividade de um conjunto de indivíduos que, unidos por motivação comuns, buscam, através do uso de sanção ou da ameaça de uso delas, influenciar sobre decisões que são tomadas pelo poder político ... (p.564)

Citando TRUMAM e BOBBIO apresenta a definição de grupo de interesse como sendo

qualquer grupo que, à base de um ou vários comportamentos de participação, leva adiante certas reivindicações em relação a outros

grupos sociais, com o fim de instaurar, manter ou ampliar formas de comportamento que são inerentes às atitudes condividas. (p.564)

Os grupos de interesse apresentam-se sob diversas formas, com diferentes graus de legitimidade e representatividade, com cultura política específicas e com ou não disponibilidades financeiras.

No presente trabalho procuramos identificar três grupos de interesses específicos:

- 1) representantes dos Ministérios de Educação junto ao Comitê Coordenador Regional, denominados de representantes de Governo;
- 2) administradores de instituições universitárias, denominados administradores universitários;
- 3) professores doutores, pesquisadores do tema, denominados de especialistas universitários.

Com base na exposição teórica anterior pode-se inferir que cada um destes grupos de interesse possuem finalidades próprias e objetivos que buscam alcançar face à interação destes indivíduos com a política geral e a condição de membros de outros grupos. Contudo é lógico observar que os três segmentos, em momentos específicos, podem ter motivação semelhantes e formar um grupo de interesse com objetivos análogos.

WENDZEL (1980), ao analisar a formulação de políticas no âmbito das relações internacionais, aponta como fatores que exercem influência na formulação dessas políticas os sistemas de governos autoritários e democráticos, os partidos políticos e os grupos de interesse. Para o autor, tais grupos são predominantemente de natureza econômica e secundariamente de "*caráter profissional, ético, social e trabalhista.*" (p.286)

DEUTSCH (1982) define grupo de interesse como sendo:

um conjunto de pessoas que esperam receber uma recompensa conjunta ou paralela como resultado de determinada seqüência de acontecimentos e que, desta forma, com grande probabilidade - não

com toda a certeza - tendem a agir solidariamente no que se refere àquilo que acreditam constituir oportunidades comuns. (p.71)

DEUTSCH (1982) pondera ainda que a atuação desses grupos de interesse é norteadada por valores substantivos (poder, riqueza, respeito, honradez, bem-estar, saber, habilidade, afeto) e instrumentais (segurança, liberdade, integridade, dignidade, legitimidade e harmonia cognitiva). (p.70)

Ao discorrer sobre os grupos de interesse, salienta que:

nos últimos anos um novo grupo de interesses relativamente gerais surgiu em vários países em desenvolvimento, assim como em alguns países mais adiantados, e é bem possível que tenha vindo para ficar. Esse grupo consiste nas universidades, com seus estudantes, faculdades, grupos de pesquisa e administrações, juntamente com o crescente número de instituições científicas e de pesquisa e as "indústrias do pensamento" de fora do âmbito universitário ... Toda essa atividade em expansão torna-se necessário em razão da demanda tanto de uma tecnologia crescente ou de uma organização social e econômica mais complexa, como de um setor governamental e público em desenvolvimento. O conseqüente crescimento das universidades e suas ramificações portanto, dificilmente, sofrerá retrocessos ou qualquer redução em seu ritmo no futuro próximo. (p.76)

FRANCO (1994:201) entende que no processo de integração da Educação Superior é de vital importância a reflexão e o entendimento emanado pela academia e pelo governo sobre a questão. Salienta que:

Se a reflexão é feita na inserção e sob a referência da academia ou, se é efetivada na inserção ou referência do governo, os resultados não serão iguais. A leitura da academia não é a mesma leitura daqueles que vivem o cotidiano político-administrativo. E nem precisa ser, pois os pontos de observação diferem, assim como diferem as expectativas que a sociedade tem sobre a instituição universitária e aqueles que dirigem às instâncias governamentais que corporificam o Estado. A academia, pelas razões que a justificam, deveria com suas reflexões, ajudar a organizar o campo intelectual e produzir conhecimento que contribuem para privar aspectos despercebidos ou negligenciados por aqueles que operam nas diversas instâncias governamentais.

Para a autora, tanto a academia quanto as instâncias de Governo deveriam levar em conta as reflexões produzidas pelo outro. Considerando o ponto de vista dos diversos *“interlocutores qualificados que se manifestam sobre a necessidade e que possivelmente a entendam na projeção de seus interesses e necessidades.”* (p.201)

FRANCO acrescenta que:

As compreensões acima veiculadas são vitais para qualquer integração que se pretenda, sob pena de no processo perder-se o utópico pelo viável, ou o viável pelo utópico. Elas servem como contornos primeiros, mas não únicos, na discussão sobre a universidade como via de integração no MERCOSUL enquanto desafio para pesquisadores professores, alunos e administradores que atuam no ensino superior e não somente como questão afeta aos governos dos países envolvidos. Se as políticas públicas são basilares por facilitarem (ou pelo menos não entravarem) a integração, somente a introjeção da integração nas vivências do cotidiano é que a objetivam na condição de existência. É no entrelaçamento das esferas públicas institucionalizadas e das esferas dos indivíduos, cujas vontades se corporificam em grupos, que se concretizam os processos de integração. (p.201)

3.8.2 Percepção

Para MARILENA CHAUI *“O conhecimento sensível também é chamado de conhecimento empírico ou experiência sensível e suas formas principais são a sensação e a percepção.”* (1995:120)

No presente trabalho nos propomos a apresentar os conceitos básicos e interpretação de alguns autores sobre a percepção enquanto uma categoria analítica dentro da teoria do conhecimento.

As teorias sobre percepção assim como as teorias sobre grupos de interesse podem ser consideradas como teorias de médio alcance que objetivam fornecer elementos, categorias e instrumentos de análise de dimensões específicas da realidade.

São três as principais concepções filosóficas que analisam a percepção como uma categoria analítica da teoria do conhecimento:

1) Teorias empiristas que defendem ser

a percepção é a única fonte de conhecimento, estando na origem das idéias abstratas formuladas pelo pensamento. Hume, por exemplo, afirma que todo o conhecimento é percepção e que existem dois tipos de percepção: as impressões (sensações, emoções e paixões) e as idéias (imagens das impressões).” (Chauí, 1995:124)

2) O racionalismo intelectualista considera que a percepção é uma categoria analítica não muito confiável para a teoria do conhecimento *“porque depende das condições particulares de quem percebe e está propensa a ilusão...”* (CHAUÍ, 1995:124)

3) Para a fenomenologia *“a percepção é considerada originária e parte principal do conhecimento, mas com uma estrutura diferente da do pensamento abstrato, que opera com idéias”* (CHAUÍ, 1995:124)

Observa-se que as diferentes teorias da percepção priorizam a visualidade, isto é, as experiências sobre as formas do objeto, a incidência de luz, ... SANTAELLA, explica tal fenômeno relatando que 75% da percepção humana tem a sua influência na visão, 20% na audição e os restantes 5% no olfato, tato e paladar.

A dominância de um sentido sobre o outro se agudiza ainda mais pelas extensões dos sentidos criados pela tecnologia, o que evidencia a supremacia do campo visual e auditivo, tais sentidos, para SANTAELLA (1993), *“mais cerebrais”* enquanto os demais sentidos são *“mais viscerais”*. A busca da cientificidade do conceito de percepção logrou priorizar as teorias que descrevem o campo visual e seus processos, desamparando a compreensão dos processos mentais cognitivos que regem a percepção. (SANTAELLA, 1993:14).³⁶

³⁶ CASTILLO, Daniel Prieto. *Comunicación y percepción en las migraciones*. Barcelona: Serhal/UNESCO, 1984. 148p.

CHAUÍ; Marilena. *Convite à filosofia*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995. 440p.

GIBSON, J. J. *The perception of the visual world*. Westport, Connecticut: Greenwood Press Publishers, 1974.

Para SANTAELLA, “*outra consequência desse desinteresse foi a ruptura na ligação das modernas teorias da percepção com o passado filosófico.*” (1993:15)

A não coadunação da filosofia com os resultados teóricos

baseados na observação e no teste experimental de hipóteses, a primeira reação diante desse descompasso foi o abandono de preocupações tidas como mais especulativas. Entre os resultados dos experimentos e a epistemologia da percepção, ou seja, a indagação sobre o papel desempenhado pela percepção nos processos mais gerais de conhecimento, abriu-se um fosso. (SANTAELLA, 1993:15)

Em síntese, SANTAELLA apresenta a teoria peirceana da percepção como sendo um construto teórico capaz de estabelecer,

com uma nova ótica, os elos de ligação, que estavam faltando, para que pudessem ser apreendidas as conexões entre o passado filosófico e as teorias da percepção do nosso século. (1993:15)

Acredita ainda ser esta teoria preparada:

em termos lógicos, ontológicos e epistemológicos, para enfrentar as questões relativas a percepção. Os argumentos que embaçam essa afirmação são muitos, mas podem no momento ser reduzidos a dois: de um lado o fato de que, para Peirce, não há, e nem pode haver, separação entre percepção e conhecimento. Segundo ele, todo pensamento lógico, toda cognição, entra pela porta da percepção e sai pela porta da ação deliberada. Além disso, a cognição e, junto com ela, a percepção são inseparáveis das linguagens através das quais o homem pensa, sente, age e se comunica. Daí a teoria da percepção peirceana estar intimamente ligada à sua teoria dos signos ..., que não separa os

PEIRCE, C. Sanders. **Collected Papers**. (CP), C. Hartshorne, P. Weiss and A. W. Burks (eds.), 8. vols. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1966.

PENNA, Antonio Gomes. **Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva**. Rio de Janeiro: Imazo, 1993

ROSENTHAL, Sandra B. **Peirce's theory of perceptual judgment: na Ambiguity**. Em *Journal of History of Philosophy*, July, 1969.

processo mentais, e mesmo os sensoriais, das linguagens em que eles se expressam. (SANTAELLA, 1993:18)

Deve-se levar em conta que, para a autora acima, PEIRCE não era empirista e nem racionalista, embora se pudesse observar em sua teoria elementos das duas concepções, utilizou prioritariamente os fundamentos filosóficos da fenomenologia³⁷ ao elaborar

³⁷ “A descrição daquilo que aparece ou a ciência que tem como objetivo ou projeto essa descrição. O termo foi provavelmente cunhado pela escola de Wolf. Lambert o usa como título da 4ª parte do seu *Novo Organon* (1764) e entende por ele o estudo das fontes de erro. Aqui, a aparência de que a <Fenomenologia> é descrição é entendida como aparência ilusória. Pelo contrário, o termo é usado por Kant para indicar aquela parte da teoria do movimento que considera o movimento ou o repouso da matéria somente em relação com as modalidades em que eles aparecem no sentido externo. (*Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaft*, 1786, Pref.) Por sua vez Hegel chamou <Fenomenologia do espírito>, a história romanceada da consciência que, desde suas primeiras aparências sensíveis chega a aparecer a si mesma em sua verdadeira natureza, isto é, como Consciência Infinita ou Universal. Neste sentido, a Fenomenologia do espírito é identificada por ele como o <vir-a-ser da ciência ou do saber>; e HEGEL descobre nela o caminho pelo qual o indivíduo singular repercorre os graus de formação do Espírito Universal, como figuras já abandonadas ou etapas de um caminho já traçado e desimpedido. (*Phänomen. Des Geistes*, Pref. Ed. Glockner, p.31) Outro significado deu ao termo Hamilton, entendendo por ele (*Lectures on Logic*, 1859-1860, I, p.17) a psicologia descritiva; e com este significado, isto é, como pura descrição da aparência psíquica, preliminar da explicação dos fatos psíquicos, o termo foi freqüentemente usado na cultura filosófica alemã da segunda metade do século XIX e nos primeiros anos de 900. Eduardo Hartmann intitulou Fenomenologia da consciência moral (*Phänomenologie des sittliche Bewusstseins*, 1879) o conjunto dos dados empíricos da consciência moral independente de sua interpretação especulativa. Mas a única noção hoje viva de Fenomenologia é a (correlativa ao 3º significado de fenômeno) anunciado por Husserl nas *Pesquisas Lógicas* (1900-1901, II, p.3 e segs.) e depois por ele mesmo desenvolvida nas obras sucessivas. O próprio Husserl preocupou-se em eliminar a confusão entre psicologia e fenomenologia. A psicologia disse, é uma ciência de dados de fato; os fenômenos que ela considera são acontecimentos reais e eles se inserem ao mesmo tempo que os sujeitos a que pertencem no mundo espaço-temporal. Pelo contrário, a Fenomenologia (que ele chama de <pura> ou <transcendental>) é uma ciência de essências (portanto <eidética>) e não de dados de fato; e torna-se possível somente pela redução eidética, que tem justamente a tarefa de purificar os fenômenos psicológicos de suas características reais ou empíricas e de elevá-los ao plano da generalidade essencial. A redução eidética, isto é, a transformação dos fenômenos em essências, é também redução fenomenológica em sentido rigoroso, porque transforma os fenômenos em irrealidades. (*Ideen*, I, Intr.) Neste sentido, a Fenomenologia constitui uma orientação filosófica particular, que pratica a filosofia como busca fenomenológica, isto é, valendo-se da redução fenomenológica e da epoché. (v.) Os resultados fundamentais a que esta pesquisa levou, por obra de Husserl, podem ser resumidos da maneira seguinte: 1) o reconhecimento do caráter intencional da consciência (v.), pelo qual a consciência é um movimento transcendente em direção ao objeto e pelo qual o próprio objeto se dá ou se apresenta à consciência <em carne e osso> ou <pessoalmente>; 2) a evidência da visão (intuição) do objeto devida à presença efetiva do próprio objeto; 3) a generalização da noção de objeto, que compreende não somente as coisas materiais mas também as formas de categorias, as essências e os <objetos ideais> em geral. (*Ideen*, I, # 15); 4) o caráter privilegiado da <percepção imanente>, isto é, da consciência que o eu tem das próprias experiências, enquanto aparecendo elas coincidem perfeitamente nesta percepção, ao passo que não coincidem na intuição do objeto externo o qual não se identifica

a única teoria triádica da percepção ... Embora, triádica, no entanto, a percepção está, sem dúvida, sob a dominância da secundidade, ou segunda categoria fenomenológica, isto é, categoria da dualidade, do confronto, da ação e reação, da interação, surpresa, conflito, ...” (SANTAELLA, 1993:19)

Sinteticamente a teoria peirceana da percepção pode ser representada pelo esquema abaixo, onde o julgamento perceptivo traduz em signos as sentenças lógicas. Um determinado julgamento perceptivo pode e é originado a partir de vários outros julgamentos perceptivos e da relação entre os signos e valores do interpretante. Isto é, o julgamento perceptivo é parte integrante do conhecimento, contudo não é um juízo de valor oriundo do pensamento abstrato inerente a elaboração de construtos teóricos. Portanto, admite-se a falibilidade da percepção, do julgamento perceptivo.

- Julgamento da Percepção
 - 1. Signo
 - 1.1 Ícone
 - 1.2 Índice
 - 1.3 Símbolo
 - 2. Objeto Imediato: Percipeium
 - 2.1.1 Qualidade de Sentimento
 - 2.1.2 Relação Física
 - 2.1.3 Generalização
 - 2.2 Objeto
 - 3. Intérprete: Sentenças Lógicas

nunca com suas aparições à consciência mas permanece além dela. (Ibid., # 39) Nem todos estes princípios são aceitos pelos pensadores contemporâneos que se prevalecem da pesquisa fenomenológica: somente o primeiro deles, isto é, o reconhecimento do caráter intencional da consciência, pelo qual o objeto é transcendente em relação a ela e todavia presente <em carne e osso> acha crédito não somente naqueles pensadores mas num grande número de filósofos contemporâneos. Do presente trabalho, o sentido da Fenomenologia compreende os quatro princípios. (ABBAGNANO, 1982. p.416-7)

Neste contexto CASTILLO (1984:110) entende que a percepção se define como o processo de extração de informações da realidade. Devendo-se levar em consideração que na percepção

nuestra manera de relacionarnos con la realidad, de evaluar, de significar las cosas, las situaciones y los otros seres. De allí que, además de extracción de información, estamos ante un acto evidentemente intencional, en el cual entran tanto conceptos como estereótipos, tanto reconocimientos más o menos objetivos como deformaciones propias de la educación, de la cultura, de la historia de cada quien.

O processo de percepção é acumulativo, depende da história de cada indivíduo, suas experiências influem sobre o que percebem, o modo de categorizar a realidade; influi ainda na maneira de selecionar as informações para se compreender as mensagens, interpretar uma sentença lógica apresentando um julgamento perceptivo.

3.8.3 Categorias Empíricas

Por conseguinte as categorias subseqüentes foram descritas a partir do referencial empírico fornecido pela própria pesquisa e estão distribuídos em quatro partes:

- PRIMEIRA PARTE : CATEGORIAS GERAIS

a) Fatores Restritivos: aspectos condicionantes que obstaculizam a interação institucional no processo de integração universitária no MERCOSUL.

b) Fatores Facilitadores: aspectos condicionantes que possibilitam uma maior interação institucional no processo de integração universitária no MERCOSUL.

c) Opinião: estabelecer um juízo de valor sobre determinado fato.

d) Integração Universitária: é um processo de integração contínuo, que abrange as áreas de pesquisa, de ensino e extensão e se operacionaliza

através de acordos, intercâmbios e cooperação bilateral ou multilateral entre as instituições universitárias ou destas com outras instituições no âmbito do MERCOSUL.

e) Comunidade Acadêmica: são os segmentos envolvidos na dinâmica das instituições universitárias (professores, alunos e servidores).

f) Representantes de Governo: composto por membros do Comitê Coordenador Regional do MERCOSUL Educativo que participam da elaboração e/ou implementação de políticas e programas relacionados ao Ensino Superior.

g) Especialista Universitário: membro do corpo docente de instituições universitárias que atue na área de pesquisa sobre Integração Latino-Americana e/ou Educação Superior, portador do título de Doutor.

h) Administrador Universitário: membro da administração superior das Instituições Universitárias em efetivo exercício de cargos de 1º ou 2º escalão,

i) Administração Superior: compreende os órgãos administrativos executivos e deliberativos de 1º e 2º escalão das Instituições Universitárias.

j) Critérios: normas estabelecidas para se fazer a apreciação de fatores.

k) Mobilidade Acadêmica: compreende as atividades desenvolvidas pela comunidade universitária entre as universidades ou entre estas e outras organizações na forma de acordos, intercâmbio ou cooperação bilateral ou multilateral.

- SEGUNDA PARTE: CATEGORIAS UTILIZADAS NA ANÁLISE DOS FATORES RESTRITIVOS E FACILITADORES

a) Sistemas Educativos: agrupam as indicações de fatores restritivos e/ou facilitadores que se referem aos sistemas educativos nacionais ou supranacionais.

b) Aspectos políticos: agrupam as indicações de fatores restritivos e/ou facilitadores que se referem a possíveis ações de governo de caráter estratégico e/ou de estabelecimentos de linhas políticas gerais.

c) Aspectos econômicos: agrupam as indicações e fatores restritivos e/ou facilitadores que se referem a recursos financeiros e/ou orçamentários.

d) Aspectos culturais: agrupam as indicações de fatos restritivos e/ou facilitadores que se referem a *“atitudes, normas ou crenças mais ou menos largamente partilhadas.”* (BOBBIO et al., 1995:306)

e) Concepção: agrupam as indicações de fatores restritivos e/ou facilitadores que se referem aos diferentes modos de perceber e idealizar a integração.

f) Conscientização: agrupam as indicações de fatores restritivos e/ou facilitadores que se referem a internalização do processo de globalização e de integração regional.

g) Comunicação/Informação: agrupam as indicações de fatores restritivos e/ou facilitadores que se referem à veiculação de um fluxo de informação vertical ou horizontal entre governos e instituições e/ou entre indivíduos que discutem o tema.

h) Infra-estrutura: agrupam as indicações de fatores restritivos e/ou facilitadores que se referem à infra-estrutura física e/ou de equipamentos das universidades da região.

i) Aspectos administrativos: agrupam as indicações de fatores restritivos e/ou facilitadores que se referem à burocracia dos procedimentos, planejamento e gerenciamento de atividades e programas.

j) Qualidade: agrupam as indicações de fatores restritivos e/ou facilitadores que se referem à qualificação da atividade acadêmica, da pesquisa e das instituições.

k) Outros: agrupam as indicações de fatores restritivos e/ou facilitadores que não tenham sido possíveis integrar uma das classificações anteriores.

- TERCEIRA PARTE: CATEGORIAS UTILIZADAS PARA ANALISAR AS CONCEPÇÕES DE INTEGRAÇÃO

a) Integração Solidária:

al proceso de creciente interpenetración y armonización y de acciones políticas conjuntas para mejorar el estatus nacional y social y la inserción del área integrada en el sistema internacional. (VACHINO, 1980 apud LAREDO, 1994:53)

b) Integração Hegemônica:

“se orienta as mantemiento de las relaciones de dominación preesustentes y, consecuentemente, a la consolidación y profundización de las desigualdades (VACHINO, 1980 apud LAREDO, 1994:53)

- QUARTA PARTE: CATEGORIAS UTILIZADAS PARA ANÁLISE DO GRAU DE CONGRUÊNCIA

a) Grau de Congruência Forte: equivale a existência de variáveis idênticas em duas ou mais unidades de análise, em que, entre duas ou mais unidades, estas variáveis tenham assumido valores superiores ou iguais a 50%.

b) Grau de Congruência Médio: equivale a existência de variáveis idênticas em duas ou mais unidades de análise, em que, entre duas ou mais unidades, estas variáveis tenham assumido valores superiores ou iguais a 20% e inferiores a 50%.

c) Grau de Congruência Fraco: equivale à existência de variáveis idênticas, em duas ou mais unidades de análise, em que, entre duas ou mais unidades, estas variáveis tenham assumidos valores inferiores a 20%.

CAPÍTULO IV

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente, neste capítulo, procura-se caracterizar os grupos de entrevistados (Representantes de Governo, Administradores Universitários e Especialistas Universitários). Foram realizadas trinta e nove entrevistas, das quais duas foram desconsideradas tendo em vista fatores de ordem técnica. Por último, apresentam-se os dados de forma agrupada em tabelas de frequência simples e/ou sintetizados em quadros explicativos.

A apresentação dos dados obedece uma categorização que visa fornecer subsídios analíticos para cada pergunta de pesquisa.

4.1 Caracterização dos Grupos Pesquisados

4.1.1 Representantes de Governo

Este grupo é composto por seis RESPONDENTES, todos membros do Comitê Coordenador Regional do MERCOSUL Educativo. Dentre as atribuições dos entrevistados, consta a de assessorar os Ministros de Educação dos respectivos países, sobre a política de integração para a educação superior. Dentre os membros pesquisados, quatro são professores universitários e com titulação a nível de pós-graduação, destes, dois são pesquisadores do tema integração e educação superior.

A amostra foi composta por dois representantes do Uruguai, um da Argentina, um do Paraguai e dois do Brasil.

4.1.2 Administradores Universitários

Este grupo é composto por treze membros integrantes da Administração superior de Universidades em seus respectivos países.

Seis RESPONDENTES são brasileiros, representantes das Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade de São Paulo (USP). Todos os integrantes são professores e pesquisadores e possuem as titulações de Doutor. Destes, três membros possuem trabalhos publicados sobre a tema Integração Regional.

Dos três RESPONDENTES do Paraguai, dois são Reitores das Universidades Autônoma de Assunção e Columbia de Assunção, um representante da Universidade Nacional de Assunção.

Três RESPONDENTES do Uruguai, representantes da Universidade Major de la República de Montevideú, são professores e pesquisadores sobre o tema Integração Regional com titulações de mestre e doutor.

Quatro RESPONDENTES da Argentina são representantes das Universidades de Buenos Aires e Nacional do Litoral. Dois entrevistados são professores e pesquisadores com titulação de doutor. Dois entrevistados atuam exclusivamente na área administrativa e não possuem titulações a nível de mestrado.

4.1.3 Especialistas Universitários

Este grupo é composto por dezesseis professores, pesquisadores, sendo: nove RESPONDENTES do Brasil, doutores pertencentes aos quadros docentes das Universidades Federais do Rio Grande do Sul (três), Santa Catarina (dois), da Universidade de São Paulo (três); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (um). Um RESPONDENTE do Paraguai, especialista e pesquisador do tema Integração Regional do Serviço de Consultoria

Informativa Analisis/Base-ECTA (Organização Privada) e professor universitário. Um RESPONDENTE do Uruguai, doutor e docente da Universidade Mayor de la Republica. Cinco RESPONDENTES da Argentina, doutores pertencentes aos quadros docentes das Universidades de Buenos Aires (três), Nacional de Rosario (um) e de San Juan (um).

4.2 Descrição e Análise dos Dados

As entrevistas foram agrupadas segundo os grupos de RESPONDENTES que compõem as três unidades de análise:

QUADRO N.º 02
NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR UNIDADE DE ANÁLISE

| GRUPOS | N.º ENTREVISTADOS |
|--------------------------------|--------------------------|
| Representantes de governo | 06 |
| Especialistas Universitários | 16 |
| Administradores Universitários | 15 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Em cada unidade de análise, os dados foram agrupados e categorizados segundo uma ordem estabelecida pelas perguntas de pesquisa, isto é, a apresentação e categorização dos dados têm o objetivo de subsidiar analiticamente cada pergunta de pesquisa.

a) APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS UTILIZADAS

l) Categorização para análise e descrição dos dados referente aos fatores restritivos e facilitadores da integração universitária.

Para tal, utilizou-se de categorias gerais que sistematizam a apresentação e descrição dos dados referentes aos fatores restritivos e facilitadores indicados pelos RESPONDENTES. Estas categorias fornecem grandes grupos de análise e apresentam limitações. Algumas indicações poderiam estar contidas em mais de uma categoria, além de que, entre estas, não existe uma linha clara de separação. Ao se estabelecer estas categorias procurou-se atender a duas condições apenas: dar uma melhor apresentação e compreensão dos quadros analíticos e manter a maior fidedignidade possível aos textos dos entrevistados.

As indicações dos RESPONDENTES serão agrupadas em torno das seguintes categorias: sistemas educativos, aspectos políticos, aspectos econômicos, aspectos culturais, concepção, conscientização, comunicação/informação, infra-estrutura, aspectos administrativos, qualidade e outros.

II) Categorias para análise e descrição dos dados referentes a concepção de integração.

Para a sistematização, a apresentação e a descrição dos dados referentes às concepções de integração das unidades de análise utilizou-se de duas categorias trabalhadas por LAREDO (1994:53) denominadas de Integração Solidária e Integração Hegemônica.

III) Categorias para análise e descrição dos dados referente ao grau de congruência.

Para sistematizar a apresentação e a descrição dos dados referentes ao grau de congruência estabeleceu-se três níveis: forte, médio e fraco.

b) APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS AGRUPADOS

I) Na percepção dos representantes de governo, dos especialistas e administradores universitários, quais são os fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL?

TABELA 01

**FATORES RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO
DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO**

| | | |
|---|----|--------------------------------------|
| 01. Sistemas de Ensino Superior Fatores Indicados: - Carga Horária diferente - Diversidade de títulos - Inexistência de conteúdos mínimos em programas de estudos correspondentes- - Falta de harmonização dos sistemas de ensino - Falta de reconhecimento acadêmico de títulos e estudos - Diferenciação dos sistemas de ensino - Disparidade entre as universidades da região - Período de duração dos cursos | 04 | 1 2 2 1 2 1 2 1 |
| 02. Político Fatores indicados: - Inexistência de uma vontade política para implementação da integração cultural (educativa) | 01 | 1 |
| 03. Econômico Fatores indicados: - Inexistência de um fundo específico - Escassez de recursos | 03 | 1 3 |
| 04. Cultural | | |
| 05. Concepção | | |
| 06. Conscientização | | |
| 07. Comunicação Fatores Indicados: - Deficiências de comunicação entre governos e instituições (administradores e especialistas) - Inexistência de um banco de dados sobre as atividades de intercâmbio e cooperação entre as Instituições Universitárias do MERCOSUL | 02 | 2 1 |
| 08. Infra - estrutura | | |
| 09. Administrativo Fatores Indicados: - Inexistência de uma equipe técnica profissional a nível dos ministérios que seja estável -Inexistência de uma agenda interna de planejamento em cada país, com metas estabelecidas para a integração - Dificuldade de relação entre as elites políticas e as burocracias universitárias - Cultura organizacional diversificada | 03 | 1 1 1 1 |
| 10. Qualidade Fatores indicados: - Qualidade de cursos, de pesquisa e do corpo docente de um país para outro - Inexistência de um sistema de avaliação mais ou menos comum | 02 | 1 1 |

TABELA 01 (Continuação)
FATORES RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO
DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO

| | | |
|--|----|---|
| Outros | 02 | |
| Fatores indicados: | | |
| - Idioma | | 1 |
| - Dimensão continental do Brasil | | 1 |
| - Tempo para consolidação do MERCOSUL é exíguo | | 1 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.

Legenda: F: indica o número de entrevistados que se referiu a àquele quesito.

N.º de ind.: indica o número de citações que cada entrevistado fez. Um mesmo RESPONDENTE pode ter feito diversas indicações.

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA TABELA 01

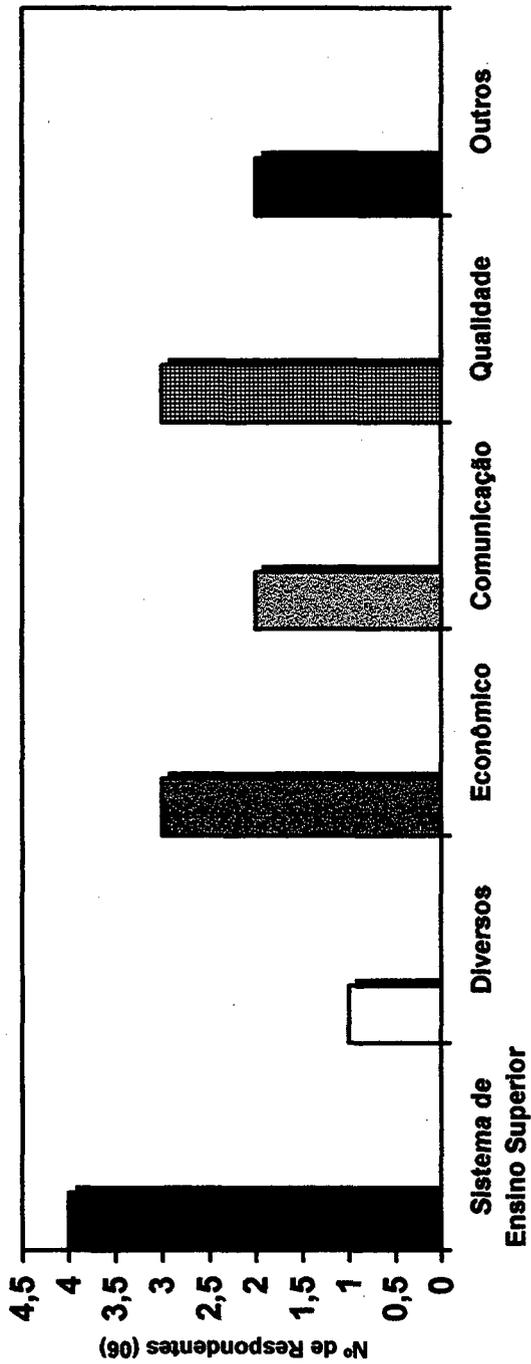
a) Destacam-se na percepção dos representantes de governo, como o fator restritivo mais importante os condicionantes impostos pela diferenciação dos sistemas de ensino superior, seguidos dos condicionantes econômicos e administrativos.

b) Em menor grau apresentam-se como condicionantes intermediários a questão da qualidade e da comunicação/informação.

c) Quanto à diferenciação dos sistemas de ensino superior é necessário ressaltar que os entrevistados optaram por apresentar um fator restritivo que consideraram mais importante dentre as diversas características diferenciadoras dos sistemas de ensino. Apenas um RESPONDENTE considerou a diferenciação dos sistemas de ensino, sem especificar uma determinada característica.

d) Não foi citado nenhum fator restritivo relacionado aos aspectos culturais, concepção, conscientização e infra-estrutura.

GRÁFICO 01
ASPECTOS RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEÇÃO DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO



Obs.: Diversos contém os seguintes aspectos:

Políticos = 01;

Cultural, Concepção, Concientização, Infra-Estrutura e Administrativo = 00.

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

TABELA 02
FATORES FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO
DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO

| | | |
|---|----|-----------------------|
| 01. Sistemas de Ensino Superior | | |
| 02. Político Fatores indicados: - Decisão política dos governos de fortalecer o processo de integração no MERCOSUL | 01 | 1 |
| 03. Econômico | | |
| 04. Cultural Fatores indicados: - Na realidade já existe uma integração físico-geográfica entre os povos - A necessidade que têm as Universidades de transcender as suas fronteiras - Uma história comum - O sentimento de identidade latino-americana - Facilidade de relacionamento entre os países | 03 | 1 1 1 2 1 |
| 05. Concepção | | |
| 06. Conscientização Fatores Indicados: - Os técnicos dos quatro países que compõem o MERCOSUL Educativo tem a percepção de que a educação é o elemento fundamental da integração | 01 | 1 |
| 07. Comunicação Fatores Indicados: - Formação de uma rede entre as universidades (grupo Montevideú) - Ampliação das comunicações no mundo atual | 02 | 1 1 |
| 08. Infra – estrutura | | |
| 09. Administrativo | | |
| 10. Qualidade | | |
| 11. Outros Fatores indicados: - Idioma - Iniciativa que as próprias universidades tomam em se integrarem | 02 | 1 1 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Legenda: F: indica o número de entrevistados que se referiu a àquele quesito.

N.º de ind.: indica o número de citações que cada entrevistado fez. Um mesmo RESPONDENTE pode ter feito diversas indicações.

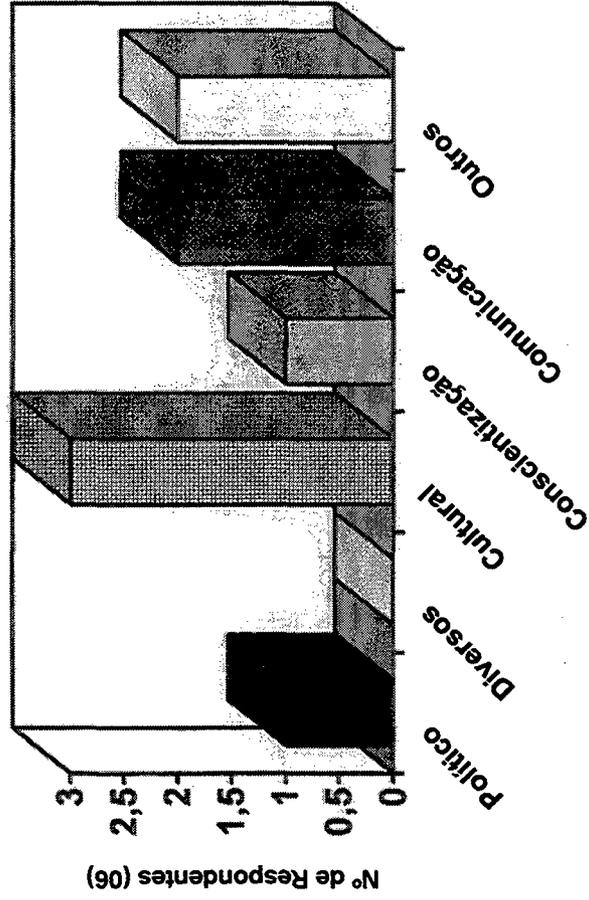
ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA TABELA 02

a) Na percepção dos representantes de governo a cultura é o principal facilitador do processo de integração universitária (50% dos entrevistados).

b) Não existe uma clara preferência do conjunto dos entrevistados por outro fator, embora ainda se destaque os fatores relacionados a comunicação/informação.

c) Não foram citados nenhum fator facilitador referente aos aspectos sistema de ensino superior, econômico, concepção, infra-estrutura, administrativo e de qualidade.

GRÁFICO 02
ASPECTOS FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEÇÃO DOS
REPRESENTANTES DE GOVERNO



Aspectos Facilitadores

Obs.: Diversos contém os seguintes aspectos:

Sistema de Ensino, Econômico, Concepção, Infra-Estrutura, Administrativo e Qualidade = 00

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS REFERENTES ÀS TABELAS 01 E 02

- As indicações representam para os RESPONDENTES os principais fatores restritivos e/ou facilitadores segundo sua percepção. Portanto, não significa que sejam estes os únicos fatores restritivos e/ou facilitadores, mas apenas e tão somente os que os RESPONDENTES consideraram mais importantes.

- O idioma é indicado tanto como fator restritivo (2) quanto como fator facilitador (1). Observar as considerações feitas na análise e descrição dos dados referentes às TABELAS 05 e 06

- Os aspectos políticos são analisados nas TABELA 03 e 04 e há similaridade entre os dois grupos;

- Os aspectos comunicação/informação também são similares à análise feita nas TABELA 03 e 04.

TABELA 03
FATORES RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO
DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS

| | | |
|---|----|---------------------------------|
| 01. Sistemas de Ensino Superior Fatores Indicados: - Sistemas universitários diferenciados - Variação na duração dos cursos - Variação nas exigências de seleção - Variação nos sistemas de créditos - Variação no ano acadêmico - Falta de reconhecimento acadêmico de títulos e estudos - A carreira docente tem "status" diferente nos países | 11 | 5 2 1 1 1 5 1 |
| 02. Político Fatores indicados: - A política de ciência e tecnologia está voltada contra a modernização ³⁸ - Inexistência de uma política de intercâmbio estudantil universitária - Falta definir uma política regional do conhecimento - Falta de vontade política para apoiar a integração cultural/educativa | 03 | 1 1 1 1 |
| 03. Econômico Fatores indicados: - Escassez de recursos - Concorrência de recursos com outras áreas prioritárias (saúde, educação básica, habitação, ...) - Inexistência de um fundo para a integração | 08 | 6 1 1 |
| 04. Cultural Fatores Indicados: - No sentido que há um certo "bairrismo" de alguns países em relação aos outros - Mentalidade burocrática da universidade - Há uma tendência da inteligência argentina e brasileira de se integrarem com outros centros e não regionalmente | 03 | 1 1 1 |
| 5. Concepção Fatores Indicados: - Diferença de concepção ³⁹ | 1 | 1 |

³⁷ "... você só tem condições de sair do Brasil com pós-doutorado, essa é a norma, ... Então se candidatou pro doutorado aqui. Ora, isso é incompatível com o tipo de desenvolvimento científico e tecnológico ... Está começando já agora a transnacionalização das próprias instituições. Então, isso é o primeiro obstáculo, porque hoje a nossa política está voltada contra a modernização, e isso precisa mudar ..." (RESPONDENTE 06)

³⁹ "... Aqui também é uma outra questão da concepção de integração que a integração não é São Paulo para baixo, a integração é Brasil como um todo. E aí está a força desse processo de globalização na América Latina, na medida que, se nós nos separamos e integramos só o sul, nós perdemos a força de toda uma potência maior, que é a potência brasileira, incluindo Norte e Nordeste da mesma forma que teremos que incluir também o Sul da Argentina e assim por diante ..." (RESPONDENTE 04)

TABELA 03 (Continuação)
FATORES RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO
DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS

| | | |
|--|----|--------------------------------------|
| 6. Conscientização Fatores Indicados: - A falta de consciência sobre o processo de integração ⁴⁰ | 1 | 1 |
| 07. Comunicação Fatores Indicados: - Falta de informações sobre as atividades desenvolvidas pelos governos e instituição - Necessidade de integração entre os setores que estão pensando a integração - Inexistência de um sistema de informações | 03 | 3 1 1 |
| 08. Infra-estrutura Fatores Indicados: - de instalação para abrigar alunos e professores em trânsito | 01 | 1 |
| 09. Administrativo Fatores Indicados: - Práticas burocráticas - Indisponibilidade de tempo para professores e pesquisadores participarem nesse tipo de programa - Inexistência de integração entre especialistas, administradores e políticos na elaboração de políticas para a integração - Inexistência de planejamento para o processo de integração, a nível governamental e institucional - As universidades são desintegradas entre si e internamente - Falta de planejamento para definir prioridades e interesses comuns - Falta de visão estratégica das universidades - Falta de reconhecimento mútuo do lugar e do poder que cada âmbito tem para definir a integração entre governo e outras instituições | 07 | 3 1 1 1 1 1 1 1 |
| 10. Qualidade Fatores indicados: - O nível científico das universidades - Diferença de capacitação dos recursos humanos das universidades - Qualidade dos equipamentos, laboratórios e bibliotecas - Dificuldade da seleção de instituições para participar de programas segundo um critério de qualidade - Sistemas de avaliação diferenciados e/ou inexistentes - A diferença de qualidade dos programas de pós-graduação entre os países | 08 | 1 2 1 1 5 1 |

⁴⁰ " yo creo que lo que restringe fundamentalmente es la ignorancia. La falta de conocimiento y la falta de evaluación de la importancia que tiene la integración y de la repercusión que va a tener la integración en el futuro de nuestros países y en el futuro de la universidad ..." (RESPONDENTE 11)

TABELA 03 (Continuação)
FATORES RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO
DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS

| | | |
|--|----|---|
| 11. Outros | 04 | |
| Fatores indicados: | | |
| - Idioma | | 3 |
| - Com a transnacionalização os centros intermediários de pesquisa tendem a desaparecer | | 1 |
| - Realidades nacionais muito díspares, entre os países | | 1 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Legenda: F: indica o número de entrevistados que se referiu a àquele quesito.

N.º de ind.: indica o número de citações que cada entrevistado fez. Um mesmo RESPONDENTE pode ter feito diversas indicações.

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA TABELA 03

a) Para a maioria dos RESPONDENTES (68,75%), as principais restrições à integração universitária estão relacionados à diferenciação dos sistemas de ensino Superior. Dos onze RESPONDENTES desta categoria, cinco (45,45%) indicaram como fatores restritivos respectivamente: sistemas universitários diferenciados e reconhecimento de títulos e estudos.

b) Em segundo lugar, para oito RESPONDENTES (50%), as restrições são de caráter econômico. Dos oito RESPONDENTES, seis (75%) indicaram como fator restritivo: a escassez de recursos financeiros e/ou orçamentários.

c) Também em segundo lugar, para oito RESPONDENTES (50%) as restrições estão relacionadas à questão da qualidade. Dos oito RESPONDENTES desta categoria, cinco (62,5%) indicam como o principal fator restritivo: sistemas de avaliação diferentes e/ou inexistentes.

d) Em terceiro lugar, as restrições à integração universitária, na percepção dos especialistas, é de caráter administrativo para sete dos RESPONDENTES (43,75%). Os fatores restritivos de caráter administrativos estão dispersos, sendo que o fator restritivo - "práticas burocráticas" apresenta três indicações (42,85%) dos RESPONDENTES desta categoria.

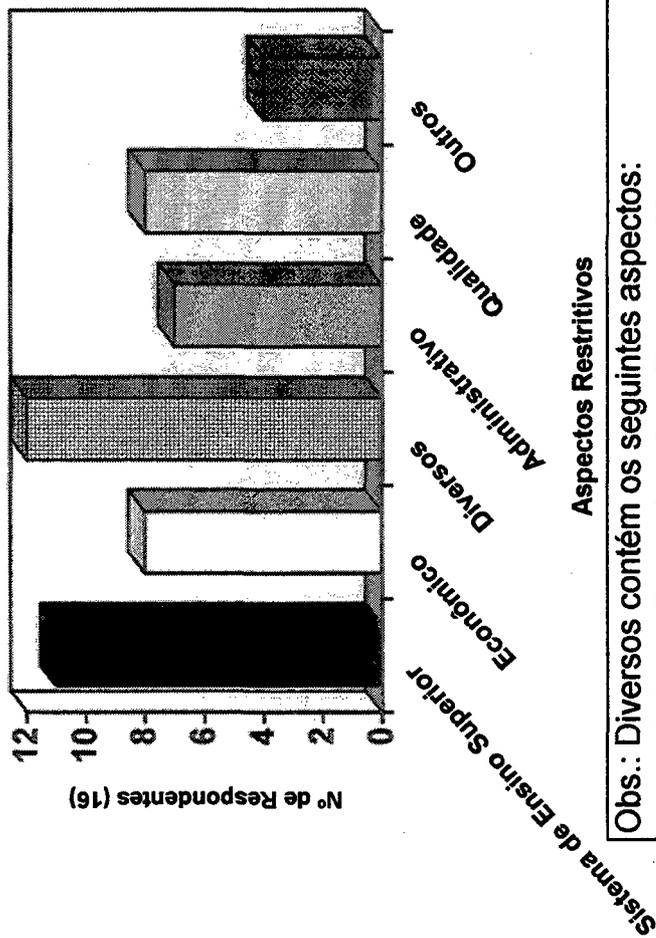
e) Em quarto lugar, para três RESPONDENTES (18,75%), são considerados como fatores restritivos o idioma e a falta de informações sobre as atividades desenvolvidas pelos governos e instituições (aspectos da comunicação/informação).

f) Por último, para três RESPONDENTES (18,75%), as questões culturais e políticas apresentam fatores restritivos cuja indicações estão bem dispersas.

g) O idioma foi citado como um fator restritivo por três RESPONDENTES (18,75%).

h) Outros fatores foram indicados como importantes por apenas RESPONDENTES (6,25%) relacionados com a concepção, conscientização, infra-estrutura e outros.

GRÁFICO 03
ASPECTOS RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEÇÃO DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS



Obs.: Diversos contém os seguintes aspectos:
 Cultura, Comunicação e Político = 03;
 Concepção, Concientização e Infra-Estrutura = 01

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

TABELA 04
FATORES FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO
DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS

| | | |
|---|---|-----------------------|
| 01. Sistemas de Ensino Superior | | |
| 02. Político Fatores Indicados: - Decisão dos governos de realizar integração - Mudança de mentalidade do governo, fornecendo a internacionalização - Estabilidade econômica - Busca da estabilidade política | 4 | 2 1 1 1 |
| 03. Econômico | | |
| 04. Cultural | | |
| 05. Concepção | | |
| 06. Conscientização Fatores Indicados: - A sensibilização que existe nas Universidades e a disposição das pessoas em participar ⁴¹ | 4 | 4 |
| 07. Comunicação/Informação Fator Indicado: - A tecnologia na área de comunicação/informação | 1 | 1 |
| 08. Infra-estrutura | | |
| 09. Administrativo | | |
| 10. Qualidade Fator Indicado: - A existência de centros de excelência, como biotecnologia (Argentina), computação (Brasil) | 1 | 1 |
| 11. Outros Fatores Indicados: - O Processo de Globalização - Idioma - Proximidade Física - A Existência de uma Experiência de Intercâmbio na Pesquisa e na Pós-Graduação - Problemas comuns entre os países | 8 | 4 2 1 3 1 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Legenda: F: indica o número de entrevistados que referiu-se àquele quesito.
 N.º de ind.: indica o número de citações que cada entrevistado fez. Um mesmo RESPONDENTE pode ter feito diversas indicações.

⁴¹ "... Hoje existe todo um processo de conscientização, de sensibilização, até um pouco de modismo que favorece a questão do processo de integração. E muito mais, além de favorecer,

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA TABELA 04

a) Os principais fatores facilitadores, na percepção dos especialistas, são: o processo de globalização e a sensibilização existente na comunidade universitária com o tema integração. Ambos os fatores foram indicados por quatro RESPONDENTES (25%).

b) Em segundo lugar, o fator facilitador que se destaca é a experiência de intercâmbio na pesquisa e na pós-graduação com três indicações (18,75%).

c) Em terceiro lugar, quatro RESPONDENTES (25%) vêem que a questão política apresenta fatores facilitadores. Indicam como principal a decisão de governo de realizar a integração do MERCOSUL, citado por dois RESPONDENTES.

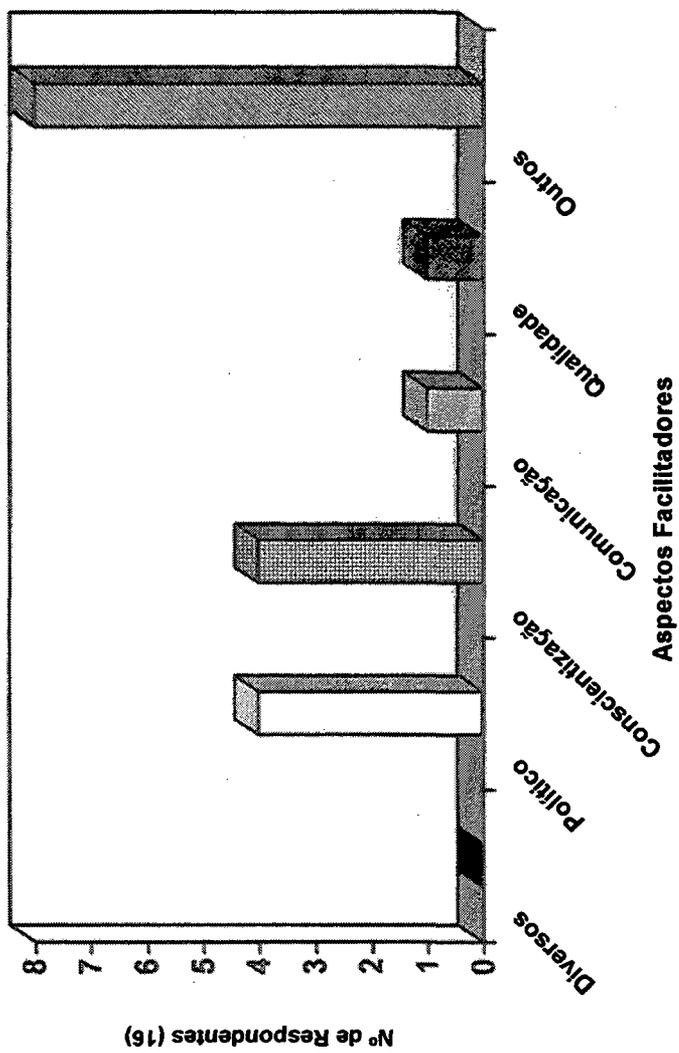
d) Por último, dois RESPONDENTES (12,5%) indicam como fator facilitador o idioma.

Os aspectos da qualidade e da cultura são apontados por um RESPONDENTE.

e) Não foram citados nenhum fator facilitador referentes aos aspectos sistema de ensino superior, econômico, cultural, concepção e infra-estrutura.

ela ajuda a modificar o conceito, que é um conceito de integração voltado à integração de todo um sistema ..." (RESPONDENTE 04)

GRÁFICO 04
ASPECTOS FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEÇÃO DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS



Obs.: Diversos contém os seguintes aspectos:
 Sistema de Ensino Superior, Econômico, Cultural,
 Concepção, Infra-Estrutura e Administrativa = 00

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS REFERENTES ÀS TABELAS 03 E 04

a) As indicações representam para os RESPONDENTES os principais fatores restritivos e/ou facilitadores segundo sua percepção. Portanto, não que sejam estes os únicos fatores restritivos e/ou facilitadores, mais apenas e tão somente os que os RESPONDENTES consideram mais importantes.

b) O idioma é indicado tanto como fator restritivo(3) quanto como fator facilitador(2). Observar as considerações feitas na análise e descrição dos dados referentes às TABELAS 05 e 06.

c) Os especialistas universitários consideram que a questão política pode ao mesmo tempo apresentar fatores restritivos e facilitadores. Paradoxalmente (pelo menos aparentemente) tanto os fatores restritivos quanto os fatores facilitadores estão dependentes da vontade política. No primeiro caso em que não há uma vontade política em apoiar a integração cultural/educativa, isto se traduz na inexistência de fundos públicos de políticas específicas, de planejamento, ... No segundo caso esta vontade política se traduz na intencionalidade dos governos de realizar a integração com amplo apoio aos seus aspectos econômicos e a necessidade de se estabelecer um sólido espaço democrático como um dos sustentáculos da expansão do mercado e da estabilidade econômica e política da região. O que evidentemente ampliaria a rede de comunicação entre as universidades da região.

d) No tocante à categoria conscientização como fator facilitador foram indicados pelos RESPONDENTES das universidades: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidad Mayor de La República - Uruguai. Tendem a analisar o próprio grupo a que pertencem, e não a comunidade universitária como um todo.

e) A comunicação/informação enquanto fator facilitador refere-se à possibilidade tecnológica de se viabilizar um fluxo de informação rápido e contínuo que torne o espaço e o tempo menos relevante enquanto restrição para o processo de integração. Enquanto fator restritivo observa-se duas dimensões, ambas organizacionais, de análises: uma estrutural - inexistência de uma estrutura informacional; a outra de caráter estratégico - que denuncia

um sistema de decisões não articulados, inviabilizando o processo de implementação das políticas nos níveis tático e operacional. Isto é, o processo decisório a nível governamental não repercute nos demais níveis do sistema de ensino superior por razões diversas, especialmente a inexistência deste fluxo de informações no sentido vertical e horizontal que proporcione, respectivamente, aos grupos de interesse e as organizações terem acesso às informações sobre o processo de integração.

f) O reconhecimento de que existe uma possibilidade de troca qualitativa entre os grupos de pesquisa das universidades é uma posição clara para a maioria dos entrevistados, embora façam ressalvas e apontem fatores restritivos. Contudo, um RESPONDENTE enfatizou como facilitador a existência de núcleos de excelência o que permitiria dinamizar, no momento atual, o processo de integração universitária.

TABELA 05
FATORES RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO
DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS

| | | |
|---|----|------------------|
| 01. Sistemas de ensino superior Fatores indicados: - Sistema universitário diferenciado - Falta de reconhecimento acadêmico de títulos e estudos - Inexistência de conteúdo mínimo em programas dos estudos correspondentes | 08 | 2 6 2 |
| 02. Político Fatores indicados: - Falta decisão política para implementação da integração cultural/educativa | 02 | 1 |
| 03. Econômico Fatores indicados: - Escassez de recursos - Baixos salários dos docentes | 06 | 5 1 |
| 04. Cultural Fatores indicados: - Inexistência de uma cultura de integração - Diferenças culturais - Mentalidade forjada por governos anteriores que estimularam atitudes belicosas, desconfiadas e competitivas - Há uma tendência da inteligência argentina e brasileira de se integrarem com outros centros e não regionalmente | 05 | 1 2 2 1 |
| 05. Concepção | | |

TABELA 05 (Continuação)
FATORES RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO
DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS

| | | |
|---|----|---------------------------------|
| 06. Conscientização Fator indicado: - Falta de uma consciência da inevitabilidade da integração | 01 | 1 |
| 07. Comunicação Fator Indicado: - inexistência de um sistema de informações | 01 | 1 |
| 08. Infra-estrutura Fator Indicado: - Falta de instalações para abrigar professores e alunos em trânsito | 02 | 02 |
| 09. Administrativo Fatores Indicados: - Ausência de coordenadores efetivos de convênios - Ausência da organização da cooperação, nos países e nas instituições - Falta de interação e planejamento entre representantes do governo, especialistas e administradores - As universidades são desintegradas entre si e internamente - Práticas burocráticas - Falta de capacidade de gestão e administração acadêmica - Falta de um projeto claro de interesses comuns | 07 | 1 1 4 1 1 1 1 |
| 10. Qualidade Fator indicado: - Sistemas de avaliação diferenciados e/ou inexistentes | 03 | 3 |
| 11. Outros Fatores indicados: - Idioma - Mobilidade acadêmica na graduação - Conselhos regionais por categorias profissionais - Leis trabalhistas - Tamanho da população | 07 | 3 1 1 1 1 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Legenda: F: indica o número de entrevistados que referiu-se àquele quesito.

N.º de ind.: indica o número de citações que cada entrevistado fez. Um mesmo RESPONDENTE pode ter feito diversas indicações.

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA TABELA 05

a) Para a maioria dos entrevistados (53,33%), as principais restrições à integração universitária estão relacionadas à diferenciação dos Sistemas de

Ensino Superior. Dos oito RESPONDENTES desta categoria, seis, isto é, 75% indicaram, como fator restritivo, o não reconhecimento acadêmico de títulos e estudos.

b) Em segundo lugar, para sete RESPONDENTES (46,66%), as restrições são de caráter administrativo. Dos sete RESPONDENTES, quatro (57,14%) indicaram, como fator restritivo, a falta de interação e planejamento entre os representantes de governo, especialistas e administradores universitários. Neste item poderiam ainda ser incluídas outras quatro indicações que são resultantes da falta de planejamento.⁴²

c) Em terceiro lugar, as restrições à integração universitária são de caráter econômico para seis RESPONDENTES (40%). Destes, cinco RESPONDENTES (83,33%) indicam, como o fator restritivo, escassez de recursos.

d) Em quarto lugar, cinco RESPONDENTES (33,33%) vêem que a questão cultural apresenta aspectos restritivos ao processo de integração universitária.

e) E em quarto lugar, para três RESPONDENTES (20%), a questão da qualidade, sistema de avaliação diferentes e/ou inexistente e o idioma são apresentados como fatores restritivos da integração universitária.

f) Em sexto lugar, apresentam as questões políticas e de infra-estruturas como restritivas assinaladas por dois RESPONDENTES (13,33%).

g) Por último, apenas um RESPONDENTE (6,66%) indica os aspectos comunicação/informação, conscientização e outros (tamanho da população, leis trabalhistas, entidades profissionais credencialistas, dificuldade para mobilidade acadêmica na graduação) como restritivos.

h) A questão econômica - escassez de recursos, foi levantada por RESPONDENTES das Universidades da região sul do Brasil, de Buenos Aires e Montevideú;- baixos salários foi citado por um RESPONDENTE do Paraguai que informa ser o salário do docente, com vinte e cinco anos de magistérios e

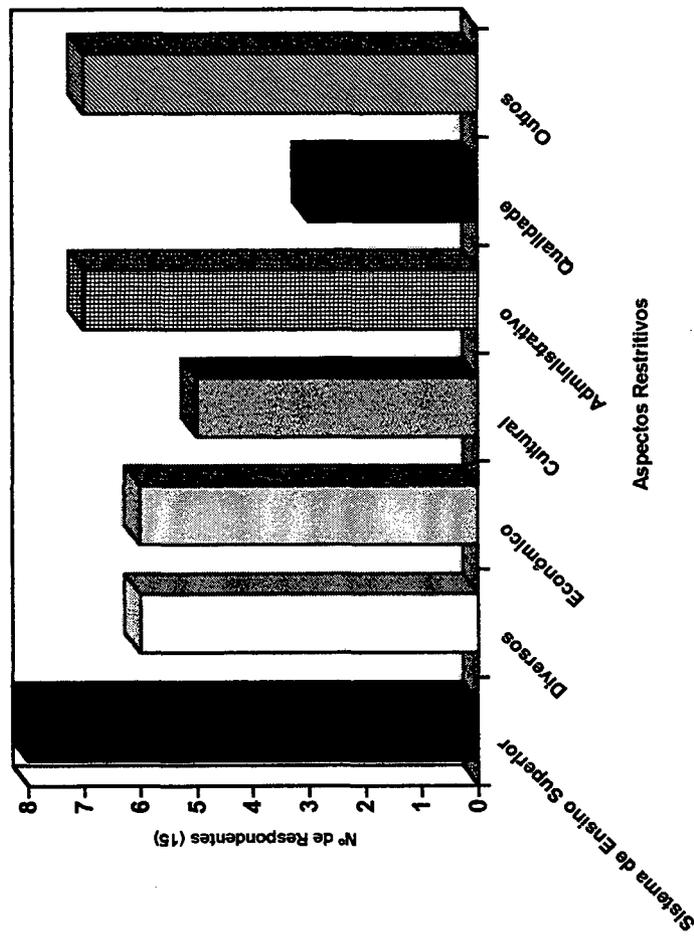
⁴² A falta de um projeto claro de interesses comuns; falta de capacidade de gestão e administração acadêmica; ausência de organização da cooperação, nos países e nas instituições e ausência de coordenadores efetivos de convênios.

com titulação de doutor, de aproximadamente US\$180,00 (cento e oitenta dólares).

i) A questão cultural citada como uma restrição pode não representar um pensamento claro dos RESPONDENTES desta unidade de análise. Observou-se que os entrevistados tenderam a responder a questão com base em uma lógica de curto prazo (talvez induzidos pela própria abordagem feita pelo entrevistador). Enquanto que a questão cultural exige uma ação permanente, ressalta-se que diversos RESPONDENTES abordaram a questão cultural no contexto da entrevista, sem contudo qualificá-la como restritiva ou facilitadora. Referiam-se a sua diversidade, ora as similaridades e quase sempre, na necessidade de preservar a pluralidade cultural.

j) Não foi apresentado nenhum fator restritivo relacionado com a categoria concepção.

GRÁFICO 05
ASPECTOS RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEÇÃO DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS



Obs.: Diversos contém os seguintes aspectos:
 Político, Infra-Estrutura = 02;
 Conscientização, Comunicação = 01;
 Concepção = 0

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

TABELA 06
FATORES FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO
DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS

| | | |
|---|----|-------------|
| 01. Sistemas de Ensino Superior | | |
| 02. Político Fator indicado: - A democratização dos países | 01 | 1 |
| 03. Econômico | | |
| 04. Cultural Fator indicado: - Uma identidade cultural | 01 | 1 |
| 05. Concepção | | |
| 06. Conscientização Fator indicado: - A sensibilização que existe nas universidades e a disposição das pessoas em participar - Vontade das universidades de participar do processo | 03 | 1 2 |
| 07. Comunicação Fator indicado: - Tecnologia na área de comunicação e informação | 01 | 1 |
| 08. Infra-estrutura | | |
| 09. Administrativo | | |
| 10. Qualidade | | |
| 11. Outros Fatores indicados: - Idioma - A experiência e a tradição de intercâmbio na pesquisa e na pós-graduação - Proximidade geográfica | 08 | 1 6 3 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Legenda: F: indica o número de entrevistados que referiu-se àquele quesito.
 N.º de ind.: indica o número de citações que cada entrevistado fez. Um mesmo RESPONDENTES pode ter feito diversas indicações.

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA TABELA 06

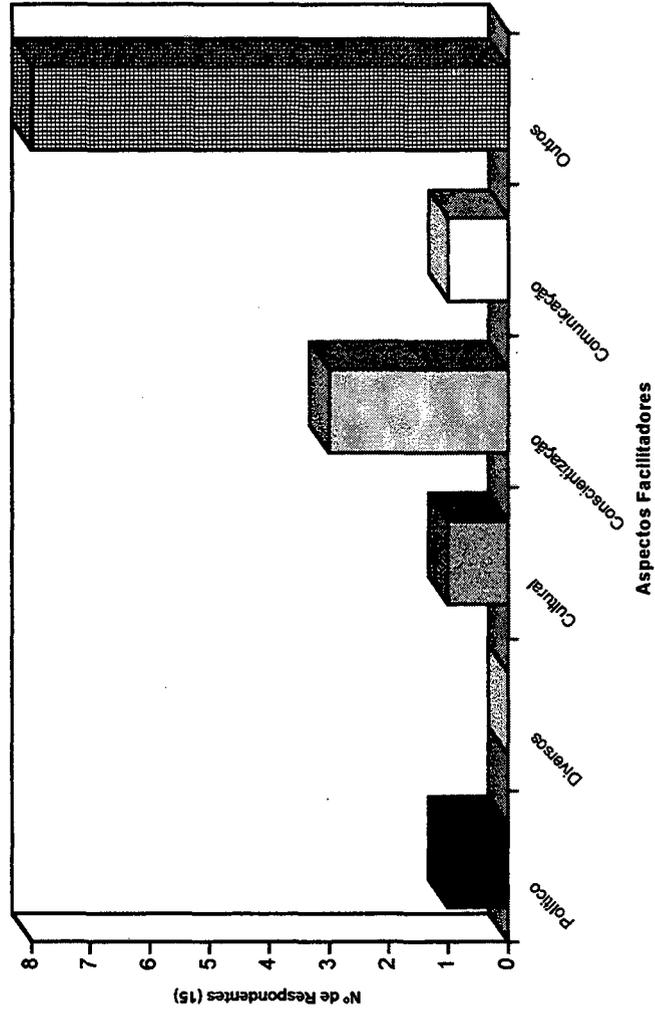
a) Para seis RESPONDENTES (40%), o principal fator facilitador da integração universitária é a experiência e a tradição de intercâmbio entre as universidades.

b) Para três RESPONDENTES (20%), a proximidade geográfica e a conscientização são considerados como fatores facilitadores.

c) Por último, são citados como fatores facilitadores o idioma, aspectos culturais, aspectos políticos, aspectos da comunicação/informação.

d) Não foram citados como fatores facilitadores os aspectos sistema de ensino superior, econômicos, concepção, infra-estrutura, administrativo e qualidade.

GRÁFICO 06
ASPECTOS FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEÇÃO DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS



Obs.: Diversos contém os seguintes aspectos:
 Sistema de Ensino, Econômico, Concepção, Infra-Estrutura,
 Administração e Qualidade = 00

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS REFERENTES ÀS TABELAS 05 E 06

a) As indicações representam para os RESPONDENTES os principais fatores restritivos e/ou facilitadores segundo sua percepção. Portanto, não que sejam estes os únicos fatores restritivos e/ou facilitadores, mas apenas e tão somente os que os RESPONDENTES consideram mais importantes.

b) O idioma é indicado tanto como fator restritivo (4) quanto como fator facilitador (1) da integração universitária no MERCOSUL. Enquanto o fator restritivo ele representa uma barreira “natural” que impede (dificulta) a mobilidade de pessoas por limitar a comunicação entre estas; representa ainda uma limitação maior quando se pensa na integração a nível da graduação; pode ser relacionada ainda a inexistência do ensino de língua espanhola na rede de educação estatal no Brasil, e de língua portuguesa nos demais países; consideram ainda que o tamanho da população, desempenho econômico, tamanho do mercado, ..., pode influenciar o uso de um idioma. Enquanto fator facilitador tende os RESPONDENTES a relacionar comparativamente com outros blocos econômicos, onde a diversidade de línguas é maior; com a origem latina nos dois idiomas; com a pesquisa e a pós-graduação, onde se tem um relacionamento histórico; com a região de fronteiras. Contudo, RESPONDENTES argentinos e uruguaios declararam considerar comparativamente, que é mais difícil para eles entenderem o português, mesmo a nível da pós-graduação, do que para os brasileiros entenderem o espanhol. Justificam esta afirmativa por acreditarem que é comum a referência bibliográfica em língua espanhola acessível aos brasileiros e que esta reciprocidade não existe em língua portuguesa. Portanto, os brasileiros lêem mais em espanhol do que seus pares latinos lêem em português.

c) Há uma similaridade no raciocínio dos RESPONDENTES deste grupo e dos especialistas universitários no tocante à questão política. Embora, este grupo tenha atribuído uma menor importância a esta questão.

d) A questão cultural na percepção dos administradores apresentam fatores restritivos e facilitadores similares ao exposto na análise e descrição

dos dados referentes às TABELAS 03 e 04. Citam uma identidade cultural⁴³ como um possível fator facilitador.

e) Os aspectos relacionados com a conscientização enquanto fatores restritivos se deve ao enfoque de considerar como referência para a análise a comunidade universitária como um todo. Enquanto fator o facilitador referencial de análise está no próprio grupo e ou na pesquisa e pós-graduação.

f) Os fatores restritivos e facilitadores citados na categoria comunicação/informação têm uma análise similar à análise e descrição dos dados referentes às TABELAS 03 e 04.

II) Qual a opinião dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários sobre o plano trienal de educação para o MERCOSUL?

a) Opinião dos representantes de governo sobre o Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL:

- Parte-se do princípio que todos os representantes do governo tenham conhecimento do plano.

- Dois RESPONDENTES não se expressaram sobre o plano.

- Quando questionados sobre a participação de especialistas e administradores universitários na elaboração do Plano Trienal, em especial, nos itens que contemplam a educação superior, três representantes (50%) afirmaram que "sim". Observa-se que os mesmos se referiram aos seus países de origem, Uruguai e Argentina.

- Pode-se concluir que no Brasil e no Paraguai não aconteceu a participação de administradores e especialistas universitários, tanto na elaboração quanto na implementação e avaliação do plano. Qualquer

⁴³ Sobre Identidade Cultural, ver:

IANNI, Otávio. **Labirinto latino americano**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1993.

CABRAL, Salvador. **A revolução cultural do MERCOSUL**. Florianópolis: Insular. 1995.

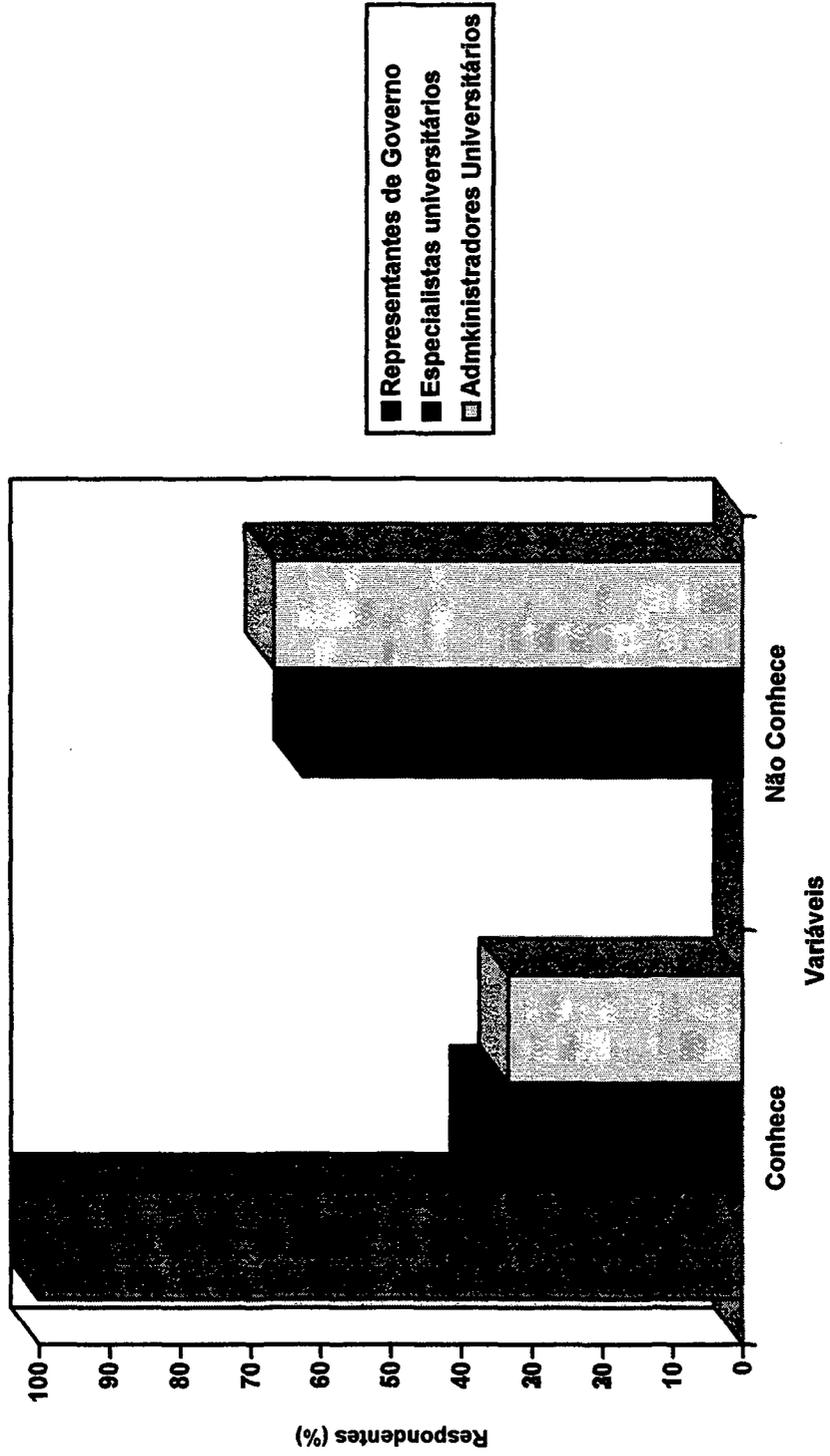
GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 29.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

participação teve um caráter individual e não institucional conforme atestam os RESPONDENTES 03⁴⁴ e 06⁴⁵

⁴⁴ "... pelo que eu sei, não acompanhei a elaboração do Plano Trienal, mas ele foi feito por técnicos dos Ministérios da Educação dos quatro países ... não vi (nos arquivos) nenhum parecer, nada do tipo ... que desse a entender que estas instituições tenham sido consultadas. Embora em teoria, o representante da SESU ... estaria ciente das demandas das universidades e da comunidade acadêmica em geral. Mas o que eu tenho visto em seminários, as pessoas demandam sempre a mesma coisa, uma oportunidade de levar suas reivindicações ao Comitê Regional." (RESPONDENTE 03)

⁴⁵ "No a mi no me consta que el sector universitario haya participado en la elaboración del Plan Trienal, y lo que estuve diciendo en principio, el sector universitario hasta este momento, aparentemente, se muestra renuente en participar ..." (RESPONDENTE 06)

GRÁFICO 07
PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO PARA O MERCOSUL



Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL**, 1995.

TABELA 07
OPINIÕES DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO SOBRE O PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO

| OPINIÕES DOS RESPONDENTES | | F |
|---|--|----------|
| - "el Plan Trienal tuvo una elaboración muy rápida que apuntaba a dar respuesta a esta ausencia del sector educación en el... la estructura del Tratado de Asunción... tuvo una formulación muy amplia... grandes líneas de trabajo ... una serie de objetivos ..." (RESPONDENTE 02) | | 1 |
| - "O Plano, ao meu ver, tem três programas principais: Formação da consciência favorável à integração, Harmonização dos sistemas educativos e capacitação de recursos humanos de alto nível o último é o mais prejudicado ... não andou por uma única razão ... não tratou o tema. Institucionalmente" Avalia que nos outros programas, a nível de Brasil, tenham sido realizados alguns trabalhos, contudo, avalia também que "O MEC não conseguiu fazer propaganda dentro da sua casa, o que demonstra a pouca importância política que foi dada à questão." (RESPONDENTE 03) | | 1 |
| - "El Plan Trienal que reseñado en un trabajo ... del Comité Coordinador Cumple un servicio importante ... ordena en tres grandes temas ... en el cual la educación se reconoce como que es parte necesaria a ese proceso de integración y una casa permanente." (RESPONDENTE 04) | | 1 |
| - O Plano trienal no Paraguai ⁴⁶ não está sendo implementado. | | 1 |
| - Não apresentou opinião. | | 1 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Legenda: F: indica o número de entrevistados que referiu-se àquele quesito.

N.º de ind.: indica o número de citações que cada entrevistado fez. Um mesmo RESPONDENTE pode ter feito diversas indicações.

b) Opinião dos Especialistas Universitários sobre o Plano Trienal de Educação:

- Onze RESPONDENTES (62,5%) afirmaram desconhecer o Plano Trienal de Educação.

- Apenas cinco RESPONDENTES (37,5%) afirmaram conhecer o Plano Trienal de Educação.

- Dos RESPONDENTES que afirmaram conhecer o plano, três responderam que não houve participação de especialistas e administradores universitários em sua elaboração e os outros dois RESPONDENTES desconhecem se houve participação.

⁴⁶ Pode se afirmar apenas que a nível de educação superior o referido plano ainda não foi implementado e nem discutido no âmbito das instituições universitárias e araguaiais.

TABELA 08
OPINIÕES DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS SOBRE O PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO

| OPINIÕES DOS RESPONDENTES | | F |
|---|--|----------|
| - O Plano está dissociado da realidade. | | 1 |
| - Não apresentou opinião | | 1 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Legenda: F: indica o número de entrevistados que referiu-se àquele quesito.

N.º de ind.: indica o número de citações que cada entrevistado fez. Um mesmo RESPONDENTE pode ter feito diversas indicações.

c) Opinião dos administradores universitários sobre o Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL;

- Dez RESPONDENTES (66,66%) afirmam desconhecer o Plano Trienal de Educação.

- Cinco RESPONDENTES (33,33%) afirmam conhecer o Plano Trienal de Educação.

- Apenas um RESPONDENTES, dentre os que conhecem o Plano, afirma que houve participação de especialistas e administradores universitários em sua elaboração. Dois afirmam que não houve participação e os outros afirmam não saber se houve participação de especialistas e administradores universitários em sua elaboração.

TABELA 09
OPINIÕES DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE O PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO PARA O MERCOSUL

| OPINIÕES DOS RESPONDENTES | | F |
|---|--|----------|
| - <i>"É um documento que direciona o processo de integração educacional".</i> | | 1 |
| - <i>"É matéria vencida pela forma como ele é produzido. É um acordo das cúpulas político-burocratas e não há uma nova direção de seus projetos. É uma carta diplomática que não tem recursos financeiros nem institucionais a ele vinculados, de fato não é um plano."</i> | | 1 |
| - <i>"O plano é um acordo político que visa legitimar a ação governamental".</i> | | 1 |
| - <i>"O plano é pouco discutido no âmbito da temática MERCOSUL/Universidade".</i> | | 1 |
| - Não tem opinião formada sobre o plano. | | 1 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Legenda: F: indica o número de entrevistados que referiu-se àquele quesito.

N.º de ind.: indica o número de citações que cada entrevistado fez. Um mesmo RESPONDENTES pode ter feito diversas indicações.

III) Qual a concepção de integração de representantes de governo, dos especialistas e administradores universitários?

TABELA 10
CONCEPÇÕES DE INTEGRAÇÃO DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO

| CONCEPÇÕES | F |
|------------------------------|----------|
| Solidária ⁴⁷ | 3 |
| Hegemônica | |
| Não foi possível identificar | 1 |
| Não respondeu | 2 |
| Total | 6 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Legenda: F: indica o número de entrevistados que referiu-se àquele quesito.

N.º de ind.: indica o número de citações que cada entrevistado fez. Um mesmo RESPONDENTE pode ter feito diversas indicações.

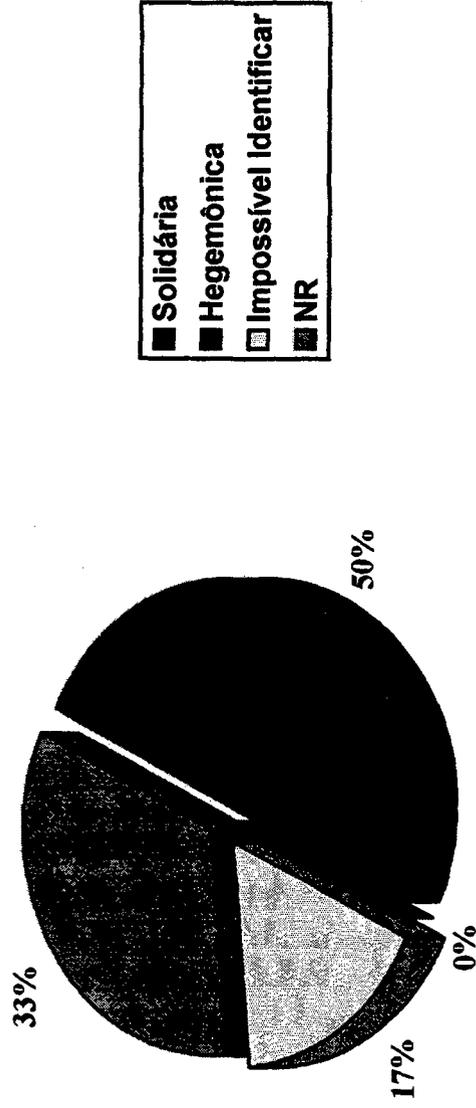
⁴⁷ O RESPONDENTE 01 entende que "Integração é esse esforço que parte das características das partes em favor de um objeto comum. Então, integração para mim, é o não aniquilamento das partes ... integração é essa contribuição para a busca de um objetivo comum em que várias partes participam com essa característica fundamental, sem deixar de ser parte ... não tem que homogeneizar."

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA TABELA 10

a) 50% dos RESPONDENTES apresentam uma concepção de integração regional solidária.

b) 33,33% dos RESPONDENTES não responderam.

GRÁFICO 08
CONCEPÇÕES DE INTEGRAÇÃO DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO



Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

TABELA 11
CONCEPÇÕES DE INTEGRAÇÃO DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS

| CONCEPÇÕES | F |
|------------------------------|-----------|
| Solidária ⁴⁸ | 5 |
| Hegemônica ⁴⁹ | 2 |
| Não foi possível identificar | 4 |
| Não respondeu | 5 |
| Total | 16 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Legenda: F: indica o número de entrevistados que referiu-se àquele quesito.

N.º de ind.: indica o número de citações que cada entrevistado fez. Um mesmo RESPONDENTE pode ter feito diversas indicações.

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA TABELA 11

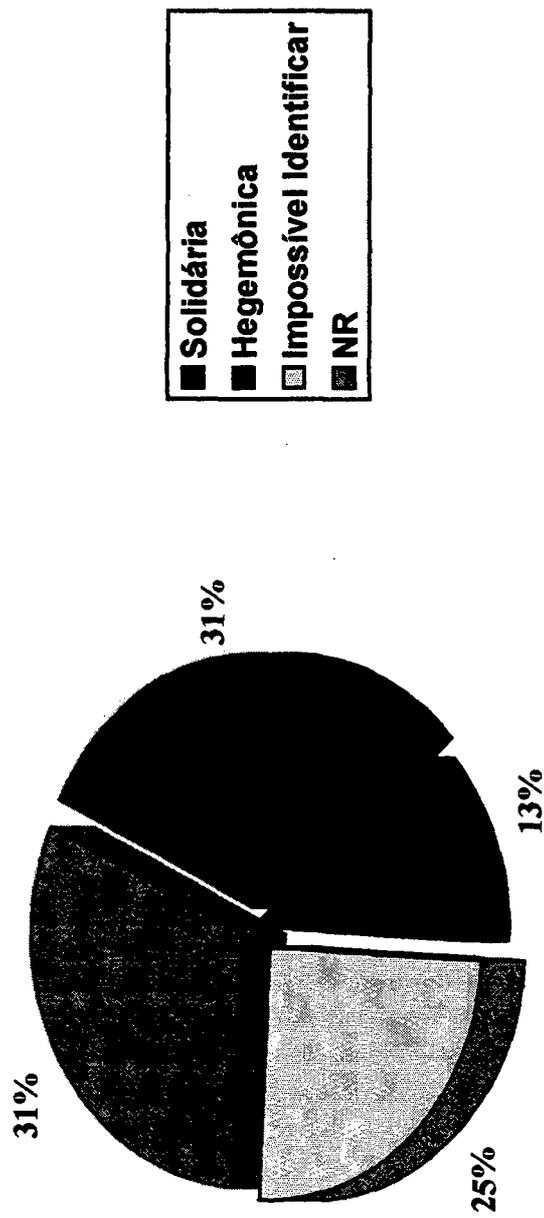
a) Cinco RESPONDENTES (31,25%) apresentam uma concepção solidária da Integração regional contra dois RESPONDENTES (12 e 5), que apresentam uma concepção homogênic.

b) Cinco RESPONDENTES (31,25%) não responderam ao quesito e quatro RESPONDENTES (25%) apresentam respostas dúbias que não nos foi possível identificar a sua concepção de integração.

⁴⁸ O RESPONDENTE 11 analisa as diferentes concepções de integração e demonstra que, em alguns casos, as diferentes "concepções" podem apenas espelhar o nível e o grau de profundidade da Integração, senão vejamos: "... Se habla de integración pero no se sabe exactamente cuál es el parámetro para definir la integración. Se confunde integración con cooperación. Se confunde integración con comercio. Eso no sólo a nivel dei universitario general sino dei universitario especializado, en ciencias económicas, ciencias políticas, en ciencias jurídicas que debería tener más claridad en lo que, es integración y sobre todo no solamente en lo que es integración sino en los modelos de integración. Cuando se habla de una zona de libre comercio, es un nivel muy primario de integración y algunos coinciden en que no es integración ..., es comercio! Cuando se habla de libre aduaneira, que es otro modelo otro nivel de integración", conforme BELA BALASSA. In: LAREDO (1994:53), tampoco se cree que eso sea la integración. Entonces eso es simplemente, una zona de libre comercio más el establecimiento de tarifas de formas comunes, pero cuando se habla de MERCOSUL ah!, ahí ah! empieza a ser integración porque se trata de libertad de comercio, de tarifas, de formas comunes y de libre movilidad en los factores de la producción."

⁴⁹ Ainda o RESPONDENTE, mostra com extrema simplicidade, uma característica inerente à integração hegemônica: "La integración que se hace sin participación, a los únicos que benefician es a los integradores, no a los integrados."

GRÁFICO 09
CONCEPÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS ESPECIALISTAS UNIVERSITÁRIOS



Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

TABELA 12
CONCEPÇÕES DE INTEGRAÇÃO DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS

| CONCEPÇÕES | | F |
|--|--|-----------|
| Solidária | | 1 |
| Hegemônica | | |
| Não foi possível identificar ⁵⁰ | | 6 |
| Não respondeu | | 8 |
| Total | | 15 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Legenda: F: indica o número de entrevistados que referiu-se àquele quesito.

N.º de ind.: indica o número de citações que cada entrevistado fez. Um mesmo RESPONDENTE pode ter feito diversas indicações.

⁵⁰ O RESPONDENTE 14 ao justificar que não possuía uma concepção de integração analisa que: "No tengo una concepción de integración como para presentar, pero dos modelos por ahí, el modelo europeo, muy centrado en la norma, en los procesos de consenso, en los procesos de establecimientos de consensos, incluso en la esfera de lo legal. Me da la impresión, el marco de la dinámica de integración en el marco del conosur, que tiene una dinámica mucho más desde de la base digamos, de los procesos mismos de integración y desde el poder político. Pero me da la impresión de que falta todo el proceso de normatización, digamos del proceso, ... en este sentido es un proceso que parece más en este sentido es un proceso que parece más rápido, más espontáneo y también más casual y más dependiente de factores políticos".

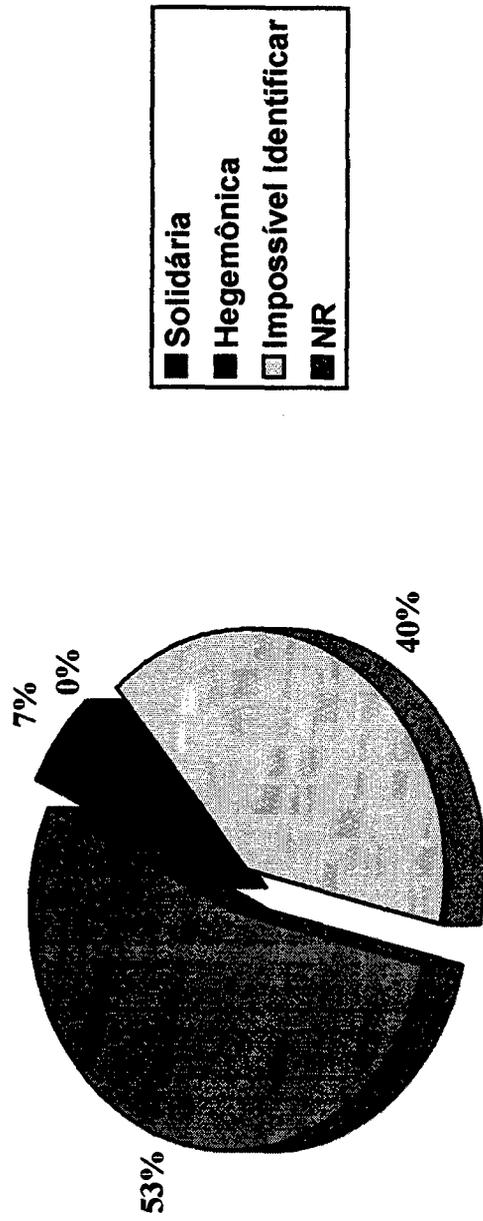
O RESPONDENTE 01 faz uma análise extremamente clara sobre o momento histórico atual, contudo não foi possível classificar a sua concepção de integração. A seguir a citação: "... la idea de la integración y la propuesta de integración de alguna manera inevitable en el camino de adaptación a las circunstancias actuales de la economía internacional. Es cierto que ha habido muchos temas en ... en debate, que hay muchos puntos todavía nos definidos respecto a la naturaleza precisa de la integración, que hoy por hoy encamina a la construcción de un mercado común, pero más alta de esto ... la idea que debe predominar al examinar el proceso del Mercosur es la de su necesidad y más aun, la de su inevitabilidad. El propósito central es, evidentemente aumentar la capacidad competitiva de la región. En este sentido posibilidades de un incremento de la capacidad competitiva pueden haber muchos. Los países podían aumentar su capacidad competitiva declarando las riquezas naturales, podían aumentar su capacidad competitiva ... sobre la base de la rebaja de los salarios reales de los trabajadores; obviamente, ninguna de éstas parece ser la forma idónea, la forma adecuada para el aumento de la competitividad. El desafío que a nuestro entender tiene la región es lograr un aumento de la competitividad basado en la productividad en el progreso técnico y en el desarrollo social, entendido el desarrollo social. Como parte complementaria, necesaria e inevitable de los procesos del desarrollo productivo y de desarrollo técnico en especial. Si esta es así, es de un, si es así, si es efectivamente correcto la idea todo parece indicar que la educación debería tener un papel central dentro del proceso de integración."

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA TABELA 12

a) Apenas um RESPONDENTE caracterizou sua concepção de Integração como solidária.

b) Oito RESPONDENTES (53,33%) não responderam a este quesito e seis RESPONDENTES (40%) não identificaram a sua concepção.

GRÁFICO 10
CONCEPÇÕES DE INTEGRAÇÃO DOS ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS



Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL**, 1995.

IV) Qual o grau de congruência entre as percepções de representantes de Governo, especialistas e administradores universitários sobre os fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL?

TABELA 13
GRAU DE CONGRUÊNCIA ENTRE AS PERCEPÇÕES DE REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS E ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE OS FATORES RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO MERCOSUL

| FATORES RESTRITIVOS | UNIDADES DE ANÁLISE | | | GRAU DE CONGRUÊNCIA* | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|-------------|-------------|----------------------|---|---|---|
| | REPRESENTANTES DE GOVERNO % | ESP. UNIV % | ADM. UNIV % | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Sistemas de Ensino Superior | 75,00 | 68,75 | 60,00 | F | F | F | F |
| Político | 16,66 | 18,75 | 15,00 | f | f | f | f |
| Econômico | 50,00 | 50,00 | 45,00 | F | F | M | M |
| Cultural | | 18,75 | 30,00 | | | | f |
| Concepções | | 6,25 | | | | | |
| Conscientização | | 6,25 | 6,66 | | | | f |
| Comunicação | 33,33 | 18,75 | 6,66 | | f | f | f |
| Infra-estrutura | | 6,25 | 13,33 | | | | f |
| Administrativo | 50,00 | 43,75 | 46,66 | M | M | M | M |
| Qualidade | 33,33 | 50,00 | 25,00 | M | M | M | M |
| Idioma | 16,33 | 18,75 | 20,00 | f | f | f | f |
| Pesquisa e Pós | | | | | | | |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.

Legenda: F - Forte $\rightarrow \geq 50\%$ M Médio $\rightarrow 20\% \leq M < 50\%$ f - fraco $\rightarrow < 20\%$

Grau de Congruência:

1. Grau de congruência entre as três unidades de análise.
2. Grau de congruência entre representantes de Governo e Especialistas Universitários.
3. Grau de congruência entre representantes de Governo e Administradores Universitários.
4. Grau de congruência entre especialistas e Administradores Universitários.

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA TABELA 13

a) O nível de congruência mais significativo corresponde aos aspectos dependentes da diferenciação dos sistemas de ensino superior. Para os três grupos simultaneamente foi este o aspecto considerado mais restritivo. O grau de congruência entre os três grupos e entre si é forte.

b) Os aspectos econômicos também se sobressaem como restritivos na percepção dos três grupos. O grau de congruência entre os três grupos é forte e entre si é médio: na relação entre representantes de governo/administradores universitários e especialistas universitários/administradores universitários; e forte: na relação entre representantes de governo/ especialistas universitários.

c) Em terceiro lugar destacaram-se os aspectos administrativos apresentando um grau de congruência médio tanto na percepção dos tres grupos quanto na relação entre os grupos.

d) Em quarto lugar destacaram-se os aspectos referentes a qualidade do ensino apresentando um grau de congruência médio tanto na percepção dos tres grupos quanto na relação entre os grupos.

e) O idioma e a comunicação/informação apresentam um grau de congruência fraco entre três grupos e entre si. Contudo, significa que todas as unidades de análise os levaram em consideração como fatores restritivos secundários.

f) É importante salientar que nenhum respondente considerou a pesquisa e a pós-graduação passíveis de apresentarem fatores restritivos.

CONCLUSÃO:

Pode-se concluir que os aspectos mais relevantes apresentarem fatores restritivos ao processo de integração universitária por ordem de concordância entre os respondentes são: Diferenciação dos sistemas de ensino, econômicos, administrativos, qualidade e comunicação/informação.

TABELA 14
GRAU DE CONGRUÊNCIA ENTRE AS PERCEPÇÕES DE REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS E ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE OS FATORES FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

| FATORES FACILITADORES | UNIDADES DE ANÁLISE | | | GRAU DE CONGRUÊNCIA* | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|-------------|-------------|----------------------|---|---|---|
| | REPRESENTANTES DE GOVERNO % | ESP. UNIV % | ADM. UNIV % | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Sistemas de Ensino Superior | | | | | | | |
| Político | 16,66 | 25,00 | | | f | | |
| Econômico | | | | | | | |
| Cultural | 50,00 | | 6,25 | | | f | |
| Concepções | | | | | | | |
| Conscientização | 16,66 | 25,00 | 18,75 | f | f | f | f |
| Comunicação | 33,33 | 6,25 | 6,25 | f | f | f | f |
| Infra-estrutura | | | | | | | |
| Administrativo | | | | | | | |
| Qualidade | | 6,25 | | | | | |
| Idioma | 16,33 | 13,33 | 37,5 | f | f | f | M |
| Pesquisa e Pós | | 18,75 | 18,75 | | | | f |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.

Legenda: F - Forte → ≥ 50% M - Médio → 20% < M < 50% f - fraco → < 20%

Grau de Congruência:

1. Grau de congruência entre as três unidades de análise.
2. Grau de congruência entre representantes de Governo e Especialistas Universitários.
3. Grau de congruência entre representantes de Governo e Administradores Universitários.
4. Grau de congruência entre especialistas e Administradores Universitários.

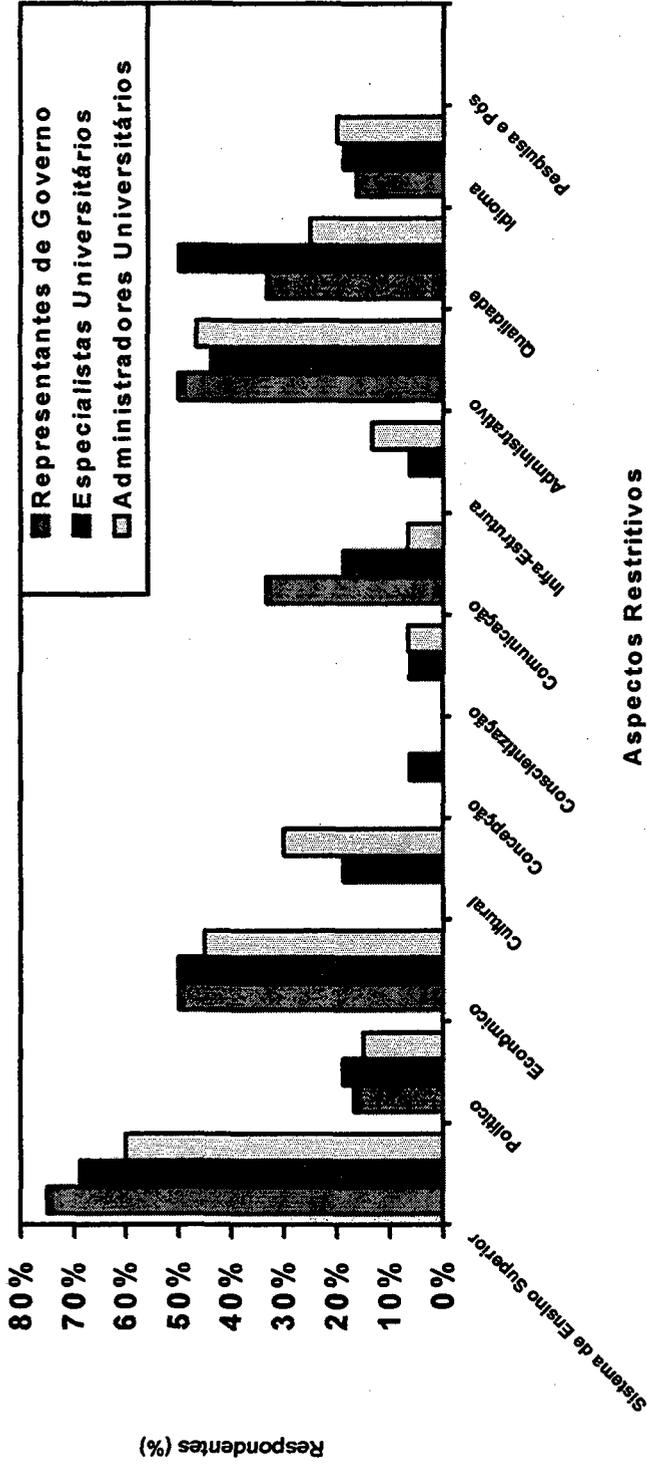
ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA TABELA 14

a) São citados como fatores facilitadores pelas três unidades de pesquisa, com um nível de congruência fraco, aspectos relacionados com a conscientização, comunicação/informação e idioma.

b) A pesquisa e pós-graduação apresenta congruência (fraca) na percepção dos especialistas e administradores universitários.

c) Os aspectos políticos apresentam congruência (fraca) entre os representantes de governo e especialistas universitários.

GRÁFICO 11
GRAU DE CONGRUÊNCIA ENTRE AS PERCEÇÕES DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS E ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE OS ASPECTOS RESTRITIVOS DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO MERCOSUL



Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.

d) Os aspectos culturais apresentam congruência (fraca) entre os representantes de governo e administradores universitários.

e) Não foram citados os aspectos relacionados com a diferenciação dos sistemas de ensino, concepção, infra-estrutura e administrativo.

CONCLUSÃO:

Os grupos apresentaram um nível de concordância muito baixo quanto aos aspectos facilitadores. Uma importante informação é o fato de que os aspectos que não foram citados como facilitadores apresentaram diversos fatores restritivos na análise da tabela 13. Outra informação que se destaca é a presença da pesquisa e da pós-graduação citadas por especialistas e administradores universitários.

V) Qual o grau de congruência entre as percepções dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários sobre a concepção de integração?

TABELA 15
GRAU DE CONGRUÊNCIA ENTRE AS PERCEPÇÕES DE REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS E ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE A CONCEPÇÃO DE INTEGRAÇÃO

| CONCEPÇÃO | UNIDADES DE ANÁLISE | | | GRAU DE CONGRUÊNCIA* | | | |
|------------------------------|-----------------------------|-------------|-------------|----------------------|---|---|---|
| | REPRESENTANTES DE GOVERNO % | ESP. UNIV % | ADM. UNIV % | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Solidária | 50 | 31,25 | 6,66 | M | M | M | M |
| Hegemônica | XX | 02,5 | | | | | |
| Não foi possível identificar | 16,66 | 25 | 40,00 | M | f | M | f |
| Não Respondeu | 33,34 | 31,25 | 53,34 | M | M | M | M |
| Total | 100% | 100% | 100% | | | | |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Legenda: F - Forte → ≥ 50% M - Médio → 20% < M < 50% f - fraco → < 20%

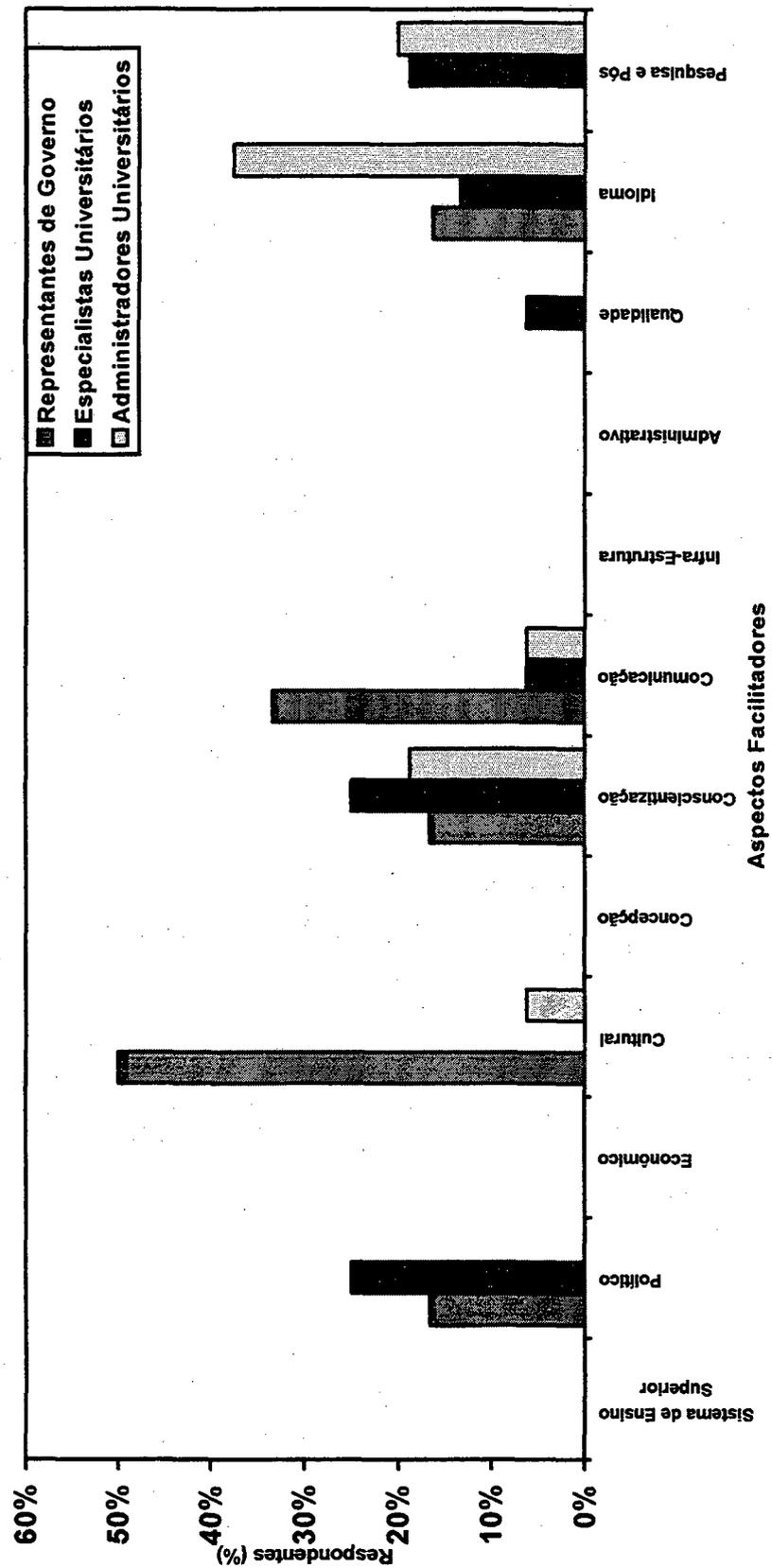
Grau de Congruência:

1. Grau de congruência entre as três unidades de análise.
2. Grau de congruência entre representantes de governo e especialistas universitários.
3. Grau de congruência entre representantes de governo e administradores universitários.
4. Grau de congruência entre especialistas e administradores universitários.

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA TABELA 15

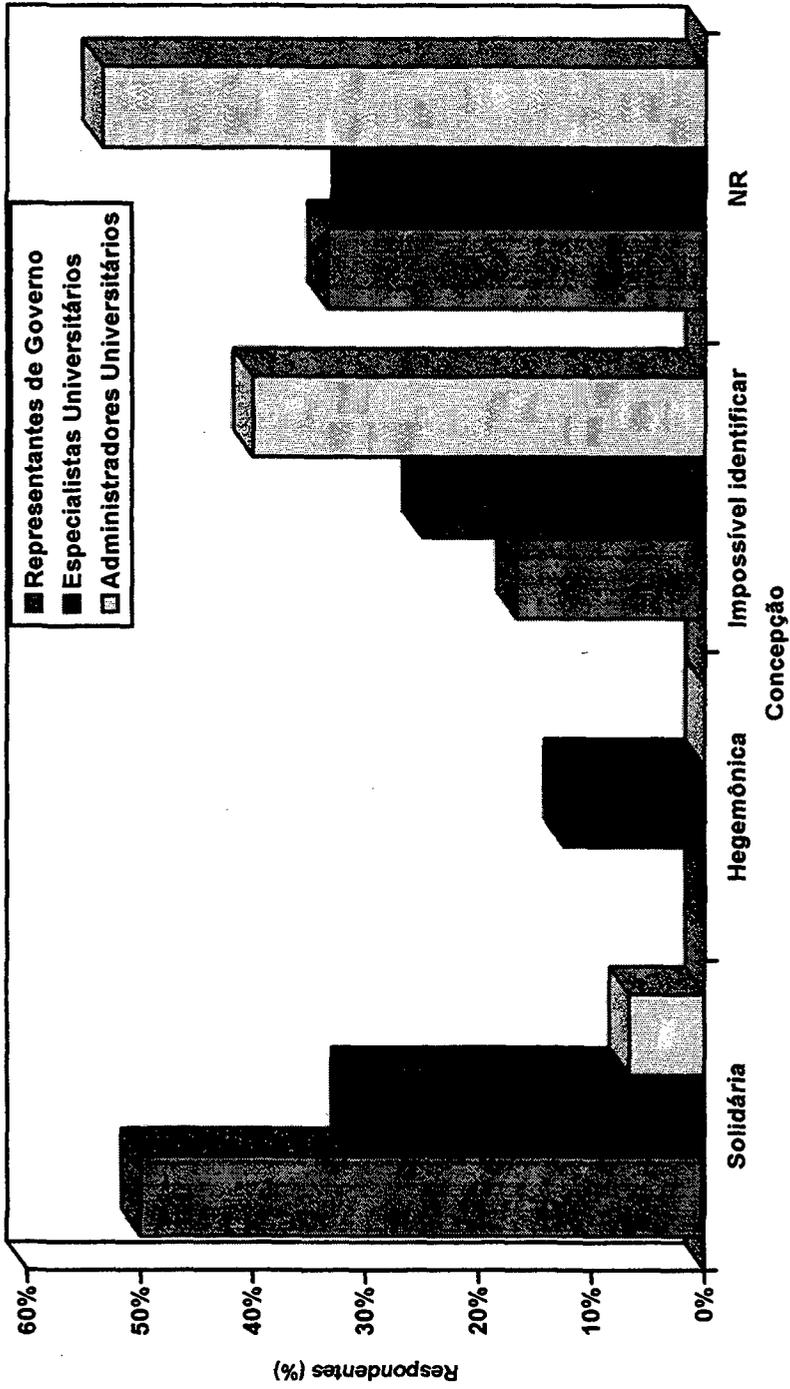
Existe uma concordância média entre as unidades de análise quanto a concepção de integração solidária. A maioria dos respondentes não identificaram sua concepção de integração, o que, possivelmente, demonstre que ainda não existe uma concepção clara quanto ao modelo de integração a ser defendido na esfera da educação superior. Contudo deve-se notar que o modelo de integração em implantação, capitaneado por uma ação política do Estado e de representantes do setor econômico é o hegemônico.

GRÁFICO 12
GRAU DE CONGRUÊNCIA ENTRE AS PERCEPÇÕES DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS E
ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE OS ASPECTOS FACILITADORES DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO
MERCOSUL



Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.

GRÁFICO 13
GRAU DE CONGRUÊNCIA ENTRE AS PERCEPÇÕES DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS E ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE A CONCEPÇÃO DE INTEGRAÇÃO



Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.

VI) Qual o grau de congruência entre as opiniões dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários sobre o Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL.

Não existe qualquer congruência entre opiniões sobre o Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL. Além do número reduzido de RESPONDENTES ter expressado suas opiniões sobre o plano, não existe nenhuma opinião idêntica entre as unidades de análise.

VII) Sugestões de ações para implementação do processo de integração universitária.

Foram agrupadas, em um quadro demonstrativo, o rol de sugestões oferecidas pelos RESPONDENTES das três unidades de análise: representantes de governo, especialistas e administradores universitários.

TABELA 16
SUGESTÕES DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

| SUGESTÕES DE AÇÕES | N.º DE IND. |
|--|-------------|
| - Pesquisa e pós-graduação ⁵¹ | 18 |
| - Identificar os núcleos de excelência ⁵² em cada país | 5 |
| - Criar, com base nos núcleos de excelência de cada país, um centro de excelência multinacional | 3 |
| - Sistema de informação comum | 2 |
| - Criação de fundo intergovernamental com dotação orçamentária proporcionalmente rateada entre os países membros | 6 |
| - Interação entre os três níveis que discutem o tema (políticos, administradores e especialistas) ⁵³ | 4 |
| - Necessidade de se preservar e estudar as experiências de intercâmbio e cooperação já existentes e que sejam bem sucedidas. | 4 |
| - Criar um sistema de avaliação regional. | 6 |
| - Promover o intercâmbio científico, tecnológico e cultural na região. | 4 |
| - Reconhecimentos de títulos e estudos. | 3 |
| - Desenvolver ações que objetivem criar uma cultura para a integração. ⁵⁴ | 2 |

⁵¹ "... Eu acho que o fator dinâmico nisso é a pesquisa e pós-graduação; Pós-graduação entendida como formação para a pesquisa básica e para a formação profissional de alto nível, não a pós-graduação no sentido <latu sensu>. Formação profissional de alto nível tem uma relação muito estreita com a pesquisa. Ela só se desenvolve onde existe um ambiente de pesquisa e, por outro lado, um ambiente de pesquisa não prospera quando ele não está ligado a um meio de formação de pós-graduação. Então o caminho, digamos que seria este. Se a pós-graduação e a pesquisa no nosso país, país latino-americano, o Brasil, particularmente, não conseguir se reformular para enfrentar a transnacionalização, quer dizer, que ela possa, portanto, ter um currículo que seja internacional; ela possa ao mesmo tempo, ter acesso para os seus estudantes a outros centros de pesquisa e conseguir atrair estudantes de fora. Se isso não acontecer, o próprio processo de integração é muito duvidoso a meu ver. E por outro lado, vai depender, hoje, digamos, sobretudo das universidades brasileiras mais avançadas em unidade de pesquisa, que são a minoria no Brasil. Essas universidades hoje, elas gozam de uma vantagem comparativa em relação às universidades latino-americanas, na medida em que existe já um sistema de pesquisa e pós-graduação organizados. Mas, essa vantagem comparativa, com a internacionalização, ela vai desaparecer, por que o recrutamento de pesquisadores, o acesso dos pesquisadores a equipamentos de pesquisa, centro de pesquisa docente, se fará independentemente da existência de centros locais. Pode-se fazer através dos meios de comunicação que existem, de comunicação eletrônica sobretudo". (RESPONDENTE 06)

⁵² Para a CAPES, CNPq e FINEP com base no Decreto n.º 1857, de 10/04/96, conceituam "como Núcleo de Excelência um grupo organizado de pesquisadores e técnicos de alto nível, em permanente interação, com reconhecida competência e tradição em suas áreas de atuação técnico-científica, capaz de funcionar como fonte geradora e transformadora de conhecimento científico-tecnológico para aplicações em programas e projetos de relevância para o desenvolvimento do País."

⁵³ "... Yo creo que en primer lugar había que realizar un foro o un encuentro de especialistas de distintas áreas, para definir estrategias y prioridades. Que estuviera compuesto por representantes de los gobiernos y por académicos; y por expertos en planeamiento." (RESPONDENTE 07)

TABELA 16 (Continuação)
SUGESTÕES DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

| SUGESTÕES DE AÇÕES | N.º DE IND. |
|--|--------------------|
| - Desenvolver ações para sensibilizar pessoas das instituições universitárias a participarem de atividades sobre o tema. ⁵⁵ | 2 |
| - Mobilidade acadêmica na graduação e na pós-graduação. | 2 |
| - Formação de recursos humanos de alto nível (docentes, pesquisadores, ...) | 4 |
| - A nível da graduação, procurar avançar a integração nas áreas de licenciatura. ⁵⁵ | 1 |
| - A integração deve ocorrer por áreas sistemáticas, definir quais os temas e os problemas de interesse comum que possa aproximar as universidades. Não se deve ficar preso às funções de ensino, pesquisa e extensão. Elege-se formas prioritárias, uma pauta por um período específico de 2, 3 ou 4 anos. ⁵⁶ | 4 |
| - A nível da graduação é necessário se criar um comitê supranacional com representantes das principais universidades para que pudessem traçar um projeto comum, sintetizando experiências tendo em vista a diversidade dos sistemas e entre as áreas de conhecimento. | 1 |
| - Para que os resultados das opiniões não sejam pobres, é necessário que se envolvam os especialistas sobre o tema e que estes elaborem uma reflexão, um documento síntese, que abranja os antecedentes, que levante a problemática, que proponha as linhas básicas para a discussão e reflexão. | 1 |
| - Estabelecer um currículo mínimo. | 1 |
| - Harmonização dos sistemas de ensino. | 1 |
| - Definir uma Política Regional do Conhecimento. | 1 |

⁵⁴ "... à questão da produção do conhecimento, a questão da Universidade, das instituições de pesquisa onde se produz esse conhecimento, o conceito de integração também tem que ser considerado. E nessa consideração, eu vejo muito importante a relação com o tipo de estratégia a ser tomada: ... num primeiro momento, a estratégia da conscientização foi extremamente importante, ela continua sendo importante e ela tem que ser mais disseminada. E, num segundo momento, mas não momentos isolados, a questão da sensibilização da comunidade, dos políticos, administradores, pesquisadores ... é extremamente importante que passem essa integração do conceito econômico para o conceito mais cultural e social." (RESPONDENTE 04)

⁵⁵ Observa-se que há níveis diferentes de aspiração com relação à integração universitária nos quatro países. No Paraguai as necessidades mais imediatas estão a nível de formação docente, de reconhecimento de títulos, enfim de melhorar a qualidade de ensino na graduação. Já no Brasil observa-se uma preocupação preponderante com relação a pós-graduação e à pesquisa. Isto nos faz perceber que a homogeneidade de programas sobre a integração universitária impactam de forma diferenciada nas comunidades universitárias nacionais, reagindo também de forma diferenciada.

⁵⁶ "O que eu acredito é que nós temos de seguir um caminho evolutivo, quer dizer, escolher um ou dois temas, reunir três ou quatro universidades que comecem a trabalhar sobre esses temas e evoluirmos constantemente. Nada de grandes programas ... acho que a aproximação se fará na medida em que se consegue êxitos evolutivos." (RESPONDENTE 05)

TABELA 16 (Continuação)
SUGESTÕES DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

| SUGESTÕES DE AÇÕES | N.º DE IND. |
|---|-------------|
| - Oferecer cursos específicos de aperfeiçoamento de mão-de-obra. | 1 |
| - Criação de uma Universidade regional com a função de elaborar uma política universitária para o MERCOSUL (uma universidade com um corpo diretivo mínimo representando os países membros e utilizando-se da estrutura de outras instituições da região). | 1 |

Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

Legenda: N.º de ind.: Indica o número de citações de cada sugestão. Um mesmo RESPONDENTE pode ter indicado mais de uma sugestão.

VIII) Importância da Integração Universitária

a) Os representantes de governo (100%) consideraram a integração universitária como um fator importante no processo de integração regional.

Para o RESPONDENTE 03

A integração regional quando concebida em 91, ela estava destinada especialmente aos aspectos econômicos, comerciais, mas logo que se começou a trabalhar sobre o tema, se descobriu que a educação era um fator importantíssimo, e que a integração cultural e educacional caminhavam junto com o setor comercial.

b) Os administradores universitários (100%) consideraram a integração universitária como um fator importante no processo de integração regional. A reflexão apresentada pelo RESPONDENTE 01 é explicativa e sinteticamente situa a posição da educação universitária e suas responsabilidades. Vejamos:

... El desafío que a nuestro entender tiene la región es lograr un aumento de la competitividad basado en la productividad, en el progreso técnico y en desarrollo social, entendido el desarrollo social como parte complementaria, necesaria e inevitable de los procesos del desarrollo productivo y de desarrollo técnico en especial ... si es efectivamente correcto la idea ... parece indicar que la educación debería tener un papel central dentro del proceso de integración ... Es llamativo, no obstante, esta importancia que se puede asignar a la educación en el proceso de integración, es llamativo, sin embargo,

que el problema de la educación haya escapado, no haya estado presente en los acuerdos básicos del MERCOSUR, planteado como acuerdo de tipo comercial y que las iniciativas más fuertes en el campo de la integración educativa ... en síntesis, entender que el MERCOSUR es un paso necesario en un mundo dominado por las ideas de competitividad en mercadorías, primera cuestión. Competitividad puede tener racionalidades estratégicas de diferente índole y lo que parece deseable, una racionalidad que apeentada, fundamentada en tres elementos: Productividad, progreso técnico y desarrollo social. para esta estrategia, en tercer lugar, la educación, sin expansión equitativa de los sistemas educativos, sin mejoramiento de la calidad de la enseñanza, cita estrategia de la competitividad, asentada en la absorción del desarrollo técnico, en la expansión del dominio de los lenguajes tecnológicos de la época por sectores cada vez más amplios de la población, la integración puede llevar a un gran frustración; cuál sería esa gran frustración? La separación, la no correspondencia entre desarrollo separación, la no correspondencia entre desarrollo técnico e incremento de la productividad con desarrollo social ...” (RESPONDENTE 01)

Discorrendo sobre o tema, o RESPONDENTE 03 situa a universidade como uma instituição deva liderar o processo de integração na área educacional. Para o entrevistado:

... A função principal da integração ao nível educacional no MERCOSUL é dar consistência e perenidade a um processo de integração regional de reconhecido sucesso, mas cuja ênfase tem sido excessivamente colocada na integração comercial. Neste sentido, mercê das competências estabelecidas e dos recursos humanos de que dispõem, as Universidades têm o papel fundamental de liderar o processo de integração na área educacional, bem como o de indicar caminhos para este processo de integração regional nas outras áreas.

c) Treze RESPONDENTES (81,25%) da unidade de análise especialistas universitários consideraram que a integração universitária é um fator importante no processo de integração regional. Dois RESPONDENTES (12,5%) não responderam a este quesito e um RESPONDENTE considerou que o tema é irrelevante no contexto do MERCOSUL.

Um dos RESPONDENTES fez uma análise bastante pertinente sobre o futuro das universidades diante do processo de integração. Acredita que as universidades não dependem da interdependência econômica da integração,

são por si só, instituições de caráter transnacionais. A sua importância da integração universitária depende de duas coisas distintas.

Um fator mais geral, que eu chamaria transnacionalização da comunidade científica, relacionada à comunidade acadêmica.

Isso significa que o caráter internacional da formação acadêmica vai passar a ser um fator fundamental, de excelência, das universidades. O fato é que isso levaria, necessariamente, a um tipo de integração, a algum tipo de integração entre as universidades. Então isso é um fator mais geral, no qual pode-se resultar em duas coisas: ou que haja uma internacionalização das nossas universidades latino-americanas ou a um isolamento. As duas coisas são possíveis.

O outro fato é um fator, digamos, interno, na medida em que as universidades, no Brasil, são descentralizadas e gozam de autonomia por um lado, mas, por outro lado, existe uma tradição burocrática muito forte. Então, há um fator de entrave de qualquer tipo de integração que é a própria desintegração das universidades.”(RESPONDENTE 06)

Ao referir-se sobre a acumulação e transferência de tecnologia inter-regional acredita o RESPONDENTE 07 que a pesquisa e a pós-graduação sejam fatores importantes e para ele é chave

...para el éxito del MERCOSUR. El MERCOSUR, el error que hasta ahora simplemente, en primer lugar, en mercado económico, ampliado. Con esto no basta, tampoco no basta la integración política, si no hay un mercado tecnológico y científico sobre los cuestionarios, en industrias farmacéuticas, informática, biotecnología, nuevos materiales; satélites y otras cosas. Vamos a comprar permanentemente el mercado sur, va a ser simplemente un ampliación para las multinacionales.

Outro RESPONDENTE analisa o quesito da cidadania e diz que

... nesse último estudo da CEPAL de 92, que a educação e produção são o eixo do desenvolvimento, onde é afirmado que todos os economistas que ali se expressam, que a educação é a base do processo de desenvolvimento, que é a capacitação de recursos humanos, a capacitação de tecnologia: ela é imprescindível para o binômio: Cidadania e Competitividade ...” (RESPONDENTE 04)

O RESPONDENTE 10, analisa que a integração universitária não é um tema importante do ponto de vista do MERCOSUL neste momento como também do ponto de vista da política educacional Brasileira.

Eu estou apenas, eu só estou pensando o problema brasileiro, o que eu faço pras Universidades? O que eu faço com educação básica? O que eu faço com educação secundária? Como é que eu melho o envolvimento da universidade com um processo produtivo ou um processo de conhecimento? Se eu pensar em todos esses problemas, eu dificilmente vou parar pra pensar em que que isso tem a ver com o MERCOSUL? Quer dizer, esse assunto não vai surgir nessa pauta. Esse assunto vai aparecer quando o diplomata brasileiro se reunir com diplomata argentino ...

Contudo, o RESPONDENTE faz uma ressalva, a importância do tema ocorrerá quando existir um maior “intercâmbio de pessoas, tem que haver um real interesse, um mercado de trabalho mais aberto, uma circulação mais efetiva de pessoas.” (RESPONDENTE 10)

IX) Dimensão priorizada pelos governos na integração regional na percepção das unidades de pesquisa.

a) Representantes de Governo

- Para 50% dos representantes de governo (três) a dimensão priorizada pelos governos no atual processo de integração do MERCOSUL é a Dimensão Econômica. A seguir, apresentaremos duas transcrições que denotam a opinião dos RESPONDENTES sobre a questão:

... Es llamativo, no obstante, esta importancia que se le pueda asignar a la educación en el proceso de integración, es llamativo, sin embargo, que el problema de la educación haya escapado, no haya estado presente en los acuerdos básicos del MERCOSUR, planteado con un acuerdo de tipo comercial... a promoción de la educación en la región, en sus diferentes esferas haya estado relegada en las iniciativas de carácter... nacional, o de acuerdos hechos a niveles institucionales no necesariamente gubernamentales ... (RESPONDENTE 01)

...el MERCOSUR se plantea en primer lugar como una concentración macro económica, este... con vistas a una unión aduanera y a un mercado común ...”(RESPONDENTE 02)

- Não foi possível identificar qual a dimensão priorizada pelos governos no atual processo de integração na percepção dos outros RESPONDENTES (50%).

b) Especialistas Universitários

- Para nove RESPONDENTES (56,25%), a dimensão priorizada pelos governos é a Econômica.

Ao analisar esta preocupação dos governos, o RESPONDENTE 04 afirma que

... o grande predomínio que ocorre no processo de integração, quando se fala em MERCOSUL é sua visão extremamente econômica, isto parte dos políticos ... e dos empresários que é provavelmente o setor que mais está preocupado com o processo de integração.

Outro RESPONDENTE faz uma analogia em que os interesses, no atual momento histórico do processo de integração regional, que são levados em conta pelos governos são os interesses econômicos. Contudo, o MERCOSUL tem uma lógica própria, isto é, *“es un proyecto político de los gobiernos”* (RESPONDENTE 15). Observa que em 1985 o MERCOSUL não estava na agenda dos países quando da transição democrática. Defende a tese de que o MERCOSUL foi impulsionado pelos governos civis na busca da estabilidade política na região. *“El MERCOSUR, en mi opinión, aún cuando tiene un contexto económico, es un proyecto político.”* (RESPONDENTE 15)

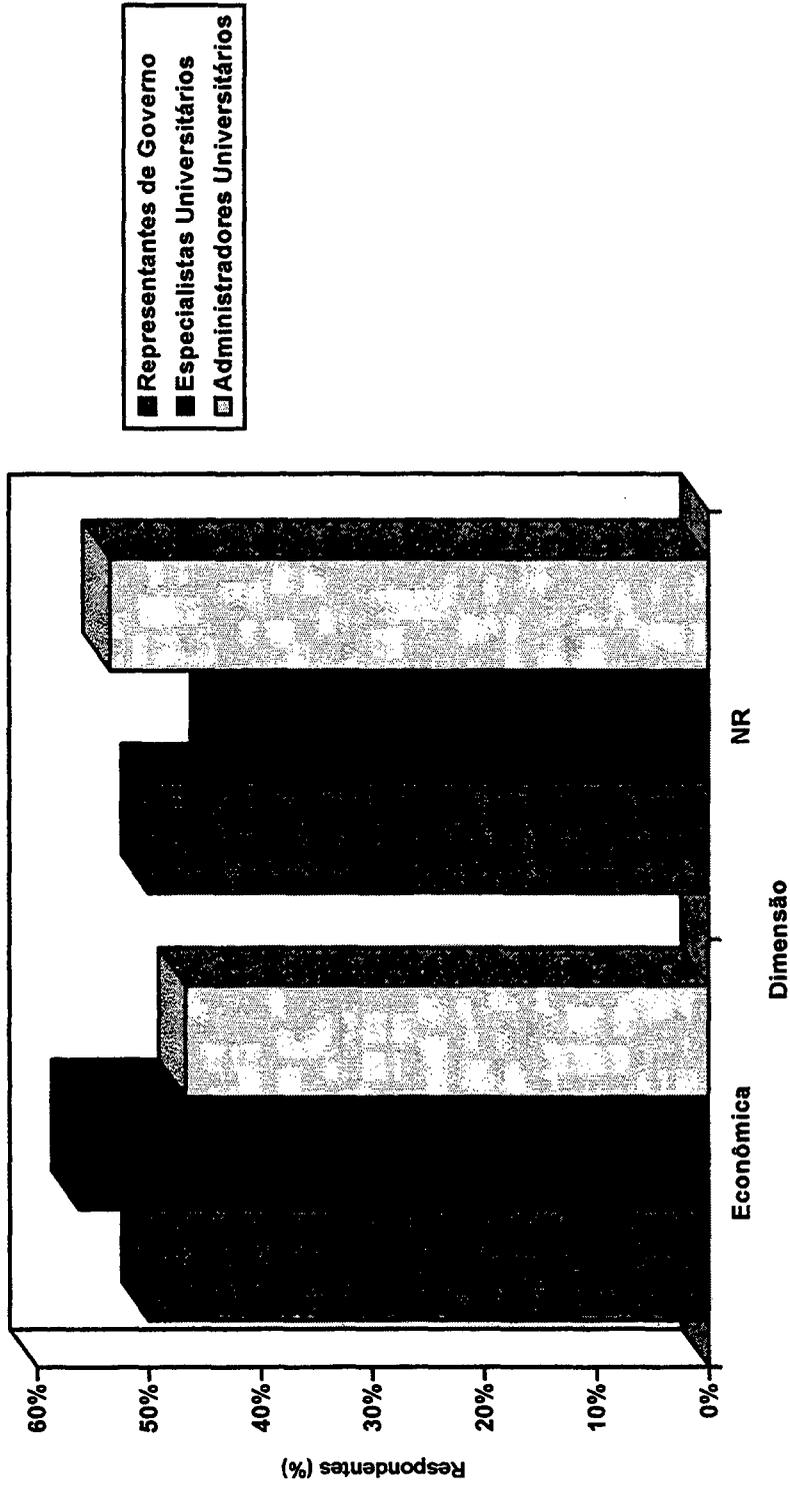
- Não foi possível identificar qual a dimensão priorizada pelos governos no atual processo de integração regional dos outros RESPONDENTES (43,75%).

c) Administradores Universitários

- Para sete RESPONDENTES (46,66%), a dimensão priorizada pelos governos no atual processo de integração regional é econômica, enquanto que não foi possível identificar o quesito em nove entrevistas (53,33%).

É necessário clarificar que os instrumentos de pesquisa não estavam direcionados a detectar, na opinião dos entrevistados, qual a dimensão priorizada pelo governo no atual processo de integração regional. Onde se conclui que outros, ou até todos os outros, que não externaram sua opinião podem ter a mesma opinião ou uma opinião divergente. Talvez uma informação importante seja a de que, em nenhuma entrevista, qualquer RESPONDENTE deixou transparecer que os governos dos respectivos países, a cúpula política, tenham dado qualquer prioridade, ou tratado com deferência a questão da integração universitária no MERCOSUL.

GRÁFICO 14
DIMENSÃO PRIORIZADA PELOS GOVERNOS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES DE GOVERNO, ESPECIALISTAS E ADMINISTRADORES UNIVERSITÁRIOS



Fonte: Dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa: **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no MERCOSUL, 1995.**

CAPÍTULO V

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Recomendações e sugestões

- **A NÍVEL GOVERNAMENTAL** recomenda-se:
 - priorizar a integração universitária a partir da pesquisa e da pós graduação, possibilitando a formação de redes de investigadores e de organizações;
 - elaborar programas com a efetiva participação dos administradores e especialistas universitários;
 - dinamizar a comunicação das prioridades do governo, da comunidade universitária, através de um fluxo regular de correspondência via correio e eletrônica;
 - procurar inteirar-se das discussões sobre o tema organizadas pelas instituições de ensino e pesquisa, propiciando canais que permitam a apresentação destas idéias, sugestões, ao conjunto de pessoas que atuam na elaboração de políticas públicas no Mercosul Educativo;
 - orientar políticas para a harmonização dos Sistemas de Ensino que facilitem a integração universitária.
 - incentivar a cooperação entre instituições de ensino e pesquisa não estatais;

- criação de um fundo com recursos orçamentários que vise: financiar pesquisas conjuntas sobre o sistema de ensino superior (avaliação, pesquisa, pós-graduação, financiamento, ...), programas de mobilidade acadêmica e relações entre o sistema de ensino superior e o mercado de trabalho.

- **A NÍVEL DAS INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS** recomenda-se:
 - ampliar a discussão do tema junto as suas unidades estabelecendo os pontos fortes e fracos da instituição diante do novo contexto e estabelecer uma diretriz política clara que oriente o conjunto de suas unidades frente ao processo de integração regional;
 - procurar estabelecer uma interface de comunicação com o nível governamental e com outras instituições congêneres tanto no âmbito nacional quanto supranacional;
 - estimular o debate sobre as questões administrativas, de financiamento e da qualidade da educação superior no MERCOSUL;

- Sugere-se como **LINHAS DE PESQUISA**:
 - aprofundar o conhecimento sobre os fatores que obstaculizam a aproximação entre as instituições governamentais e universitárias;
 - realizar estudos comparativos que permitam entrever os diferentes níveis de aspiração quanto à integração universitária nos quatro países procurando identificar os reais interesses a curto e médio prazo de cada comunidade universitária nacional;
 - realizar estudos comparativos sobre os aspectos administrativos, de financiamento do ensino e da pesquisa, de avaliação da qualidade do ensino e da pesquisa, avaliação institucional, políticas de ingresso;
 - realizar estudos sobre a harmonização dos sistemas de ensino e currículos;
 - realizar estudos que proponham sistemas de avaliação da qualidade do ensino, da pesquisa e pós-graduação;

- realizar estudos para identificar núcleos de excelência no âmbito do MERCOSUL.

5.2 Conclusão

O reconhecimento de que, no atual momento histórico, é indiscutível a hegemonia do neoliberalismo no mundo ocidental não nos permite imaginar que este domínio torna as águas calmas. Sob esta superfície aplainada pela gestão ideológico-cultural⁵⁷ do consumismo no capitalismo global se aguça uma guerra onde os exércitos são as empresas, as armas, a tecnologia, as estratégias, a gestão das mudanças que transformam organizações, criam sistemas de informações cada vez mais fluidos que superam o tempo e o espaço, desafiam a continuidade, abalam o conceito de territorialidade e de nação, aproximam o global do local e inserem o local no global. Onde a instituição predominante é o mercado, cuja lógica (racionalidade) induz a uma incessante batalha pelo aumento de produtividade que é a garantia da sobrevivência e a manutenção e/ou inserção competitiva num mercado globalizado. Em 1988, FRANÇOIS MITERRAND ao analisar o tema escreveu:

Consideremos a economia mundial; vemos aí apenas um campo de batalha onde as empresas travam entre si uma guerra sem tréguas. Não há prisioneiros. Quem for vencido, morre. A exemplo da estratégia militar, o vencedor se inspira sempre em regras simples: a melhor preparação, os movimentos mais rápidos, a ofensiva no terreno adversário, bons aliados, a vontade de vencer.” (apud MATTELART, 1996:245)

Diante do exposto, entende-se que a Universidade como uma organização de caráter transnacional possui um *ethos* onde a racionalidade que dirige e normatiza as suas ações diferencia-se das organizações transnacionais econômicas. Seus dirigentes, intelectuais em conjunto com grupos similares de instituições governamentais supracionais, fazem parte da

⁵⁷ Sobre Gestão Ideológico-Cultural ver:

MATTELART, Armand. **Comunicação mundo: história das idéias e das estratégias**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996.

classe capitalista transnacional⁵⁸ proposta por SKLAIR e, portanto, estão no centro de uma disputa de poder. A concepção de integração diferenciada dos atores desta investigação sugere que a própria sobrevivência da Universidade enquanto uma organização, cuja racionalidade não está sujeita unicamente à lógica do mercado, necessita ampliar e caracterizar a sua dimensão transnacional, buscando aliados, ousando em suas relações. Isto é, procurar uma integração solidária com suas congêneres como uma estratégia de reunir forças e estabelecer o seu próprio espaço de poder, o que permitiria, não um confronto, mas a manutenção de uma identidade própria.

Para metade dos atores principais deste modesto trabalho, os entrevistados, a integração regional, MERCOSUL, prioriza a dimensão econômica, parece que os RESPONDENTES tendem a perceber o momento histórico e a atual hegemonia do neoliberalismo. Principalmente se forem observadas as ressalvas que foram feitas ao se analisar este quesito nas páginas anteriores.

Paradoxalmente a este entendimento, observa-se que um número significativo apresenta uma concepção pessoal de integração solidária. Tal fato não é condizente com a concepção que está sendo executada pelos governos da região. Esta diferença está ancorada em dois grupos: os representantes de governo e especialistas universitários. Talvez esta aproximação de concepção entre os grupos não seja uma mera coincidência, pois os quadros de governo podem ser requisitados junto aos especialistas universitários. O fato de que a maioria absoluta dos RESPONDENTES em todas as unidades de análise não apresentam uma concepção pessoal de integração pode estar associada à pouca divulgação da integração universitária, à atitudes reativas, à concepção de universidade, ... Poder-se-ia tecer diversas interrogações. Contudo é auspiciosa para a idéia de universidade apresentada por SANTOS (1995), a constatação de um número significativo de RESPONDENTES com uma concepção solidária de integração. Representariam estes a idéia do autor de que a universidade do presente se faz pensando o futuro?

⁵⁸ A condição de pertencer à Classe Capitalista Internacional (CCT) independe da postura ideológica pessoal.

Decorrente da concepção de integração implementada podemos analisar os fatores restritivos. Devido à primazia do mercado nesta concepção, os fatores restritivos citados por todas as unidades de análise apontam para a escassez de recursos, falta de vontade política, desarticulação das instituições políticas e operacionais, ... O que denota o aspecto secundário da integração cultural e educativa.

Conclui-se que os principais fatores restritivos estão relacionados aos aspectos administrativos, econômicos, da qualidade e a diferenciação dos sistemas de ensino superior. Esta constatação está de acordo com MOROSINI (1994:11), contudo acrescenta-se como obstaculizador os aspectos políticos. Isto é, a inexistência de uma vontade política de realizar a integração cultural/educativa, o que se explica pela adoção do modelo neoliberal de integração. Remetendo portanto, a discussão do fator restritivo à concepção de integração, variável esta abordada pela autora no contexto do trabalho.

Os fatores facilitadores da integração universitária citados pelos RESPONDENTES que apresentam uma maior concordância das unidades de análise estão relacionados ao idioma, à facilidade de comunicação e uma possível conscientização por parte da comunidade acadêmica, principalmente seus intelectuais e dirigentes, no entendimento de que o processo de globalização é irreversível fazendo-se necessário pensar a forma como estas organizações estão inseridas neste contexto.

O Plano Trienal de Educação carece de uma maior divulgação, pois com exceção dos representantes de governo, para as outras duas unidades de análise este documento é um ilustre desconhecido. A característica positiva está na afirmação dos RESPONDENTES representantes de governo que consideram a integração cultural/educativa importante no processo de integração regional. Pode-se explicar esta concordância segundo duas conotações. A primeira, e mais provável, está associada à concepção pessoal de integração solidária apresentada por 50% dos componentes do grupo. A segunda pode indicar uma luta interna na disputa por espaço entre os grupos no poder a nível nacional. As duas possibilidades podem explicar o nível de coesão supranacional que atuam. Para SKLAIR, em sua teoria do sistema global, estes grupos são classificados como integrantes da classe capitalista

transnacional. Observa-se que provavelmente foram estes que incluíram o tema em debate na discussão do processo de integração regional pelos governos. A ausência de especialistas e administradores universitários enquanto atores efetivos da discussão política nos órgãos de decisão junto ao MERCOSUL é um fato incontestável. Não se pode penalizar, por esta ausência, exclusivamente os agentes governamentais, mas deve-se analisar a própria concepção de universidade e uma possível atitude reativa no seio destas organizações quanto ao tema, que não anteciparam a discussão e não estabeleceram, até o momento, estratégias claras de integração universitária. Não conseguindo portanto influir junto aos organismos decisórios do MERCOSUL.

Desta forma, percebe-se que o processo de integração da Educação Superior no âmbito do MERCOSUL é uma clara iniciativa dos representantes de Governo como uma forma de inserir-se no contexto político nacional ocupando espaços, disputando poder com outros setores governamentais. (OFFE, 1984) Outra consideração a fazer é de que as universidades não se mobilizaram para sustentar a política de iniciativa dos representantes de Governo, receberam esta iniciativa com um misto de desconfiança e ceticismo. Até o momento, o sucesso ou o insucesso desta iniciativa depende quase que exclusivamente da habilidade e coesão dos representantes de Governo no espaço político de negociação do MERCOSUL.

Finalmente, retomamos à guisa de conclusão outras indicações que podem ser extraídas na análise de conteúdo. O enfoque destas análises, até o presente momento, foi feito tendo como unidade de análise os grupos entrevistados. Ao considerar a unidade de análise (cada depoente) podemos ter outras indicações significativas que serão expostas a seguir. Primeiramente, sugerem os depoentes que existe uma seletividade⁵⁹ das políticas públicas

⁵⁹ Ver:

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Peia mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

para a integração em curso com base no modelo neoliberal, e que esta seletividade, pode ser alterada com a atuação de outros grupos junto ao núcleo decisório, é o que indica a própria inclusão do tema Educação Superior na pauta de negociações. Outra indicação trata-se da questão da legitimidade⁶⁰ do processo de integração que precisa ser ampliado junto às massas, à população em geral. Tal necessidade abre brechas para infindáveis negociações que podem alterar superficialmente ou até mesmo substancialmente as diretrizes políticas do processo de integração. Observa-se também que a necessidade de dar legitimidade ao processo impulsiona a criação de políticas e programas nas áreas não consideradas prioritárias com objetivos explícitos claros e de incontestável relevância. Contudo, ao se conseguir aplacar os ânimos deste ou daquele grupo reivindicatório, a plena realização de tais programas deixa de ser enfatizada enquanto uma necessidade operacional do Governo e abre-se as discussões sobre a legitimidade do mercado em regular tais programas. Implicitamente a realização ou não de determinadas políticas estaria então subordinada a uma racionalidade de mercado. No caso do MERCOSUL o fator político é decisivo, dada a necessidade de estabilização democrática e econômica da região, o que permite a inserção na pauta de discussões da Integração Regional (com algum destaque desde que tenha legitimidade e apoio popular) outras políticas de interesses sociais. Neste caso, torna-se imprescindível a aproximação da universidade com o mercado de trabalho regional, atuando na disseminação de tecnologias às empresas produzindo pesquisas que orientem as discussões sobre a regulamentação do mercado de trabalho supranacional. Ressalta-se que o modelo vigente “acredita”, “delega” ao mercado a condição de regulador das atividades econômicas e “entende”

HABERMAS, Juergen. **A Crise de legitimação no capitalismo tardio**. 2.ed. Trad. Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1994.

⁶⁰ Ver:

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

HABERMAS, Juergen. **A Crise de legitimação no capitalismo tardio**. 2.ed. Trad. Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1994.

que a Educação Superior constitui-se num promissor mercado consumidor em expansão.

Desta forma, as políticas públicas de responsabilidade operacional do Estado (Estados-Membros) são também reguladas pelo mercado. A não implementação é traduzida por fatores restritivos tais como: falta de apoio, falta de vontade política, escassez de recursos, não alocação de recursos específicos, falta de condições estruturais e administrativas. Neste caso, implicitamente, a concepção neoliberal “considera” o assunto como secundário, não sendo dispendido esforços para a sua realização. Daí a necessidade de um amplo debate e angariar espaços em fóruns específicos, fortalecendo e legitimando as reivindicações junto aos diversos grupos de interesse empresariais nacionais, associações sindicais comunitárias, de classe e outros.

Outra constatação é o fato de que as instituições universitárias, com exceção da Universidade Mayor de la Republica (Uruguai), não possuem uma diretriz política com relação ao tema para orientar o conjunto de suas unidades. Por último, observa-se que a comunidade universitária em cada país tem uma expectativa, com níveis de aspirações diferentes. Por exemplo, no Brasil e Argentina a expectativa está direcionada nas áreas de excelência de pesquisa e pós-graduação, no Paraguai a preocupação primordial se concentra na formação docente para o ensino de graduação e na adequação para o mercado de trabalho enquanto que no Uruguai a expectativa concentra-se na formação docente de alto nível e pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. Trad. Alfredo Bosi com colaboração de Maurice Cunio et al. São Paulo: Mestre Jou, 1982. 979p.
- ABREU, Alcides. **A magistratura no MERCOSUL**. Florianópolis: Liv. Ed. Obra Jurídica Ltda., 1996. (Notas para uma agenda de Encontro de Magistrados Judiciais dos Países integrantes do MERCOSUL). 158p.
- ALVES, Alda Judith. O Planejamento de pesquisas qualitativas em educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 77. São Paulo, 1991.
- ALVES, Janine da Silva. **MERCOSUL: características estruturais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai**. Florianópolis: UFSC, 1992. 172p.
- AMORIM, Celso et al. **Revista Política Externa**, vo. 3, n. 4, mar./abr./mai., 1995. São Paulo: Paz e Terra, s/d.
- BALDRIDGE, J. V. et al. Alternative models of governance in higher education. In: Birnbaum, Robert (Org.). **Organization and governance in higher education**. Massachussets: Ginn Custon Publishing, 1971.
- et al. **Policy making and effective leadership**. First edition. Jossey-Bass Inc. Publishers, 1983.
- BAPTISTA, Luiz Olavo et al. **MERCOSUL: das negociações à implantação**. São Paulo: LTr, 1994.
- BASSO, Maristela. Contribuição à construção de uma rede de conhecimentos sobre integração regional: os efeitos econômicos e jurídicos do MERCOSUL: In: **Seminário Desafios da Educação no Século XXI: integração regional, ciência e tecnologia**. São Paulo: Associação Brasileira de mantenedoras do Ensino Superior, ago., 1995.
- BIRBAUM, Robert. **How colleges work: the cibernetics of academic organization and leadership**. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.
- BLAU, Peter M. & SCOTT, W. Richard. **Organizações formais: uma abordagem comparativa**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1979.

- BOBBIO, Norberto, et al. **Dicionário de política**. 7.ed. Trad. João Ferreira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995. 1.318p.
- BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, FRANÇOIS. **Dicionário crítico de sociologia**. Trad. de Maria Letícia Guedes Alcoforado et al. Ática. São Paulo: Ática, 1993. 653p.
- BRAILLARD, Philippe. **Teoria das relações internacionais**. Trad. J. J. Pereira Gomes et al. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. 626p.
- BRASIL, Leis e Decretos. **Decreto n.º 1857, de 10 de abril de 1996**. (Programa de Núcleo de Excelência – PRONEX).
- BRUNNER, J. J. **Estudio comparado sobre el financiamiento de la educación superior en seis países de América Latina: estado actual, tendencias e innovaciones**. Santiago: 1993. (Mimeo).
- CABRAL, Salvador. **A Revolução cultural do MERCOSUL**. Trad. Nelson Rolim de Moura. Florianópolis: Insular, 1995. 153p.
- CAMERON, Kim. **Faculdades e universidades eficientes: novas descobertas e resultados a partir de pesquisas**. In: **Revista Brasileira de Administração/REBAEI**. Porto Alegre, v.2, n.2, jul./dez., 1984.
- CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. 3.ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP-FAPESP, 1994. 184p. (Coleção Momento).
- CASTILLO, Daniel Prieto. **Comunicación y percepción en las migraciones**. Barcelona: Serhal/UNESCO, 1984. 148p.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.
- CHESNEAUX, Jean. **Modernidade mundo**. Trad. João da Cruz. Petrópolis: Vozes., 1995. 226p.
- CHAUÍ; Marilena. **Convite à filosofia**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995. 440p.
- CHOI, Dae Won. **O Pensamento econômico latino-americano na época da globalização**. São Paulo: USP/Departamento de Sociologia, 1992. (Tese de Doutorado).
- COELHO, Teixeira. **Moderno pós moderno: modos & versões**. 3.ed. ver. e ampl. São Paulo: Iluminuras Ltda., s/d. 227p.
- COHEN, Michael D. & MARCH, James G. **The processes of choice**. In: BIRNBAUM, Robert (Org.). **Organization and governance in higher education**. Massachusetts: Gin Custon Publishing, 1983.

- CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. 2.ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral et al. São Paulo: Loyola, 1993. 228p.
- COURARD, Hernan (Ed.). **Políticas comparadas de educación superior em América Latina**. Artigos Jorge Balán et al. Santiago, Chile: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1993. 396p.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983. 260p. (Coleção Educação em questão).
- CUNHA, Maria Isabel da et al. **Decisões pedagógicas e estruturas de poder na universidade**. Campinas, SP: Papyrus, 1996. 95p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- DE BRUYNE, Paul et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- DEUTSCH, Karl W. **Análises das relações internacionais**. 2.ed. Brasília: UNB, 1982.
- DIAS SOBRINHO, José & BALZAN, Newton César (Orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995. 180p.
- DREZE, Jacques e DEBELLE, Jean. **Concepção da universidade**. Fortaleza: UFC, 1983.
- DURHAM, Eunice Ribeiro (Org.). **Los temas criticos de la educacion superior en América Latina: analisis comparativos**. São Paulo: NUPES/USP, 1995. (Mimeo).
- ERASMUS. **Monographs, n. 1, 12 e 13**. Bruxelas: Erasmus, 1990/91/92.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. Trad. Julio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995. 223p.
- (Coord.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Trad. Attilio Brunetta. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 437p.
- FINGER, Almeri Paulo (Org.). **Universidade, organização, planejamento e gestão**. Florianópolis: UFSC/CPGA/NUPEAU, 1988.
- FOLLARI, Roberto A. **Modernidad y posmodernidad: una óptica desde América Latina**. 3.ed. Argentina: Rei Argentina S. A., 1994. 176p.
- FRANCO, Maria Estela Dal Pai & MOROSINI, Marília. **Universidade, ciência e tecnologia**. In: MOROSINI, Marília (Org.) et al. **Universidade e integração no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. 135p.

- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 29.ed. Trad. Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 307p.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. 2.ed. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991. 177p. (Biblioteca Básica).
- GINER, Salvador. **História del pensamiento social**. 8.ed. Barcelona: Ariel, 1992. 690p.
- GIBSON, J. J. **The perception of the visual world**. Westport, Connecticut: Greenwood Press Publishers, 1974.
- GRAWITZ, Madeleine. **Métodos y técnicas de las ciencias sociales**. Barcelona: Editorial Hispano Europea, 1975, vol. II. 491p.
- GUERREIRO, Ramos Alberto. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- HABERMAS, Juergen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Trad. Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1994. 179 p. (Biblioteca tempo Universitário: Séries Estudos Alemães).
- HALL, Richard H. **O conceito de burocracia: uma contribuição empírica**. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 5.ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral et al. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad. Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990. 350p.
- HIRANO, Sedi & CHOI, Dae Won. **Globalização e regionalização: América Latina e a nova ordem mundial**, p.73-82. In: Morosini, Marília Costa (Org.). **Universidade no MERCOSUL: condicionantes e desafios**. São Paulo: Cortez, 1994. 308p.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. 273p.
- IANNI, Octávio. **O Labirinto latino-americano**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1993.
- **A idéia de Brasil moderno**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 180p.
- **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 225p.

- . **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 342p.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultura do capitalismo tardio**. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1996. 431p.
- JANOTTI, Aldo. **Origens da universidade: a singularidade do caso português**. 2.ed. São Paulo: Editora USP/SP, 1992. 227p.
- KEER, Clark. The internalisation of learning and the nationalisation of the purposes of higher education: two laws of motion in conflict? In: **European Journal of Education**, vol. 25 n. 1.
- KERLINGER, Fred N. **Metodologia de pesquisas em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU/EDUSP, s/d.
- KUNZLER, Paulo Jacob & Carlos Maciel. **MERCOSUL e o mercado internacional: uma análise da economia mundial dividida em seus blocos regionais, com destaque para o MERCOSUL**. 2.ed. ver. e ampl. Porto Alegre: Ortiz, 1995. 318p.
- KURZ, Robert. **O retorno de Potemkin: capitalismo de fachada e conflito distributivo na Alemanha**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 206p.
- . **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 3.ed. Trad. Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 244p.
- LANDINELLI, Jorge. Sistema universitário uruguayo: situación actual. In: MOROSINI, Marília (Org.) et al. **Universidade e integração no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. 135p.
- LAREDO, Iris M. (Org.) **Estado, mercado y sociedad en el MERCOSUR**. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 1995.
- . Educación para la integración y el desarrollo frente al nuevo paradigma productivo. In: **V Encuentro Internacional de Derecho de América del Sur**. Rosario, 1996.
- . Transpondo político de los procesos de integración. In: Morosini, Marília Costa (Org.). **Universidade no MERCOSUL: condicionantes e desafios**. São Paulo: Cortez, 1994.
- . Integración regional frente al nuevo ordem económico internacional. In: MOROSINI, Marília (Org.) et al. **Universidade e integração no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. 135p.

- LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária.** Trad. Celso Mauro Paciornik. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 136p.
- LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** Trad. Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1995. 244p.
- LAVINAS, Lena et al. (Orgs.). **Integração, região e regionalismo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 311p. (Reunião de artigos apresentados).
- LEITÃO, Sérgio proença. A questão organizacional na Universidade: as contribuições de Etzioni e Rice. **Revista de Administração Pública**, v.19, n. 4. Rio de Janeiro, out./dez., 1985.
- LEITE, Denise et al. Universidade e integração. In: MOROSINI, Marília (Org.) et al. **Universidade e integração no Cone Sul.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. 135p.
- LINDO, Augusto Pérez. **Universidad, política y sociedad.** Argentina: Editorial Universitaria Buenos Aires, 1985. 329p.
- **La batalla de la inteligencia: ciencia, universidad y crecimiento.** Buenos Aires: Cántaro Editores, 1989. 142p.
- LOPES, Fernando Dias. **Planejamento e avaliação institucional na universidade: uma interligação necessária.** Florianópolis: UFSC/CPGA, 1993. (Projeto de Dissertação – Mimeo.).
- LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** 10.ed. São Paulo: Cortez, 1995. (Conferências pronunciadas na PUC/SP de 1985). 112p.
- LUCARELLI, Elisa. Innovaciones en el contexto de la relación universidad-sociedad. In: MOROSINI, Marília (Org.) et al. **Universidade e integração no Cone Sul.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. 135p.
- MACHADO, Clóvis et al. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. **Anais da ANPAD**, vol 6. Belo Horizonte: MGSP Editores, 1990.
- MACHADO DA SILVA, Clóvis de. Modelos burocrático e político e estrutura organizacional de universidades. In: **NUPEAU, Temas de Administração Universitária.** Florianópolis: UFSC, 1991. p. 91-110.
- **Eficácia organizacional de universidades: um modelo para teste empírico.** **Revista Brasileira de Administração da Educação**, 2(2), jul./dez., 1984.

- MARCH, J. G. et al. **Ambiguity and choice in organization**. Bergen: Norway, Universitetsforlaget, 1976.
- MARQUIS, Carlos et al. Análisis de la situación universitária argentina. In: MOROSINI, Marília (Org.) et al. **Universidade e integração no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. 135p.
- (Org.) **Evaluación universitaria en el MERCOSUR**. Buenos Aires: Ministerio de Cultura y Educación, 1994. 266p.
- MATTELART, Armand. **Comunicação mundo: história das idéias e das estratégias**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1994. (Coleção horizontes da globalização). 320p.
- MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. Trad. Miguel Naillet. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 4.ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1996. 269p.
- MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1985. 216p.
- MOROSINI, Marília Costa. **Integração universitária no MERCOSUL**. In: **Seminário Desafios da Educação no século XXI: integração regional, ciência e tecnologia**. São Paulo: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, ago., 1995.
- **Internacionalização de sistemas universitários: MERCOSUL**. Porto Alegre: 1996. (Mimeo.)
- **Algumas teses sobre a integração universitária no MERCOSUL**. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1994a.
- et al. **Universidade e política nacional de ciência e tecnologia pós-70**. Porto Alegre: GEU/UFRGS, 1995a. 199p. (Cadernos GEU, n. 2)
- **A temática educação superior: perspectiva internacional e nacional**. Porto Alegre: UFRGS/GEU, 1995. 37p. (Cadernos GEU n. 5)
- (Org.). **Universidade no MERCOSUL: condicionantes e desafios**. São Paulo: Cortez, 1994. 308p.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. **Organização e poder: empresa, Estado e escola**. São Paulo: Atlas, 1986. 143p.

- et al. **introdução à organização burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOUZELIS, Nicos P. **Organizacion y burocracia**. Barcelona: Peninsula, 1973.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta. As transformações da universidade e os desafios da integração. In: **Seminário Internacional Transformaciones Universitárias: perspectivas das universidades no processo de integração do MERCOSUL**. Montevideu: Universidad Mayor de la Republica, 1994. (Mimeo.).
- . Ensino superior no Rio Grande do Sul: interiorização e modelos regionais. In: MOROSINI, Marília (Org.) et al. **Universidade e integração no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. 135p.
- . Avaliação acadêmica: instrumento para melhoria da qualidade universitária. **Cadernos GEU**, n.4. Porto Alegre: GEU/UFRGS, 1995. 25p.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386p.
- OLIVEN, Arabela Campos. Origem superior no Rio Grande do Sul: interiorização e modelos regionais. In: MOROSINI, Marília (Org.) et al. **Universidade e integração no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. 135p.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, s/d. 234p.
- PEIRCE, C. Sanders. **Collected Papers**. (CP), C. Hartshorne, P. Weiss and A. W. Burks (eds.), Cambridge: MA: Harvard University Press. 1966. 8 vols.
- PEÑA, Félix et al. **MERCOSUL, um atlas cultural, social e econômico**. Trad. Roberto Baraldi et al. (Português. Trad. Gabriela Echeverría (Espanhol). Rio de Janeiro/Buenos Aires: Manrique Zago Ediciones/Instituto Herbert Levy, 1997. 320p.
- PENNA, Antonio Gomes. **Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva**. Rio de Janeiro: Imazo, 1993.
- PETRAS, James. **Ensaio contra a ordem**. 1.ed. Trad. Dinah de Abreu Azevedo et al. São Paulo: Scritta, 1995. 301p.
- PLÁ, Juan Algorta (Coord.) **O MERCOSUL e a comunidade européia: uma abordagem comparativa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1994. 325p.
- PRAXEDES, Walter & PILLETI, Nelson. **O MERCOSUL e a sociedade global**. 7.ed. São Paulo: Ática, 1996.

REIMERS, Fernando. **Analisis del sistema educatiivo en el Paraguay: sugerencias de politica y estrategia para su reforma.** 1.ed. Assunção, Paraguai: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1993. 438p.

----- **Analisis dei sistema educatiivo en el Paraguay: sugerencias de politica y estrategia para su reforma.** 1.ed. Assunção, Paraguai: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1993. 438p. (Sintesis, 94p.)

REIS VELLOSO, João Paulo dos & FRITSCH, Winston (Coords.). **A nova inserção internacional do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. 220p.

----- **MERCOSUL e nafta: o Brasil e a integração hemisférica.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. 290p.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação: com introdução de Piero Sraffa.** Lisboa: Fundação Coluste Sulberkial, 1983.

ROSENTHAL, Sandra B. Peirce's theory of perceptual judgment: na ambiguity. **Journal of Historyof Philosophy**, july, 1969.

SADER, Emir. & GENTILI, Pablo. **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205p.

SAINT-Pierre, Héctor L. **Max Weber: entre a paixão e a razão.** 2.ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1994. 175p. (Coleção Repertórios).

SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento.** Campinas: Autores Associados, 1995.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novo dicionário de economia.** São Paulo: Ed. Best Seller, 1994.

SANTAELLA, Lúcia. **A percepção: uma teoria semiótica.** São Paulo: Experimento, 1993. 120p.

SANTOS, Antonio Cesar. **Concepções teóricas da integração regional.** São Paulo: 1993. (Mimeo.).

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1995.

----- **Um discurso sobre as ciências.** 8.ed. Porto: Afrontamento, 1996. 58p.

SANTOS, Milton et al. **Globalização e espaço latino-americano.** 2.ed. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994. 302p.

- et al. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994. 332p.
- et al. **Fim de século e globalização**. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1993. 342p.
- SCHWARTZMAN, Simón. Políticas de educación superior en America Latina: el contexto. In: **Políticas comparadas de educación superior en America Latina**. Santiago: FLASCO, 1993.
- SILVA, Benedito et al. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1986. 1421p.
- SKLAIR, Leslie. **Sociologia do sistema global**. Trad. Reinaldo Eudlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 286p.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil S.A., 1988. 250p.
- SOUZA, Vicente de Paula. **As políticas e as práticas de acesso ao ensino superior nos países que integram o MERCOSUL**. Florianópolis: UFSC/GPGA, 1995. (Dissertação de Mestrado).
- **As políticas e as práticas de acesso ao ensino superior nos países que integram o MERCOSUL**. Florianópolis: UFSC/CPGA, 1993. (Projeto de Dissertação).
- TEIXEIRA COELHO, José Netto. **Moderno pós-moderno: modos & versões**. 3.ed. São Paulo: Iluminuras, 1995. 227p.
- THIOLLENT, Michel Jean-Marie. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 49, São Paulo, 1984.
- TOFFLER, Alvin. & TOFFLER, Heidi. **Guerra e anti-guerra: sobrevivência na aurora do terceiro milênio**. 2.ed. Trad. Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Record, 1994. 349p.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Trad. Elias Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 431p.
- TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciência sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VAHL, Teodoro Rogério. Estrutura e gerenciamento das universidades brasileiras. In: **NUPEAU: Temas de Administração Universitária**. Florianópolis: UFSC, 1991. p.111-34.

- VIEIRA, Adriane. **A qualidade de vida no trabalho na gestão da qualidade total**. Florianópolis: Insular, 1996. (Coleção Teses, vol. 1). 192p.
- WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Trad. Augustin Wernet; introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992. 453p. Parte 2.
- WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- WENDZEL, Robert. **Relações internacionais: o enfoque do formulador de políticas**. Trad. João de Oliveira Dantas et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. 318p. (Coleção Pensamento Político, 68).
- ZYLBERSTAJN, Hélio et al. (Orgs.). **Processos de integração regional e a sociedade: o sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 331p.

ANEXOS

ANEXO 01

SÍNTESE ESTATÍSTICA DO MERCOSUL

APRESENTAÇÃO

A síntese estatística apresentada é resultante de reprodução e adaptações contidas na obra:

PEÑA, Félix et al. MERCOSUL, um atlas cultural, social e econômico. Trad. Roberto Baraldi et al. (Português). Trad. Gabriela Echeverría (Espanhol). Rio de Janeiro/Buenos Aires: Manrique Zago Ediciones/Instituto Herbert Levy, 1997. 320p (Textos e Quadros complementares)

O objetivo dessa síntese é disponibilizar ao leitor dados referentes as condições sócio-econômicas dos países que o compõem o MERCOSUL.

SUMÁRIO

01 O COMÉRCIO E AS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO: APONTAMENTOS PARA UM MAPA PRODUTIVO DO MERCOSUL (JORGE LUCÁNGELI e MICHEL ALABI)

TABELA 01 - DADOS GERAIS - MERCOSUL (CHILE)

GRÁFICO 01 - POPULAÇÃO DE ALGUMAS REGIÕES E PAÍSES (1995)

TABELA 02 - SETOR AGROPECUÁRIO E SETOR AGRÍCOLA: TERRA CULTIVÁVEL

TABELA 03 - PASTAGENS PERMANENTES

TABELA 04 - TERRA DEDICADA À AGRICULTURA

TABELA 05 - ÁREA IRRIGADA

TABELA 06 - ÁREA COLHIDA DE ARROZ

TABELA 07 - PRODUÇÃO DE ARROZ

TABELA 08 - PRODUTIVIDADE DO ARROZ

TABELA 09 - ÁREA COLHIDA DE MILHO

TABELA 10 - PRODUÇÃO DE MILHO

TABELA 11 - PRODUTIVIDADE DO MILHO

TABELA 12 - ÁREA COLHIDA DE TRIGO

TABELA 13 - PRODUÇÃO DE TRIGO

TABELA 14 - PRODUTIVIDADE DO TRIGO

TABELA 15 - ÁREA COLHIDA DE SOJA

TABELA 16 - PRODUÇÃO DE SOJA

TABELA 17 - PRODUÇÃO DE ÓLEO DE SOJA

TABELA 18 - PRODUÇÃO DE PELLETS DE SOJA

TABELA 19 - PRODUÇÃO DE CARNE (ANO 1995)

TABELA 20 - EXPORTAÇÃO DE CARNE - ANO 1995

TABELA 21 - ÁREA REFLORESTADA

TABELA 22 - PRODUÇÃO DE FERRO

TABELA 23 - ENERGIA ELÉTRICA - E HIDROCARBONETOS - PRODUÇÃO E
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

TABELA 24 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TABELA 25 - TELECOMUNICAÇÕES

TABELA 26 - INTERCÂMBIO COMERCIAL ENTRE ARGENTINA E BRASIL

TABELA 27 - DISTRIBUIÇÃO POR MEIOS DE TRANSPORTE DO COMÉRCIO ENTRE
ARGENTINA E BRASIL

TABELA 28 - COMPOSIÇÃO PORCENTUAL DO PIB (ARGENTINA)

TABELA 29 - COMPOSIÇÃO PORCENTUAL DO PIB (BRASIL)

TABELA 30 - COMPOSIÇÃO PORCENTUAL DO PIB (PARAGUAI)

TABELA 31 - COMPOSIÇÃO PORCENTUAL DO PIB (URUGUAI)

TABELA 32 - COMPOSIÇÃO PORCENTUAL DO PIB (CHILE)

TABELA 33 - COMÉRCIO EXTERIOR: MERCOSUL E CHILE: BALANÇA COMERCIAL
(US\$ MILHÕES)

GRÁFICO 02 - EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL

GRÁFICO 03 - IMPORTAÇÕES DO MERCOSUL

TABELA 34 - EXPORTAÇÃO POR REGIÕES: MERCOSUL E CHILE (1995)

GRÁFICO 04 - MERCOSUL: EXPORTAÇÕES DE CADA PAÍS POR REGIÃO (1995)

TABELA 35 - EXPORTAÇÕES POR REGIÕES – MERCOSUL E CHILE (1995)

TABELA 36 - EXPORTAÇÕES INTRA-EXTRA MERCOSUL (CHILE)

TABELA 37 - MERCOSUL E CHILE: IMPORTAÇÕES POR REGIÕES (1995)

TABELA 38 - MERCOSUL E CHILE: IMPORTAÇÕES POR REGIÕES (1995)

TABELA 39 - VOLUME DO COMÉRCIO DO BRASIL COM O MERCOSUL – FOB (1986-
1995)

TABELA 40 - EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS DO BRASIL COM OS PAÍSES DO
MERCOSUL POR ÁREA DE ATIVIDADE - RESUMO SETORIAL GLOBAL

TABELA 41 - RESUMO GERAL

02 ENERGIA NO MERCOSUL: ARGENTINA, BRASIL, PARAGUAI, URUGUAI E CHILE (JUAN ANTONIO LEGISA, LILIANA ALDAVE e RENATO MURILLO)

TABELA 42 - ARGENTINA – 1994

TABELA 43 – RESERVAS ENERGÉTICAS COMPROVADAS

TABELA 44 – BRASIL

TABELA 45 – RESERVAS ENERGÉTICAS COMPROVADAS

TABELA 46 - PARAGUAI

TABELA 47 - URUGUAI

TABELA 48 - CHILE

03 MERCOSUL: SOCIEDADE, CULTURA E MEIO AMBIENTE.

AVANÇOS E TEMAS PENDENTES NA QUESTÃO SOCIAL (SOLEDAD GARCÍA CONDE E PABLO PERELMAN)

TABELA 49 - GASTO SOCIAL - MÉDIAS

TABELA 50 - INDICADORES DE FECUNDIDADE, NATALIDADE, MORTALIDADE, ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER

TABELA 51 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA EM RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO TOTAL

TABELA 52 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR REGIÕES (1980-1994) - ARGENTINA

TABELA 53 - TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES (1980-1990)

TABELA 54 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR SEXO SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES (1980-1990)

TABELA 55 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR REGIÕES (1980-1994) - ARGENTINA

TABELA 56 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE NATALIDADE POR REGIÕES (1980-1994) - ARGENTINA

TABELA 57 - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, POR SEXO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES (1980-1990)

TABELA 58 - TAXA DE NATALIDADE, MORTALIDADE GERAL, MORTALIDADE INFANTIL E MORTALIDADE MATERNA POR DIVISÃO POLÍTICO TERRITORIAL DE RESIDÊNCIA (1994) - ARGENTINA

TABELA 59 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

TABELA 60 - SUPERFÍCIE, POPULAÇÃO TOTAL E DENSIDADE (ARGENTINA - 1991)

- TABELA 61 - ÁREA TOTAL, POPULAÇÃO TOTAL E DENSIDADE (BRASIL – 1991)
- TABELA 62 - POPULAÇÃO EM CENSOS NACIONAIS POR REGIÕES (ARGENTINA)
- TABELA 63 - ÁREA TOTAL, POPULAÇÃO TOTAL E DENSIDADE (PARAGUAI – 1991)
- TABELA 64 - ÁREA TOTAL, POPULAÇÃO TOTAL E DENSIDADE (URUGUAI – 1991)
- TABELA 65 - EVOLUÇÃO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS SELECIONADOS
(1980-1992)
- TABELA 66 - MUDANÇAS NO NÍVEL E NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS LARES
- TABELA 67 - EVOLUÇÃO DO GASTO SETORIAL (REAL PER CAPITA)
- TABELA 68 - POPULAÇÃO URBANA OCUPADA EM SETORES DE BAIXA
PRODUTIVIDADE DO MERCADO DE TRABALHO (1980-1992)
- TABELA 69 - VARIAÇÕES PORCENTUAIS DA RENDA MÉDIA DOS LARES URBANOS
(SEGUNDO PERCENTILES DE LAR)
- TABELA 70 - RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO URBANA OCUPADA EM SETORES DE
BAIXA PRODUTIVIDADE DO MERCADO DE TRABALHO (1980-1992)
- TABELA 71 - POPULAÇÃO QUE TRABALHA NO SETOR INFORMAL URBANO
- TABELA 72 - MAGNITUDE DA POBREZA (LARES ABAIXO DA LINHA DE POBREZA)
- TABELA 73 - MAGNITUDE DA INDIGÊNCIA (LARES ABAIXO DA LINHA DE
INDIGÊNCIA)
- TABELA 74 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA EM ZONAS URBANAS
- TABELA 75 - VARIAÇÕES PORCENTUAIS DA RENDA REAL MÉDIA DA POPULAÇÃO
ECONOMICAMENTE ATIVA (SEGUNDO INSERÇÃO TRABALHISTA)
(1980-1992)

04 O DESENVOLVIMENTO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS NOS PAÍSES DO MERCOSUL (DANIEL FILMUS com a colaboração de MARIANA MORAGUES)

- TABELA 76 - ESTRUTURA DOS SISTEMAS EDUCATIVOS TAXA ANALFABETISMO
(%) - 1990
- TABELA 77 - NÚMERO DE ANALFABETOS (MILHARES) E VARIAÇÃO (1980-1990)
- TABELA 78 - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEIS
- TABELA 79 - TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO PRÉ-PRIMÁRIA

- TABELA 80 - ENSINO DE NÍVEL PRIMÁRIO: TAXA BRUTA DE MATRÍCULA
- TABELA 81 - ENSINO DE NÍVEL PRIMÁRIO: TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA
- TABELA 82 - ENSINO DE NÍVEL PRIMÁRIO: PORCENTAGEM DE ALUNOS DE 1989
QUE CHEGAM AO SEGUNDO, QUARTO E ÚLTIMO ANO
- TABELA 83 - ENSINO DE NÍVEL SECUNDÁRIO: TAXA BRUTA DE MATRÍCULA
- TABELA 84 - ENSINO DE NÍVEL SECUNDÁRIO: TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA
- TABELA 85 - MATRICULADOS NO NÍVEL TERCIÁRIO (PORCENTAGEM DOS
GRUPOS DE IDADES)
- TABELA 86 - NÚMERO DE ESTUDANTES POR 100.000 HABITANTES - TAXA BRUTA
DE INSCRIÇÃO (%) - NÍVEL SUPERIOR
- TABELA 87 - TAXA BRUTA DE INSCRIÇÃO MASCULINA E FEMININA - EDUCAÇÃO
SUPERIOR
- TABELA 88 - ANOS DE ESCOLARIDADE NA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS

05 UNIVERSIDADES, PESQUISA CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (RICARDO A. FERRARO)

- TABELA 89 - MATRÍCULA UNIVERSITÁRIA
- TABELA 90 - ALGUNS INDICADORES APROXIMADOS DA ATIVIDADE CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA

06 INDÚSTRIAS CULTURAIS PARA A INTEGRAÇÃO (OCTAVIO GETINO)

- TABELA 91 - CULTURA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO MERCOSUL - BIBLIOTECAS
NACIONAIS E NÚMERO DE VOLUMES DISPONÍVEIS (1989)
- TABELA 92 - LIVROS E FOLHETOS: IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO (1992)
- TABELA 93 - PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS: IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO (1992)
- TABELA 94 - JORNAIS: NÚMERO E TIRAGEM (1992)
- TABELA 95 - CELULOSE: PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO (1995)
- TABELA 96 - PAPEL IMPRENSA: PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E
CONSUMO (1992)

TABELA 97 – CINEMATOGRAFIA: PRODUÇÃO DE FILMES DE LONGA-METRAGEM
(1970, 1980, 1995)

TABELA 98 - RÁDIO: RECEPTORES E NÚMERO DE APARELHOS POR CADA 1.000
HABITANTES (1992)

TABELA 99 – TELEVISÃO: RECEPTORES E NÚMERO DE APARELHOS POR CADA
1.000 HABITANTES (1992)

TABELA 100 – TELEFONES: QUANTIDADE DE LINHAS POR CADA 1.000
HABITANTES

TABELA 101 - INVESTIMENTOS PUBLICITÁRIOS SEGUNDO MEIOS UTILIZADOS
(1994)

**01 O COMÉRCIO E AS OPORTUNIDADES DE
INVESTIMENTO: APONTAMENTOS PARA UM MAPA
PRODUTIVO DO MERCOSUL
(JORGE LUCÁNGELI e MICHEL ALABI)**

TABELA 01

DADOS GERAIS – MERCOSUL
(CHILE)

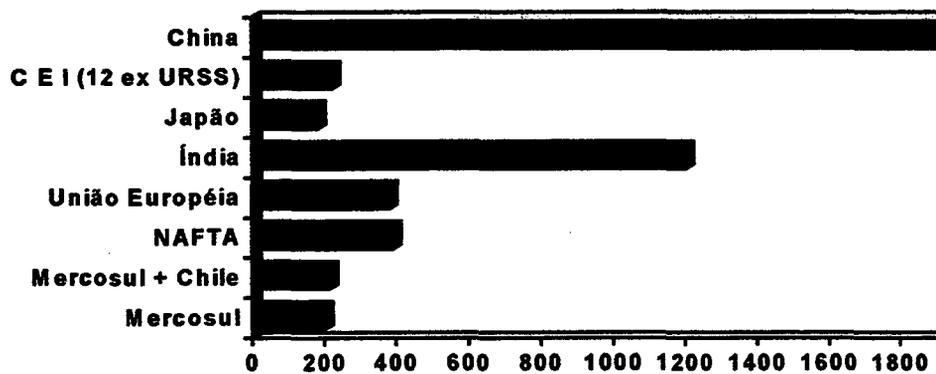
| | Argentina | Brasil | Paraguai | Uruguai | MERCOSUL | Chile |
|---|-----------|---------|----------|---------|----------|--------|
| População (milhões) | 33,90 | 159 | 4,80 | 3,20 | 200,90 | 14,20 |
| Território (milhões km ²) | 2,80 | 8,50 | 0,40 | 0,20 | 11,90 | 0,70 |
| Densidade Demográfica (hab. Km ²) | 12,20 | 18,30 | 11,40 | 17,60 | - | 18,80 |
| Taxa de Natalidade (nasc/100 hab.) (2) | 20,30 | 23,30 | 33,10 | 17,10 | 23,40* | 22,50 |
| PIB bilhões US\$ - 1994/1995 | 288,870 | 658,141 | 7,728 | 15,500 | 970,239 | 61,50 |
| PIB per capita US\$ (2) | 6.750 | 4.224 | 1.595 | 4.222 | 4.198* | 4.550 |
| Taxa Crescimento PIB – US\$ 1994/1995 | 6 | 4,00 | 4,00 | 4,50 | 4,625* | 8,50 |
| Exportações/95 (US\$ bilhões) | 20,960 | 46,506 | 1,955 | 2,070 | 71,491 | 15,900 |
| Importações/95 (US\$ bilhões) | 20,123 | 49,668 | 3,305 | 2,545 | 75,636 | 13,900 |
| Saldo Balança (US\$ bilhões) | 0,837 | (3,162) | (1,350) | 0,475 | (3,200) | 2,000 |
| Índice de Preços ao consumidor/95 % | 1,60 | 22,00 | 10,40 | 36,80 | 17,70* | 8,00 |
| Reservas totais US\$ bilhões 1995 | 14,288 | 49,708 | 1,016 | 1,150 | - | 14,140 |

Fonte: Banco Mundial CEPAL e os Bancos Centrais dos Países. (Dados atualizados, 1995).

* Em média

GRÁFICO 01

**POPULAÇÃO DE ALGUMAS REGIÕES E PAÍSES (1995)
(EM MILHÕES) 1994**



milhões de habitantes

TABELA 02**SETOR AGROPECUÁRIO E AGRÍCOLA: TERRA CULTIVÁVEL**

| | Milhares de Hectares | % |
|---------------------------|----------------------|----------------|
| Argentina | 25.000 | 1,86% |
| Brasil | 49.500 | 3,68% |
| Paraguai | 2.190 | 0,16% |
| Uruguai | 1.260 | 0,09% |
| MERCOSUL | 77.950 | 5,79% |
| América Latina | 130.019 | 9,65% |
| Países em desenvolvimento | 702.730 | 52,18% |
| Total Mundial | 1.346.727 | 100,00% |

Fonte: FAO, 1995.

TABELA 03**PASTAGENS PERMANENTES**

| | Milhares de Hectares | % |
|---------------------------|----------------------|-----------------|
| Argentina | 142.000 | 4,15% |
| Brasil | 186.800 | 5,45% |
| Paraguai | 21.700 | 0,63% |
| Uruguai | 13.520 | 0,39% |
| MERCOSUL | 364.020 | 10,63% |
| América Latina | 591.764 | 17,28% |
| Países em desenvolvimento | 2.209.742 | 64,53% |
| Total Mundial | 3.424.413 | 100,00 % |

Fonte: FAO, 1995.

TABELA 04**TERRA DEDICADA À AGRICULTURA**

| | Milhares de Hectares | % |
|---------------------------|----------------------|----------------|
| Argentina | 2.200 | 2,25% |
| Brasil | 9.500 | 9,70% |
| Paraguai | 80 | 0,08% |
| Uruguai | 44 | 0,04% |
| MERCOSUL | 11.824 | 12,08% |
| América Latina | 21.135 | 21,59% |
| Países em desenvolvimento | 73.876 | 75,46% |
| Total Mundial | 97.905 | 100,00% |

Fonte: FAO, 1995.

TABELA 05
ÁREA IRRIGADA

| | Milhares de Hectares | % |
|---------------------------|----------------------|----------------|
| Argentina | 1.700 | 0,68% |
| Brasil | 2.800 | 1,12% |
| Paraguai | 67 | 0,03% |
| Uruguai | 140 | 0,06% |
| MERCOSUL | 4.707 | 1,88% |
| América Latina | 16.897 | 6,76% |
| Países em desenvolvimento | 185.142 | 74,07% |
| Total Mundial | 249.956 | 100,00% |

Fonte: FAO,1995.

TABELA 06
ÁREA COLHIDA DE ARROZ
(MILHARES DE HECTARES)

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 (*) |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Argentina | 130 | 134 | 140 | 170 |
| Brasil | 4.384 | 4.280 | 4.250 | 4.300 |
| Paraguai | 90 | 90 | 90 | 90 |
| Uruguai | 131 | 120 | 130 | 130 |
| Total | 4.735 | 4.624 | 4.610 | 4.690 |

Fonte: USDA
(*) janeiro/junho

TABELA 07
PRODUÇÃO DE ARROZ
(MILHARES DE TONELADAS)

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 (*) |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Argentina | 565 | 600 | 615 | 868 |
| Brasil | 9.901 | 10.441 | 10.000 | 10.882 |
| Paraguai | 170 | 170 | 149 | 149 |
| Uruguai | 714 | 600 | 643 | 643 |
| Total | 11.350 | 11.811 | 11.407 | 12.542 |

Fonte: USDA
(*) janeiro/junho

TABELA 08**PRODUTIVIDADE DO ARROZ
(TONELADA POR HECTARE)**

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 (*) |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Argentina | 4,35 | 4,48 | 4,39 | 5,11 |
| Brasil | 2,26 | 2,44 | 2,35 | 2,53 |
| Paraguai | 1,89 | 1,89 | 1,66 | 1,66 |
| Uruguai | 5,45 | 5,00 | 4,95 | 4,95 |
| Total | 2,40 | 2,55 | 2,47 | 2,67 |

Fonte: USDA
(*) janeiro/junho

TABELA 09**ÁREA COLHIDA DE MILHO
(MILHARES DE HECTARES)**

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 (*) |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Argentina | 2.450 | 2.400 | 2.400 | 2.700 |
| Brasil | 12.400 | 13.692 | 13.500 | 14.000 |
| Paraguai | 270 | 280 | 280 | 220 |
| Uruguai | 70 | 70 | 70 | 70 |
| Total | 15.190 | 16.442 | 16.250 | 16.990 |

Fonte: USDA
(*) janeiro/junho

TABELA 10**PRODUÇÃO DE MILHO
(MILHARES DE TONELADAS)**

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 (*) |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Argentina | 10.200 | 10.000 | 10.000 | 11.500 |
| Brasil | 29.200 | 32.000 | 31.000 | 33.000 |
| Paraguai | 450 | 470 | 470 | 475 |
| Uruguai | 120 | 120 | 110 | 110 |
| Total | 39.970 | 42.590 | 41.580 | 45.085 |

Fonte: USDA
(*) janeiro/junho

TABELA 11**PRODUTIVIDADE DO MILHO
(TONELADA POR HECTARE)**

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 (*) |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Argentina | 4,16 | 4,17 | 4,17 | 4,26 |
| Brasil | 2,35 | 2,34 | 2,30 | 2,36 |
| Paraguai | 1,67 | 1,68 | 1,68 | 2,16 |
| Uruguai | 1,71 | 1,71 | 1,57 | 1,57 |
| Total | 2,63 | 2,59 | 2,56 | 2,65 |

Fonte: USDA
(*) janeiro/junho

TABELA 12**ÁREA COLHIDA DE TRIGO
(MILHARES DE HECTARES)**

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 (*) |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Argentina | 4.200 | 4.800 | 4.900 | 5.200 |
| Brasil | 1.997 | 1.408 | 1.450 | 1.500 |
| Paraguai | 160 | 160 | 160 | 210 |
| Uruguai | 150 | 150 | 170 | 200 |
| Total | 6.507 | 6.518 | 6.680 | 7.110 |

Fonte: USDA
(*) janeiro/junho

TABELA 13**PRODUÇÃO DE TRIGO
(MILHARES DE TONELADAS)**

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 (*) |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Argentina | 9.800 | 9.400 | 10.500 | 11.000 |
| Brasil | 2.739 | 2.107 | 2.000 | 2.200 |
| Paraguai | 250 | 250 | 250 | 470 |
| Uruguai | 260 | 200 | 340 | 400 |
| Total | 13.049 | 11.957 | 13.090 | 14.070 |

Fonte: USDA
(*) janeiro/junho

TABELA 14**PRODUTIVIDADE DO TRIGO
(TONELADA POR HECTARE)**

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 (*) |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Argentina | 2,33 | 1,96 | 2,14 | 2,12 |
| Brasil | 1,37 | 1,50 | 1,38 | 1,47 |
| Paraguai | 1,56 | 1,56 | 1,56 | 2,24 |
| Uruguai | 1,73 | 1,33 | 2,00 | 2,00 |
| Total | 2,01 | 1,83 | 1,96 | 1,98 |

Fonte: USDA
(*) janeiro/junho

TABELA 15**ÁREA COLHIDA DE SOJA
(MILHARES DE HECTARES)**

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 (*) |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Argentina | 4.900 | 5.400 | 5.400 | 10.000 |
| Brasil | 10.625 | 11.440 | 11.400 | 18.000 |
| Paraguai | 980 | 1.050 | 1.075 | 2.100 |
| Uruguai | 13 | 13 | 13 | 25 |
| Total | 16.518 | 17.903 | 17.888 | 30.125 |

Fonte: USDA
(*) janeiro/dezembro

TABELA 16**PRODUÇÃO DE SOJA
(MILHARES DE HECTARES)**

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 (*) |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Argentina | 11.200 | 12.000 | 12.000 | 14.500 |
| Brasil | 22.500 | 22.500 | 24.500 | 29.000 |
| Paraguai | 1.750 | 1.750 | 1.800 | 3.500 |
| Uruguai | 20 | 20 | 20 | 50 |
| Total | 35.470 | 36.270 | 38.320 | 47.050 |

Fonte: USDA
(*) janeiro/dezembro

TABELA 17**PRODUÇÃO DE ÓLEO DE SOJA
(MILHARES DE TONELADAS)**

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 (*) |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Argentina | 1.488 | 1.494 | 1.500 | 2.590 |
| Brasil | 3.254 | 3.469 | 3.294 | 4.825 |
| Paraguai | 95 | 114 | 114 | 251 |
| Uruguai | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Total | 4.838 | 5.078 | 4.909 | 7.668 |

Fonte: USDA
(*) janeiro/dezembro

TABELA 18**PRODUÇÃO DE PELLETS DE SOJA
(MILHARES DE TONELADAS)**

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 (*) |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Argentina | 6.994 | 7.058 | 7.104 | 9.825 |
| Brasil | 13.189 | 13.690 | 13.758 | 19.586 |
| Paraguai | 375 | 450 | 413 | 830 |
| Uruguai | 4 | 2 | 4 | 8 |
| Total | 20.562 | 21.200 | 21.279 | 30.249 |

Fonte: USDA
(*) janeiro/dezembro

TABELA 19**PRODUÇÃO DE CARNE (1995)**

| | Milhares de toneladas | % |
|-----------|-----------------------|--------|
| Argentina | 2.530 | 5,52 |
| Brasil | 4.620 | 10,09 |
| Uruguai | 350 | 0,76 |
| Paraguai | 280 | 0,63 |
| MERCOSUL | 7.780 | 17,00 |
| Mundo | 45.800 | 100,00 |

Fonte: USDA

TABELA 20
EXPORTAÇÃO DE CARNE (1995)

| | Milhares de toneladas | % |
|-----------|-----------------------|--------|
| Argentina | 400 | 5,90 |
| Brasil | 350 | 5,16 |
| Uruguai | 90 | 1,33 |
| Paraguai | 60 | 0,88 |
| MERCOSUL | 900 | 13,27 |
| Mundo | 6.780 | 100,00 |

Fonte: USDA

TABELA 21
ÁREA REFLORESTADA

| | Milhares de Hectares | % |
|---------------------------|----------------------|-----------------|
| Argentina | 59.000 | 1,52 % |
| Brasil | 488.000 | 12,57 % |
| Paraguai | 12.850 | 0,33 % |
| Uruguai | 669 | 0,02 % |
| MERCOSUL | 560.519 | 14,44 % |
| América Latina | 880.975 | 22,69 % |
| Países em desenvolvimento | 2.110.592 | 54,37 % |
| Total Mundial | 3.882.088 | 100,00 % |

Fonte: FAO

TABELA 22
PRODUÇÃO DE FERRO
(MILHARES DE TONELADAS)

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|----------------------|---------|---------|---------|---------|
| Brasil | 144.572 | 147.564 | 165.651 | 182.521 |
| Total América Latina | 183.182 | 187.934 | 206.537 | 218.210 |

Fonte: Anuário Estatístico da América Latina e Caribe, 1996.

TABELA 23

**ENERGIA ELÉTRICA E HIDROCARBONETOS
PRODUÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA**

| | Unidade Medida | Argentina | Brasil | Paraguai | Uruguai | MERCOSUL | Chile |
|--------------------|-------------------|-----------|---------|----------|---------|----------|--------|
| Potência instalada | milhares kWh | 18.035 | 56.212 | 6.533 | 2.070 | 62.850 | 4.809 |
| Produção | milhões kWhs | 63.038 | 251.464 | 31.454 | 7.989 | 353.965 | 24.004 |

Fonte: Anuário Estatístico da América Latina e Caribe, CEPAL, 1995.

TABELA 24

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

| | Unidade | Argentina | Brasil | Paraguai | Uruguai | Chile | MERCOSUL |
|---------------------|----------------------|-----------|-----------|----------|---------|---------|-----------|
| Rede ferroviária | km | 34.059 | 30.612 | 970 | 3.002 | 6.869 | 68.643 |
| Rodovias | km | 211.343 | 1.824.363 | 29.317 | 49.900 | 79.293 | 2.114.923 |
| % pavimentadas | % | 29,3 | 8,1 | 9,5 | 13,4 | 15,6 | 219,169 |
| Tráfego ferroviário | milhões toneladas/km | 6.613 | 124.738 | 6 | 327 | 2.694 | 131.684 |
| Rios navegáveis | Km | 11.000 | 50.000 | 3.100 | 1.600 | - | 65.700 |
| Oleodutos | Km | 6.990 | 5.804 | - | - | - | 12.794 |
| Gasodutos | Km | 9.918 | 1.095 | - | - | - | 11.013 |
| Marinha mercante | Tonelada/registro | 366.011 | 4.960.184 | 30.588 | 61.142 | 525.254 | 5.417.925 |
| Tráfego aéreo | Milhões/km voados | 85 | 332 | 8 | 5 | 81 | 430 |
| Tráfego aéreo | milhões Pass. km | 11.093 | 31.864 | 1.235 | 645 | 5.398 | 44.837 |
| Aeroportos | Unidades | 1.602 | 3.467 | 929 | 85 | - | 6.083 |

TABELA 25

TELECOMUNICAÇÕES

| | Argentina | Brasil | Paraguai | Uruguai | MERCOSUL |
|----------------|-----------|-----------|----------|---------|------------|
| Telefones | 2.650.000 | 9.860.000 | 78.300 | 337.000 | 12.925.300 |
| Tel.- mil hab. | 78 | 61 | 16 | 100 | 63 |

Fonte: Agência Central Inteligência. EUA

TABELA 26

**INTERCÂMBIO COMERCIAL ENTRE ARGENTINA E BRASIL
(MILHARES DE TONELADAS)**

| Ano | Argentina-Brasil | Brasil-Argentina | Total | Média mensal |
|------|------------------|------------------|-----------|--------------|
| 1983 | 831,60 | 2.913,80 | 3.745,40 | 312,10 |
| 1988 | 1.878,80 | 4.244,40 | 6.123,20 | 510,30 |
| 1990 | 3.580,50 | 3.750,60 | 7.330,10 | 610,80 |
| 1991 | 4.942,60 | 4.422,00 | 9.364,60 | 780,40 |
| 1992 | 5.100,00 | 5.712,80 | 10.812,80 | 901,10 |
| 1993 | 10.195,00 | 6.676,10 | 16.871,10 | 1.405,90 |
| 1994 | 12.053,50 | 7.719,70 | 19.773,20 | 1.647,80 |
| 1995 | 16.102,00 | 9.181,60 | 25.283,60 | 2.106,90 |

Fonte: Embaixada Argentina no Brasil e Ministério de Transportes do Brasil.

TABELA 27**DISTRIBUIÇÃO POR MEIOS DE TRANSPORTE DO COMÉRCIO ENTRE ARGENTINA E BRASIL (%)**

| Ano | Ferrovário | Rodoviário | Marítimo | Fluvial | Total |
|------|------------|------------|----------|---------|--------|
| 1980 | 3,00 | 10,20 | 87,00 | 0,00 | 100,00 |
| 1990 | 3,00 | 11,90 | 81,20 | 3,90 | 100,00 |
| 1994 | 3,00 | 13,10 | 81,70 | 2,20 | 100,00 |
| 1995 | 5,00 | 19,00 | 72,00 | 4,00 | 100,00 |

Fonte: Embaixada Argentina no Brasil e Ministério de Transportes do Brasil.

TABELA 28

COMPOSIÇÃO PORCENTUAL DO PIB (ARGENTINA)

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Agricultura, caça, silvicultura e pesca | 6,00 | 5,50 | 4,90 | 5,10 |
| Exploração de minas e pedreiras | 1,80 | 1,70 | 1,70 | 4,20 |
| Indústrias manufatureiras | 21,80 | 20,60 | 20,40 | 22,60 |
| Eleticidade, gás e água | 1,70 | 1,70 | 1,70 | 2,20 |
| Construção | 5,30 | 6,20 | 6,80 | 15,00 |
| Comércio no atacado e no varejo | 15,40 | 14,90 | 14,90 | 16,00 |
| Transporte e comunicações | 5,20 | 5,10 | 5,50 | 7,80 |
| Estabelecimentos financeiros, seguros, etc. | 16,80 | 17,80 | 16,10 | 17,00 |
| Serv. comunitários, sociais e pessoais | 26,00 | 26,60 | 26,00 | 10,10 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: : Anuário Estatístico da América Latina e o Caribe, 1996.

TABELA 29

COMPOSIÇÃO PORCENTUAL DO PIB (BRASIL)

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Agricultura, caça, silvicultura e pesca | 11,10 | 11,30 | 13,10 | 14,00 |
| Exploração de minas e pedreiras | 1,60 | 1,60 | 1,10 | 1,80 |
| Indústrias manufatureiras | 23,10 | 22,60 | 21,00 | 22,00 |
| Eleticidade, gás e água | 3,60 | 3,80 | 5,10 | 6,09 |
| Construção | 6,40 | 6,70 | 7,10 | 8,06 |
| Comércio no atacado e no varejo | 6,80 | 6,90 | 6,50 | 7,05 |
| Transporte e comunicações | 5,20 | 5,08 | 5,02 | 6,50 |
| Estabelecimentos financeiros, seguros, etc. | 17,90 | 15,10 | 14,50 | 12,00 |
| Serv. Comunitários, sociais e pessoais | 24,30 | 26,40 | 26,40 | 22,50 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Anuário Estatístico da América Latina e o Caribe, edição 1996.

TABELA 30

COMPOSIÇÃO PORCENTUAL DO PIB (PARAGUAI)

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Agricultura, caça, silvicultura e pesca | 24,50 | 24,50 | 23,70 | 24,80 |
| Exploração de minas e pedreiras | 0,40 | 0,40 | 0,30 | 0,40 |
| Indústrias manufatureiras | 17,00 | 16,50 | 15,70 | 15,60 |
| Eletricidade, gás e água | 3,10 | 3,40 | 3,90 | 3,90 |
| Construção | 5,80 | 5,90 | 6,00 | 6,50 |
| Comércio no atacado e no varejo | 30,30 | 30,40 | 30,50 | 31,00 |
| Transporte e comunicações | 4,00 | 3,90 | 4,80 | 4,90 |
| Estabelecimentos financeiros, seguros, etc. | 2,10 | 2,10 | 2,20 | 4,20 |
| Serv. comunitários, sociais e pessoais | 12,90 | 12,90 | 12,80 | 8,70 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Anuário Estatístico da América Latina e o Caribe, 1996.

TABELA 31

COMPOSIÇÃO PORCENTUAL DO PIB (URUGUAI)

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Agricultura, caça, silvicultura e pesca | 10,00 | 8,20 | 8,00 | 8,30 |
| Exploração de minas e pedreiras | 0,20 | 0,20 | 0,20 | 0,40 |
| Indústrias manufatureiras | 22,70 | 18,20 | 16,90 | 17,50 |
| Eleticidade, gás e água | 2,60 | 2,50 | 2,70 | 2,80 |
| Construção | 4,10 | 4,90 | 5,10 | 5,30 |
| Comércio no atacado e no varejo | 12,40 | 13,50 | 14,00 | 14,50 |
| Transporte e comunicações | 6,60 | 6,60 | 6,80 | 7,10 |
| Estabelecimentos Financeiros, seguros, etc. | 22,40 | 25,30 | 26,0 | 23,20 |
| Serv. Comunitários, sociais e pessoais | 19,00 | 20,60 | 20,30 | 20,90 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Anuário Estatístico da América Latina e o Caribe, 1996.

TABELA 32

COMPOSIÇÃO PORCENTUAL DO PI (CHILE)

| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Agricultura, caça, silvicultura e pesca | 9,00 | 8,60 | 9,00 | 8,50 |
| Exploração de minas e pedreiras | 9,20 | 8,80 | 8,70 | 9,00 |
| Indústrias manufatureiras | 18,90 | 18,80 | 18,50 | 21,00 |
| Eleticidade, gás e água | 3,00 | 2,90 | 3,00 | 4,00 |
| Construção | 5,60 | 6,10 | 5,90 | 5,60 |
| Comércio no atacado e no varejo | 17,90 | 18,40 | 18,30 | 18,80 |
| Transporte e comunicações | 7,90 | 8,00 | 8,40 | 8,20 |
| Estabelecimentos financeiros, seguros, etc. | 17,90 | 17,90 | 17,90 | 15,60 |
| Serv. comunitários, sociais e pessoais | 10,70 | 10,40 | 10,30 | 9,30 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Anuário Estatístico da América Latina e o Caribe, 1996.

TABELA 33

COMÉRCIO EXTERIOR: MERCOSUL E CHILE
BALANÇA COMERCIAL
(MILHÕES DE DÓLARES)

| | 1993 | 1994 | 1995 | 1993 | 1994 | 1995 | 1993 | 1994 | 1995 | 1993 | 1994 | 1995 |
|------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|------|------|------|
| Argentina | 13.117 | 15.839 | 20.960 | 16.783 | 21.590 | 20.123 | (3.666) | (5.751) | 837 | | | |
| Brasil | 38.701 | 42.558 | 46.506 | 27.300 | 35.540 | 49.663 | 11.401 | 8.018 | (3.162) | | | |
| Paraguai | 725 | 816 | 1.955 | 1.477 | 2.140 | 3.305 | (752) | (1.329) | (1.350) | | | |
| Uruguai | 1.606 | 1.918 | 2.070 | 2.332 | 2.706 | 2.545 | (726) | (788) | 475 | | | |
| MERCOSUL | 54.149 | 62.131 | 71.491 | 47.892 | 61.976 | 75.636 | 6.257 | 155 | (3.200) | | | |
| Chile | 9.416 | 11.645 | 15.900 | 10.641 | 11.290 | 13.900 | (1.225) | 355 | 2.000 | | | |
| MERCOSUL + Chile | 63.565 | 73.776 | 87.391 | 58.533 | 73.266 | 89.536 | 5.032 | 510 | (1.200) | | | |

Fonte: Argentina: INDEC; Brasil: SECEX e Receita Federal; Paraguai: Banco Central; Uruguai: Banco Central do Uruguai.

GRÁFICO 02

EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL (BILHÕES DE DÓLARES)

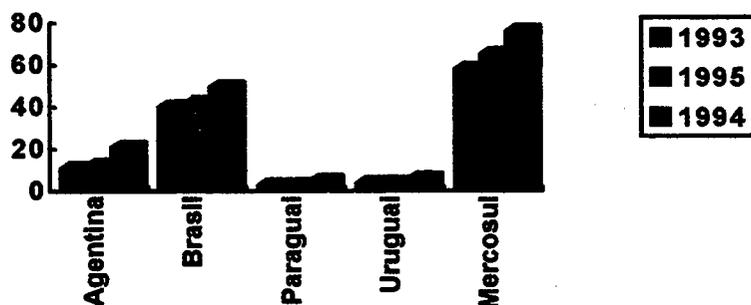
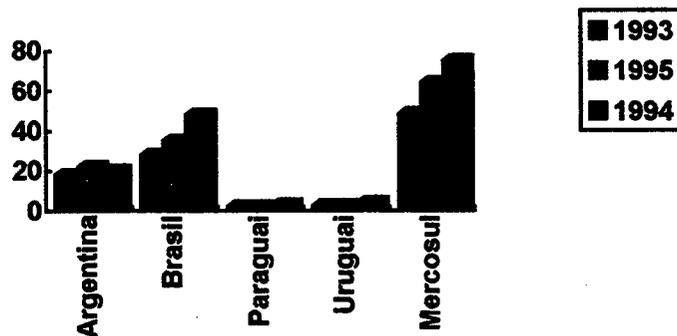


GRÁFICO 03

IMPORTAÇÕES DO MERCOSUL (BILHÕES DE DÓLARES)



Fonte: Argentina: INDEC

Brasil: SECEX e Receita Federal

Paraguai: Banco Central del Paraguai

Uruguai: Banco Central del Uruguai

TABELA 34

EXPORTAÇÕES POR REGIÕES: MERCOSUL E CHILE (1995)
(MILHÕES DE DÓLARES)

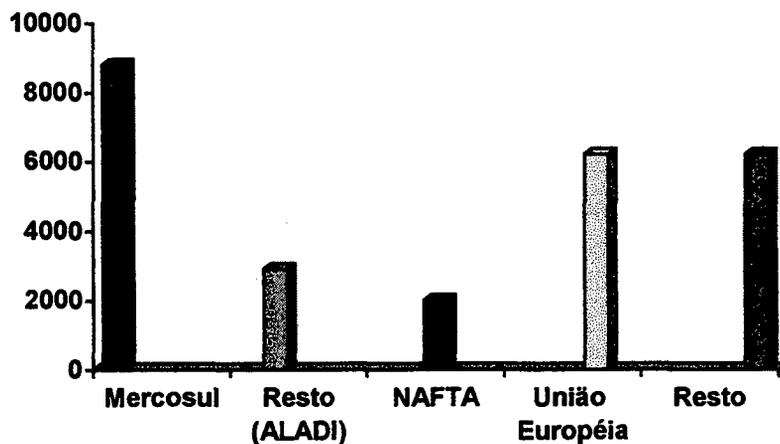
| | MERCOSUL | | Resto | América Latina e Caribe | NAFTA | Total | União Européia | Subtotal | Resto | Total |
|-----------|----------|-------|--------|-------------------------|--------|--------|----------------|----------|--------|-------|
| | ALADI | Resto | | | | | | | | |
| Argentina | 6.760 | 2.705 | 9.625 | 1.996 | 11.621 | 4.515 | 16.136 | 4.824 | 20.960 | |
| Brasil | 6.165 | 3.810 | 10.235 | 9.640 | 19.879 | 12.553 | 32.428 | 14.078 | 46.506 | |
| Paraguai | 244 | 26 | 270 | 186 | 1.400 | 409 | 1.809 | 146 | 1.955 | |
| Uruguai | 970 | 98 | 1.168 | 221 | 1.389 | 432 | 1.821 | 249 | 2.070 | |
| MERCOSUL | 14.914 | 6.777 | 22.242 | 12.043 | 34.289 | 17.909 | 52.194 | 19.297 | 71.491 | |
| Chile | 1.945 | 1.205 | 3.220 | 2.865 | 6.085 | 3.727 | 9.812 | 6.088 | 15.900 | |

Fonte: Argentina: INDEC; Brasil, Uruguai e Paraguai: SECEX e Bancos Centrais.

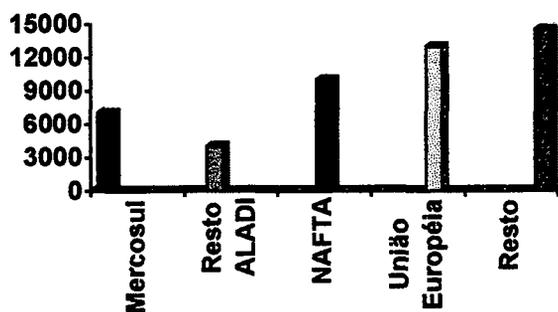
GRÁFICO 04

MERCOSUL: EXPORTAÇÕES DE CADA PAÍS POR REGIÃO (1995) (MILHÕES DE DÓLARES)

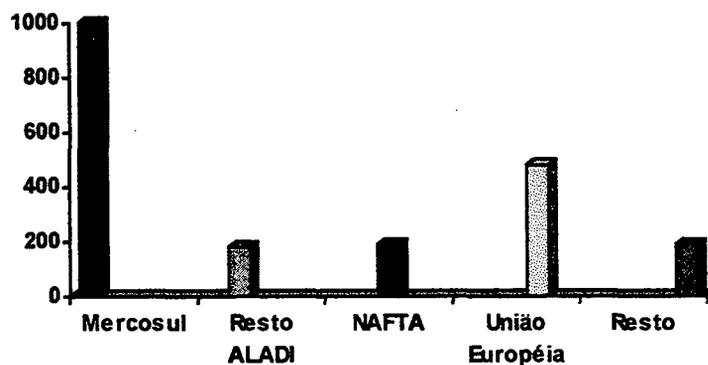
ARGENTINA



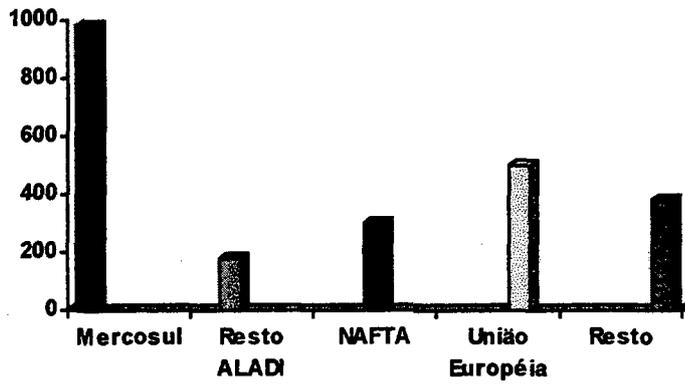
BRASIL



PARAGUAI



URUGUAI



CHILE

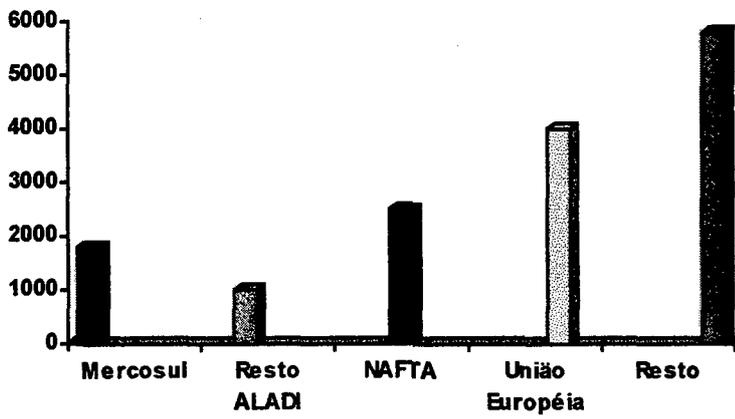


TABELA 35

EXPORTAÇÕES POR REGIÕES (1995) - MERCOSUL E CHILE
(COMPOSIÇÃO PORCENTUAL POR DESTINO)

| | MERCOSUL | | Resto | América Latina e Caribe | NAFTA | Total | União | Subtotal | Resto | Total |
|-----------|----------|-------|-------|-------------------------------|-------|-------|-------|----------|-------|-------|
| | ALADI | Resto | | | | | | | | |
| Argentina | 32,30 | 12,90 | 45,90 | 9,50 | 55,60 | 21,50 | 77,10 | 22,90 | 100 | |
| Brasil | 13,20 | 8,20 | 22,90 | 20,70 | 42,70 | 27,00 | 69,70 | 30,30 | 100 | |
| Paraguai | 51,90 | 4,40 | 57,00 | 7,60 | 64,50 | 27,80 | 92,30 | 7,70 | 100 | |
| Uruguai | 46,90 | 4,70 | 56,40 | 10,70 | 67,10 | 20,80 | 87,90 | 12,10 | 100 | |
| MERCOSUL | 20,90 | 9,50 | 31,10 | 16,80 | 47,90 | 25,00 | 72,90 | 27,10 | 100 | |
| Chile | 12,20 | 7,60 | 20,20 | 18,00 | 38,20 | 23,40 | 61,60 | 38,40 | 100 | |

Fonte: Argentina: INDEC; Brasil, Uruguai e Paraguai: SECEX e Bancos Centrais.

TABELA 36**EXPORTAÇÕES INTRA-EXTRA MERCOSUL – CHILE
(MILHÕES DE DÓLARES)**

| | Intra MERCOSUL + Chile | Extra MERCOSUL + Chile | Intra/Extra % | Intra/total % |
|------|------------------------------|------------------------------|---------------|---------------|
| 1988 | 4.392 | 47.530 | 9,20 | 8,50 |
| 1989 | 5.480 | 49.304 | 11,10 | 10,00 |
| 1990 | 5.771 | 49.243 | 11,70 | 10,50 |
| 1991 | 7.108 | 47.842 | 14,90 | 12,90 |
| 1992 | 9.828 | 50.744 | 19,40 | 16,20 |
| 1993 | 12.901 | 50.747 | 25,40 | 20,30 |
| 1994 | 15.474 | 58.291 | 26,50 | 21,00 |
| 1995 | 16.859 | 70.532 | 23,90 | 19,30 |

TABELA 37

MERCOSUL E CHILE - IMPORTAÇÕES POR REGIÕES (1995)

| | MERCOSUL | | | América Latina | | NAFTA | Total | UE | Subtotal | Resto | Total |
|-----------|----------|----------------|--------|----------------|--------|---------|--------|--------|----------|-------|-------|
| | Resto | América Latina | Caribe | América Latina | Caribe | América | | | | | |
| Argentina | 4.593 | 836 | 5.531 | 4.827 | 10.358 | 5.719 | 16.068 | 4.055 | 20.123 | | |
| Brasil | 6.990 | 1.904 | 8.918 | 13.470 | 22.388 | 13.100 | 35.488 | 14.175 | 49.663 | | |
| Paraguai | 1.015 | 89 | 1.128 | 850 | 1.978 | 309 | 2.287 | 1.018 | 3.305 | | |
| Uruguai | 1.249 | 74 | 1.348 | 297 | 1.645 | 582 | 2.227 | 318 | 2.545 | | |
| MERCOSUL | 13.847 | 2.903 | 16.925 | 19.444 | 36.369 | 19.701 | 56.070 | 19.566 | 75.636 | | |
| Chile | 3.346 | 904 | 4.381 | 3.628 | 8.009 | 3.278 | 11.287 | 2.613 | 13.900 | | |

Fonte: As mesmas anteriores

ALADI - inclui o México

NAFTA - inclui o México

TABELA 38

MERCOSUL E CHILE - IMPORTAÇÕES POR REGIÕES (1995)
(COMPOSIÇÃO PORCENTUAL)

| | MERCOSUL | | Resto | América Latina/ Caribe | Nafta | Total | UE | Subtotal | Resto | Total |
|-----------|----------|--------|--------|------------------------------|--------|--------|--------|----------|--------|-------|
| | ALADI | Resto | | | | | | | | |
| Argentina | 33,10 | 28,80 | 32,70 | 24,80 | 28,50 | 29,90 | 28,70 | 20,70 | 26,70 | |
| Brasil | 50,50 | 65,60 | 52,70 | 69,30 | 61,60 | 66,50 | 63,30 | 72,30 | 65,70 | |
| Paraguai | 7,30 | 3,10 | 6,60 | 4,40 | 5,40 | 1,60 | 4,10 | 5,20 | 4,30 | |
| Uruguai | 9,10 | 2,50 | 8,00 | 1,50 | 4,50 | 3,00 | 3,90 | 1,80 | 3,30 | |
| MERCOSUL | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | |
| Chile | 24,10 | 6,50 | 31,50 | 26,10 | 57,60 | 23,60 | 81,20 | 18,80 | 100,00 | |

Fonte: As mesmas anteriores

TABELA 39

VOLUME DE COMÉRCIO DO BRASIL COM O MERCOSUL - FOB (1986-1995)
(MILHÕES DE DÓLARES)

| Brasil x MERCOSUL | Exportação | Importação | Saldo comercial | Corrente de comércio |
|-------------------|------------|------------|-----------------|----------------------|
| 1986 | 1.170 | 1.188 | (18) | 2.358 |
| 1987 | 1.388 | 888 | 500 | 2.276 |
| Variação (%) | 18,63 | (25,25) | - | (3,47) |
| 1988 | 1.639 | 1.138 | 501 | 2.777 |
| Variação (%) | 18,08 | 28,15 | 0,20 | 22,01 |
| 1989 | 1.368 | 2.194 | (826) | 3.562 |
| Variação (%) | (16,53) | 92,79 | - | 28,26 |
| 1990 | 1.320 | 2.332 | (1.012) | 3.652 |
| Variação (%) | (3,50) | 6,28 | 22,51 | 2,52 |
| 1991 | 2.309 | 2.267 | 41 | 4.576 |
| Variação (%) | 74,92 | (2,78) | - | 25,30 |
| 1992 | 4.127 | 2.199 | 1.928 | 6.326 |
| Variação (%) | 78,73 | (2,99) | 4.602,43 | 38,24 |
| 1993 | 5.396 | 3.369 | 2.027 | 8.765 |
| Variação (%) | 30,74 | 53,20 | 5,13 | 38,55 |
| 1994 | 5.922 | 4.533 | 1.389 | 10.455 |
| Variação (%) | 9,74 | 34,55 | (31,47) | 19,28 |
| 1995 | 6.165 | 6.990 | (825) | 13.155 |
| Variação (%) | 4,10 | 54,20 | - | 25,82 |

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior. Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo.

TABELA 40**EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS DO BRASIL COM OS PAÍSES DO MERCOSUL
POR ÁREA DE ATIVIDADE****RESUMO SETORIAL GLOBAL**

| Setor de atividade | Total | Total (%) |
|---------------------------|--------------|------------------|
| Alimentos e bebidas | 40 | 7,19 |
| Automotriz (montadora) | 15 | 2,69 |
| Autopeças | 45 | 8,09 |
| Bancos/Inst. financeiras | 35 | 6,29 |
| Calçados | 4 | 0,71 |
| Comércio | 1 | 0,17 |
| Constr./Serv. de constr. | 23 | 4,13 |
| Consultoria | 16 | 2,87 |
| Eletrodomésticos | 5 | 0,89 |
| Eletrônicos | 5 | 0,89 |
| Energia e combustível | 6 | 1,07 |
| Fertilizantes | 1 | 0,17 |
| Franchising | 204 | 36,69 |
| Imprensa e comunicação | 10 | 1,79 |
| Informática | 16 | 2,87 |
| Máquinas agrícolas | 8 | 1,43 |
| Máquinas e equipamentos | 16 | 2,87 |
| Materiais de construção | 5 | 0,89 |
| Materiais elétricos | 5 | 0,89 |
| Metalúrgica | 6 | 1,07 |
| Móveis | 2 | 0,35 |
| Papéis e embalagens | 1 | 0,17 |
| Petroquímica | 5 | 0,89 |
| Plásticos | 5 | 0,89 |
| Publicidade | 9 | 1,61 |
| Químicos | 20 | 3,59 |
| Seguros | 10 | 1,79 |
| Siderúrgica | 5 | 0,89 |
| Telecomunicações | 15 | 2,69 |
| Têxtil | 11 | 1,97 |
| Transportes | 6 | 1,07 |
| Vidros | 1 | 0,17 |
| Total | 556 | 100,00 |

TABELA 41
RESUMO GERAL

| PAISES | Total Empreendimentos | Total (%) |
|---------------------------|----------------------------------|------------------|
| Brasil - Argentina | 302 | 54,31 |
| Brasil - Uruguai | 17 | 3,05 |
| Brasil - Paraguai | 11 | 1,97 |
| Argentina - Brasil | 226 | 40,64 |
| Total | 556 | 100,00 |

Fonte: ADEBIM. Associação de Empresas Brasileiras para a Integração no MERCOSUL.
Período considerado: Julho/91 a Janeiro/96

**02 ENERGIA NO MERCOSUL: ARGENTINA, BRASIL,
PARAGUAI, URUGUAI E CHILE**
(JUAN ANTONIO LEGISA, LILIANA ALDAVE e RENATO MURILLO)

TABELA 42

ARGENTINA

| Síntese Estatística 1994 | |
|--|-----------|
| População (mil habitantes) | 34.179 |
| Superfície (km ²) | 2.780.092 |
| Densidade Populacional (hab./km ²) | 12,30 |
| População urbana (%) | 86 |
| Reserva de petróleo (m ³ x 10 ⁹) | 354 |
| Reserva de gás natural (m ³ x 10 ⁶) | 526 |
| Reserva carvão mineral (ton x 10 ⁶) | 548 |
| Produção de energia primária (TEP x 10 ³) | 63.645 |
| Importação de energia primária e secundária (TEP x 10 ³) | 4.760 |
| Exportação de energia primária e secundária (TEP x 10 ³) | 13.521 |
| Consumo de energia elétrica por habitante (kwh/hab.) | 1.530 |
| Consumo final de energia por habitante (TEP/hab.) | 1,22 |

TABELA 43

RESERVAS ENERGÉTICAS COMPROVADAS.

| Recurso | Quantidade | Equivalentes em TEP x 10 ⁶ | Participação (%) |
|-------------------|------------------------------------|--|---------------------|
| Petróleo | 354 10 ⁶ m ³ | 313 | 9,00 |
| Gás natural | 526 10 ⁹ m ³ | 437 | 12,60 |
| Carvão mineral | 548 10 ⁶ ton | 323 | 9,40 |
| Hidroeletricidade | 172 Twh/año | 2.144* | 61,90 |
| Urânio | 11 10 ³ ton | 111 | 3,20 |
| Comb. vegetais | 67 10 ⁶ ton | 136* | 3,90 |
| Total | | 3.464 | 100 |

* Produção correspondente a cinquenta anos para hidroeletricidade e quinze anos para comb. vegetais

No que se refere ao consumo, em seguida há um resumo de sua estrutura.

TABELA 44**BRASIL**

| Síntese estatística | |
|--|-----------|
| População (mil hab.) | 154.000 |
| Superfície (km ²) | 8.511.965 |
| Densidade Popuiclonai (hab/km2) | 18,10 |
| População urbana (%) | 74 |
| Reservas de petróleo (m ³ x 10 ⁶) | 643 |
| Reservas de gás natural (m ³ x 10 ⁹) | 166 |
| Reservas de carvão mineral (ton. x 10 ⁶) | 4.046 |
| Produção de energia primária (TEP x 10 ³) | 87.882 |
| Importação de energia primária e secundária (TEP x 10 ³) | 50.133 |
| Exportação de energia prim. e secundária (TEP x 10 ³) | 6.319 |
| Consumo de energia elétrica por habitante (kwh/hab.) | 1.573 |
| Consumo final de energia (TEP/hab.) | 0,86 |

TABELA 45**RESERVAS ENERGÉTICAS COMPROVADAS**

| Fontes | Quantidade | Equivalentes em 10 ⁶ TEP | Participação % |
|-----------------------|------------------------------------|--|-------------------|
| Petróleo | 643 10 ⁶ m ³ | 569 | 2,80 |
| Gás natural | 166 10 ⁹ m ³ | 138 | 0,70 |
| Carvão mineral | 4.046 10 ⁶ ton | 2.386 | 11,00 |
| Urânio | 196 10 ³ ton | 1916 | 9,30 |
| Hidro-eletricidade | 1.171 Twh/año | 14.719* | 71,80 |
| Combustíveis vegetais | 436 10 ⁶ ton | 777 | 3,80 |
| Total | | 20.505 | 100,00 |

*Produção correspondente a cinquenta anos para hidroeletricidade e quinze anos para comb. vegetais.

TABELA 46**PARAGUAI**

| Síntese estatística | |
|--|---------|
| População (mil hab.) | 4.666 |
| Superfície (km ²) | 406.752 |
| Densidade Populacional (hab/km ²) | 11,40 |
| População urbana (%) | 42 |
| Reservas de petróleo (m ³ x 10 ⁶) | 0 |
| Reservas de gás natural (m ³ x 10 ⁹) | 0 |
| Reservas de carvão mineral (ton. x 10 ⁶) | 0 |
| Produção de energia primária (TEP x 10 ³) | 5.355 |
| Importação de energia primária e secundária (TEP x 10 ³) | 929 |
| Exportação de energia primária e secundária (TEP x 10 ³) | 2.798 |
| Consumo de energia elétrica por habitante (kwh/hab.) | 684 |
| Consumo final de energia (TEP/hab.) | 0,71 |

TABELA 47**URUGUAI**

| Síntese estatística | |
|--|---------|
| População (mil hab.) | 3.160 |
| Superfície (km ²) | 176.215 |
| Densidade Populacional (hab/km ²) | 18 |
| População urbana (%) | 85,30 |
| Reservas de petróleo (m ³ x 10 ⁶) | 0 |
| Reservas de gás natural (m ³ x 10 ⁹) | 0 |
| Reservas de carvão mineral (ton. x 10 ⁶) | 0 |
| Produção de energia primária (TEP x 10 ³) | 1.107 |
| Importação de energia primária e secundária (TEP x 10 ³) | 1.537 |
| Exportação de energia primária e secundária (TEP x 10 ³) | 86 |
| Consumo de energia elétrica por habitante (kwh/hab.) | 1.645 |
| Consumo final de energia (TEP/hab.) | 0,77 |

TABELA 48**CHILE**

| Síntese estatística | |
|--|---------|
| População (em mil hab.) | 14.066 |
| Superfície (km ²) | 756.626 |
| Densidade populacional (hab./km ²) | 18.60 |
| População urbana (%) | 84 |
| Reserva de petróleo (m ³ x 10 ⁶) | 47 |
| Reserva de gás natural (m ³ x 10 ⁹) | 117 |
| Reserva de carvão mineral (ton. x 10 ⁶) | 244 |
| Produção de energia primária (TEP x 10 ³) | 7.880 |
| Exp. de energia primária e secundária (TEP x 10 ³) | 9.129 |
| Consumo de energia elétrica por habitante (Kwh/hab.) | 14 |
| Consumo final de energia por habitante (TEP/hab.) | 1.09 |

03 AVANÇOS E TEMAS PENDENTES NA QUESTÃO SOCIAL

(SOLEDAD GARCÍA CONDE e PABLO PERELMAN)

TABELA 49

GASTO SOCIAL - MÉDIAS

| | Gasto Social PIB | | | | Gasto Social Real Per Capita (Dólares de 1995) | | | | Gasto Social / Gasto Público Total | | |
|------------|------------------|---------|---------|---------|---|---------|---------|---------|---------------------------------------|---------|---------|
| | 1980-91 | 1982-89 | 1990-93 | 1980-91 | 1982-89 | 1990-93 | 1980-91 | 1982-89 | 1990-93 | 1982-89 | 1990-93 |
| | Argentina | 16,80 | 15,10 | 16,70 | 569,90 | 470,80 | 516,50 | 49,00 | 39,40 | 63,30 | |
| Brasil (1) | 9,70 | 9,40 | 10,8* | 159,60 | 157,50 | 177,3* | 46,50 | 29,70 | 36,8* | | |
| Paraguai | 3,90 | 4,2** | - | 52,10 | 52,1** | - | 37,70 | 57,5** | - | | |
| Uruguai | 14,90 | 16,30 | 17,50 | 278,10 | 277,20 | 329,60 | 63,60 | 50,10 | 64,40 | | |
| Chile | 17,70 | 18,70 | 14,60 | 264,50 | 243,70 | 260,90 | 61,70 | 49,30 | 63,10*** | | |

Fonte: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL).

(1) Subestimado devido à cobertura institucional restrita. 1990-1991** 1982-1987 *** 1990-1992.

TABELA 50**INDICADORES DE FECUNDIDADE, NATALIDADE, MORTALIDADE E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER**

| | Taxa de fecundidade total | Taxa bruta de natalidade (por mil) | Taxa bruta de mortalidade (por mil) | Esperança de vida ao nascer |
|-----------|---------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| Argentina | 2,80 | 20,40 | 8,20 | 72,10 |
| Brasil | 2,90 | 24,60 | 7,50 | 66,30 |
| Paraguai | 4,30 | 33,00 | 5,50 | 70,00 |
| Uruguai | 2,30 | 17,10 | 10,30 | 72,50 |

Fonte: PNUD, Informe sobre Desenvolvimento Humano, 1995.

TABELA 51**PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL**

| Países | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1990 |
|-----------|------|------|------|------|------|
| Argentina | 78,4 | 80,6 | 82,7 | 84,6 | 86,2 |
| Brasil | 55,8 | 61,8 | 67,5 | 72,7 | 76,9 |
| Paraguai | 37,1 | 39,0 | 41,7 | 44,4 | 47,5 |
| Uruguai | 82,0 | 83,0 | 83,8 | 84,6 | 85,5 |

Fonte: CEPAL, Anuário Estatístico da América Latina e o Caribe, 1991.

TABELA 52**EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR REGIÕES (1980-1994) - ARGENTINA**

| Região | Ano | | | |
|--|-------|-------|-------|-------|
| | 1980 | 1985 | 1990 | 1994 |
| Total País | 33,20 | 26,20 | 25,60 | 22,00 |
| Metropolitana e Província Buenos Aires | 26,00 | 22,10 | 22,70 | 20,70 |
| Pampeana | 29,60 | 25,40 | 24,50 | 19,00 |
| Cuyo | 32,00 | 26,70 | 23,10 | 20,60 |
| Nordeste | 48,40 | 33,90 | 32,90 | 27,40 |
| Noroeste | 44,80 | 30,00 | 30,70 | 26,80 |
| Patagônica | 33,30 | 24,30 | 20,60 | 17,30 |

Fonte: Elaborada com base em dados da Direção de Estatísticas de Saúde, Ministério de Saúde e Ação Social, 1995.

TABELA 53

**TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES
(1980-1990)
(EM PORCENTAGENS)**

| Grandes regiões | 1980 | 1985 | 1990 |
|-----------------|------|------|------|
| Brasil* | 4,00 | 3,30 | 2,70 |
| Norte | 5,50 | 4,80 | 4,00 |
| Nordeste | 5,80 | 4,90 | 4,00 |
| Sudeste | 3,20 | 2,70 | 2,40 |
| Sul | 3,40 | 2,70 | 2,30 |
| Centro-Oeste | 4,20 | 3,40 | 2,90 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

* Taxa de fecundidade total implícita na projeção preliminar da população brasileira pelo método de componentes para o período 1980/2020

TABELA 54

**TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR SEXO, SEGUNDO AS GRANDES
REGIÕES
(1980-1990)
(EM PORCENTAGENS)**

| Grandes Regiões | 1980 | | | 1990 | | |
|--------------------|--------|--------|----------|-------|--------|----------|
| | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres |
| Brasil* | 69,10 | 76,30 | 61,70 | 49,70 | 56,80 | 42,30 |
| Norte | 62,00 | 69,90 | 55,50 | 53,20 | 60,30 | 45,90 |
| Nordeste | 106,80 | 114,60 | 98,80 | 88,20 | 95,60 | 80,60 |
| Sudeste | 47,40 | 54,40 | 40,00 | 30,00 | 37,00 | 22,80 |
| Sul | 43,70 | 50,80 | 36,30 | 26,70 | 33,60 | 19,60 |
| Centro-Oeste | 47,90 | 54,90 | 40,50 | 33,00 | 40,00 | 25,60 |

Fuente: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

* Taxa de mortalidade infantil implícita na projeção preliminar da população brasileira pelo método de componentes para o período 1980/2020

TABELA 55**EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR REGIÕES
(1980-1994) - ARGENTINA**

| Região | Ano | | | |
|--|-------|-------|-------|-------|
| | 1980 | 1985 | 1990 | 1994 |
| Total País | 33,20 | 26,20 | 25,60 | 22,00 |
| Metropolitana e Província Buenos Aires | 26,00 | 22,10 | 22,70 | 20,70 |
| Pampeana | 29,60 | 25,40 | 24,50 | 19,00 |
| Cuyo | 32,00 | 26,70 | 23,10 | 20,60 |
| Nordeste | 48,4 | 33,9 | 32,9 | 27,4 |
| Noroeste | 44,8 | 30,0 | 30,7 | 26,8 |
| Patagônica | 33,3 | 24,3 | 20,6 | 17,3 |

Fonte: Elaborada com base em dados da Direção de Estatísticas de Saúde, Ministério de Saúde e Ação Social, 1995.

TABELA 56**EVOLUÇÃO DA TAXA DE NATALIDADE POR REGIÕES
(1980-1994) - ARGENTINA**

| Região | Ano | | | |
|--|-------|-------|-------|-------|
| | 1980 | 1985 | 1990 | 1994 |
| Total País | 25,00 | 21,30 | 21,00 | 19,70 |
| Metropolitana e Província Buenos Aires | 21,40 | 18,10 | 18,00 | 16,30 |
| Pampeana | 23,10 | 20,10 | 19,30 | 19,30 |
| Cuyo | 27,20 | 22,80 | 23,00 | 21,70 |
| Nordeste | 35,70 | 31,00 | 29,40 | 27,10 |
| Noroeste | 33,00 | 27,30 | 27,10 | 24,50 |
| Patagônica | 31,30 | 27,30 | 28,10 | 23,00 |

Fonte: Elaborada com base em dados da Direção de Estatísticas de Saúde, Ministério de Saúde e Ação Social, 1995.

TABELA 57**ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, POR SEXO, SEGUNDO AS GRANDES
REGIÕES
(1980-1990)**

| Grandes Regiões | Esperanças de vida ao nascer | | | | | |
|--------------------|------------------------------|--------|----------|-------|--------|----------|
| | 1980 | | | 1990 | | |
| | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres |
| Brasil | 61,76 | 58,95 | 64,68 | 65,62 | 62,28 | 69,09 |
| Norte | 61,31 | 57,92 | 64,83 | 67,35 | 62,28 | 69,09 |
| Nordeste | 58,71 | 56,03 | 61,50 | 64,22 | 60,84 | 67,74 |
| Sudeste | 64,54 | 61,20 | 68,01 | 67,53 | 63,56 | 71,66 |
| Sul | 65,34 | 62,09 | 68,72 | 68,68 | 65,00 | 72,51 |
| Centro-Oeste | 63,47 | 60,50 | 66,56 | 67,80 | 64,30 | 71,45 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

Esperança de vida ao nascer implica na projeção preliminar da população brasileira pelo método de componentes para o período 1980-2020

TABELA 58

TAXA DE NATALIDADE, MORTALIDADE GERAL, MORTALIDADE INFANTIL E MORTALIDADE MATERNA POR DIVISÃO-POLÍTICO-TERRITORIAL DE RESIDÊNCIA (1994) - ARGENTINA

| Divisão Político-Territorial de Residência | População Total | Taxa de | | Taxa de | | Taxa de | |
|--|-----------------|------------|-------------------|----------------------|---------------------|---------|--|
| | | Natalidade | Mortalidade Geral | Mortalidade Infantil | Mortalidade Materna | | |
| Total País | 34.180.174 | 19,70 | 7,50 | 22,00 | 3,90 | | |
| Capital Federal | 2.989.539 | 13,20 | 11,60 | 14,30 | 0,80 | | |
| Buenos Aires | 13.184.446 | 17,00 | 7,70 | 21,80 | 2,40 | | |
| Catamarca | 282.336 | 25,90 | 5,90 | 29,80 | 6,80 | | |
| Córdoba | 2.885.722 | 19,20 | 7,50 | 20,00 | 2,30 | | |
| Corrientes | 840.772 | 24,90 | 6,30 | 26,10 | 4,30 | | |
| Chaco | 880.090 | 26,40 | 6,10 | 31,40 | 9,90 | | |
| Chubut | 387.735 | 22,80 | 5,00 | 18,40 | 2,30 | | |
| Entre Ríos | 1.055.423 | 21,50 | 7,70 | 20,40 | 2,60 | | |
| Formosa | 433.916 | 29,40 | 5,60 | 30,70 | 14,10 | | |
| Jujuy | 543.016 | 25,20 | 5,40 | 25,20 | 7,30 | | |
| La Pampa | 276.378 | 20,50 | 7,10 | 15,00 | 3,50 | | |
| La Rioja | 240.286 | 27,20 | 5,90 | 22,80 | 1,50 | | |
| Mendoza | 1.482.673 | 20,70 | 6,40 | 18,80 | 7,20 | | |
| Misiones | 857.746 | 28,90 | 5,20 | 23,10 | 3,20 | | |
| Neuquén | 443.037 | 24,00 | 3,80 | 15,30 | 3,80 | | |
| Río Negro | 545.529 | 21,20 | 4,80 | 19,60 | - | | |

TABELA 58 (Continuação)

TAXA DE NATALIDADE, MORTALIDADE GERAL, MORTALIDADE INFANTIL E MORTALIDADE MATERNA POR DIVISÃO POLÍTICO TERRITORIAL DE RESIDÊNCIA (1994) - ARGENTINA

| Divisão Político-Territorial de Residência | População Total | Taxa de | | Taxa de | | Taxa de | |
|--|-----------------|------------|-------------------|----------------------|---------------------|---------|--|
| | | Natalidade | Mortalidade Geral | Mortalidade Infantil | Mortalidade Materna | | |
| Salta | 932.598 | 24,50 | 5,20 | 29,80 | 9,20 | | |
| San Juan | 546.504 | 24,70 | 6,60 | 21,30 | 6,70 | | |
| San Luis | 312.481 | 21,00 | 6,60 | 27,60 | 6,10 | | |
| Santa Cruz | 175.421 | 24,10 | 4,60 | 15,90 | 4,70 | | |
| Santa Fé | 2.907.859 | 18,30 | 8,10 | 17,80 | 3,60 | | |
| Santiago del Estero | 691.606 | 24,80 | 6,00 | 29,00 | 8,80 | | |
| Tucumán | 1.195.763 | 23,30 | 6,30 | 23,90 | 4,70 | | |
| Tierra del Fuego e Islas | 89.296 | 28,00 | 3,10 | 13,60 | - | | |

Fuente: SIEMPRO. Com base em dados do Programa Nacional de Estadísticas de Saúde. Ministério de Saúde e Ação Social.

Tabela 59

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

| (Por 100 habitantes) | | | | | |
|----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Países | 1970-75 | 1975-80 | 1980-85 | 1985-90 | 1990-95 |
| Argentina | 1,70 | 1,60 | 1,40 | 1,30 | 1,20 |
| Brasil | 2,40 | 2,30 | 2,20 | 2,10 | 1,90 |
| Paraguai | 2,60 | 3,20 | 3,20 | 2,90 | 2,70 |
| Uruguai | 0,10 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 |

Fonte: CEPAL. Anuário Estatístico da América Latina e o Caribe, 1991.

TABELA 60
SUPERFICIE, POPULAÇÃO TOTAL E DENSIDADE (1991)
ARGENTINA

| Província | Superfície (Km ²) | População Total | Densidade (hab./km ²) |
|-----------------------------|----------------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| Argentina | 2.780.400 | 32.680.560 | 11,70 |
| Capital Federal | 200 | 2.960.976 | 14.804,90 |
| Tucumán | 22.524 | 1.142.247 | 50,70 |
| Buenos Aires | 307.571 | 12.582.321 | 40,90 |
| Misiones | 29.801 | 789.677 | 26,50 |
| Santa Fé | 133.007 | 2.797.293 | 21,00 |
| Córdoba | 165.321 | 2.764.176 | 16,70 |
| Entre Ríos | 78.781 | 1.022.865 | 13,00 |
| Mendoza | 148.827 | 1.414.058 | 9,50 |
| Jujuy | 53.219 | 513.992 | 9,70 |
| Corrientes | 88.199 | 795.021 | 9,00 |
| Chaco | 99.633 | 838.303 | 8,40 |
| San Juan | 89.651 | 529.920 | 5,90 |
| Santiago del Estero | 136.351 | 672.301 | 4,90 |
| Salta | 155.488 | 866.771 | 5,60 |
| Formosa | 72.066 | 404.367 | 5,60 |
| San Luis | 76.748 | 286.334 | 3,70 |
| Neuquén | 94.078 | 388.934 | 4,10 |
| Catamarca | 102.602 | 265.571 | 2,60 |
| Río Negro | 203.013 | 506.796 | 2,50 |
| La Rioja | 89.680 | 220.729 | 2,50 |
| La Pampa | 143.440 | 260.034 | 1,80 |
| Chubut | 224.686 | 356.587 | 1,60 |
| Santa Cruz | 243.943 | 159.964 | 0,70 |
| Tierra del Fuego, Antártida | 21.571 | 69.323 | 3,20 |
| Islas del Atlántico Sur | | | |

Fonte: INDEC. Anuário Estatístico da República Argentina, 1992.

TABELA 61

**ÁREA TOTAL, POPULAÇÃO TOTAL E DENSIDADE (1991)
BRASIL**

| Unidades da Federação | Área Total (km ²) | População Total | Densidade (hab. km ²) |
|--------------------------|----------------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| Brasil * | 8.511.996,30 | 146.917.459 | 17,30 |
| Rio de Janeiro | 43.653,30 | 12.783.761 | 292,90 |
| Distrito Federal | 5.794,20 | 1.598.415 | 275,90 |
| São Paulo | 248.255,70 | 31.546.473 | 127,10 |
| Alagoas | 29.106,90 | 2.512.991 | 86,40 |
| Pernambuco | 101.023,40 | 7.122.548 | 70,60 |
| Sergipe | 21.862,60 | 1.491.867 | 68,30 |
| Paraíba | 53.958,20 | 3.200.677 | 59,40 |
| Espírito Santo | 45.733,00 | 2.598.505 | 56,90 |
| Santa Catarina | 95.318,30 | 4.538.248 | 47,70 |
| Rio Grande do Norte | 53.166,60 | 2.414.121 | 45,50 |
| Ceará | 145.693,90 | 6.362.620 | 43,70 |
| Paraná | 199.323,90 | 8.443.299 | 42,40 |
| Rio Grande do Sul | 280.674,00 | 9.135.479 | 32,60 |
| Minas Gerais | 586.624,30 | 15.731.961 | 26,90 |
| Bahia | 566.978,50 | 11.855.157 | 21,00 |
| Maranhão | 329.555,80 | 4.929.029 | 15,00 |
| Goiás | 340.165,90 | 4.012.562 | 11,80 |
| Piauí | 251.273,30 | 2.581.215 | 10,30 |
| Mato Grosso do Sul | 357.471,50 | 1.778.741 | 5,00 |
| Rondônia | 238.378,70 | 1.130.874 | 4,80 |
| Pará | 1.246.833,10 | 5.181.570 | 4,20 |
| Tocantins | 277.321,90 | 920.116 | 3,40 |
| Acre | 153.697,50 | 417.165 | 2,80 |
| Mato Grosso | 901.420,70 | 2.022.524 | 2,30 |
| Amapá | 142.358,50 | 288.690 | 2,10 |
| Amazonas | 1.567.953,70 | 2.102.901 | 1,40 |
| Roraima | 225.017,00 | 215.950 | 1,00 |

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

* Inclusive área de zona de litígio entre Ceará e Piauí.

TABELA 62**POPULAÇÃO EM CENSOS NACIONAIS POR REGIÕES
(ARGENTINA)**

| Região | Anos | | | | |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 1947 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 |
| Total País | 15.893.811 | 20.013.793 | 23.364.431 | 27.949.480 | 32.615.528 |
| Metropolitana e Província Buenos Aires | 4.722.381 | 6.739.045 | 8.352.900 | 9.766.030 | 10.934.727 |
| Pampeana | 6.690.340 | 7.596.558 | 8.573.450 | 10.012.080 | 11.471.008 |
| Cuyo | 1.015.006 | 1.350.739 | 1.540.819 | 1.876.622 | 2.227.530 |
| Nordeste | 1.316.204 | 1.616.498 | 1.807.855 | 2.247.710 | 2.822.599 |
| Noroeste | 1.788.329 | 2.201.242 | 2.382.180 | 3.012.387 | 3.677.538 |
| Patagônica | 361.551 | 506.457 | 705.000 | 1.032.619 | 1.481.860 |

Fonte: SIEMPRO. Com base em dados de 1994.

TABELA 63**ÁREA TOTAL, POPULAÇÃO TOTAL E DENSIDADE (1991)
PARAGUAI**

| Departamentos | Área Total (km ²) | População Total | Densidade (hab./km ²) |
|------------------|----------------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| Paraguai | 406.752 | 4.397.306 | 10,81 |
| Assunção | 117 | 619.521 | 5.295,05 |
| Central | 2.465 | 798.967 | 324,12 |
| Guairá | 3.846 | 181.936 | 47,31 |
| Cordillera | 4.948 | 222.391 | 44,95 |
| Caaquazú | 11.474 | 480.340 | 41,86 |
| Paraguarí | 8.705 | 230.487 | 26,48 |
| Alto Paraná | 14.895 | 397.131 | 26,66 |
| Itapúa | 16.525 | 381.740 | 23,10 |
| San Pedro | 20.002 | 293.571 | 14,68 |
| Caazapá | 9.496 | 132.957 | 14,00 |
| Misiones | 9.558 | 98.720 | 10,33 |
| Concepción | 18.051 | 185.454 | 10,27 |
| Canindeyú | 14.667 | 128.013 | 8,73 |
| Amambay | 12.933 | 97.095 | 7,51 |
| Ñeembucú | 12.147 | 83.736 | 6,89 |
| Presidente Hayes | 72.907 | 37.911 | 0,52 |
| Boquerón | 46.708 | 16.711 | 0,36 |
| Alto Paraguai | 45.982 | 10.027 | 0,22 |
| Chaco | 6.367 | 329 | 0,01 |
| Nueva Asunción | 44.961 | 269 | 0,01 |

Fonte: Direção Geral de Estatística, Pesquisa e Censos. Paraguai. Compêndio Estatístico.

* A Capital da República não está incluída em nenhum departamento.

TABELA 64**ÁREA TOTAL, POPULAÇÃO TOTAL E DENSIDADE (1991)
URUGUAI**

| Departamentos | Superfície (km²) | População Total | Densidade (hab/km²) |
|----------------------|--|----------------------------|---|
| Uruguai | 175.016 | 2.955.241 | 16,90 |
| Montevideo | 530 | 1.311.976 | 2.475,40 |
| Canelones | 4.536 | 364.248 | 80,30 |
| Maldonado | 4.793 | 94.314 | 19,70 |
| Colonia | 6.106 | 112.717 | 18,50 |
| San José | 4.992 | 89.893 | 18,00 |
| Rivera | 9.370 | 89.475 | 9,50 |
| Soriano | 9.008 | 79.439 | 8,80 |
| Salto | 14.163 | 108.487 | 7,70 |
| Paysandú | 13.922 | 103.763 | 7,50 |
| Florida | 10.417 | 68.474 | 6,40 |
| Rocha | 10.551 | 66.601 | 6,30 |
| Lavalleja | 10.016 | 61.466 | 6,10 |
| Artigas | 11.928 | 69.145 | 5,80 |
| Cerro Largo | 13.648 | 78.416 | 5,70 |
| Tacuarembó | 15.438 | 83.498 | 5,40 |
| Río Negro | 9.282 | 48.644 | 5,20 |
| Treinta e Tres | 9.529 | 48.869 | 4,90 |
| Flores | 5.144 | 24.739 | 4,80 |
| Durazno | 11.643 | 55.077 | 4,70 |

Fonte: Direção Geral de Estatísticas e Censos. Uruguai. Anuário Estatístico, 1992.

TABELA 65
EVOLUÇÃO DE INDICADORES SOCIO-ECONÔMICOS SELECIONADOS (1980-1992)

| Períodos | PIB | | | Desemprego | | Variação | | Variações percentuais | | |
|-----------|--------------------------------|--------------------------------|------------|-----------------------|-----------|-------------------|-------------------|-----------------------|--|--|
| | x Habitante em Dólares de 1980 | x Habitante em Dólares de 1980 | Urbano** % | Índice de Pr. Consum. | Período | PIB por Habitante | Renda x Habitante | Salário Mínimo Urbano | | |
| Argentina | | | | | | | | | | |
| 1980 | 4.110 | 4.054 | 2,60 | 6,00 | 1980-1986 | -11,00 | -17,20 | 10,00 | | |
| 1986 | 3.659 | 3.358 | 5,60 | 5,50 | 1986-1990 | -10,40 | -14,20 | -63,50 | | |
| 1990 | 3.278 | 2.881 | 7,50 | 29,90 | 1990-1992 | 15,50 | 20,70 | 9,50 | | |
| 1992 | 3.786 | 3.477 | 6,60 | 1,90 | 1980-1992 | -7,90 | -14,20 | -56,00 | | |
| Brasil | | | | | | | | | | |
| 1979 | 1.879 | 1.849 | 6,40 | 3,50 | 1979-1987 | 8,50 | 3,70 | -25,50 | | |
| 1987 | 2.038 | 1.917 | 3,70 | 10,20 | 1987-1990 | -6,60 | -7,00 | -26,40 | | |
| 1990 | 1.903 | 1.782 | 4,30 | 32,40 | 1990-1992 | -3,40 | -2,80 | -0,40 | | |
| 1992 | 1.839 | 1.732 | 5,90 | 20,80 | 1979-1992 | -2,10 | -6,30 | -45,40 | | |
| Paraguai | | | | | | | | | | |
| 1986 | 1.199 | 1.209 | 6,10 | 2,30 | 1986-1990 | 8,40 | 9,50 | 21,50 | | |
| 1990 | 1.299 | 1.324 | 6,60 | 2,70 | 1990-1992 | -1,50 | -2,30 | -12,20 | | |
| 1992 | 1.279 | 1.294 | 5,00 | 1,20 | 1986-1992 | 6,70 | 7,00 | 6,60 | | |

TABELA 65 (Continuação)

EVOLUÇÃO DE INDICADORES SOCIO-ECONÔMICOS SELECIONADOS (1980-1992)

| Períodos | PIB | | | Renda | | Desemprego | | Variação | | | Variações percentuais | | |
|----------|--------------------------------|--------------------------------|-------------|------------|-----------------------|------------|-------------------|-------------------|-----------------------|--|-----------------------|--|--|
| | x Habitante em Dólares de 1980 | x Habitante em Dólares de 1980 | x Habitante | Urbano** % | Índice de Pr. Consum. | Período | PIB por Habitante | Renda x Habitante | Salário Mínimo Urbano | | | | |
| Uruguai | | | | | | | | | | | | | |
| 1981 | 2.289 | 2.255 | 2.255 | 6,70 | 2,50 | 1981-1985 | -9,50 | -16,70 | -14,40 | | | | |
| 1986 | 2.071 | 1.877 | 1.877 | 13,10 | 4,80 | 1986-1989 | 7,30 | 8,90 | -21,91 | | | | |
| 1990 | 2.222 | 2.044 | 2.044 | 9,30 | 6,50 | 1989-1992 | 9,20 | 13,50 | -13,20 | | | | |
| 1992 | 2.426 | 2.320 | 2.320 | 8,40 | 4,40 | 1981-1992 | 6,00 | 2,90 | -42,00 | | | | |
| Chile | | | | | | | | | | | | | |
| 1980 | 2.315 | 2.228 | 2.228 | 9,00 | 2,50 | 1980-1985 | -6,70 | -17,40 | -30,90 | | | | |
| 1987 | 2.160 | 1.840 | 1.840 | 11,90 | 1,50 | 1987-1990 | 15,00 | 18,20 | 26,60 | | | | |
| 1990 | 2.483 | 2.175 | 2.175 | 8,80 | 2,00 | 1990-1992 | 11,70 | 9,30 | 14,30 | | | | |
| 1992 | 2.774 | 2.377 | 2.377 | 6,00 | 1,20 | 1980-1992 | 19,80 | 6,70 | 0,00 | | | | |

Fonte: Com base na informação oficial fornecida pelos países.

Nota: (*) Refere-se à renda bruta nacional por habitante.

(**) Nos casos de Argentina (1990 e 1992), Paraguai (1992) e Chile (1990 e 1992) as Taxas de desemprego urbano correspondem ao período de referência das respectivas pesquisas de lares e na média anual.

TABELA 66 (Continuação)

MUDANÇAS NO NÍVEL E NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DOS LARES

| Países | Anos | Renda Média Dos Lares | Coeficiente de Gini | Participação na Renda dos 25% mais Pobres | | Participação na Renda dos 40% mais Pobres | | Participação na Renda dos 10% mais Ricos | | Coeficiente entre Renda Média dos 10% mais Ricos e dos 40% mais Pobres | Lares com Renda Menor Que a Média | |
|--------------------------|------|-----------------------|---------------------|---|------|---|----|--|----|--|-----------------------------------|----|
| | | | | Ur | Ru | Ur | Ru | Ur | Ru | | | Ur |
| Porcentagens | | | | | | | | | | | | |
| Uruguai (Zona Urbana) | 1981 | 3.91 | 0.379 | - | 9.3 | 17.7 | - | 31.2 | - | 7.1 | - | 89 |
| | 1986 | 3.50 | 0.385 | - | 8.7 | 17.3 | - | 32.4 | - | 7.8 | - | 72 |
| | 1990 | 3.29 | 0.353 | - | 10.9 | 20.1 | - | 31.2 | - | 6.2 | - | 70 |
| | 1992 | 3.73 | 0.301 | - | 11.9 | 21.9 | - | 25.9 | - | 4.7 | - | 67 |
| Chile (4) (Santiago) | 1978 | 2.58 | - | - | 6.9 | 14.5 | - | 30.1 | - | 8.3 | - | - |
| | 1988 | 2.82 | - | - | 5.7 | 12.6 | - | 33.4 | - | 10.6 | - | - |

TABELA 66 (Continuação)

MUDANÇAS NO NÍVEL E NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DOS LARES

| Países | Anos | Renda Média Dos Lares | Coeficiente de Gini | Participação na Renda | | | Participação na Renda | | | Coeficiente entre Renda Média dos 10% mais Ricos e dos 40% mais Pobres | Lares com Renda Menor Que a Média | | |
|--------------|------|-----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------------|--|-----------------------------------|----|----|
| | | | | dos 25% mais Pobres | dos 40% mais Pobres | na Renda dos 10% mais Ricos | dos 25% mais Pobres | dos 40% mais Pobres | na Renda dos 10% mais Ricos | | Ur | Ru | Ur |
| Porcentagens | | | | | | | | | | | | | |
| Chile (5) | | | | | | | | | | | | | |
| | 1987 | 2.56 | 0.485 | 6.1 | 12.6 | 17.7 | 39.6 | 34.1 | 12.6 | 7.7 | 74 | 74 | |
| | 1990 | 2.68 | 0.471 | 6.6 | 13.4 | 13.8 | 39.2 | 45.1 | 11.7 | 13.1 | 74 | 80 | |
| | 1992 | 3.10 | 0.474 | 6.7 | 13.6 | 16.6 | 40.5 | 37.4 | 11.9 | 9.1 | 75 | 76 | |
| | 1994 | 3.46 | 0.479 | 6.4 | 13.3 | 17.1 | 40.3 | 38.4 | 12.1 | 9.0 | 74 | 76 | |

Fonte: CEPAL, com base em tabulações especiais das pesquisas de lares dos países.

(1) Corresponde ao ingreso per capita médio dos lares, dividido pelo valor da linha de pobreza per capita.

(2) Calculado a partir da distribuição da renda per capita dos lares por deciles.

(3) Porcentagem da renda total correspondente a 25% dos lares de mais baixas rendas.

(4) Estimativas para a Grande Santiago, baseadas em estimativas do gasto de consumo dos lares obtidas das pesquisas de orçamentos familiares efetuadas em 1978 e 1988.

(5) Cálculos baseados nas pesquisas CASEN 1987, 1990, 1992 e 1994. As estimativas se ajustam às novas cifras das pesquisas de rendas e gastos dos lares aportadas pelo Ministério de Planificação e Cooperación (MIDEOPLAN).

TABELA 67

**EVOLUÇÃO DO GASTO SETORIAL
(REAL PER CAPITA)
(EM DÓLARES DE 1985)**

| Setor | Países | Gasto Social (Real per Capita) (1980/1981) | Gasto Social (Real per Capita) (1982/1989) | Gasto Social (Real per Capita) (1990/1993) | Varição Percentual (1990/1993 1980/1981) |
|---------------------------|------------|--|--|--|--|
| Educação | Argentina | 113.5 | 103.6 | 104,1 (1) | -8.3 |
| | Brasil (2) | 16.7 | 23.9 | 20,1 (3) | 20.7 |
| | Paraguai | 17.0 | 14,3 (4) | | |
| | Uruguai | 35.9 | 31.7 | 36,0 (3) | 0.5 |
| | Chile | 63.4 | 52.6 | 52,1 (1) | -17.8 |
| Saúde | Argentina | 154,0 (5) | 133.6 | 133,8 (1) | -13.1 |
| | Brasil (2) | 29,9 (5) | 34.6 | 38,0 (3) | 27.4 |
| | Paraguai | 5.6 | 5,2 (4) | | |
| | Uruguai | 18.7 | 18.2 | 24,2 (3) | 29.2 |
| | Chile | 40,0 (5) | 36.5 | 43,8 (1) | 9.5 |
| Previdência Social | Argentina | 255.8 | 191.6 | 238,0 (1) | -9.1 |
| | Brasil (2) | 89.4 | 85.0 | 106,6 (3) | 19.2 |
| | Paraguai | 24.2 | 36,2 (4) | | |
| | Uruguai | 218.9 | 223.4 | 266,4 (3) | 21.7 |
| | Chile | 110.6 | 103.0 | 120,5 (1) | 9.0 |

TABELA 67 (Continuação)

**EVOLUÇÃO DO GASTO SETORIAL (REAL PER CAPITA)
(DÓLARES DE 1985)**

| Setor | Países | Gasto Social (Real per Capita) (1980/1981) | Gasto Social (Real per Capita) (1982/1989) | Gasto Social (Real per Capita) (1990/1993) | Varição Porcentual (1990/1993 1980/1981) |
|-------|------------|--|--|--|--|
| | Argentina | 46.7 | 39.5 | 40,8 (1) | -12.6 |
| | Brasil (2) | 23.6 | 13.9 | 12,5 (3) | -46.9 |
| | Paraguai | 4.8 | 2,7 (4) | | |
| | Uruguai | 0.3 | 0.4 | 0,6 (3) | 101.9 |
| | Chile | 16.8 | 15.7 | 22,3 (1) | 32.7 |

Fonte: El Gasto Social en América Latina: un análisis cuantitativo e cualitativo. Serie Cadenos da CEPAL, n. 73. Santiago de Chile. (en prensa).

Notas:

(1) 1990-1993

(2) É possível que este valor esteja subestimado devido à restrita cobertura institucional.

(3) 1990-1991

(4) 1982-1987

(5) Inclui o gasto de saúde canalizado através do sistema de previdência social.

TABELA 68

**POPULAÇÃO URBANA OCUPADA EM SETORES DE BAIXA PRODUTIVIDADE DO MERCADO DE TRABALHO
(1980-1992)
(EM PORCENTAGENS DO TOTAL DA POPULAÇÃO URBANA OCUPADA)**

| Países | Período | Microempresas | | | Trabalhadores Independentes | | | | Não-Qualificados | |
|-----------------------------|---------|---------------|---------|-------|-----------------------------|----------------------------|-------------------|-------|------------------------|---------------------|
| | | Total | Empreg. | Total | Profissional e Técnico | Não-Profissional e Técnico | Emprego Doméstico | Total | Indústria e Construção | Comércio e Serviços |
| Argentina (Buenos Aires) | 1980 | 42.9 | 3.2 | 13.3 | 0.5 | 12.8 | 4.0 | 22.4 | 7.7 | 14.7 |
| | 1986 | 45.0 | 3.3 | 13.4 | 0.5 | 12.9 | 5.3 | 23.0 | 6.4 | 16.5 |
| | 1990 | 43.1 | 3.8 | 13.0 | 0.4 | 12.6 | 4.5 | 21.8 | 6.6 | 15.2 |
| | 1992 | 45.0 | 3.9 | 15.0 | - | - | 4.5 | 21.6 | 6.5 | 15.0 |
| Brasil (1) | 1979 | 45.7 | | 18.9 | 2.4 | 16.5 | 7.5 | 19.3 | 3.3 | 13.5 |
| | 1987 | 48.8 | | 21.2 | 2.9 | 18.3 | 7.3 | 20.6 | 3.7 | 14.7 |
| | 1990 | 48.8 | | 21.5 | 3.0 | 18.5 | 6.1 | 21.2 | 3.5 | 15.6 |
| Paraguai (Assunção) | 1986 | 57.5 | 6.1 | 12.6 | 0.3 | 12.3 | 13.9 | 24.9 | 6.6 | 17.2 |
| | 1990 | 57.6 | 7.2 | 16.1 | 0.3 | 15.8 | 11.4 | 22.9 | 5.6 | 16.7 |
| | 1992 | 50.4 | 4.9 | 12.5 | 1.0 | 11.5 | 10.8 | 22.2 | 6.3 | 15.2 |

TABELA 68 (Continuação)

POPULAÇÃO URBANA OCUPADA EM SETORES DE BAIXA PRODUTIVIDADE DO MERCADO DE TRABALHO
(1980-1992)
(EM PORCENTAGENS DO TOTAL DA POPULAÇÃO URBANA OCUPADA)

| Países | Microempresas | | | Trabalhadores Independentes | | | Comércio e Serviços | | | |
|-----------|---------------|-------|---------|-----------------------------|------------------------|----------------------------|---------------------|-------------------|-------|------------------------|
| | Período | Total | Empreg. | Total | Profissional e Técnico | Não-Profissional e Técnico | | Emprego Doméstico | Total | Indústria e Construção |
| Uruguai | 1981 | 35.2 | 2.9 | 8.2 | 0.2 | 8.0 | 7.0 | 17.1 | 5.5 | 11.2 |
| | 1986 | 41.3 | 3.9 | 9.9 | 0.3 | 9.6 | 7.4 | 20.1 | 6.3 | 12.9 |
| | 1990 | 39.5 | 2.7 | 10.6 | 0.2 | 10.4 | 6.9 | 19.3 | 5.7 | 12.2 |
| | 1992 | 39.6 | 2.6 | 9.9 | 0.4 | 9.5 | 7.0 | 20.1 | 6.3 | 12.5 |
| Chile (2) | 1987 | - | - | - | - | - | 7.7 | 23,2 (3) | 6.2 | 15.5 |
| | 1990 | - | - | - | - | - | 7.0 | 21,9 (3) | 5.7 | 15.2 |
| | 1992 | 43.4 | 2.7 | 14.6 | 1.5 | 13.1 | 6.7 | 19.4 | 5.2 | 13.3 |

Fonte : Com base em tabulações especiais das pesquisas de lares.

Notas:

(*) Refere-se aos estabelecimentos que ocupam até cinco pessoas.

(**) Valores amostrais não estatisticamente significativos.

(***) Refere-se a trabalhadores por conta própria e familiares não remunerados sem qualificação profissional.

(****) Inclui os ocupados na agricultura, silvicultura, caça e pesca.

(1) Como "Microempresas", estão classificados os assalariados sem contrato de trabalho.

(2) Dados provenientes das pesquisas de caracterização socio-econômica nacional (CASEN).

(3) Inclui os empregadores da microempresa.

TABELA 69 (Continuação)

**VARIAÇÕES PORCENTUAIS DA RENDA MÉDIA DOS LARES URBANOS
(SEGUNDO PERCENTILES DE LAR)**

| Países | Período | Total | Quartil 1 | | | | Quartil 4 | | | |
|---------------------|--------------|-------|----------------|----------------|-----------|-----------|-----------|---------------|--|--|
| | | | 25% Mais Pobre | 40% Mais Pobre | Quartil 2 | Quartil 3 | Quartil 4 | 10% Mais Rico | | |
| Chile (Santiago) | 1978-1988(1) | 9 | -10 | -5 | 0,20 | 1 | 18 | 21 | | |
| | 1987-1990(2) | 0,4 | 7 | 8 | 8 | 5 | -3 | -3 | | |
| | 1990-1992(2) | 19 | 21 | 19 | 17 | 15 | 20 (25) | 24 (28) | | |

Fonte: Com base em informação proveniente das pesquisas de lares dos países.

Notas:

(*) As variações percentuais das rendas médias por lar se calculam utilizando como deflador o aumento do valor das linhas de pobreza que se empregaram nas estimativas de pobreza da CEPAL. Nos casos em que tal deflador difere significativamente do índice geral de preços ao consumidor, se utilizou este para obter as variações percentuais, que estão indicadas entre parêntesis.

(1) Estimativas baseadas nas pesquisas sobre orçamentos familiares realizadas em 1978 e 1988.

(2) Estimativas baseadas nas pesquisas de caracterização socio-econômica nacional (CASEN) de 1987, 1990 e 1992.

TABELA 70

**RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO URBANA OCUPADA EM SETORES DE BAIXA PRODUTIVIDADE DO MERCADO DE TRABALHO
(1980-1992)
(EM MÚLTIPLOS DAS RESPECTIVAS LINHAS DE POBREZA PER CAPITA)**

| Países | Microempresas | | | Trabalhadores Independentes | | | | | Indústria e Construção | Comércio e Serviços | |
|--------------------------|---------------|-------|--------------|-----------------------------|------------------------|----------------------------|-------------------|-------|------------------------|---------------------|--|
| | Período | Total | Empregadores | Total | Profissional e Técnico | Não-Profissional e Técnico | Emprego Doméstico | Total | | | |
| Argentina (Buenos Aires) | | | | | | | | | | 8.0 | |
| | | | | | | | | | | 6.9 | |
| | 1980 | 7.8 | 18.4 | 5.1 | 10.5 | 4.9 | 3.2 | 8.7 | 6.9 | | |
| | 1986 | 6.8 | 18.7 | 4.9 | 11.3 | 4.6 | 3.2 | 7.0 | | | |
| | 1990 | 6.6 | 18.4 | 3.7 | 7.6 | 3.6 | 2.5 | 7.2 | | | |
| | 1992 | | 21.6 | 4.9 | | | 3.6 | | 5.0 | | |
| Brasil (1) | | | | | | | | | | 4.5 | |
| | 1979 | 3.9 | | 3.6 | 6.9 | 3.1 | 1.1 | 5.2 | 3.1 | | |
| | 1987 | 3.6 | | 3.2 | 6.5 | 2.7 | 1.0 | 4.9 | | | |
| | 1988 | 3.0 | | 3.4 | 7.0 | 2.8 | 0.9 | 3.3 | | | |
| Paraguai (Assunção) | | | | | | | | | | 1.7 | |
| | | | | | | | | | | 2.4 | |
| | 1988 | 2.3 | 7.6 | 1.7 | 1.7 | 0.7 | 2.2 | 2.9 | | | |
| | 1990 | 3.1 | 8.3 | 1.8 | 1.8 | 0.8 | 3.6 | | | | |
| | 1992 | 3.1 | 9.9 | 2.4 | 2.1 | 1.0 | 3.1 | 5.7 | | | |

TABELA 70 (Continuação)

RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO URBANA OCUPADA EM SETORES DE BAIXA PRODUTIVIDADE DO MERCADO DE TRABALHO
(1980-1992)
(EM MÚLTIPLOS DAS RESPECTIVAS LINHAS DE POBREZA PER CAPITA)

| Países | Microempresas | | | Trabalhadores Independentes | | | | | | |
|-----------|---------------|-------|--------------|-----------------------------|------------------------|----------------------------|-------------------|-------|------------------------|---------------------|
| | Período | Total | Empregadores | Total | Profissional e Técnico | Não-Profissional e Técnico | Emprego Doméstico | Total | Indústria e Construção | Comércio e Serviços |
| Uruguai | 1981 | 6.1 | 19.9 | 3.0 | 3.6 | 3.0 | 1.7 | 7.1 | 4.1 | |
| | 1986 | 5.3 | 20.4 | 2.3 | 3.7 | 2.3 | 1.5 | 5.3 | 2.1 | |
| | 1990 | 3.2 | 8.9 | 2.5 | 4.9 | 2.5 | 1.5 | 2.7 | 2.5 | |
| | 1992 | 3.4 | 10.4 | 2.8 | 4.0 | 2.8 | 1.7 | 3.3 | 3,1(3) | |
| Chile (2) | 1987 | | | | | | 2.0 | 3.9 | 3.2 | |
| | 1990 | | | | | | 1.6 | 3.6 | | |
| | 1992 | 3.6 | 11.8 | 3.3 | 7.3 | 2.8 | 1.7 | 3.4 | 3,0(3) | |

Fonte : Com base em tabulações especiais das pesquisas de lares.

Notas:

(*) : Refere-se aos estabelecimentos que ocupam até cinco pessoas.

(**) Valores amostrais não estatisticamente significativos.

(***) Refere-se a trabalhadores por conta própria e familiares não remunerados sem qualificação profissional.

(****) Inclui os ocupados na agricultura, silvicultura, caça e pesca.

(1) Como "Micro-empresas", estão classificados os assalariados sem contrato de trabalho.

(2) Dados provenientes das pesquisas de caracterização socio-econômica nacional (CASEN).

(3) Inclui os empregadores da micro-empresa.

TABELA 71

POPULAÇÃO QUE TRABALHA NO SETOR INFORMAL URBANO

| País | Ano | Total | Empregado Com. c/ Cinco Empregados | Homens | | | Mulheres | | | | |
|-----------|------|-------|------------------------------------|--|---|---------------------|----------|-------------------------------------|---|---|-----------------------|
| | | | | Assalariados que Trabalham em Estab. Com c/ Cinco Empregados (1) | Trabalhadores em X Conta Própria e Família Não-Remunerada (1) | Empregado Doméstico | Total | Empregadas Com. c/ Cinco Empregadas | Assalariadas Trabalhadoras Com. c/ Cinco Empregadas (1) | Trabalhadoras em X Conta Própria e Família Não-Remunerada | Empregadas Domésticas |
| Argentina | 1980 | 47.1 | 3.1 | 9.8 | 33.2 | 1.0 | 52.6 | 1.6 | 10.7 | 30.2 | 10.1 |
| | 1992 | 45.4 | 5.0 | 16,1* | 24,0* | 0.3 | 51.9 | 1.9 | 13,0* | 25,4* | 11.6 |
| Brasil | 1979 | 38.2 | 6,0* | 12,8** | 19.0 | 0.4 | 49.6 | 1,2* | 7,1* | 19.7 | 21.6 |
| | 1990 | 48.8 | 6,6* | 21,2* | 20.6 | 0.4 | 52.3 | 2,4* | 12,2* | 22.5 | 15.2 |
| Paraguai | 1983 | 42.3 | 8.3 | 16.5 | 17.1 | 0.4 | 70.3 | 3.1 | 6.5 | 31.9 | 28.8 |
| | 1992 | 41.3 | 5.9 | 14.4 | 20.6 | 0.4 | 59.8 | 3.7 | 7.7 | 24.1 | 24.3 |
| Uruguai | 1981 | 30.9 | 3.8 | 10.1 | 16.6 | 0.4 | 46.2 | 1.1 | 6.8 | 20.2 | 19.5 |
| | 1992 | 34.4 | 3.6 | 10.3 | 20.4 | 0.1 | 46.2 | 1.3 | 8.4 | 19.8 | 16.7 |

TABELA 72

MAGNITUDE DA POBREZA
(PORCENTAGENS LARES ABAIXO DA LINHA DE POBREZA)

| Argentina | | | | | | |
|------------------|------|----|----|-----|----|----|
| | 1970 | 8 | 5 | - | - | 19 |
| | 1980 | 9 | 7 | 5 | 9 | 16 |
| | 1986 | 13 | 12 | 9 | 15 | 17 |
| | 1990 | - | - | 16 | - | - |
| | 1992 | - | - | 10 | - | - |
| | 1996 | - | - | 19 | - | - |
| Brasil | | | | | | |
| | 1970 | 49 | 35 | - | - | 73 |
| | 1979 | 39 | 30 | 21* | 34 | 62 |
| | 1987 | 40 | 34 | 24* | 37 | 60 |
| | 1990 | 43 | 39 | - | - | 56 |
| Paraguai | | | | | | |
| | 1986 | - | - | 46 | - | - |
| | 1990 | - | - | 37 | - | - |
| | 1992 | - | - | 36 | - | - |
| Uruguai | | | | | | |
| | 1970 | - | 10 | - | - | - |
| | 1981 | 11 | 9 | 6 | 13 | 21 |
| | 1986 | 15 | 14 | 9 | 19 | 23 |
| | 1990 | - | 12 | 7 | 17 | - |
| | 1992 | - | 8 | 4 | 12 | - |
| Chile | | | | | | |
| | 1970 | 17 | 12 | - | - | 25 |
| | 1987 | 39 | 38 | 34 | 41 | 45 |
| | 1990 | 33 | 33 | 29 | 36 | 34 |
| | 1992 | 28 | 28 | 22 | 31 | 28 |
| | 1994 | 24 | 24 | 18 | 27 | 26 |

TABELA 73

MAGNITUDE DA INDIGÊNCIA
(PORCENTAGENS LARES ABAIXO DA LINHA DE INDIGÊNCIA)

| Países | Anos | Urbano Total | Total | Zona Metropolitana | Resto Urbano | Rural |
|------------------|------|--------------|-------|--------------------|--------------|-------|
| Argentina | | | | | | |
| | 1970 | 1 | 1 | - | - | 1 |
| | 1980 | 2 | 2 | 1 | 2 | 4 |
| | 1986 | 4 | 3 | 3 | 4 | 6 |
| | 1990 | - | - | 4 | - | - |
| | 1992 | - | - | 1 | - | - |
| | 1996 | - | - | 5 | - | - |
| Brasil | | | | | | |
| | 1970 | 25 | 15 | - | - | 42 |
| | 1979 | 17 | 10 | 6* | 12 | 35 |
| | 1987 | 18 | 13 | 8* | 16 | 34 |
| | 1990 | - | 22 | - | - | - |
| Paraguai | | | | | | |
| | 1986 | - | - | 16 | - | - |
| | 1990 | - | - | 10 | - | - |
| | 1992 | - | - | 13 | - | - |
| Uruguai | | | | | | |
| | 1970 | - | 4 | - | - | - |
| | 1981 | 3 | 2 | 1 | 3 | 7 |
| | 1986 | - | 3 | 2 | 4 | 8 |
| | 1990 | - | 2 | 1 | 1 | - |
| | 1992 | - | 1 | 1 | 1 | - |
| Chile | | | | | | |
| | 1970 | 6 | 3 | - | - | 11 |
| | 1987 | 14 | 14 | 11 | 15 | 17 |
| | 1990 | 11 | 10 | 8 | 12 | 12 |
| | 1992 | 7 | 7 | 5 | 8 | 8 |
| | 1994 | 7 | 6 | 4 | 7 | 8 |

Fonte: CEPAL, com base em tabulações especiais das pesquisas de lares dos países.

(1) Inclui os lares abaixo da linha de indigência ou de extrema pobreza.

(2) Cálculos baseados nas pesquisas CASEN 1987, 1990, 1992 e 1994. As estimativas se ajustam às novas cifras.

* média entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

TABELA 74

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA EM ZONAS URBANAS

| Países | Anos | Total | Empreg. | Profis. e Técnico (1) | Homens | | | | Mulheres | | | | Trab. X Conta Própria E Família Não-Rem. | Emp. Domést. | | |
|-----------|------|-------|---------|-----------------------|---------------------------|---------------------------|--|--------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------|---------|--|--------------|-------|--------------|
| | | | | | Assal. de Secret. Pública | Assal. de Secret. Privada | Trab. X Conta Própria e Família Não-Rem. | Emp. Domést. | Assal. de Secret. Pública | Assal. de Secret. Privada | Profis. e Técnico (1) | Empreg. | | | Total | Emp. Domést. |
| Argentina | 1980 | 100 | 5.8 | 5.0 | | 55.0 | 33.2 | 1.0 | | 100 | 2.3 | 4.9 | 52.4 | 30.2 | 10.1 | |
| | 1992 | 100 | 7.3 | | | 68.4 | 24.0 | 0.3 | | 100 | 2.4 | | 60.6 | | 25.4 | 11.6 |
| Brasil | 1979 | 100 | 6.0 | 5.6 | | 69,0 * | 19.0 | 0.4 | | 100 | 1.2 | 14.0 | | 43.5 | 19.7 | 21.6 |
| | 1990 | 100 | 6.6 | 5.7 | | 66,7 * | 20.6 | 0.4 | | 100 | 2.4 | 14.9 | | 45.0 | 22.5 | 15.2 |
| Paraguai | 1983 | 100 | 10.8 | 13.8 | | 48.7 | 17.1 | 0.4 | | 100 | 3.8 | 10.9 | 5.4 | 19.2 | 31.9 | 28.8 |
| | 1992 | 100 | 8.3 | 17.7 | | 44.2 | 20.6 | 0.4 | | 100 | 4.8 | 15.5 | 5.9 | 25.4 | 24.1 | 24.3 |

TABELA 74 (Continuação)

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA EM ZONAS URBANAS

| Países | Anos | Total | Empreg. | Profis. e Técnico (1) | Homens | | | Emp. Domést. | Total | Empreg. | Profis. e Técnico (1) | Mulheres | | | Trab. X Conta Própria E Família Não-Rem. | Emp. Domést. |
|---------|------|-------|---------|-----------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|--------------|-------|---------|-----------------------|---------------------------|--|---------------------------|--|--------------|
| | | | | | Assal. de Secret. Pública | Assal. de Secret. Privada | Assal. de Secret. Pública | | | | | Assal. de Secret. Privada | Trab. X Conta Própria E Família Não-Rem. | Assal. de Secret. Pública | | |
| Uruguai | 1981 | 100 | 6.2 | 5.5 | 21.2 | 50.1 | 16.6 | 0.4 | 100 | 1.4 | 16.1 | 11.5 | 31.2 | 20.2 | 19.5 | |
| | 1992 | 100 | 6.2 | 9.3 | 16.1 | 47.9 | 20.4 | 0.1 | 100 | 2.0 | 18.6 | 9.0 | 33.9 | 19.8 | 16.7 | |
| Chile | 1987 | 100 | 2.1 | 11.8 | 7.2 | 53.2 | 25.6 | 0.2 | 100 | 0.6 | 18.5 | 5.6 | 34.5 | 19.0 | 21.6 | |
| | 1992 | 100 | 4.1 | 11.9 | | 63,6 * | 20.2 | 0.2 | 100 | | 17.0 | | 43.1 | 18.1 | 18.6 | |

Fonte : CEPAL, com base em tabulações especiais de pesquisas de lares.

(1) Inclui os profissionais e técnicos que trabalham por conta própria e os assalariados profissionais e técnicos dos setores público e privado.

* Inclui os assalariados do setor público.

TABELA 76

VARIAÇÕES PORCENTUAIS DA RENDA REAL MÉDIA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - ZONAS URBANAS
(1980-1992)
(SEGUNDO INSERÇÃO TRABALHISTA)

| Países | Período | Assalariado | | Trabalhadores por Conta Própria e Família Não-Remunerada | | | Total*** | Profissionais e Não-Técnicos | | | | | |
|-----------------------------|-----------|-------------|---------|--|---------------|-------------------------------|----------|------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|-----|--|--|
| | | Total | Empreg. | Total** | Setor Público | Setor Profissional e Técnicos | | | Estab. de mais de cinco pessoas | Estab. de até cinco pessoas | | | |
| Argentina (Buenos Aires) | | | | | | | | | | | | | |
| | 1980-1986 | 7 | 3 | 3 | - | -3 | 9 | 2 | 6 | -17 | -20 | | |
| | 1986-1990 | -15 | 4 | -27 | - | -27 | -18 | -30 | -22 | -1 | 3 | | |
| | 1990-1992 | 23 | 15 | 28 | - | 28 | - | - | | 25 | - | | |
| Brasil (1) | | | | | | | | | | | | | |
| | 1979-1987 | -7 | 2 | -7 | - | -7 | -14 | -2 | -13 | -5 | -6 | | |
| | 1987-1990 | -15 | -30 | -12 | - | -12 | -9 | -18 | 4 | -33 | -33 | | |

TABELA 75 (Continuação)

VARIAÇÕES PORCENTUAIS DA RENDA REAL MÉDIA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – ZONAS URBANAS
(1980-1992)
(SEGUNDO INSERÇÃO TRABALHISTA)

| Países | Período | Assalariado | | Trabalhadores por Conta própria e Família Não-Remunerada | | | Total*** | Profissionais e Não-Técnicos | | | |
|------------------------|-----------|-------------|---------|--|--------------------------|---------------------------------|----------|------------------------------|-----------------------------|-----|-----|
| | | Total | Empreg. | Sector Público | Profissionais e Técnicos | Estab. de mais de Cinq. pessoas | | | Estab. de até Cinq. pessoas | | |
| Paraguai (Assunção) | 1986-1990 | 10 | 24 | -8 | 3 | -8 | -35 | -9 | 6 | 46 | 64 |
| | 1990-1992 | 6 | 5 | 25 | 29 | 18 | 53 | -12 | 17 | -11 | -14 |
| Uruguai | 1981-1986 | -17 | -5 | -19 | -18 | -20 | -12 | -19 | -23 | -25 | -25 |
| | 1986-1990 | -14 | -46 | -6 | -2 | 9 | -2 | 11 | 9 | -40 | -38 |
| | 1990-1992 | 7 | 9 | 14 | 13 | 17 | 55 | 8 | 12 | 11 | 22 |

TABELA 75 (Continuação)

VARIAÇÕES PORCENTUAIS DA RENDA REAL MÉDIA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – ZONAS URBANAS
(1980-1992)
(SEGUNDO INSERÇÃO TRABALHISTA)

| Países | Período | Total | Empreg. | Total | Assalariado | | | | Trabalhadores por Conta própria e Família Não-Remunerada | | | |
|--------|-----------|-------|---------|-------|---------------|--------------------------|---------------------------------|-----------------------------|--|------------------------------|----|--|
| | | | | | Setor Público | Profissionais e Técnicos | Estab. de mais de cinco pessoas | Estab. de até cinco pessoas | Total*** | Profissionais e Não-Técnicos | | |
| Chile | 1987-1990 | 1 | -16 | 5 | - | 14 | -20 | 16 | - | -11 | -8 | |
| | | 9 | 36 | 2 | - | 2 | 20 | -3 | - | 21 | 25 | |
| | 1990-1992 | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Com base em tabulações especiais das pesquisas de lares dos países.

Notas:

(*) Em termos das respectivas linhas de pobreza per capita.

(**) Argentina e Brasil incluem os assalariados do setor público.

(***) Inclui os assalariados na agricultura, silvicultura, caça e pesca e os profissionais e técnicos assalariados.

(1) A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) não contém informação sobre o tamanho dos estabelecimentos. Portanto, na coluna correspondente a estabelecimentos que ocupam mais de cinco pessoas considerou-se os trabalhadores com contrato de trabalho (Carteira) e nos que ocupam até cinco pessoas, os trabalhadores sem contrato de trabalho.

(2) Dados provenientes das pesquisas de caracterização socio-econômica nacional (CASEN).

**04 O DESENVOLVIMENTO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS
NOS PAÍSES DO MERCOSUL**

(DANIEL FILMUS com a colaboração de MARIANA MORAGUES)

TABELA 76

**ESTRUTURA DOS SISTEMAS EDUCATIVOS
TAXA ANALFABETISMO (%) - 1990**

| | Brasil | Chile | Paraguai | Uruguai | Argentina |
|-----------------|---------------|--------------|-----------------|----------------|------------------|
| Total | 18.9 | 6.6 | 9.9 | 3.8 | 4.7 |
| Homens | 17.5 | 6.5 | 7.9 | 3.4 | 4.5 |
| Mulheres | 20.2 | 6.8 | 11.9 | 4.1 | 4.9 |

TABELA 77

NÚMERO DE ANALFABETOS (MILHARES) E VARIACÃO (1980-1990)

| | Brasil | Chile | Paraguai | Uruguai | Argentina |
|--------------------|--------|-------|----------|---------|-----------|
| Analfabeto (Mil) | 18.407 | 603 | 252 | 88 | 1.065 |
| Variacão 1980-1990 | - 8.1 | -10.7 | -0.3 | -27.5 | -8.7 |

Fonte: Informe mundial sobre a Educaçao, 1993. Santillana, Edições UNESCO.

TABELA 78

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEIS

| Nível | Argentina | Brasil | Chile | Paraguai | Uruguai |
|------------|-----------|------------|-------------|------------|-----------|
| Pré-escola | 483.029 | 4.196.419 | 338.515 | 39.358 | 75.722 |
| Primária | 4.450.814 | 30.548.879 | 1.991.178 * | 720.983 | 352.557 |
| Média | 1.947.396 | 4.183.847 | 719.819 | 166.894 ** | 276482*** |
| Superior | 762.581 | | 249.482 | 18.937**** | 55.886 |

Fonte: Sistemas Educativos OEI.

*Educaçao Geral Básica (7-14 anos).

**Ciclo Básico: 109926. - Bacharelato Humanístico: 47561 - Bacharelato Comercial: 407.

***Inclui Secundário Diurno, Noturno, Ed. Técnica.

****Inclui Educaçao Superior Universitária e Formaçao Docente.

TABELA 79

TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO PRÉ-PRIMARIA

| | Argentina | Brasil | Paraguai | Uruguai |
|-------------|------------------|---------------|-----------------|----------------|
| 1980 | 40 | 14 | 15 | 19 |
| 1988 | 61 | 32 | 27 | 28 |

Fonte: MCE. Documentos de trabalho para a reunião nacional de programação para o setor educacional no contexto do MERCOSUL.

TABELA 80

**ENSINO DE NÍVEL PRIMÁRIO - TAXA BRUTA DE MATRÍCULA
(EM PORCENTAGENS)**

| | BRASIL | | CHILE | | PARAGUAI | | URUGUAI | | ARGENTINA | |
|-----------|--------|------|-------|------|----------|------|---------|------|-----------|------|
| | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 |
| Anos | | | | | | | | | | |
| Total | 99 | 108 | 109 | 98 | 104 | 108 | 107 | 108 | 106 | 111 |
| Masculina | 101 | - | 110 | 99 | 107 | 109 | 108 | 109 | 100 | 108 |
| Feminina | 97 | - | 108 | 97 | 101 | 106 | 106 | 107 | 106 | 115 |

Fonte: Informe mundial sobre a Educação, 1993. Santillana, Edições UNESCO.

TABELA 81

**ENSINO DE NÍVEL PRIMÁRIO - TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA
(EM PORCENTAGENS)**

| | BRASIL | | CHILE | | PARAGUAI | | URUGUAI | | ARGENTINA | |
|-----------|--------|------|-------|------|----------|------|---------|------|-----------|------|
| | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 |
| Anos | | | | | | | | | | |
| Total | 81 | 88 | 91 | 87 | 87 | 95 | | 91 | 57.5 | 72.6 |
| Masculina | - | - | 90 | 88 | 88 | 95 | | 91 | - | - |
| Feminina | - | - | 91 | 86 | 86 | 94 | | 92 | - | - |

Fonte: Informe mundial sobre a Educação, 1993. Santillana, Edições UNESCO.

* 1991

TABELA 82

**ENSINO DE NÍVEL PRIMÁRIO
(PORCENTAGEM DE ALUNOS DE 1989 QUE CHEGAM
AO SEGUNDO, QUARTO E ÚLTIMO ANO)**

| | Segundo Ano | | | Quarto Ano | | | Último Ano | | |
|-----------|-------------|-----------|----------|------------|-----------|----------|------------|-----------|----------|
| | Total | Masculino | Feminino | Total | Masculino | Feminino | Total | Masculino | Feminino |
| BRASIL | 77 | - | - | 50 | - | - | 20 | - | - |
| CHILE | 98 | 98 | 98 | 95 | 95 | 95 | 77 | 73 | 80 |
| PARAGUAI | 90 | 90 | 90 | 76 | 75 | 76 | 59 | 57 | 60 |
| URUGUAI | 100 | 100 | 100 | 98 | 97 | 99 | 93 | 91 | 94 |
| ARGENTINA | 96 | - | - | 84 | - | - | 77 | - | - |

Fonte: Informe mundial sobre a Educação, 1993. Santillana, Edições UNESCO.

TABELA 83

**ENSINO DE NÍVEL SECUNDÁRIO
TAXA BRUTA DE MATRÍCULA
(EM PORCENTAGENS)**

| | BRASIL | | CHILE | | PARAGUAI | | URUGUAI | | ARGENTINA | |
|------------------|--------|------|-------|------|----------|------|---------|------|-----------|------|
| | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 |
| Anos | | | | | | | | | | |
| Total | 34 | 39 | 53 | 72 | 29 | 30 | 62 | 81 | 57 | 71 |
| Masculina | 31 | - | 49 | 70 | 29 | 30 | 61 | - | 53 | 67 |
| Feminina | 36 | - | 56 | 75 | 29 | 31 | 62 | - | 62 | 74 |

Fonte: Informe mundial sobre a Educação, 1993. Santillana, Edições UNESCO.

TABELA 84

**ENSINO DE NÍVEL SECUNDÁRIO
TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA
(EM PORCENTAGENS)**

| | BRASIL | | CHILE | | PARAGUAI | | URUGUAI | | ARGENTINA | |
|-----------|--------|------|-------|------|----------|------|---------|------|-----------|------|
| | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 | 1980 | 1990 |
| Anos | 14 | 16 | 40 | 55 | 21 | 25 | - | - | - | - |
| Total | 13 | - | 38 | 53 | - | 25 | - | - | - | - |
| Masculina | 16 | - | 42 | 57 | - | 26 | - | - | - | - |
| Feminina | | | | | | | | | | |

Fonte: Informe mundial sobre a Educação, 1993. Santillana, Edições UNESCO.

TABELA 85

**MATRICULADOS NO NÍVEL TERCIÁRIO
(PORCENTAGENS POR GRUPOS DE IDADES)**

| País | BRASIL | | CHILE | | PARAGUAI | | URUGUAI | | ARGENTINA | |
|-----------|--------|------|-------|------|----------|------|---------|------|-----------|------|
| | 1980 | 1992 | 1980 | 1992 | 1980 | 1992 | 1980 | 1992 | 1980 | 1992 |
| Anos | 12 | 12 | 13 | 23 | 9 | 8 | 18 | 32 | 22 | 43 |
| Terciário | | | | | | | | | | |

Fonte: O mundo do trabalho em uma economia integrada. Informe sobre o desenvolvimento mundial 1995. Banco Mundial.

Nota:

As cifras em negrito correspondem a anos diferentes dos indicados.

TABELA 86

**NÚMERO DE ESTUDANTES POR 100.000 HABITANTES
TAXA BRUTA DE INSCRIÇÃO (%)
NÍVEL SUPERIOR**

| | ARGENTINA | BRASIL | PARAGUAI | URUGUAI |
|---|------------------|---------------|-----------------|----------------|
| Número de estudantes por 100.000 habitantes | 3079 | 1031 | 843 | 3728 |
| Taxa bruta inscrição | 39.9 | 10.8 | 8.6 | 26.1 |

Fonte: MCE. Documentos de trabalho para a reunião nacional de programação para o setor educacional no contexto do MERCOSUL.

TABELA 87**TAXA BRUTA DE INSCRIÇÃO MASCULINA E FEMININA
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

| | ARGENTINA | BRASIL | PARAGUAI | URUGUAI |
|-----------|-----------|--------|----------|---------|
| Masculino | 21.0 | 10.5 | 9.6 | 21.5 |
| Feminino | 21.9 | 11.1 | 7.5 | 24.9 |

Fonte: MCE. Documentos de trabalho para a reunião nacional de programação para o setor educacional no contexto do MERCOSUL.

TABELA 88**ANOS DE ESCOLARIDADE NA POPULAÇÃO DE QUINZE ANOS E MAIS**

| Pais | BRASIL | CHILE | PARAGUA | URUGUAI | ARGENTINA |
|----------|--------|-------|---------|---------|-----------|
| Ano | 1980 | 1982 | 1982 | 1985 | 1980 |
| Homens | 3.5 | 6.6 | 4.3 | 5.6 | 6.1 |
| Mulheres | 3.4 | 6.4 | 4.0 | 5.7 | 6.3 |
| Total | 3.4 | 6.5 | 4.1 | 5.7 | 6.2 |

Fonte: SCHIEFELBEIN, E.; TEDESCO, J. C. Uma nova oportunidade: o rol da educação no desenvolvimento da América Latina.

**05 UNIVERSIDADE, PESQUISA CIENTIFICA E
DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO
(RICARDO FERRARO)**

TABELA 89**MATRÍCULA UNIVERSITÁRIA**

| Alunos por milhão de Habitantes | | | |
|------------------------------------|--------|-----------|--------|
| Argentina | (1994) | 750.545 | 21.500 |
| Brasil | (1990) | 1.540.080 | 10.000 |
| Chile | (1988) | 158.178 | 11.700 |
| Paraguai | (1990) | 29.447 | 7.350 |
| Uruguai | (1990) | 36.298 | 12.000 |
| | | | |
| Alemanha | | 1.550.000 | |
| Espanha | | | |
| França | | 1.278.000 | 22.400 |
| Grã-Bretanha | | 1.032.000 | 18.000 |
| Itália | | 1.148.000 | 20.000 |

Fontes: Anuário Estatístico, 1992, UNESCO. Censo de Estudantes de Universidades Nacionais, 1994. CIN, INDEC, McyE - Estadísticas Básicas de Universidades Privadas, 1985-1994. SPU, MCyE - Education at a glance: OECD indicators. Paris: OCDE, 1995.

TABELA 90**ATIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
(ALGUNS INDICADORES APROXIMADOS)**

a = quantidade de cientistas e engenheiros trabalhando em P & D

b = esforço nacional em C & T, em milhões de dólares

c = proporção do PIB que se investe em C & T

d = investimento em C & T, por habitante, em dólares

e = papers de autores locais, por cada 100.000 papers publicados em revistas científicas internacionais.

| | a | b | c | d | e |
|----------------|-----------|-------------|------|-----|--------|
| Argentina | 16.600 | 900 | 0,30 | 30 | 352 |
| Brasil | 35.600 | 2.300 ('94) | 0,40 | 20 | 646 |
| Chile | 6.500 | 400 | 0,80 | 11 | 176 |
| Paraguai | 2.000 | 1 (?) | 0,10 | 4 | 13 |
| Uruguai | 900 | 56 (?) | 0,30 | 18 | 13 |
| Austrália | 80.000 | 4.700 ('92) | 1,60 | 266 | 2.152 |
| Nova Zelândia | 9.000 | 410 ('91) | 0,90 | 120 | 426 |
| Alemanha | 490.000 | 36.000 | 2,40 | 460 | 7.184 |
| Estados Unidos | 1.000.000 | 170.000 | 2,60 | 650 | 30.817 |
| Espanha | 75.000 | 4.400 | 0,90 | 120 | 2.028 |
| França | 320.000 | 27.000 | 2,40 | 460 | 5.653 |
| Grã-Bretanha | 280.000 | 22.000 | 2,20 | 370 | 7.924 |
| Itália | 140.000 | 13.000 | 1,20 | 240 | 3.394 |
| Japão | 950.000 | 75.000 | 3,00 | 600 | 8.244 |

Fontes: Indicadores de Ciência e Tecnologia, CYTED/RICYT/OEA/Mercocyt, Quilmes, 1996.
Main Science and Technology Indicators, OECD/OCDE. Paris: 1996. Lost science in
the third world, Scientific American, August, 1995 e fontes próprias.

06 INDÚSTRIAS CULTURAIS PARA A INTEGRAÇÃO

(OCTAVIO GETINO)

TABELA 91**CULTURA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO MERCOSUL
BIBLIOTECAS NACIONAIS E NÚMERO DE VOLUMES DISPONÍVEIS
(1989)**

| País | Unidades administrativas | Volumes (milhares) |
|-------------|---------------------------------|---------------------------|
| Argentina | 3 | 1.950 |
| Brasil | 3 | 5.024 |
| Paraguai | 1 | 890 |
| Uruguai | 1 | 570 |

Fonte: Anuário Estatístico UNESCO, 1994.

TABELA 92**LIVROS E FOLHETOS:
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO (US\$ MILHÕES)
(1992)**

| País | Exportação | Importação | Balança comercial |
|-------------|-------------------|-------------------|--------------------------|
| Argentina | 44,6 | 22,5 | 22,1 |
| Brasil | 11,6 | 39,8 | -28,2 |
| Paraguai | 1,2 | 2,1 | -0,9 |
| Uruguai | 0,3 | 0,2 | 0,1 |

Fonte: Anuário Estatístico UNESCO, 1994

TABELA 93**PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO (US\$ MILHÕES)
(1992)**

| País | Exportação | Importação | Balança Comercial |
|-------------|-------------------|-------------------|--------------------------|
| Argentina | 7,6 | 18,6 | -11,0 |
| Brasil | 12,9 | 28,0 | -15,1 |
| Paraguai | | 0,1 | |
| Uruguai | 0,9 | | |

Fonte: Anuário Estatístico UNESCO, 1994.

TABELA 94**JORNAIS: NÚMERO E TIRAGEM
(ANO 1992)**

| País | Número de Jornais | Tiragem Total Diária (mil) |
|-----------|-------------------|----------------------------|
| Argentina | 190 | 4.780 |
| Brasil | 373 | 8.500 |
| Paraguai | 5 | 168 |
| Uruguai | 32 | 750 |

Fonte: Anuário Estatístico UNESCO, 1994.

TABELA 95**CELULOSE:
PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO (1995)
(MILHÕES TONELADAS)**

| | Uruguai | Argentina | Chile | Brasil |
|-----------------------|---------|-----------|-------|--------|
| Produção | 29,3 | 700 | 2100 | 6100 |
| Importação | 7,3 | 80 | 10 | 140 |
| Exportação | 0,7 | 180 | 1.670 | 2.150 |
| Utilização/Capacidade | 57,5% | 78,4% | 99,8% | 92% |

Fonte: Cicepla e Centro de Informações da Gazeta Mercantil ("Gazeta Mercantil Latino-Americana", n.º 5, 5-11 Maio de 1996).

*Dados do Uruguai correspondem a 1994.

TABELA 96**PAPEL IMPRENSA:
PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E CONSUMO - 1992
(TONELADAS)**

| | Argentina | Brasil | Paraguai | Uruguai |
|------------|-----------|---------|----------|---------|
| Produção | 206.000 | 226.000 | - | - |
| Importação | 96.800 | 173.000 | 13.600 | 13.100 |
| Exportação | 1.000 | 33.000 | - | - |
| Consumo | 301.700 | 366.000 | 13.600 | 13.100 |

Fonte: Anuário Estatístico UNESCO, 1994.

TABELA 97**CINEMATOGRAFIA: PRODUÇÃO DE FILMES DE LONGA-METRAGEM
(1970-1980-1995)**

| País | 1970 | 1980 | 1995 |
|-----------|------|------|------|
| Argentina | 28 | 27 | 18 |
| Brasil | 72 | 130 | 17 |
| Paraguai | - | - | - |
| Uruguai | - | - | - |
| Chile | 4 | 1 | 2 |

Fonte: Anuário Estatístico UNESCO, 1994.

TABELA 98**RÁDIO: RECEPTORES E NÚMERO DE APARELHOS POR CADA
MIL HABITANTES
(1992)**

| País | Receptores | Número Aparelhos por 1.000 hab. |
|-----------|------------|---------------------------------|
| Argentina | 22.600 | 683 |
| Brasil | 59.500 | 386 |
| Paraguai | 775 | 171 |
| Uruguai | 1.890 | 604 |

Fonte: Anuário Estatístico UNESCO, 1994

TABELA 99**TELEVISÃO: RECEPTORES E NÚMERO DE APARELHOS POR CADA
MIL HABITANTES
(1992)**

| País | Receptores (mil) | Número Aparelhos por 1.000 hab. |
|-----------|------------------|---------------------------------|
| Argentina | 7.300 | 221 |
| Brasil | 32.000 | 208 |
| Paraguai | 370 | 82 |
| Uruguai | 725 | 232 |

Fonte: Anuário Estatístico UNESCO, 1994

TABELA 100**TELEFONES: QUANTIDADE DE LINHAS POR CADA MIL HABITANTES
(1992)**

| País | Número de Linhas por 1.000 hab. |
|-------------|--|
| Argentina | 11,12 |
| Brasil | 6,83 |
| Paraguai | 2,83 |
| Uruguai | 15,72 |

Fonte: União Internacional de Telecomunicações, 1993.

TABELA 101**INVESTIMENTOS PUBLICITÁRIOS SEGUNDO MEIOS UTILIZADOS
(1994)
(MILHÕES DE DÓLARES)**

| País | TV | Rádio | Jornais | Revistas | Cinema | Outros |
|-------------|-----------|--------------|----------------|-----------------|---------------|---------------|
| Brasil | 2.146 | 148 | 962 | 352 | S/D | 93 |
| Argentina | 2.176 | 254 | 526 | 218 | 36 | 91 |

Fonte: Zenith Media Ltd. , 1995

ANEXO 02

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1) Sinteticamente apresente sua concepção de Integração.

2) Na sua opinião, qual a importância da Integração Universitária no MERCOSUL?

3) Na sua opinião, prioritariamente, como deveria ser encaminhado o processo de Integração Universitária? (ex.: priorizando a pesquisa, serviços, ensino de Graduação, entre outros).

4) Na sua opinião, qual são os fatores restritivos ao processo de Integração Universitária?

5) E quais são os fatores facilitadores ao processo de Integração Universitária?

6) Poderia emitir alguma sugestão sobre ações que possam facilitar a implementação de Integração Universitária?

7) Na sua opinião, existem diferenças importantes entre as concepções de Integração Universitária de Administradores, Especialistas Universitários e Representantes de Governo?

8) Sobre o Plano Trienal de Educação, perguntamos:

a) houve participação dos Administradores e Especialistas Universitários em sua elaboração?

b) no processo de avaliação do Plano, tem contado com a opinião de Administradores e Especialistas Universitários?

c) na sua opinião, o Plano Trienal tem tido uma aceitação boa, média ou insuficiente por partes das Instituições Universitárias?

d) tens alguma sugestão para implementação do Plano?

Observações:

- **Especialistas Universitários:** Professores. Doutores que tenham publicações sobre o tema.
- **Administradores Universitários:** participantes da Administração Superior de Instituição Universitária.
- **Representantes de Governo:** participantes de Comissão Técnica do MERCOSUL indicados pelos Governos ou por Instituições Universitárias dos países signatários do acordo.

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

Nome: _____

Função: _____

Formação: _____

Endereço Comercial:

Rua/Av.: _____ n.º _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

País: _____ CEP n.º _____

Telefone: (_____) _____ Fax: (_____) _____